



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

SUPLEMENTO AO Nº 167

SÁBADO, 6 DE DEZEMBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1975

Às nove horas do dia doze de junho do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório Milton Campos, sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon — Presidente, presentes os Srs. Senadores Domicio Gondim, Itamar Franco, Dirceu Cardoso, Leite Chaves, Otair Becker, Lenoir Vargas e os Srs. Deputados José Machado, Carlos Cotta e Ulisses Potiguar; reúne-se a Comissão de Minas e Energia.

Iniciados os trabalhos, é dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da 4ª Reunião do I Seminário de Estudos e Debates sobre Política Mineral do Brasil e, em seguida, lê para os presentes o *Curriculum Vitae* do Dr. Aluísio Marins, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Não-ferrosos e de Siderurgia, autoridade que dará continuação ao Ciclo de palestras do Seminário que a Comissão de Minas e Energia vem realizando.

Continuando, o Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Secretário Executivo do Conselho Nacional de Não-ferrosos e de Siderurgia.

Com a palavra, o Dr. Aluísio Marins esclarece as atribuições do CONSIDER, e aborda durante a sua palestra os seguintes temas: a Evolução da Indústria Metalúrgica Brasileira; o Programa Siderúrgico Nacional; o Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústrias dos Metais Não-ferrosos; e as Conclusões e Proposições de Medidas.

Após a exposição do conferencista, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os seguintes debatedores: Sr. Senador Itamar Franco, Sr. Deputado José Machado, Sr. Senador Domicio Gondim, Sr. Senador Otair Becker, Professor Glycon de Paiva e o Sr. Aurimar de Barros Nunes — Representante do Governo do Estado do Piauí.

Concluindo, o Sr. Presidente agradece a magistral conferência do Secretário Executivo do CONSIDER, estendendo também o seu agradecimento à excelente equipe do conferencista, e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1975, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA DO DOUTOR ALUÍSIO MARINS, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE NÃO-FERROSOS E DE SIDERURGIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon
Vice-Presidente: Senador Domicio Gondim

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Na penúltima reunião do Seminário Sobre Política Mineral do Brasil, tivemos o privilégio de ouvir a palavra do Dr. Aluísio Marins, que é Secretário Executivo do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER), do Ministério da Indústria e do Comércio.

O Dr. Aluísio Marins é Economista, formado pela Universidade do Rio de Janeiro, em 1960. Fez curso de Análise Econômica, do Conselho Nacional de Economia, em 1964; recebeu uma bolsa-de-estudos; fez um concurso público no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas, em 1965.

Através de bolsa-de-estudos prestou concurso na Fundação Getúlio Vargas, na Escola de Pós-Graduação em Economia; tomou o grau de Mestre em Ciências Econômicas e realizou curso de Gerência Financeira, na PUC, em 1967; participou de numerosos congressos e participou também de numerosas missões no exterior.

O Dr. Aluísio Marins vai dar ao Seminário da Política Mineral do Brasil, o privilégio de ouvir a sua palavra autorizada.

Com a palavra o Dr. Aluísio Marins.

O SR. ALUÍSIO MARINS - Exmo. Sr. Senador João Calmon, digníssimo Presidente da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Domício Gondim Barreto, Vice-Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Representantes de Empresas, meus colegas do Conselho Nacional de Não-Ferrosos e de Siderurgia, minhas Senhoras e meus Senhores:

1 - INTRODUÇÃO:

Inicialmente desejo agradecer, em nome da Secretaria Executiva do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER) e em meu próprio, o honroso convite da Comissão de Minas e Energia desta Casa, e muito especialmente ao Exmo. Sr. Senador João Calmon para proferir uma palestra neste 19 SEMINÁRIO DE ESTUDOS E DEBATES DA POLÍTICA MINERAL DO BRASIL.

Como tem sido demonstrado, através dos ilustres conferencistas que me antecederam e dos debates realizados após apresentação de seus respectivos trabalhos, este conclave não somente é de capital importância como, também, se realiza em um momento, nacional e internacional, bastante oportuno.

Tendo-se em vista as atribuições do CONSIDER, a quem cabe a responsabilidade institucional de formular e coordenar a política industrial metalúrgica do País, e os objetivos a serem alcançados neste SEMINÁRIO, dividirei a minha palestra em 4 itens, a saber:

- Evolução da Indústria Metalúrgica Brasileira;
- Programa Siderúrgico Nacional;
- Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria dos Metais Não-Ferrosos;
- Conclusões e Proposições de Medidas.

Por sua vez, levando-se em consideração as peculiaridades de fabricação para cada produto metalúrgico, de caráter técnico, econômico e financeiro, abordarei, no item B, os principais aspectos relativos aos recursos minerais para a indústria siderúrgica e, no item C, os referentes aos metais não-ferrosos.

2. - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA BRASILEIRA

2.1 - Siderurgia

A indústria siderúrgica no Brasil teve seu início no ano de 1900 com a implantação, no sertão paulista, de 1º engenho de ferro porém, somente em agosto de 31, através do Ministério da Guerra foi criada a Comissão Nacional de Siderurgia, com o objetivo de estudar a capacidade de mobilização desta indústria. O advento da grande indústria nacional é delineado em 1940 com a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, de cujos estudos resultaria a implantação da usina de Volta Redonda, marco fundamental de nosso processo de industrialização.

Na década 50/60, a produção siderúrgica teve um grande incremento, principalmente na sua segunda metade, quando foi implantado o Programa de Metas e Pases do Governo Federal, cujo objetivo era alcançar em 1966, 2.270.000 t de aço e 3.490.000 t em 1964. Surgiram projetos importantes de usinas integradas, logo incorporadas ao Programa: Itabira, COSIPA e USIMINAS, acompanhados por projetos de expansão das usinas existentes. Ultrapassamos o primeiro milhão de toneladas em 1955.

Em 1965, a intenção de formular uma política global para a siderurgia brasileira resultou na contratação da firma ROZ Allen and Hamilton International (PAHINT) para

efetuar um levantamento e diagnóstico do setor. Em 1967, foi criado o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (CIS). Com base nos relatórios da DANINT e do GCIS, foi preparado um plano siderúrgico, cuja execução teve início em princípios de 1968, com a tentativa de implantação da primeira etapa das expansões da C.S.N., USIMINAS e COSIPA.

Dificuldades, principalmente de obtenção de recursos nacionais, retardaram a implantação do PSN. Com reativação da economia, se fez necessário a reformulação do PSN e para isso a primeira providência foi a reformulação em 1970 do CONSIDER, que passou de órgão consultivo a deliberativo. Nessa reformulação a meta estabelecida foi a de atingir a capacidade de produção de 20mt. em 1980, de modo que a produção atendesse à demanda interna e possibilitasse saldo para a exportação.

Aqui cabe um parêntesis. Atualmente com os números de que dispomos, do último estudo de mercado realizado na área do conselho para Siderurgia, que no nosso "jargão" técnico chama-se MBA-3 (Mercado Brasileiro do Aço), as metas de capacidade deverão atingir, em 1980 26 milhões e 1985 46 milhões de toneladas. Esse número implica evidentemente um esforço de mobilização muito grande, mas não impossível visto que a nossa capacidade instalada atual gira em torno de 9 milhões de toneladas. Cito um número: fazendo uma transposição, dos problemas da economia japonesa para a economia brasileira, (tempo que respeitar as peculiaridades existentes entre esses dois tipos de economia); o Japão, em 1965, produzia 9.400 mil toneladas de aço; em 1965, 41 milhões, o que quer dizer: praticamente quintuplicou e em 1973/74, anda na ordem de 120 milhões.

2.2 - Não-Ferrosos

A indústria dos não-ferrosos iniciou suas atividades no Brasil Colônia com o ouro. Foram numerosas as empresas mineradoras e fundidoras instaladas naquele período na Bahia, São Paulo, Goiás e principalmente em Minas Gerais. Com a exaustão dos filões e aluviões auríferos essas empresas encerraram suas atividades, permanecendo somente uma, hoje Mineração Morro Velho S.A., em Minas Gerais.

Entretanto, a evolução da indústria brasileira de metais não-ferrosos ocorreu somente na década de 40, em escala mínima, para atender às necessidades prementes decorrentes da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Cessada esta, os estudos estratégicos acumulados durante a mesma no estrangeiro passaram, com a diminuição da demanda nos países nela mais diretamente envolvidos, a constituir fonte de suprimento a preços mais convenientes para as nações pobres; como consequência, aqueles primeiros esforços de produção foram algo desestimulados: a produção em pequena escala, como a brasileira de então, não seria competitiva.

No setor de metais não-ferrosos verificou-se, portanto certo atraso do processo evolutivo, quando comparado ao das indústrias de base em geral e, particularmente, ao das siderúrgicas. Esse atraso relativo se deve a vários fatores: pequeno conhecimento das potencialidades brasileiras, domínio do comércio mundial dos metais não-ferrosos por um pequeno número de grandes empresas internacionais, e particularmente, necessidades de grandes investimentos por tonelada de capacidade instalada. Este último fator explica a concentração da produção em mãos de grupos fortes. A título de ilustração, mencionamos abaixo os investimentos necessários aproximados para a produção de alguns metais não-ferrosos (mineração e metalurgia) comparados aos necessários para a produção de aço em lingotes, para uma escala razoável de produção:

Esses números possivelmente estão ligeiramente defasados porque foram calculados em preços do mês de setembro de 1971, mas vale a comparação em seus termos relativos:

	US\$ / t ano
Alumínio	2.500
Cobre	4.500

Níquel Eletrolítico	12.000
Estanho	1.500
Zinco	1.100
Chumbo	900
Aço em Lingotes	400

Procurando corrigir o mencionado atraso, o Governo Federal criou o FIBASE, com o objetivo de permitir a montagem de um mecanismo financeiro de apoio, para viabilizar empreendimentos, de preferência sob a égide da iniciativa privada, voltados para produção das matérias-primas e bens intermediários de maior carência no país, notadamente os metais não-ferrosos e os fertilizantes. Por outro lado, reformulou e fortaleceu as atribuições do CONSIDER, delegando a este Conselho a responsabilidade institucional do planejamento e coordenação do setor siderúrgico e de não-ferrosos do país. É uma diferença substancial. Então isso justifica, até certo ponto e aponta inclusive a dificuldade de um país ainda com uma formação de poupança em fase de concentração e de evolução, e com uma série de prioridades de política industrial e setorial. Isso deve explicar um pouco essa defasagem relativa do setor de não-ferrosos.

Aqui cabe nova observação, para lhes dar uma idéia sobre a estrutura institucional do CONSIDER. A partir de agosto de 1974 a programação industrial de desenvolvimento do setor de metais não-ferrosos foi incluída nas atribuições do CONSIDER. Na parte de siderurgia o CONSIDER tem a sua atuação até certo ponto, apoiada com a atuação da SIDERBRAS, que é a holding responsável pelas usinas estatais.

É importante também fazer uma dissociação clara do que representa a Secretaria Executiva do CONSIDER, que é um corpo eminentemente técnico, de apoio ao plenário do CONSIDER, que é um plenário composto de quatro Ministros, cujo Presidente é o Ministro da Indústria e do Comércio, o Vice-Presidente é o Ministro da Secretaria do Planejamento e com a composição de mais dois Ministros; o Ministro das Minas e Energia e o Ministro da Fazenda.

É indiscutível e inquestionável que qualquer projeto industrial, tanto na área de siderurgia como na área de metais não-ferrosos, estes a partir de agosto de 1974, para receber os incentivos previstos na política setorial do Governo e ser considerado prioritário, precisa receber aprovação desse plenário.

A Secretaria do CONSIDER não aprova o projeto; a Secretaria do CONSIDER propõe a aprovação do projeto ao plenário de Ministros.

3. - PROGRAMA SIDERÚRGICO NACIONAL

3.1 - MERCADO

3.1.1 - Mercado Interno

Estudos recém-concluídos do mercado de aço podem ser sintetizados em três quadros apresentados a seguir:

Quadro I - Consumo efetivo atual e sua projeção por tipo de produto.

10 ³ t de aço, equivalentes				
	ATUAL (1974)	1976	1980	1985
Planos Comuns	5.698	10.200	12.000	25.650
Trilhos e Perfis Pesados	474	820	1.100	2.730
Não Planos Comuns, Leves e Médios	3.060	5.100	6.330	10.820
Aços Especiais e Tubos sem Costura	1.285	2.180	2.820	5.100
T O T A L	10.517	18.200	23.330	44.200

Evidente, que há a limitação do estudo de mercado sobre o qual esses números foram projetados. Posso lhes adiantar que os instrumentos de planejamento utilizados foram os mais atuais de que dispomos e, ainda mais esse número, está aferido por uma série de regressões e correlações que se faz com agregados macroeconômicos, para sentir-se a viabilidade dessas projeções setoriais que foram feitas nesse estudo de mercado.

Esse número está associado a uma taxa de crescimento média do produto da ordem de 8%, porque se tem um consumo de aço em uma taxa geométrica média anual de 14,15% e de acordo com as séries históricas as mais recentes, que projetam com base em séries históricas num país cuja economia está em mutação crescente, precisando queimar etapas, evitando o incorrer em erros, principalmente no que toca a conservadorismos.

A elasticidade do consumo desse aço, em relação ao crescimento da renda do País, pode-se situar, aproximadamente, em torno de dois, razão por que eu lhes afirmo que a taxa implícita de crescimento nessas projeções é aproximadamente de 8%, que, é bastante razoável em termos de um País que pretende dar impulsos e saltos no seu desenvolvimento econômico, queimar etapas e colocar o Brasil numa posição razoável dentro do concerto de nações, como é a posição do programa de desenvolvimento econômico do Governo.

As dificuldades crescentes nos países desenvolvidos - mão-de-obra, controle ambiental, saturação de infraestrutura, além de terem de arcar com o ônus maior da reposição por obsolescência - nos países em desenvolvimento - escassez de recursos, necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura e, de maneira geral, as enormes somas necessárias e o longo tempo de maturação dos projetos, levam à crença de que deverá haver escassez crescente a médio prazo. Todos esses dados consubstanciam o fato de que existe uma oportunidade de mercado para exportação e que essa oportunidade deve perdurar ainda por alguns anos.

3.1.2 - Mercado Internacional

Estudos feitos pelo IIS indicam:

QUADRO II

mercado internacional da indústria siderúrgica

1 - OPORTUNIDADES DE MERCADO

Capacidade e Demanda Mundial

= 1973 - 1975

1973 - Capacidade Instalada	720 Mt
1985 - Demanda Mundial	1.150 Mt
1985 - Capacidade Necessária	1.270 Mt
1973/- Reposição de Equipamentos	360 Mt
1973/- Total de Novos Equipamentos	910 Mt

PAÍSES DE ECONOMIA LIVRE

1973/- Novos Equipamentos, exceptuando-se os de Reposição	360 Mt
1973/- Total de Novos Equipamentos Necessários	590 Mt

Esse quadro é preparado com base num estudo feito pelo Instituto Internacional de Ferro e Aço, que fez uma projeção de demanda, para os próximos 10 anos e, depois de uma série de estudos, obteve uma taxa da ordem média de 5% a.a.

Com essa taxa média de 5% a.a., a necessidade de adição de novos equipamentos e a reposição de equipamentos por questão de grau de obsolescência, atingem a 910 milhões de toneladas, num número de uma maneira geral, e a 590 milhões de toneladas nos países considerados de economia livre.

Esses números encerram duas classes de reflexão: à primeira, existe como já assinalai, uma oportunidade de exportação. Por que? A capacidade mundial hoje, é da ordem de 700 e poucos milhões de toneladas. Em 10 anos tem que se adicionar, no mundo, como um global, 900 milhões de toneladas, número superior à capacidade que existe atualmente. Evidentemente com aqueles problemas que assinalai, que existem nos países desenvolvidos e onde a indústria siderúrgica numa lista de setores de rentabilidade relativa, não é uma das mais atraentes em relação aos outros setores industriais. Isto cria um problema, equivalente a repor aproximadamente cada dois anos e pouco, a atual capacidade da indústria siderúrgica americana, que é 140 milhões.

Eu faria duas reflexões importantes para quem está planejando o desenvolvimento da siderurgia brasileira: aquela que existe, como oportunidade, de países como o Brasil, de participar nesse comércio que é um comércio normal, tão logo a economia mundial retome a sua tendência normal de crescimento, haverá falta de aço; em segundo lugar, se os nossos programas siderúrgicos não forem materializados, ficaremos dependentes de suprimento de um mercado internacional em nível de escassez, isso, claro, pode comprometer toda a política e comprometerá fatalmente toda a política de desenvolvimento industrial do Governo, seja setor ferro viário, naval, automobilístico, onde o aço entra como insumo básico, não sendo preciso repetir da importância estratégica do aço no planejamento desse desenvolvimento.

3.2 - Capacidade Instalada

A capacidade instalada está apresentada no quadro III com projeção até 1980.

Quadro III

Capacidade Instalada

	Ling. Equiv. x 10 ³ t		
	ATUAL	1978	1980
Planos Comuns	3.800	11.000	11.000
Trilhos e Perfis Pesados	300	600	600
Não Planos Comuns, Leves e Médios	5.600	3.900	4.200
Aço Espec. e Tubos Sem Costura	1.100	2.100	2.100
T O T A L	8.800	17.600	17.900

3.2.1 - Produtos Planos Comuns, Trilhos e Perfis Pesados

As empresas produtoras destes tipos de laminados são as companhias estatais: Companhia Siderúrgica Nacional - C.S.N., Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS e Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA.

As três empresas praticamente concluíram o que se convencionou chamar de estágio I de expansão e deverão terminar até 1976 o estágio II. O estágio III foi aprovado pelo COSIDER em dezembro último, como mostra o quadro IV.

Quadro IV

Capacidade Instalada

	em 10 ³ x t de lingotes			
	Anterior	Estágio I	Estágio II	Estágio III
C.S.N.	1.400	1.700	2.500	4.600
USIMINAS	600	1.400	2.400	3.500
COSIPA	600	1.000	2.300	3.500
T O T A L	2.600	4.100	7.200	11.600

OBS: Dos 4.600.000 t programadas pela CSN para o Estágio III, 600.000 t correspondem a Trilhos e Perfis Pesados.

3.2.2 - Produtos Não Planos Comuns, Leves e Médios

A capacidade instalada atual e a prevista, baseada nos projetos aprovados pelo CONSIDER, excluindo o projeto Mendes Júnior e apresentada no Quadro V abaixo:

Quadro V

Capacidade Instalada - Não Planos Comuns, Leves e Médios - 1.000 t Lingotes Equiv.			
	1974	1978	1980
USICA	300	300	300
COSIM	180	180	180
COFAY	110	110	110
BELGO-BRILHA	700	700	700
COSISUA	220	500	800
MO-SHARDENSE	250	250	250
ACORDETE	150	150	150
GUARA	50	50	50
COUSA	60	60	60
DEJINI	150	150	150
TEL/KORT	30	60	60
PAHS	130	130	130
HIHE	100	130	130
ALICLAY	200	200	200
VARA-BAEA	250	250	250
COFERAZ	200	200	200
SANTA OLÍMPIA	80	80	80
SAAD	60	60	60
LAHARI	60	60	60
COSIDOM	20	40	40
LAFERSA	25	25	25
ITAUENSE	30	35	35
METROPOLITANA	30	30	30
COBRASIA	30	30	30
CDPALA	25	25	25
ELETROMETAL	20	20	20
CCA	20	20	20
TOTAL	3.560	3.925	4.225

3.2.3 - Aços Especiais e Tubos sem Costura

A capacidade instalada atual e prevista, baseada nos projetos aprovados pelo CONSIDER, é apresentada abaixo no Quadro VI.

Capacidade Instalada - Aços Especiais 1.000 t Lingotes Equivalentes			
	1974	1978	1980
ACESITA	250	600	600
HAHNESHAHN	500	1.000	1.000
ARNAIQUEIRA	150	300	300
VILLARES	50	50	50
APARECIDA	100	100	100
PIRATINI	50	50	50
TOTAL	1.100	2.100	2.100

3.3 - METAS DE PRODUÇÃO

As metas de capacidade instalada mínimas devem ser superiores aos números de mercado, para garantia do pleno abastecimento, lembrando o fato que ao contrário da demanda, os aumentos de capacidades são descontínuos e, ainda, a concreta possibilidade de participação de nosso País no mercado internacional de aço, cuja tendência ao longo dos próximos dez anos é de escassez de oferta.

O valor do adicional de capacidade sobre o mercado depende de uma série de fatores tais como, estrutura de produção projetada, módulos e tempo de implantação

3.2.3 - Aços Especiais e Tubos sem Costura

A capacidade instalada atual e prevista, baseada nos projetos aprovados pelo CONSIDER, é apresentada abaixo no Quadro VI.

Capacidade Instalada - Aços Especiais 1.000 t Lingotes Equivalentes			
	1974	1978	1980
ACESITA	250	600	600
HAHNESHAHN	500	1.000	1.000
ARNAIQUEIRA	150	300	300
VILLARES	50	50	50
APARECIDA	100	100	100
PIRATINI	50	50	50
TOTAL	1.100	2.100	2.100

3.3 - METAS DE PRODUÇÃO

As metas de capacidade instalada mínimas devem ser superiores aos números de mercado, para garantia do pleno abastecimento, lembrando o fato que ao contrário da demanda, os aumentos de capacidades são descontínuos e, ainda, a concreta possibilidade de participação de nosso País no mercado internacional de aço, cuja tendência ao longo dos próximos dez anos é de escassez de oferta.

O valor do adicional de capacidade sobre o mercado depende de uma série de fatores tais como, estrutura de produção projetada, módulos e tempo de implantação de novas unidades. Mas o principal fator para o dimensionamento do excesso de capacidade instalada deverá ser o da decisão de até que ponto deveremos participar do mercado internacional, pois existe a oportunidade de mercado e a Siderurgia Brasileira será certamente competitiva.

Apenas para dimensionamento da ordem de grandeza dos valores envolvidos, adotar-se-á como meta mínima de capacidade instalada, os valores do mercado mais 10%

O DR. JOSE MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

Os quadros são realmente elucidativos.

O nobre Secretário Executivo do CONSIDER, Dr. Martins, está dentro da própria dinâmica do processo de desenvolvimento siderúrgico nacional; S.Sa. é dinâmico, é rápido, e estamos quase impossibilitados de acompanhá-lo e de ler. Como infelizmente não foram distribuídos exemplares, aproveito para solicitar à V.Exa., Sr. Presidente, que logo após o ilustro conferencista conclua o seu trabalho, com o seu consentimento, mandar como ontem, xerografar essa brilhante palestra que S.Sa. está proferindo.

O DR. ALUISIO MARIAS - Com o maior prazer.

De qualquer modo podemos recuperar um pouco aquela velocidade que V. Exa. assinalou, por que esse quadro é uma síntese, praticamente, de todos os quadros que foram apresentados anteriormente.

Para se atingir esta meta mínima, os deficits de capacidade instalada, considerando o estudo de mercado recentemente atualizado e a produção de capacidade instalada de acordo com os projetos aprovados pelo CONSIDER, exceto o da Mendes Júnior e inclusive o estágio III da CEN, USIMINAS e COSIPA são apresentados no Quadro VII a seguir:

QUADRO VII

Deficit de Capacidade Instalada

10³ t de Lingotes equivalentes

	Atual	1978	1980	1985
PLANOS COMUNS				
1) Mercado x 1,10		11.200	14.300	26.000
2) Capacidade Instalada	3.800	11.000	11.000	11.000
3) Excesso ou Deficit de Oferta		(200)	(3.300)	(15.000)
NÃO PLANOS COMUNS LEVES E MEDIO				
1) Mercado x 1,10		5.600	7.000	11.900
2) Capacidade Instalada	3.600	3.900	4.200	4.200
3) Excesso ou Deficit de Oferta		(1.700)	(2.800)	(7.700)
ACOS ESPECIAIS E TUBOS S/ COSTU				
1) Mercado x 1,10		2.400	3.100	5.600
2) Capacidade Instalada	1.100	2.100	2.100	2.100
3) Excesso ou Deficit de Oferta		(300)	(1.000)	(3.500)
TRILHOS E PERFIS PESADOS				
1) Mercado x 1,10		900	1.200	3.000
2) Capacidade Instalada	300	600	600	600
3) Excesso ou Deficit de Oferta		(300)	(600)	(2.400)
TOTAL				
1) Mercado x 1,10		20.100	25.600	46.500
2) Capacidade Instalada	8.900	17.600	17.900	17.900
3) Excesso ou Deficit de Oferta		(2.500)	(7.700)	(28.600)

Temos que ampliar a velocidade do nosso desenvolvimento siderúrgico, mudar inclusive a parte filosófica desse desenvolvimento siderúrgico, porque sem discutir ou criticar as dificuldades que existiram no passado, uma mera constatação, uma característica básica desse desenvolvimento foi se tangenciar sempre com o mercado por baixo, com os consequentes problemas de deficits gerando a necessidade de importação. Na penúltima reunião a que compareci, V. Exas. conheceram esse número: nos últimos dois anos importamos 2 bilhões e 300 milhões de dólares de aço, que deve dar para fazer uma usina do porte que não temos no País.

É claro que essa importação foi necessária para o atendimento de uma série de condições, tanto internas como de característica internacional.

Além do programa siderúrgico, porque a causa básica dessa importação é a defasagem do nosso programa siderúrgico em relação à evolução desse mercado, mas como medida típica para resolver esse problema, na área de comercialização de importação foi adotado pelo Conselho do Comércio Exterior e, exercido pelo CONSIDER um controle dessas importações e exportações; é uma espécie de licença prévia que as pessoas com um pouco mais de vivência devem saber: de uma triste memória dentro da instrumentação de comércio exterior da economia brasileira. Mas nesse momento tínhamos que fazer exercício de controle de aço, porque além do deficit existente os preços no mercado internacional estão caindo firme e alguns produtos mesmo pagando imposto de importação já estão em preços menores do que o produto nacional. O imposto de importação é da ordem de 20%, na área de produtos planos e mesmo pagando alíquota, hoje em dia, cálculo médio, os nossos produtos internos ficariam 15 a 20% mais caros.

Não seria ilícito, aí dois fatores negativos, gastar-se em divisas que é um recurso escasso e é um ponto crítico na economia brasileira atualmente, e simultaneamente deslocar a produção nacional, o que poderia dar margem a uma inflação: mas então os preços de produtos siderúrgicos brasileiros

estão muito altos? Não. A comparação exata seria com parar os preços desses produtos siderúrgicos no mercado interno brasileiro com aqueles preços prevalentes nos países mais industrializados, inclusive o Brasil, mas no seu mercado interno e não preço de mercado internacional, que oscila erráticamente por lei de oferta e procura, não tem muito a ver com o problema de estrutura de custo.

Até do ponto de vista empresarial não seria interessante uma participação efetiva, a médio prazo, em abastecimento e mercado internacional, predominantemente, mercado internacional, porque ele oscila e confere um grau de segurança em qualquer política de abastecimento.

3.4 - Fatores de Influência no Planejamento Siderúrgico

Dada a dimensão do setor siderúrgico, o seu planejamento influencia e é influenciado por quase todos os outros setores - energia, transportes, mineração, etc... É evidente pois que um Plano Siderúrgico deva abranger o estudo de uma série enorme de fatores.

Limitar-me-ei no entanto a abordar apenas alguns dos aspectos envolvidos.

Antes disso, quero dar uma informação aos Srs. estamos desenvolvendo, por incumbência do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, um plano mestre decenal de siderurgia. É um plano integrado onde todos esses setores que gravitam em torno da siderurgia vão ser materializados no plano. Ele está em curso, foi feito o escopo básico, foram definidas as fontes de recursos, e possivelmente no primeiro trimestre do ano que vem teremos esse plano na mão.

Uma outra questão de ótica que quero colocar: não quero deixar a imagem que suscita de que a Secretaria do CONSIDER é um órgão apenas de estudos, de filosofia e com uma alta quota de poesia. Não. Temos que nos instrumentar adequadamente para fazer o planejamento. A ação executiva tem que tomá-la e dirigí-la porque existem problemas de tal natureza dispensam estudos profundos para que se possa diagnosticar a existência desses problemas e tomar medidas efetivas para evitá-los, e deslocá-los.

Discutindo dentro desse planejamento, temos:
3.4.1 - Alternativas Tecnológicas

A análise das alternativas tecnológicas é efetivada através da avaliação de três parâmetros:

- Custo total/t de aço;
- Dispendio de divisas/t de aço;
- Tempo de implantação.

Assumiu-se para avaliação destes parâmetros modelos de usinas de diferentes capacidades, cada qual baseada em uma tecnologia diferente. Estas capacidades foram escolhidas de forma a obter, para cada caso, os melhores níveis de economia de escala.

Para sua expansão a siderurgia brasileira pode contar com uma das seguintes alternativas de insumos metálicos básicos:

- a) Sucata (e energia elétrica)
- b) Gusa de carvão vegetal
- c) Ferro-esponja de carvão nacional (reductor sólido)
- d) Ferro-esponja de carvão nacional gasificado
- e) Gusa de coque
- f) Ferro-esponja de óleo combustível
- g) Ferro-esponja de gás natural

Os investimentos unitários e os consumos energéticos para cada uma das alternativas estão no Quadro VIII a seguir.

Os Srs. têm o consumo de energia por tca/t; a energia que teríamos que importar por tonelada de aço e o investimento por tonelada de aço.

QUADRO VIII

ALTERNATIVA TECNOLÓGICA	Consumo de Energia Gcal/t Aço (*)	Energia Importada Gcal/t Aço	Investimento Por Tonelada anual instalada US\$/t Aço
A - Usina Seta-Integrada a Sucata 300.000 t Aço Líquido/Ano	0,50	0	100
B - Usina Integrada - Redução Direta a gás natural 300.000 t Aço Líquido/Ano	3,95	3,25	200
C - Usina Integrada - Redução Direta - Redutor Sólido Nacional	6,60	0,25	200
D - Usina Integrada - Redução Direta a óleo combustível 300.000 t Aço Líquido/Ano	4,42	3,45	230
E - Usina Integrada - Redução Direta com gás sulfúrico do Carvão 300.000 t Aço Líquido	6,20	0,25	320
F - Usina Integrada a Carvão Vegetal 300.000 t Aço Líquido/Ano	5,00	0,40	320
G - Usina Integrada a Coque 3.400.000 t Aço Líquido/Ano (80% carvão importado)	3,42	3,36	400

Obs: (*) - Inclui o consumo energético da pelletização da minério nas alternativas "B", "C" e "D" e não inclui os créditos de gás de alto-forno para alternativas "F" e "G" e os créditos de sub produtos de coqueria p/alternativa "G".

A solução (a) se defronta com o problema de disponibilidade interna, obrigando a restringir sua expansão. A importação de sucata deve ser vista com ressalvas, devido às grandes oscilações do seu comércio internacional e consequente problema de segurança do abastecimento.

A expansão à base de carvão vegetal nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo deveria se limitar, ao aumento de produção das usinas existentes, com o teto total máximo limitado pela disponibilidade florestal, em mas voltaremos a rediscuti-los em maiores detalhes.

Em algumas regiões, como na Amazônia, o carvão vegetal será a solução, para atendimento do mercado regional.

Alternativa (c), dependendo da consolidação dos resultados da Piratini, poderá se constituir em solução.

A alternativa (d) apresenta riscos tecnológicos mas poderá ser solução, aplicada ao carvão vapor gerado na mineração do carvão metalúrgico de Santa Catarina.

Os Srs. sabem que existe uma fração, que sobra 15, e que está praticamente sendo estocada e que não se agrega a nenhum valor econômico. Estamos profundamente interessados em utilizá-lo através de uma redução direta desse carvão, através da gasificação desse carvão de vapor de Santa Catarina.

Qualquer das demais soluções obriga a importação da quase totalidade da energia utilizada.

Além das alternativas citadas, algumas empresas estão estudando outras vias como o baixo-forno de redução com utilização das sobras de gases em redução direta. Idêntico esquema está sendo estudado para o alto-forno - utilização dos gases do alto-forno e coqueria mais queima de carvão para utilização em redução direta. No Plano Mestre de Siderurgia estas alternativas deverão ter seus estudos aprofundados.

As limitações internas atuais de fontes de energia, para uso no setor siderúrgico, conduz a uma análise de qual ou quais fontes externas a utilizar, sob os aspectos de segurança, preços disponibilidade de reduzir no tempo e possibilidade de substituição, a médio prazo, por fontes internas.

3.4.2 - Fontes Externas de Energia (produtor)

Os Estados Unidos são o nosso maior fornecedor de carvão metalúrgico. Investimentos ca

da vez maiores em controle ambiental e aumentos do custo da mão-de-obra tem provocado seguidos aumentos do preço do carvão americano.

Dados sobre preço e segurança de abastecimento fazem com que outras fontes de carvão, inclusive o aumento da parcela nacional sejam consideradas. A possibilidade de substituição a médio prazo por fontes nacionais, além dos fatores já citados, induzem a considerar óleo combustível e gás natural como redutores alternativos ao carvão importado, evidentemente considerando alternativas tecnológicas e escalas de produção diferentes.

A análise das fontes externas de energia é feita, a partir dos Quadros IX, X e XI que mostram os preços equivalentes de gás natural, carvão e óleo combustível para:

1º) Supondo que esses preços convergissem em unidade de poder calorífico.

Os Srs. tem 15, no quadro, partindo do preço do óleo combustível não subsidiado porque o óleo combustível atualmente é subsidiado, o preço custa a metade, teríamos esse quadro aí; e para o óleo combustível de 100 a 120, nessa faixa, o carvão deveria oscilar de 65 a 78 e o gás natural de 2,50 a 3 dólares por tonelada.

- a) - mesmos preços de Gcal (109 x calorías);
- b) - mesmo custo total do aço líquido;
- c) - mesmo dispêndio de divisas por toneladas de aço líquido.

É difícil fazer-se previsões entre os preços de óleo, gás e carvão, a médio e longo prazos. No entanto, pode-se admitir que, a menos de fatores políticos, a tendência a longo prazo deve ser de que os preços das diversas fontes de energia evoluam para valores equivalentes em termos de poder energético, como por exemplo, o mesmo preço por Gcaloria.

Se tomarmos os preços do petróleo atualmente em vigor - US\$ 13,00/barril ou US\$ 92,00/t - FOB ou o equivalente de US\$ 100,00/t CIF Rio e supondo:

- a) - não haver subvenção do óleo combustível;
- b) - que o preço do gás natural deverá evoluir para valores CIF, principais mercados, equivalentes ao do petróleo; e
- c) - aceitando a tese de que teremos os mesmos preços para a Gcal, os preços prováveis para o consumidor para os três tipos de combustíveis seriam:

	US\$
Óleo Combustível - 100 - 120/t	
Gás Natural - 2,50-3,00/1.000 pés cúbicos	
Carvão - 65 - 78/t 1º gráfico	

Se utilizarmos estes valores nos Quadros IX, X e XI poderemos concluir que:

- a) - o menor custo total do aço líquido é obtido na seguinte ordem
 - Carvão
 - Gás Natural
 - Óleo Combustível
- b) - o menor dispêndio de divisas em energia por t de aço, seria obtido dentro da seguinte sequência:
 - Gás Natural
 - Óleo Combustível
 - Carvão;
- c) - quanto ao tempo de implantação as alternativas mais favoráveis seriam na ordem:
 - Óleo Combustível
 - Gás Natural
 - Carvão

Os gargalos para implantação seriam em cada caso:

- óleo combustível - construção de usina de redução direta
- gás natural - construção do terminal de recepção de gás, no caso de importação.
- carvão - construção da usina.

PREÇOS CIF DE GÁS NATURAL, ÓLEO COMBUSTÍVEL CARVÃO VAPOR PARA GASEIFICAÇÃO E CARVÃO COQUEIFICÁVEL PARA MESMO CUSTO TOTAL/T DE AÇO LÍQUIDO

QUADRO X

Redução Direta 380.000 t Aço/Ano Gás Natural	Redução Direta 380.000 t Aço/Ano Óleo Combustível	Alto-Forno a Coque e Aciaria a Oxigênio 3.400.000 t Aço/ano	Custo Total do Aço Líquido US\$/t.
Preço CIF Gás US\$/1.000 Pés Cúbicos	Preço CIF Óleo US\$/t	Preço Médio da Mistura de Carvões Coqueificáveis US\$/t.	
1,00	11,4	50	126
1,25	20,8	55	129
1,50	30,2	60	132
1,75	39,5	65	135
2,00	48,9	70	138
2,25	58,3	75	141
2,50	67,7	80	144
2,75	77	85	147
3,00	86,4	90	150
3,25	95,8	95	153
3,50	105,2	100	156
3,75	114,1	105	159
4,00	123,8	110	162

Quadro IX

Preços CIF do Óleo, Carvão e Gás Natural
para preços equivalentes da Gcal

Gás Natural US\$/10 ³ pés cúbicos	Óleo Combustível US\$/t	Carvão US\$/t
1,25	50,0	32,5
1,50	60,0	39,0
1,75	70,0	45,5
2,00	80,0	52,0
2,25	90,0	58,5
2,50	100,0	65,0
2,75	110,0	71,5
3,00	120,0	78,0
3,25	130,0	84,5
3,50	140,0	91,0

QUADRO XI

PREÇOS CIF DE GÁS NATURAL, ÓLEO COMBUSTÍVEL, E CARVÃO COQUEIFICÁVEL IMPORTADO PARA MESMO DISPÊNDIO DE DIVISAS PARA FINS DE ABASTECIMENTO ENERGÉTICO, POR TONELADA DE AÇO LÍQUIDO

Redução Direta 380.000t Aço/Ano Gás Natural	Redução Direta 380.000t Aço/Ano Óleo Combustível	Alto Forno a Coque-Aciaria LD 3.400.000t Aço/Ano. 80% Carvão Importado 20% Carvão Nacional	Dispêndio de Divisas/t Aço US\$/t.Aço Líquido
Preço CIF do Gás US\$/1.000 Pés Cúbicos	Preço CIF Óleo Combustível US\$/t.	Preço CIF do Carvão Importado US\$/t.	
1,00	37,5	24,9	12
1,25	46,9	31,1	15
1,50	56,2	37,3	18
1,75	65,6	43,5	21
2,00	75	49,7	24
2,25	84,4	56,0	27
2,50	93,7	62,1	30
2,75	103,1	68,3	33
3,00	112,5	74,5	36
3,25	121,9	80,7	39
3,50	131,2	86,9	42
3,75	140,6	93,1	45
4,00	150	99,4	48

3.4.3 - Participação da Indústria Nacional de Equipamentos

Um outro aspecto que vale a pena discutir, é o da participação da indústria nacional de equipamentos.

De acordo com a política nacional, inclusive com recomendações do II PND, o plano siderúrgico deve executar com o objetivo de se conseguir a máxima nacionalização.

A máxima nacionalização se aplica a toda engenharia de projetos, incluindo a própria fabricação de equipamentos.

O modelo a utilizar. - Deve-se levar em consideração os seguintes aspectos:

- As grandes empresas devem manter equipes capazes de engenharia de projetos, procurando complementar a engenharia de projeto do fabricante inclusive funcionar como catalizador de associação entre os fabricantes e firmas de engenharia nacionais e os detentores de "know-how".
- Estimular ao fabricante de equipamento nacional o desenvolvimento de engenharia de projeto própria;
- Estimular as firmas de engenharia nacionais o desenvolvimento de engenharia de projeto básica para prestação de serviços a pequenas e médias empresas siderúrgicas.

Como o Brasil não é detentor do tipo de "know-how" requerido, o início de transferência de tecnologia será feito através de contratos de assistência técnica, associações, etc.

3.4.4 - INVESTIMENTOS

Para dar uma idéia da grandeza dos investimentos envolvidos nesses problemas que levantei, temos:

Para se ter as ordens de grandeza dos valores envolvidos e da distribuição dos gastos no país e no exterior adotou-se as seguintes premissas: estamos mais preocupados com esses adicionais de capacidade:

- a) - Divisão do Investimento:
- | | |
|---|----|
| Fixo (inclusive juros durante a construção) | 90 |
| Capital de Giro | 5 |
| Despesas Pré-Operacionais | 5 |
- b) - Divisão do Investimento Fixo
- | | |
|--|----|
| Equipamento (Inclusive Sobressalentes) | 60 |
| Construção e Montagem | 35 |
| Engenharia | 4 |
| Frete e Seguro | 1 |
- c) - Investimento total unitário - US\$ 700 t
- d) - Deficit a ser coberto - 7,7 milhões de toneladas de lingotes
- e) - Gastos no Brasil e no Exterior para cobrir o deficit:

	NO ITEM (%)		NO TOTAL DO INVESTIMENTO (%)		INVESTIMENTO TOTAL US\$ x 10 ³		
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Total
Equipamentos	25	25	41,0	13,5	2.210	723	2.933
Construção e Montagem	100	0	31,0	0,0	1.671	-	1.671
Engenharia	80	20	2,6	1,0	140	53	193
Frete e Seguro	100	0	0,9	0,0	49	-	49
Giro	100	0	5,0	0,0	270	-	270
Despesas Pré-Operacionais	60	20	4,0	1,0	216	53	269
TOTAL			84,5	15,5	4.556	834	5.390

O equipamento representa, 54% no total do investimento assumindo que 75% do equipamento seja feito no Brasil, a distribuição no total do investimento de gastos no Brasil e no Exterior, e o mesmo raciocínio para todos os outros requisitos no investimento, seria: 41% no Brasil e 3,5% no Exterior; com sua montagem 31% no Brasil, e assim consecutivamente, até se ter a idéia de que, no total neste exercício a previsão é de 84,5% no Brasil e 15,5 no Exterior.

O investimento global para estes acréscimo de 7,7 milhões de toneladas a 700 dólares por toneladas, está na última coluna dividido entre Brasil e Exterior, em números absolutos, sendo que no Brasil, 4 bilhões e meio de dólares; no Exterior 800 milhões de dólares, totalizando 5 bilhões e 400 milhões de dólares, aproximadamente.

Como uma idéia de cronograma de desembolso para cobrir este deficit, está apresentado a seguir.

Os investimentos para o período coberto pelo 110 PHD, 1975/79 têm, para os projetos já aprovados, 5 bilhões e 200 milhões de dólares nos projetos para cobrir os deficits, 7,7 milhões, 3 bilhões e 800 milhões seria relativo a 1976/77/78 e 1979.

Os Srs. vão ver porque estou falando nesta tentativa de cobrir este deficit em 1980.

Esse tipo de desembolso podia ser acopiado a um cronograma mais otimista onde tivéssemos a possibilidade de terminar de uma maneira global, estes investimentos, já no 2º semestre de 1980. Equivale dizer que, mesmo na hipótese mais otimista, vamos ter grande dificuldade de cobrir estes deficits previstos para 1980. Possivelmente não estariam em condições de produzir toda a sua taxa de put put. Nesse período os Srs. têm cifra de 9 bilhões de dólares.

3.5 - Matérias-Primas

Especificamente em relação ao tema da Comissão por que, inclusive atendendo ao honroso convite feito pelo Senador João Calmon, eu procuraria me concentrar mais nas áreas de atividade do CONSIDER. Se bem que não especificamente dentro do tema do Seminário, mas com uma relação bastante íntima.

Devo dizer que o CONSIDER não está incumbido de traçar diretrizes da política mineral do País. Mas nós, preocupados com este problema da política mineral que evidentemente nos afeta, dentro deste tipo de planejamento que exercitamos temos até um Setor de Geologia no CONSIDER que serve de ligação entre - vamos chamar assim - as nossas aspirações, os nossos instrumentos de planejamento e os órgãos específicos do Ministério de Minas e Energia a quem incumbe apresentar, formular as diretrizes desta política.

Discutindo neste capítulo alguns aspectos minerais relativos à siderurgia, eu começaria com o carvão mineral.

3.5.1 - Carvão Mineral

Aquela política de qualidade dos carvões no mercado internacional aliado à necessidade de coque com melhor qualidade de novos altos-fornos de grande volume e a implantação da etapa 2 do plano de expansão das empresas estatais, acarretaram uma participação percentual decrescente do carvão nacional, nas misturas do carvão para a fabricação de coque. O índice de participação previsto para o carvão nacional, nos próximos anos, é de 20%, e o consumo evoluiria de 524 a 1.128 toneladas. Como estou apresentando muitos números, reconheço isso - a digestão dos mesmos em curto espaço de tempo não é fácil. Coloco a Secretaria do CONSIDER a qualquer contato que seja necessário, qualquer esclarecimento ou uma eventual volta para discutir em qualquer tipo de reunião que os Srs. façam. Estou à inteira disposição para executar isto.

O consumo previsto foi de 524 para 1.128 toneladas. Os programas tecnológicos implantados nas empresas podem levar a redução do consumo de coque por tonelada de aço de um valor atual em torno de 520k por tonelada a 340k por tonelada em 1980.

É bom assinalar que foi tomada uma decisão, numa reunião aonde estiveram presentes os representantes do Ministério de Minas e Energia do CONSIDER e da SIDERBRAS, a respeito desse problema do carvão nacional.

Estão sendo feitos investimentos de ampliação e investimentos de mecanização das minas e, para este ano, estava previsto o termo dos consumos propostos em excesso de carvão metalúrgico nacional de 120 mil toneladas e, para o ano que vem, de 470 mil toneladas.

Foi estudado e estamos com uma equipe neste momento, no Sul, junto com a equipe do Conselho Nacional de Petróleo, estudando a possibilidade de uma redução do teor de cinza para que as usinas nacionais possam absorver uma quantidade maior de carvão nacional e isto é importante, porque isto se insere num quadro de política energética que, hoje em dia, mobiliza todos os países no sentido de uma utilização máxima de suas potencialidades em termos de energia interna, inclusive, da própria resolução do CONSIDER que, como consequência desse trabalho que estou apresentando e que vou ler para os Srs., teve como filosofia básica, como balizamento das suas diretrizes, este princípio de política, importante dentro do quadro geral de recursos energéticos no mundo, seja na parte econômica, seja na sua parte política.

3.5.2 - O Minério de Manganes.

A exaustão das reservas de minério de manganês de alto teor, explorados no Brasil, Anapá e Goiás, está próxima. As previsões indicam para a Anapá a extinção em 1964; em Goiás, em 1977. Esta previsão foi efetuada a partir dos seguintes dados - temos uma revolução de consumo - previstos, consumo de mercado interno até 1985; o consumo de minério de manganês para exportação sob a forma de ferro-manganês está nesse quadro; parte de 100 e vai a 474, e a exportação da ICMI, está previsto na faixa de 1.250.000 de toneladas/ano. Tenho a informação de que eles estão com ritmo de exportação maior, mas no quadro estão colocados 1.250, ritmo anual, saindo para 3.000, em 1985.

As reservas em 1.01.75, de acordo com nossas informações são: no Anapã 20.000.000 t e Goiás 60 mil.

Uma política a longo prazo para se evitar um colapso no abastecimento do minério brasileiro deve ser baseada nas seguintes alternativas com relação ao minério de Urucum: beneficiamento e pelletização do minério numa escala mínima de 1 milhão de toneladas; utilização do minério de Urucum, misturado com o de jazidas próximas para obtenção de ferro-manganês, pois existe ocorrência naquela área.

Se, porventura, for constatado a inviabilidade técnica e econômica dessas duas alternativas, o que na prática será o alijoramento das jazidas de Urucum, ter-se-á que partir para um controle da produção do Anapã, até que surjam novas jazidas.

Nesta situação atual, mantendo-se a atual produção da KOMB, o esgotamento das reservas minerais do Anapã ocorrerá em torno de 1990. Supondo que sejam estes 1.200 que se podem intensificar com a exportação, ela poderia esgotar-se antes.

É bom destacar que na Secretaria do CONSIDER, em conjunto com a SIDERBRÁS e com a Secretaria de Tecnologia Industrial, estamos fazendo estudos para o preço de ferro-manganês sub-standard nas exportações o que propicia a utilização desse minério que João Ihes falei, de Urucum.

A análise técnica e econômica nos processos de ferro-manganês com vistas à área siderúrgica visa viabilizar o aproveitamento desses minérios menos nobres.

3.5.3 - Minério de Ferro

Na parte de minério de ferro as jazidas no quadrilátero ferrífero, Serra dos Carajás, possuem reserva total de 60 bilhões, que tranquilizam a expansão siderúrgica por algumas décadas. Além disso, o Brasil fortalece sua atuação exportadora.

O programa expansão da CVRD, no sentido de abertura de novas linhas para produção de minério fino e instalação de pelletização está harmoni-

harmonizado com o programa de expansão da siderurgia brasileira.

3.6 - COMENTÁRIOS

Como conclusão desta parte siderúrgica, vou discutir com os Srs. a minuta de resolução dessa última reunião do CONSIDER, sob forma de minuta ainda, porque está sendo analisada pelo Presidente do CONSIDER, o Ministro Severo Gomes.

"O Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, utilizando as atribuições que lhe confere e levando em consideração as recomendações sobre as diretrizes para a expansão da siderurgia aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico resolve; consideramos sem efeito naquela Resolução nº 15 de 72 do CONSIDER que balizava a expansão do setor de não-ferrosos; estabelecer que a meta mínima de capacidade instalada na indústria siderúrgica seja 20% acima dos números de pedidos para conferir inclusive um grau de projeção maior às projeções de capacidade que temos na mão.

Para produtos planos comuns, trilhões e perfis pesados, recomendar que providencie os inícios de trabalho para Expansão da USIMINAS, em Itapitinga, maximizando a capacidade da usina e considerando soluções para escoamento da produção a custos adequados.

A apresentação ao CONSIDER, no prazo de noventa dias dos projetos de expansão posteriores ao estágio III (estágio III foi aquele que assinalei aos senhores, que foi antecipado para 1978, que as três empresas saiam do estágio 2, produzindo 7 milhões e 200 mil toneladas iam para o estágio I, produzindo 11 bilhões e 600 mil toneladas de lingotes por ano, da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, da USIMINAS e da COSIPA e, se necessário para a construção de usinas duas dessas companhias. Não planos comuns leves e médios e aços especiais: A expansão do subsector de não-ferrosos comuns, leves e médios, será feita prioritariamente por usinas a coque de grande porte, mínimo de um milhão de toneladas. A com-

plementação do atendimento do mercado de não-ferrosos comuns leves e médios de aços especiais será através de projetos de redução direta de médio porte.

Essa questão das usinas de maior porte já era uma recomendação do próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico em relação às diretrizes estabelecidas para siderurgia e, ainda mais, uma outra recomendação que não está explícita nessa reunião, por que no Conselho de Desenvolvimento Econômico que é o maior fórum político, econômico da República, foi decidido que a prioridade - essa recomendação é importante em termos de política siderúrgica - para exportação de produtos siderúrgicos será dada através do super-dimensionamento das usinas existentes. Por que isso? Isso por que ao se fazer o super-dimensionamento das usinas existentes, na média, os investimentos são marginais e menores. E mais ainda, exportamos produtos acabados, ao invés de exportarmos produtos inebados, sem produtos, ou matérias primas, só não está nesta resolução, porque não competia figurar nessa, mas é uma diretriz de política siderúrgica enunciada pelo CDC.

Para a dinamização dessa política, as seguintes medidas ficam estabelecidas: apoio para a implantação imediata de usina coque de grande porte através de grupo empresarial privado com o total apoio da SIDERBRÁS, que é o maior agente governamental para a participação e empreendimentos siderúrgicos, inclusive através da complementação acionária que se fizer necessária para a viabilização do projeto.

Isto é um projeto que temos no CONSIDER; foi aprovado em agosto de 1973 e, por força dos investimentos vultuosos, relativamente à capacidade de poupança no investimento privado, até hoje não se viabilizou.

Essa recomendação é direcionada a esse projeto que Ihes falei. Podemos discutir um pouco mais.

Apoiar a implantação de uma usina de aproximadamente 500 mil toneladas, no em Santa Catarina utilizando redução direta via gasificação de carvão de vapor. Isso é, como Ihes falei, um problema de quadro energético e interessa particularmente à economia de Santa Catarina e, de uma maneira geral, à economia brasileira.

Trata-se de aproveitar um redutor que é inaproveitado. Já existe tecnologia parcialmente desenvolvida para materialização de um projeto desta natureza.

E o Governo? Isto é importante: Está disposto a estimular a iniciativa privada, seja participando em parte de mineração, seja participando em redução minoritariamente, em capital que não vota, de tal modo para compensar em certo grau de risco tecnológico que ainda existe toda a disposição em aceitar, em formular e local, e vai tocar esse tipo de projeto na área de Santa Catarina.

Apoiar a expansão de empresas existentes no Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que utilizam carvão vegetal até um adicional total no conjunto de 700 mil toneladas. Esse valor poderá ser ampliado pelo Plano Médio de Siderurgia.

Aqui se discutiu esse problema de disponibilidade florestal em uma das reuniões que assisti, onde o conferencista foi o Governador Aureliano Chaves. O grande problema é a disponibilidade de carvão vegetal.

Para os produtores que vão até casa, a fabricação, há uma expansão: já existe uma capacidade instalada de expansão nessa área de Minas Gerais que pode atender o mercado interno até 1977/1978.

De acordo com o estudo feito pelo IBDF, há três anos atrás, e com a atualização que fizemos sobre esse estudo, já a atualização final, como Ihes disse, será concretizada no próximo decênio onde essa meta poderá ser revista. Esse número de 700 mil toneladas não estamos reservando para a indústria siderúrgica integrada que utiliza carvão vegetal negro que, se uma política de exportação de ferro gusa, que é um produto de boa aceitação no mercado internacional, não seria em termos de uma filosofia de política de comércio exterior, uma ação adequada que, com a disponibilidade florestal limitada possamos fazer uma política intensiva de exportação de ferro gusa e importar produtos siderúrgicos, ou mesmo se tivesse capacidade acima do mercado interno exportar produtos siderúrgicos, que é produto de valor agregado muito maior, para não ficar nos outros setores que utilizam ferro gusa interno, seja o setor de fundição ferro e aço. A expan-

são de produção das empresas cujo produto final é gusa de carvão vegetal deve ser obtida, por ora, através de aumentos de produtividade e melhoria das instalações existentes. Apoiar as instalações e expansões à base de redução direta com carvão nacional na região sul do País já existe grupo interessado em fazer isso, é a mesma coisa dentro do quadro de disponibilidade de fatores de produção que nós temos no País.

Apoiar a expansão e implantação de usinas à base de redução direta, inclusive para a produção apenas de ferro e esponja, nas áreas de Rio de Janeiro e São Paulo, utilizando em uma primeira etapa gás natural importado ou óleo combustível. Apoiar a expansão e implantação de usinas à base de redução direta, utilizando óleo combustível ou gás, na região nordeste do Estado do Espírito Santo. Nas regiões centro-oeste e Norte, considerar as alternativas de utilização de carvão vegetal ou óleo ou gás, a solução será estudada a nível do projeto.

Nas alternativas, isto é importante, que utilizam redutor importado devem ser destacados a nível de projeto a possibilidade de substituição, a médio prazo, por redutor nacional. Implantação ou expansão de usinas siderúrgicas, em cujas acárias a principal matéria-prima seja sucata, não serão considerados, para efeito de concessão de incentivos, a menos que a expansão seja feita por melhoria de produtividade.

Isso já lhes falei a respeito da disponibilidade de da sucata.

Participação das indústrias nacionais de equipamento e engenharia. Para os projetos já aprovados e em andamento, e os que considerem necessário utilizar até 1980, os mesmos sistemas de compra deverão ser utilizados com acordos e com a intervenção da CACEX. Para os demais projetos a fabricação de equipamentos que devem ser feitos no Brasil. Isto é outro item extremamente importante.

Lerei a conclusão para fazer outra observação.

Para o planejamento de sua expansão, a indústria de bens de capital deve considerar as metas mínimas de capacidades instaladas na siderurgia. Estas metas serão detalhadas, a partir de agora, até a conclusão do plano mestre de siderurgia e estimular a criação, no Brasil, de engenharia de projeto.

O problema básico é o seguinte: definir, com precisão, dentro desse programa de Metas de Siderurgia, quais são as metas de siderurgia e o mercado em termos de equipamentos para a indústria de bens de capital para que lhe possibilite um horizonte de investimentos que ela se capacite a atender quase integralmente o Programa Siderúrgico Nacional e mais, utilizar o Programa Siderúrgico Nacional como um dos indutores básicos da expansão do setor de bens de capital, porque no mercado da indústria de bens de capital os equipamentos siderúrgicos podem até atingir a 1/3 da fatia desse mercado e também com diversificação tecnológica.

A proposição é utilizar apoio total à indústria nacional de bens de capital, na sua evolução; utilizar o setor siderúrgico como indutor dessa expansão. E, por último, é o esquema financeiro.

Junto à Secretaria do Conselho funcionará um grupo interministerial para propor, no menor prazo, o detalhamento do esquema financeiro do Programa.

Acho que foi um item extremamente importante. Isso, vamos chamar assim, é um sonho que todo o siderurgista vem acalentando há muito tempo.

Esse grupo que vai funcionar junto à Secretaria do CONSIDER não é para fazer cálculo de investimento, quanto é que vamos gastar etc, por que com os números médios que lhe dei isso é um exercício até bastante singelo, bastante simplório, não tem dificuldade alguma.

O que esse grupo pretende estudar é a agilização de um sistema operacional de recursos financeiros para o setor de siderurgia.

Basicamente o que esse grupo pretende propor no Plenário do CONSIDER é uma medida dessa natureza: evitar-se que cada vez que se faça uma etapa do Plano Siderúrgico Nacional se faça uma série de discussões, se retorne o mesmo caminho tomado anteriormente com a perda de tempo num projeto de expansão, devemos minimizar qualquer desvio, qualquer perda de tempo. Essa mobiliza-

ção, essa agilização de recursos financeiros para o setor siderúrgico é um instrumento de extrema importância dentro desse planejamento, e é um sonho que todos os que militam em área de planejamento e siderurgia acalentavam há muito tempo.

Meus amigos, nessa parte de siderurgia vou ficar por aqui e vou discutir agora com os senhores, a parte do programa nosso de não-ferrosos.

O SR. JOSÉ MACHADO - Antes que V. Exa. passasse à segunda etapa solicitaria com permissão da Mesa, que V. Exa. repetisse a parte pertinente ao Projeto 73 - Mendes Júnior, de apoio.

O SR. ALUISIO MARINS - O projeto Mendes Júnior foi aprovado em agosto de 1973, pelo CONSIDER.

É um projeto com investimento da ordem, de novecentos e poucos milhões de dólares, um bilhão, nesta ordem de grandeza.

O empresário, até esta data, está com uma situação ainda não definida no sentido de equacionamento da composição financeira do projeto.

Essa composição financeira do projeto pressupõe financiamento do BNDE, de uma grande parte, um financiamento do Banco Mundial, do BIRD e de uma grande parte, um apoio da SIDERBRAS, de participação de capital não votante para o projeto. Ele está buscando lá fora, as últimas informações que tenho se estou transmitindo - a participação do capital para sócios estrangeiros. Ele acha, e hoje em dia é uma matéria extremamente discutida em economia, que o problema da correção monetária, se vem, se vai, se o empresário não aumenta se é grande; acha que com as condições prevaletentes de empréstimos atuais ele não poderia assumir esse risco de inflação. Isso dificultava. Ele estava querendo condições mais fáceis para viabilizar e tocar o projeto de maneira mais rápida. A ação do CONSIDER, nessa nova fase, quando chegamos a discutir, a reexaminar o projeto Mendes Júnior, foi no sentido de chamar o empresário. Os órgãos financeiros do Governo dão as regras do jogo. Ele diz: "bem, com essas regras do jogo eu posso; com essas regras eu viabilizo a participação do capital que devo receber de fora" - que é uma participação dele que ele está negociando lá fora. Essa negociação lá fora estava dependente dessa definição da estrutura financeira que ele armaria aqui. Então, estamos querendo fazer o seguinte: armar a estrutura financeira aqui dentro e esta participação que ele está esperando. Se ele toca o projeto estamos propondo que a SIDERBRAS participe para acelerar o projeto, para formular o projeto, em minha opinião. A proposição dele, por exemplo, é ter 51 ou 52% e os sócios estrangeiros terem o complemento aritmético disso, a. O projeto é de extrema importância dentro desse quadro que lhes apresentei. Por quê? É um dado importante que lhes dou. Esses déficits que assinalei, esse projeto, para efeito desse exercício de planejamento, como ele foi aprovado, mas não está sendo tocado, eu não considere nos quadros. Aqueles déficits apontados lá diminuiriam um milhão e duzentas mil toneladas, se considerado o projeto Mendes Júnior. Nosso objetivo é agilizar, dar condições ao empresário e, efetivamente, se ele, com esse tipo de apoio que é intenção do Governo apresentar, não puder viabilizar o projeto, devemos tocar o projeto de qualquer maneira.

Não podemos perder um projeto que já está em estado bastante adiantado, em estudo de maneira geral, engenharia, mercado, etc., e perder a utilização desse projeto numa fase importante de planejamento para a siderurgia brasileira, pois estamos com esses déficits que lhes apresentei.

Essa, Sr. Deputado, a idêntica sobre o que V. Exa. me perguntou.

O SR. JOSÉ MACHADO - Muito obrigado.

4. - Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos.

O SR. ALUISIO MARINS - Passando à segunda parte, como dizem os americanos, "lagr but not least", vou lhes dar uma idéia de como surgiu o programa de não ferrosos. O setor de não-ferrosos, passou a ser atribuição da Secretaria do

CONSIDER, e do Plenário dos Ministros responsáveis pelo desenvolvimento de setor, a partir de agosto de 1974. Antes o planejamento desse setor estava bastante atomizado em várias unidades governamentais e em várias unidades privadas, o esforço da Secretaria do CONSIDER, nesse momento, é aglutinar, em termo de planejamento global, esse tipo de planejamento que era feito nas várias unidades, sejam governamentais, sejam privadas.

É bom lembrar que o CONSIDER, em plenário de Ministros, não é a Secretaria Executiva que responde pela aprovação do projeto. Na aprovação de um projeto participa o Ministro do Planejamento, suas equipes e seus órgãos técnicos; participam o Ministério da Fazenda, Minas e Energia, Indústria e Comércio, que é bem representada pela Secretaria do CONSIDER. A Secretaria faz uma proposta ao Plenário e ele julga de acordo com o parecer da Secretaria do CONSIDER e dos respectivos órgãos técnicos.

E assim que flui a sistemática de análise de projeto dentro da Secretaria e do plenário do CONSIDER.

A partir de agosto de 74, a nossa incumbência foi dada pelo CDE, quando colocou o planejamento da parte industrial desse setor dentro do Conselho Nacional de Não-Ferrosos e Siderurgia e estipulou-nos um prazo para apresentação de um programa integrado para o desenvolvimento do setor.

Tivemos que recorrer aos dados disponíveis na época, dos vários órgãos governamentais para a montagem desse programa. Não haviam os estudos clássicos de montagem, de planejamento, para um programa dessa natureza. Agora está em duas vias, de concretização.

QUADRO XII
- NDO FERROSOS COMUNS -
CONSUMOS APARENTES

Valor : US\$106

	1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972		1973	
	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor
ALUMÍNIO	60,3	43,6	73,4	40,4	84,1	50,0	103,1	65,0	104,6	67,0	125,1	80,0	165,9	91,4	197,7	112,3
COBRE	58,0	63,3	55,0	58,2	74,0	82,1	79,5	108,6	88,0	121,7	108,5	116,9	125,2	124,1	142,3	253,7
CHUMBO	27,2	6,8	30,9	6,7	37,6	10,0	44,3	14,2	36,9	12,2	54,0	14,6	52,5	16,5	78,0	33,9
ZINCO	42,8	11,4	38,2	10,0	46,5	13,5	50,4	15,9	55,5	17,6	66,9	18,7	74,4	29,3	104,2	86,0
ESTANHO	1,8	6,5	1,5	5,4	1,9	6,2	2,1	7,6	2,5	9,6	2,9	10,7	2,8	10,6	4,0	19,3
NÍQUEL	1,7	2,9	1,2	2,3	1,8	3,7	1,6	3,6	1,9	5,6	2,5	6,9	2,9	8,4	5,3	17,6
TOTAL		134,5		124,0		165,5		214,9		233,7		247,2		225,3		525,1

FONTES: NIC/STI e CONSIDER

O primeiro passo seria fazer uma série de estudos de mercado para sentir a posição de não-ferrosos no Brasil. Vamos deixar claro aqui, que não precisamos esperar uma série de estudos para exercer uma série de ações executivas cujas necessidades estão aflorando.

Para os Srs. terem uma idéia do quadro XII, que é o consumo aparente dos não-ferrosos, com valores em dólares históricos, nos respectivos anos, esse consumo aparente evoluiu de 134 milhões de dólares em 1966 para 525 milhões de dólares, em 1973.

Com base nesse consumo aparente, porque encontramos naquelas dificuldades que lhes apontei de início: não adianta começar a pegar série de 20, 30 anos para projetar daqui a 10 anos na frente, porque incorporamos uma série de distorções que existem no passado, principalmente, um clássico em Economia, que é a demanda reprimida. Se se projetar assim, vamos fazer recair no mesmo tipo de planejamento que lhes falei para a siderurgia e que foi feita de maneira conservadora.

Tomamos tais valores e arbitramos em torno de algumas taxas, utilizamos algumas elasticidades desses metais em relação a consumo setorial, em relação a agregados macroeconômicos e fizemos a projeção de algumas metas de mercado e, consequentemente, de capacidade para o setor.

Para dar uma idéia, porque não dispomos de nosso relatório, inclusive estou deixando um relatório da Secretaria do CONSIDER de 1974 à disposição dos senhores, que tem uma série de estatísticas, cronograma desses programas de expansão de siderurgia,

projeção de mercados não-ferrosos, projeção de mercados de produtos siderúrgicos.

É um relatório na base numérica, muito simples, os senhores têm o consumo em 74. Vale apontar nesse quadro que será discutido na frente de que somos extremamente deficitários no setor de não-ferrosos.

Não estou sendo original, não estou dizendo nenhuma novidade aos senhores: 300 milhões de dólares num ano, 525 e 590 ou valor dessa ordem no outro ano.

A produção nacional de não-ferrosos comuns é representada no quadro XIII.

As observações que os Srs. podem ver é uma baixa produção de alumínio. O fato interessante também é que 90% da produção de cobre é obtida a partir da oferta secundária, que é a recuperação da sucata.

Para produção de alumínio, chumbo e estanho, importamos parte das matérias-primas.

É importante os Srs. verem a participação, ainda muito incipiente no setor secundário, na produção de alumínio; os Srs. têm 9% em 72, um pouco mais de 10% em 1973. Para citar um exemplo - no Japão a participação da indústria secundária na estrutura de produção é da ordem de 50%.

No quadro XIV temos a produção efetiva de 1974 com o nome das empresas listadas; isso é um documento de divulgação geral e inclusive consta do relatório do CONSIDER.

QUADRO XIII
NÃO FERROSOS COMUNS - PRODUÇÃO NACIONALValor: US\$ 10⁶

		1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972		1973	
		10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor
ALUMÍNIO	Primário	32,9	17,8	38,0	20,9	41,4	24,6	42,9	27,0	56,1	35,9	80,6	51,6	100,0	55,1	111,4	63,3
	Secundário	6,0	3,2	6,0	3,3	6,0	3,6	6,0	3,8	8,0	5,1	8,0	5,1	8,0	4,6	15,0	8,9
	Total	38,9	21,0	44,0	24,2	47,4	28,2	48,9	30,8	64,1	41,0	88,6	56,7	108,0	59,7	127,0	72,2
COBRE	Primário	3,0	3,3	1,8	1,9	3,5	3,9	3,7	5,1	4,6	6,4	5,1	5,5	4,8	4,9	4,2	7,5
	Secundário	24,0	26,2	21,0	21,8	25,0	27,7	26,5	36,2	28,8	39,3	31,2	33,8	35,7	36,0	42,5	75,8
	Total	27,0	29,5	22,8	23,7	28,5	31,5	30,2	41,3	33,4	46,2	36,3	39,1	40,5	41,5	46,7	83,3
CHUMBO	Primário	17,4	4,3	17,5	3,8	16,0	4,4	18,4	5,9	19,5	6,4	25,7	7,0	25,0	7,5	34,1	15,0
	Secundário	4,2	1,0	6,9	1,5	9,4	2,5	13,3	4,3	16,0	5,3	20,0	5,4	22,0	7,0	24,0	10,3
	Total	21,6	5,3	24,4	5,3	25,8	6,9	31,7	10,2	35,5	11,7	45,7	12,4	47,0	14,5	58,5	25,3
ESTANHO	Primário	1,6	5,8	1,9	6,4	1,9	6,2	2,2	8,0	3,6	13,8	2,2	8,1	2,5	9,4	3,8	18,3
	Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,6	5,8	1,9	6,4	1,9	6,2	2,2	8,0	3,6	13,8	2,2	8,1	2,5	9,4	3,8	18,3
ZINCO	Primário	1,3	0,3	1,8	0,5	3,5	1,0	4,7	1,5	9,1	2,8	12,5	4,1	16,2	6,4	22,3	18,6
	Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	3,4	1,1	3,7	1,2	3,7	1,5	5,0	4,2
	Total	1,3	0,3	1,8	0,5	3,5	1,0	4,7	1,5	12,5	3,9	16,2	5,3	19,9	7,9	27,3	23,0
NÍQUEL	Primário	1,0	1,7	1,1	2,1	1,0	2,1	1,3	3,0	2,5	7,3	2,6	7,2	2,7	7,8	2,7	9,1
	Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS			53,6		62,2		76,0		94,8		123,9		128,0		141,0		231,2

FONTE: MIC/STI e CONSIDER.

QUADRO XIV

Unidade: t

	Metal Primário	Metal Secundário	Total
ALUMÍNIO	113.602	12.444	126.046
C B A	38.553		
ALCAN-MG	31.679		
ALCAN-BA	13.855		
ALCOMINAS	29.515		
COBRE	2.500	51.000	53.500
C B C	2.500		
CHUMBO	41.686	21.077	62.763
COBRAC	30.502		
PLUMBUM	11.184		
ZINCO	30.519	5.000	35.519
C H H	23.642		
INGA	6.877		
ESTANHO	6.156		6.156
CIA-BEST-CIF-SBH	1.802		
CEBRA	3.006		
S. JOÃO DEL REY	.86		
MAHORE-PARANAPANEMA	698		
BERA DO BRASIL	564		
NÍQUEL (*)	2.391		2.391
CIA. NÍQUEL DO BRASIL	.64		
NORRÔ DO NÍQUEL	2.329		

OBSERVAÇÃO: (*) - Níquel contido no Ferro-Níquel

FONTE: - ABAL, ICZ, Sindicato Nacional dos Produtores de Estanho e CONSIDER.

Faremos um balanço da situação como estava, em termos de importação e exportação, porque o número é mais interessante.

No quadro XV a última coluna é importante. Estamos deficitários, praticamente, em tudo. Para estanho temos uma capacidade de produção acima do consumo de mercado, mas temos de importar o minério de estanho, porque a produção efetiva é insuficiente ainda. O nível de exploração é insuficiente e exportamos uma parte de estanho sob forma de concentrado.

Importamos o níquel metálico. Não fabricamos o níquel metálico, no Brasil, e exportamos o ferro-níquel. No total o balanço de 1973, deu 3,5 milhões de dólares de importação, com uma exportação de 0,9 milhões de dólares.

O quadro XVI indica as taxas de crescimento de consumo dos não-ferrosos comuns que utilizamos para abalzar os números desse programa de 1983, montada - como eu lhes disse - através daquela série histórica pequena que os Srs. viram - e feitos alguns exercícios em termos de regressão, com agregados macro-econômicos, como consumo de alumínio, produtos industriais, produtos da indústria de transformação renda nacional, etc.

Foram essas as taxas utilizadas. Sobre o alumínio, inclusive, essa taxa pressupunha que dentro do programa tínhamos uma ideia que possamos formar numa certa fase, a exportar aquilo de que temos no País, e precisávamos superdimensionar a oferta de alguns metais que temos condições de produzir a mais, para fazer um balanço no programa de não-ferrosos mais positivos ou até zerado, no final do programa.

No quadro XVII os senhores têm a projeção da demanda dos não-ferrosos comuns, com o valor em dólar e taxa de conversão de setembro de 1974.

O importante é que temos a demanda prevista para 1983, com os preços de fins de 1974 e que, inclusive, não estavam no nível que do mercado internacional, já estava em fase decrescente. A de

QUADRO XV
IMPORTAÇÃO (-) E EXPORTAÇÃO (+) DOS
METAIS NÃO-FERROSOS COMUNS

Valor: US\$ 10⁶

	1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972		1973	
	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor
ALUMÍNIO	-41,9	-22,6	-29,4	-16,2	-36,7	-21,8	-54,2	-34,2	-40,5	-25,9	-35,5	-23,4	-57,9	-31,9	-71,7	-40,7
COBRE	-43,4	-47,4	-36,9	-38,4	-50,4	-55,9	-48,0	-65,6	-53,2	-73,3	-72,3	-77,9	-85,3	-87,5	-95,6	-170,5
CHUMBO	+ 5,6	+ 1,4	+ 6,5	+ 1,4	+11,8	+ 3,1	+12,6	+ 4,0	+ 1,4	+ 0,5	+ 8,3	+ 2,2	+ 5,5	+ 1,7	+20,0	+ 8,6
ZINCO	-41,5	-11,0	-36,4	+ 9,5	-43,1	-12,5	-45,7	-14,4	-44,0	-13,7	-50,7	-16,8	-56,5	-21,4	-76,9	-65,0
ESTANHO	+ 0,2	+ 0,7	-	-	-	-	+ 0,4	+ 1,5	+ 1,1	+ 4,2	+ 1,8	+ 6,6	+11,7	+ 6,4	+ 1,4	+ 6,8
NÍQUEL	+ 0,9	+ 1,5	+ 0,6	+ 1,5	+ 1,2	+ 2,5	+ 1,0	+ 2,3	+ 1,4	+ 4,1	+ 1,5	+ 4,1	+ 2,1	+ 6,1	+ 3,5	+11,6
TOTAIS	-	-84,6	-	-67,0	-	-95,8	-	-122,0	-	-118,0	-	-131,1	-	-155,0	-	-303,4
	+ 0,3	+ 1,0	+ 1,5	+ 1,5	+ 1,5	+ 1,5	+ 3,3	+ 11,5	+ 9,4	+ 10,0	+ 9,4	+ 10,0	+ 9,4	+ 10,0	+ 9,4	+ 10,0

FONTES: HIC/STI e CONSIDER

QUADRO XVI

TAXAS DE CRESCIMENTO DO CONSUMO DOS MÃO-FERROSOS COMUNS	
Alumínio	20% a.a.
Cobre	14% a.a.
Chumbo	13% a.a.
Zinco	13% a.a.
Estanho	10% a.a.
Níquel	17% a.a.

QUADRO XVII

MÃO-FERROSOS COMUNS - PROJEÇÃO DA DEMANDA

Valor: US\$ 10⁶

	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		Total	
	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor	10 ³ t	Valor
Alumínio	235	212	232	254	320	305	405	356	407	439	500	517	707	622	841	753	1.003	919	1.213	1.007	5.493	
Cobre	183	236	126	269	212	305	242	349	276	392	314	454	558	517	400	509	400	672	531	765	4.555	
Chumbo	78	42	89	48	101	54	114	61	108	69	145	78	144	85	100	99	210	212	237	127	223	
Zinco	134	94	110	106	133	120	151	136	170	154	192	174	217	176	244	222	278	250	314	281	1.735	
Estanho	4	35	4	35	5	42	5	47	5	51	6	57	7	52	8	65	9	76	9	82	561	
Níquel	5	24	6	28	7	31	8	39	9	45	11	52	13	61	15	72	17	84	20	90	434	
TOTAL	643	643	744	744	859	859	997	997	1.130	1.130	1.342	1.342	1.556	1.556	1.608	1.608	2.106	2.106	2.449	2.449	13.657	

FONTE: CONSIDER

Preços internacionais de mês de setembro de 1974
Taxa de conversão: Cr\$/US\$ = 7,067

QUADRO XVIII

METAIS NÃO-FERROSOS COMUNS - PROJEÇÃO DA OFERTA
INCLUINDO INICIATIVAS PRIVADAS E PROJETOS CONDICIONAIS PROPOSTOSUnidades: 10³ t

1974			1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
131,6	ALUMÍNIO	Primário	128,0	138,0	167,0	208,0	466,0	602,0	635,0	825,0	1.035,0	1.315,0
		Secundário	12,0	14,0	17,0	20,0	24,0	29,0	34,0	41,0	49,0	59,0
		Total	137,0	152,0	184,0	228,0	490,0	631,0	669,0	866,0	1.084,0	1.374,0
53,5	COBRE	Primário	5,0	5,0	5,0	5,0	6,0	8,0	208,0	208,0	278,0	408,0
		Secundário	39,0	44,0	50,0	56,0	65,0	74,0	84,0	96,0	109,0	124,0
		Total	44,0	49,0	55,0	61,0	73,0	82,0	292,0	304,0	387,0	532,0
69,7	CHUMBO	Primário	37,0	43,0	63,0	66,0	60,0	60,0	102,0	132,0	132,0	172,0
		Secundário	28,0	31,0	35,0	43,0	45,0	51,0	59,0	54,0	69,0	65,0
		Total	56,0	74,0	98,0	109,0	105,0	111,0	161,0	186,0	192,0	237,0
35,5	ZINCO	Primário	37,0	37,0	58,0	70,0	155,0	161,0	210,0	210,0	210,0	300,0
		Secundário	5,0	5,0	6,0	7,0	9,0	19,0	11,0	12,0	13,0	15,0
		Total	37,0	42,0	64,0	77,0	163,0	171,0	221,0	222,0	223,0	315,0
6,1	ESTANHO	Primário	4,2	4,7	5,1	5,6	6,2	6,8	16,0	17,5	19,4	21,3
		Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Total	4,2	4,7	5,1	5,6	6,2	6,8	16,0	17,5	19,4	21,3
2,4	NÍQUEL	Primário	3,3	3,3	3,3	8,3	15,4	18,9	23,9	23,9	23,9	23,9
		Secundário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Total	3,3	3,3	3,3	8,3	15,4	18,9	23,9	23,9	23,9	23,9

FONTE: CONSIDER

manda acumulada deve atingir quase 14 milhões de dólares, que é o número envolvido - vamos dizer - de consumo quantificado em valor de dólar previsto dentro desse programa nacional de não-ferrosos.

É importante assinalar que com um estudo de mercado que devemos concluir dentro de dois ou três meses, esses números serão reavaliados de uma maneira mais técnica. Não dispúnhamos de um estudo de mercado específico, realizado nos moldes clássicos, sejam consultas setoriais, sejam consumos específicos, sejam consultas empresariais; isto está sendo exercitado através de algumas consultoras que foram contratadas para a execução desse estudo.

No quadro XVIII temos a projeção da oferta dos não-ferrosos comuns.

Nessa programação, não estão os metais não-ferrosos especiais pois praticamente não dispúnhamos de estatística alguma, fomos obrigados a contratar um estudo que está sendo realizado por duas consultoras, para que dispussemos de alguns números sobre os "especiais" e fizêssimos uma tentativa de planejamento, porque os dados de que dispúnhamos eram muito fracos, mesmo para elaborar um tímido exercício de planejamento.

Os Srs. têm aí o resultado quantificado, em mil toneladas, das projeções de oferta prevista. Foi criada uma figura, em termos de planejamento, através de uma orientação da Planária do CONSIDER, que se chamou projetos condicionais.

Esses projetos condicionais propostos ficariam sujeitos - evidentemente eles têm um alto grau de segurança - ao surgimento de novas ocorrências minerais de determinados produtos, determinados metais que temos escassez e, também, no caso de mobilizar atividades empresariais para fazer isso.

Vejam os Srs., por exemplo, o alumínio: em 1983 uma produção, primário, secundário, num total de um milhão, trezentos e setenta e quatro mil toneladas. Não adianta examinar número por número. Depois faremos um balanço geral da situação.

QUADRO XIX

BALANCEAMENTO DE OFERTA E DEMANDA

SALDO ACUMULADO NO PERÍODO - 1974/1983

	Importação 10 ³ t	Exportação 10 ³ t	Saldo	
			10 ³ t	US\$ 10 ⁶
Alumínio	- 558	+ 366	- 222	- 200
Cobre	- 1.276	-	- 1.276	- 1.043
Chumbo	- 140	-	- 140	- 75
Zinco	- 388	-	- 388	- 350
Estanho	-	+ 45	+ 45	+ 403
Níquel	- 7	+ 45	+ 38	+ 183
TOTAL ACUMULADO				- 1.802

FONTE: CONSIDER

NOTA: Neste quadro não foi considerada a importação, no período em questão, de alumina e concentrações de outros metais, cujo valor atingiria US\$ 2.044 milhões.

Temos no quadro XIX um dado interessante. Se realizássemos esse programa integralmente, se fizéssemos 13 pontos chegaríamos, mesmo assim, com um déficit previsto de quase dois bilhões de dólares, até 1983, nesse setor de não-ferrosos. Isso, sem contar o equivalente a mais de dois bilhões de dólares, aproximadamente, que teríamos de importar, em concentrados de alguns metais para viabilizar o programa.

Teríamos se o programa fosse cumprido "na ponta" - to do mundo sabe que há uma faixa de variação, em termos de planejamento - a mero título informativo um déficit da ordem de quatro bilhões de dólares, nesse período que está considerado, agora, evidentemente, os números de investimento para essas capacidades de produção.

No quadro XX estão os números de investimento, a capacidade prevista, metal por metal, e os projetos que temos em mãos, previstos, expansão e projetos condicionais propostos.

Nessa altura, queria solicitar aos meus companheiros da Coordenadoria de Não-Ferrosos, que fizessem um comentário, incisivo dos projetos que temos em mãos, dentro da Secretaria do CONSIDER, como é que se compõem dentro desse quadro.

Aqui está o Engenheiro Miguel Bohmoletz, que é da Coordenadoria dos Não-Ferrosos do CONSIDER.

O SR. MIGUEL BOHMOLETZ - Pediria ao Dr. Versiani que explicasse a parte de alumínio e estanho e, depois, o Dr. Orlando Euler, cobre e níquel; e o Dr. Bottrel, zinco e chumbo. O que vem a ser, quais são os projetos previstos, as expansões e também os condicionais para cada metal. Dr. Versiani, por favor.

O SR. FERNANDO VERSIANI - No caso do alumínio foram considerados, em primeiro lugar, as expansões das atuais produtoras, que são três: Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim; a ALCAN, Alumínio do Brasil e sua subsidiária Alumínio do Brasil do Nordeste e, ainda, a Companhia Mineira de Alumínio - a ALCOHINAS que é do Grupo ALCOA, americana. Todos esses três produtores têm plano de expansão em andamento.

As quantidades previstas foram colocadas de modo a se atingir aquela capacidade instalada que aparece no quadro XX.

Além dessas expansões, os projetos considerados previstos, na época da elaboração do programa, eram três. O primeiro deles é o conhecido da ALBRÁS, a Empresa formada pela Companhia Vale do Rio Doce e pelo Consórcio Japonês da Light Metals Smelter Association. Esse projeto se encontra em estudo de viabilidade, e a capacidade de trezentos e vinte mil toneladas anuais deverá, segundo o relatório preliminar da empresa, ser atingida em 1983. Com vem salientar que da capacidade total então atingida, cerca da metade reservada à exportação.

O segundo e o terceiro que aparecem no quadro são projetos que, na época da elaboração do programa, estavam em estudo de pré-viabilidade. São projetos da ASA, Extrusão e Laminação S.A., que cogitava instalar uma usina de redução em Pernambuco, utilizando, inicialmente, alumina importada e, posteriormente, de acordo com as disponibilidades, utilizará alumina proveniente da Região Norte.

QUADRO XX
INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO PERÍODO 1974/1983
PROJETOS PREVISTOS E PROJETOS CONDICIONAIS

		PROJETOS	CAPACIDADE DE 1981	INVESTIMENTO NO PERÍODO	OBSERVAÇÕES	ISS10 ⁶
ALUMÍNIO	Previstos	1	320	2.100	Alumina - Alumina Energia e Infra-estrutura	2.900
		2	100	180	Alumina	
		3	100	180	Alumina	
	Expansões	190	520		Alumina e Alumina	
	Condi- cionais	1	180	324	Alumina	882
COBRE	Previstos	2	310	558	Alumina	
		1	70	315	Mineração e Metalurgia	465
	Expansões	2	100	150	Metalurgia	
		1	100	150	Metalurgia	345
	Condi- cionais	2	130	195	Metalurgia	
CHUMBO	Previstos	1	12	11	Mineração e Metalurgia	33
		Expansões	55	22	Metalurgia	
	Expansões	1	70	28	Metalurgia	28
		1	25	28	Mineração e Metalurgia	90
	Condi- cionais	Expansões	83	62	Mineração e Metalurgia	
ZINCO	Previstos	1	80	60	Metalurgia	120
		2	90	68	Metalurgia	
	Expansões	1	5	6	Metalurgia	6
		1	11	173	Mineração, Metalurgia e Energia	213
	Condi- cionais	2	5	60	Mineração, Metalurgia e Energia	
NÍQUEL	Previstos	1	5	40	Metalurgia	40
		1	5	40	Metalurgia	
	Expansões	1	5	40	Metalurgia	40
		1	5	40	Metalurgia	
	Condi- cionais	1	5	40	Metalurgia	40
INVESTIMENTO TOTAL						5.270

Fonte: CONSIDER

NOTA: As expansões se referem às empresas já em operação.

A capacidade final prevista no projeto seria de cem mil toneladas, a serem atingidas em 1979.

O terceiro que aparece é da Empresa IFEMA. É uma indústria que atualmente produz cabos condutores de alumínio em São Bernardo do Campo e que cogitava instalar uma usina de redução possivelmente, em Santa Cruz, no Rio, utilizando, de início, alumina importada e posteriormente do Norte do País.

Esses, foram os projetos considerados previstos. Os condicionais foram propostos para que se atingisse uma meta auto-suficiência em alumínio, a partir de 1980, e entrada no Brasil como exportador a partir de 1981; foram considerados dois projetos condicionais, com capacidades finais de 180 mil, o primeiro, e um segundo de 310 mil toneladas/ano.

É evidente que não há maiores considerações a fazer a respeito destes, porque são condicionais, quer dizer, apareciam se houvessem condições.

Quanto ao estanho, o quadro atual é o seguinte: o País tem grande capacidade ociosa de produção do metal. Essa capacidade ociosa surgiu de uma expectativa verificada alguns anos atrás, de que viessem a ser descobertas grandes reservas de cassiterita, particularmente em Rondônia.

Os fundidores assim chamados - ampliaram muito a sua capacidade de produção. No entanto a produção de cassiterita não atingiu aquilo que se esperava.

O que acontece hoje é que temos capacidade ociosa. Para uma capacidade total da ordem de 16 mil toneladas/ano de metal, produzimos no ano passado 6 mil e 100 toneladas. Dessas 6 mil e 100, cerca de quatro mil foram consumidas internamente e o restante foi exportado, embora para produzir essas 6 mil e 100 toneladas importamos alguma cassiterita, porque a produção nacional de cassiterita não foi suficiente. Não há planos para aumento de capacidade, desde que temos capacidade ociosa instalada. O que há são iniciativas no sentido de estimular o aumento da produção nacional de cassiterita, que poderá levar os mineradores a identificar novas reservas. As reservas de cassiterita conhecidas atualmente correspondem - levando em conta as projeções da comissão da para um período de cerca de doze ou treze anos, não mais do que isso.

De modo que podemos afirmar que, com as reservas conhecidas hoje, somos apenas suficientes em matéria prima para este ano e não candidatos a exportadores, pelo menos no enquanto.

O Sr. ORLANDO EULER - na parte de cobre, os projetos previstos na ocasião da elaboração do Programa (fins de 1974) compreendiam a instalação de uma usina com capacidade de 70 mil toneladas/ano, que entraria em operação em 1982; essa implantação e esse projeto previsto foram baseados nos estudos que vinham e vêm sendo realizados sobre o minério de Carajás. Foi também considerado prevista iniciativa de um grupo paulista que vem realizando um estudo de viabilidades para a implantação de uma unidade de produção de 100 mil toneladas por ano, baseado em concentrados importados, a partir de 1980.

Para que a demanda prevista no Programa pudesse ser atendida, a oferta projetada considerou dois outros projetos condicionais: um de 100 mil toneladas, que teria a sua operação iniciada em 1981, e um segundo projeto condicional, de 130 mil toneladas, que teria início de operação em 1983. Isso permitiria que a demanda de 531 mil toneladas, em 1983, pudesse estar sendo atendida por esses projetos de produção de cobre primário e mais a produção de cobre secundário, que foi estimada em 24% da demanda em cada ano na projeção do consumo e da oferta de produção.

No caso do níquel, desde que conhecida a projeção da demanda e admitido o comportamento dessa demanda de acordo com aquela projeção, - deveríamos ter, para atender essa demanda, três projetos: dois deles previstos e conhecidos em fins de 1974, e um projeto condicional.

O projeto nº 1 previsto, é de uma produção de cerca de 11 mil toneladas de níquel metálico, baseada nas reservas de Ócu em Goiás, projeto esse, em fase adiantada de estudos e de implantação prevista para 1978, da CODEMIL, do grupo BRASIMET, em São Paulo e o segundo projeto previsto, de 5 mil toneladas de níquel metálico, da Companhia Níquel Tocantins, do Grupo Votorantim, com previsão de entrada em funcionamento no 2º semestre de 1976,

Para que o atendimento do mercado fosse viabilizado, foi considerada uma outra unidade condicional de 5 mil toneladas de níquel metálico que entraria em operação em 1980.

Esses foram os projetos considerados na elaboração do Programa Nacional de Metais Ferrosos para cobre e níquel.

O Sr. CARLOS BOTTREL - No sub-setor do chumbo, existe apenas um projeto previsto, que é o da Metamig, através de sua subsidiária, "Mineração Morro Agudo", como foi mencionado pelo Sr. Governador de Minas Gerais, há dois dias. É da ordem de 11 a 12 mil toneladas anuais de chumbo. Esse é o único projeto previsto no Programa Nacional.

Quanto às expansões, na ocasião em que foi elaborado o Programa, o Grupo Plumbum Cobrac - Boquira e tinha em mente uma expansão das suas unidades produtoras, uma na Bahia e outra no Paraná, num total de 55 mil toneladas anuais. Posteriormente, tendo em vista os números adotados no Programa, foi expresso pela Diretoria desse Grupo a intenção de não mais fazer essa expansão, porém uma nova grande usina que incluiria não só o valor do que era então considerado expansão - 55 mil toneladas - como também o que havíamos chamado, no Programa, de Projeto Condicional. Houve um passo positivo por parte do grupo em idealizar uma nova unidade produtora, que totalizaria 120 mil toneladas/ano, ou seja, iria se somar, o que era chamado antigamente "expansão", mais a usina condicional de 70 mil. Existe um plano preliminar e de qualquer forma positivo por parte do Grupo Produtor em se fazer uma Usina com 120 mil toneladas, preenchendo portanto lacuna que está no Programa Nacional, das 70 mil toneladas anuais. Isso inclusive com a participação de grupos empresariais nacionais. Essa é a situação do chumbo.

Com relação ao zinco, o único projeto previsto na ocasião da elaboração do Programa, era o da METANIG que, estava previsto na faixa de 25 mil toneladas. Posteriormente, com a concretização de novas jazidas, ou uma melhor medida das jazidas, esse número foi alterado para 35 mil toneladas, como foi declarado há dois dias.

Na parte de expansões, o que estava previsto eram expansões das duas atuais empresas num total de 83 mil toneladas.

As duas atuais empresas são: a Companhia Mineira de Metais e a Companhia Mercantil e Industrial Ingá que são, no momento, as duas únicas em operação. A soma das expansões totalizava 83 mil toneladas anuais.

Com relação aos projetos condicionais, haviam dois projetos condicionais: um de 80 mil toneladas, e outro de 90 mil toneladas, com a finalidade, como já foi mencionado pelo Dr. Martins, de se atender a demanda até 1983.

Também isso já evoluiu favoravelmente, no sentido de que já surgiu um grupo empresarial brasileiro, interessado em preencher quase a totalidade da usina condicional 1, ou seja, o Grupo Jorge Torquato, através de sua empresa Paraibuna de Metais. Há um pré-projeto quase concluído de uma usina que se iniciaria com 30 mil toneladas anuais, passando três anos depois - para 60 mil toneladas anuais, ou seja, preencheria uma boa parte desse primeiro projeto condicional.

Como os Srs. vêm, ainda ficaria lugar para uma quinta Usina de grande porte de 90 mil toneladas. Esse é o panorama atual nas áreas do chumbo e do zinco.

O Sr. ALUISIO MARIUS - Como conclusão da apresentação desse quadro, vemos que os investimentos previstos alcançam a ordem de 5 bilhões e 230 milhões de dólares. Se somarmos esses números de investimentos, aos números de importação previstos no decorrer do Programa, tanto no de Metais como no Programa de Importações de Concentrados, teremos um esforço da ordem de 9 bilhões de dólares. Gostaria de passar ao Quadro de insumos necessários e pediria aos Senhores, que fizessem um comentário desse Quadro.

O Sr. CARLOS BOTTREL - Esse quadro XXI foi baseado na oferta de metal primário apresentado anteriormente, (quadro XVIII). Temos, na primeira coluna, o total das necessidades de metal contido, em produção primária.

Na segunda coluna temos as reservas conhecidas em termos de metal contido. Comparando as nossas necessidades em termos de lingotes e as nossas reservas conhecidas até agora, pode-se tirar uma conclusão da situação de que, no alumínio, temos abundância; no caso de cobre e chumbo, escasso; no zinco, abundante; no estanho, escasso; no níquel, abundante e na fluorita, que é uma matéria-prima básica, bastante escasso, considerando que somente a indústria siderúrgica deverá precisar, até 1973, cerca de 945 mil toneladas deste insumo.

QUADRO XXI
MINÉRIOS E OUTROS INSUMOS
Período - 1975 - 1983

	Necessidades (Metal Contido) 10 ⁴ t	Reservas conhecidas (Metal Contido) 10 ⁴ t	Situação Presente
Alumínio	5.448	393.000	Abundante
Cobre	1.133	1.000	Escasso
Chumbo	823	246	Escasso
Zinco	1.411	3.400	Abundante
Estanho	103	105	Escasso
Níquel	145	793	Abundante
Fluorita (1)	545	902	Escasso (2)

- (1) - Consideradas apenas as necessidades para a produção dos fluorretos necessários à indústria do alumínio.
- (2) - Considerando-se que somente a indústria siderúrgica poderá consumir, até 1983, cerca de 945 mil t.

O Sr. Aluísio Marins gostaria, a exemplo do que fiz no Setor de Siderurgia, ao encerrar essa apresentação da parte dos não ferrosos, fazer uma leitura das diretrizes básicas aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 24 de janeiro, a respeito do Programa dos não-ferrosos.

O desenvolvimento da indústria de metais não-ferrosos comuns, no sentido do país alcançar, em 1983, visa a autosuficiência no atendimento do mercado interno e gerar excedentes exportados para alguns desses metais, bem como palmejar, implantar e desenvolver a indústria de metais não-ferrosos especiais. Constituem metas físicas de produção primária e secundária dos metais não-ferrosos comuns a serem atingidas até 1983, as seguintes:

Alumínio	-	1 milhão, 374 mil
Cobre	-	1 milhão, 532 mil
Chumbo	-	1 milhão, 238 mil
Zinco	-	1 milhão, 315 mil
Estanho	-	1 milhão, 21 mil
Níquel	-	1 milhão, 24 mil

Os investimentos totais para o subsector de produção primária deverão atingir, como os Srs. já viram, 5 bilhões e 320 milhões de dólares.

O Governo envidará esforços no sentido de que a indústria de metais não-ferrosos comuns continue sob a égide da iniciativa privada, a qual, para tanto, contará com o apoio governamental através de estímulos creditícios para a execução de seus programas de expansão ou de implantação de novas usinas e fusão de empresas.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico será o principal agente financeiro do Programa.

O Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia, objetivando o cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 74.361, promoverá os estudos e as medidas de caráter técnico econômico-financeiro necessários ao atendimento das metas físicas, anteriormente citadas, assim como para a implantação e desenvolvimento das indústrias dos metais não-ferrosos especiais.

O Ministério das Minas e Energia encarregar-se-á de promover ação destinada a garantir matéria-prima mineral para a auto-suficiência brasileira em metais não-ferrosos comuns e a geração de excedente exportável, para alguns desses metais.

Para efeito do programa será dada prioridade aos empreendimentos destinados a expandir ou implantar unidades produtoras dos metais considerados. A mesma prioridade será conferida aos empreendimentos destinados a pesquisar e explorar minérios destinados ao abastecimento da indústria do não-ferrosos.

Os empreendimentos que se estabelecerem, em decorrência do presente programa, deverão observar os cuidados necessários à preservação do meio-ambiente ou controle da poluição.

Aqui, então, encerro a exposição. Muito obrigado. (palmas, Palmas)

O Sr. PRESIDENTE João Calmon - Suspendo, por 5 minutos, a sessão, e ao reabrirnos iniciaremos os debates.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Iniciando a segunda parte dos nossos trabalhos, concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, a quem devemos a iniciativa da realização desse Seminário sobre Política Mineral do País.

O SR. ITAMAR FRANCO - Senador João Calmon, primeiramente para cumprimentar o Dr. Aluísio Marins pela exposição que S.Sa. fez acerca da Política Metalúrgica do nosso País.

Já conhecemos S.Sa. de nome, pela sua capacidade profissional e seu acentuado espírito público, razão pela qual, primeiramente, levo ao nosso brilhante conferencista os meus aplausos.

Dr. Aluísio, impressionou-me, vivamente, o controle que o Governo já pretende fazer sobre as exportações de manganês. Fiquei bastante impressionado com esse cuidado do nosso Governo e, sobretudo, o cuidado que se dá em nosso País aos não-ferrosos.

V.Sa. já disse muito bem que não adianta falar em números, se importamos 590 milhões de dólares. O importante é que se procure uma política realista sobre os não-ferrosos. Não basta falarmos que se mede o desenvolvimento de um país pelo seu consumo de aço, se esquecermos dos não-ferrosos. Foi o que aconteceu com o nosso níquel, conhecido há mais de 30 anos, com grande reserva em Goiás, em Minas Gerais e, sobretudo, com a descoberta no Piauí, e esse níquel aí estava. Falava-se que não poderia ser aproveitado, como o níquel canadense, face às dificuldades do seu processo metalúrgico. Mas, aos poucos o Brasil vai vencendo esse desafio e através do CONSIDER a política dos não-ferrosos caminha no seu aspecto realístico.

Eu pediria licença a V. Sa. porque, evidentemente, o Senado difere um pouco da Câmara dos Deputados; nós, Senadores, representamos o povo na sua regionalidade, na sua condição local de vida. É claro que como representante de Minas Gerais, nesta Casa, devo prevalentemente no caso atual, buscar um pouco de conhecimento de Minas Gerais.

Primeiro, saber de V. Sa. se concorda com a vocação siderúrgica de Minas Gerais?

Segundo, deter-me sobre a Siderúrgica Mendes Jr.

V. Sa. já explicou a foma que temos de aços não-planos. Essa é uma siderúrgica de aços não-planos.

Acompanhei os trabalhos dessa siderúrgica desde o seu início, quando se tinha a sua idéia, em 1970. Eu era Prefeito de Juiz de Fora. Posteriormente voltei a ser Prefeito da aquela cidade, renunciando para concorrer ao Senado, e tenho acompanhado o esforço daqueles empresários para que localizem em Juiz de Fora, minha cidade natal, essa indústria de não-planos, que interessa muito ao País.

Nos últimos dados por V. Sa. fornecidos chegamos à conclusão de que em 1980 deveremos ter um déficit de 4.200 mil toneladas. A Mendes Jr. projetada inicialmente para 300 mil toneladas, teve que alterar todo o seu plano, a partir de 1971, para atingir aquele desejo do Governo, de 1.200 mil toneladas.

Ouvir V. Sa. dizer sobre algumas dificuldades que enfrenta o empresário Mendes Jr., nesse setor. Mas perguntaria:

Primeiro - há muitos anos eles vêm lutando por essa siderúrgica, em Juiz de Fora, aprovada pelo CONSIDER, em 1973. V. Sa. nos disse que seu Grupo Mendes Jr. não puder manter esse projeto o Governo o assumirá. Aí, então, vai a minha pergunta: uma melhor exposição sobre o problema Mendes Jr. E segundo, se o Governo assumir o projeto Mendes Jr. se a sua localização será mantida na cidade de Juiz de Fora. E a última pergunta, já que se pretende uma política siderúrgica nacional, como vai o problema do treinamento da mão-de-obra?

O SR. ALUISIO MARIAS - Respondendo a primeira pergunta de V. Exa., Senador Itamar Franco, afirmamos que a questão da vocação siderúrgica de Minas Gerais é um fato incontestável, desde que Minas Gerais é um dos maiores produtores de aço do País.

A questão do Projeto Mendes Jr. Ele foi inicialmente concebido por ocasião da emissão da Resolução nº 15, do CONSIDER, que estabelecia diretrizes para a expansão do setor de laminados não-planos, e conferia prioridade às usinas de grande porte, como hoje permanece. O empresário Mendes Jr. se apresentou. Até onde estou informado, o primeiro projeto era bem mais ambicioso; dois milhões de toneladas. Posteriormente, por força desse equacionamento financeiro que vou discutir com V. Exa., o projeto baixou para 1.200 mil toneladas.

O SR. ITAÍRA FRAHCO - O primeiro foi para 300 mil toneladas.

O SR. ALUISIO MARIAS - Peguei a formulação desse projeto em fase já mais adiantada. Talvez não tenha os primeiros dados do projeto como V. Exa. que o acompanhou desde o início.

Esse projeto foi aprovado no Conselho Técnico-Econômico em agosto de 1973. O empresário foi discutir com o principal agente financeiro do sistema, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a formulação financeira do seu projeto. Esse projeto, como já disse é da ordem de 900 milhões de dólares, sem correção. O empresário tem lutado para conseguir uma definição da estrutura financeira desse projeto. Ele estava com disponibilidade, para participar no projeto, de 70 milhões de dólares. Ele participaria com cerca de 70 milhões de dólares; o BNDE financiaria - estou dizendo em ordem de grandeza, que precisamente não tenho de memória - na ordem de 240 milhões de dólares; o Banco Mundial e o BID com financiamento de 110 milhões de dólares, e mais uma participação da SIDERBRAS de mais de 100 milhões de dólares, e participação de sócios, em equalidade, estrangeiro. Ele tinha dois sócios estrangeiros, em vista, para a consecução deste esquema financeiro do projeto. Ele dizia que com as condições financeiras apresentadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico não teria condições de suportar o ônus financeiro, advindo desta participação. numa primeira aproximação, ele buscava o financiamento da própria participação dele, ou seja, que talvez fosse interessante ao BNDE financiar a Mendes Jr. até a própria participação no projeto. Mas o BNDE dizia que, naquela ocasião, para financiar a Mendes Jr. para participar no projeto, ele teria que aumentar o grau de participação no projeto. E ele, por seu turno dizia: "bem, para que eu demonstre que o Governo brasileiro tem interesse, considere esse projeto altamente prioritário, seria necessário que os agentes financeiros do Governo fizessem condições mais favoráveis, de tal modo que eu pudesse sensibilizar os meus sócios internacionais, para que fosse possível a efetivação do projeto.

Então ficamos no dilema meio parecido com o da galinha e o ovo, porque o projeto já tinha sido conferido. Quando o CONSIDER aprova um projeto, este já é considerado prioritário, dentro da política de desenvolvimento industrial do Governo, merece e recebe efetivamente todo o elenco dos instrumentos de incentivos fiscais financeiros e creditícios de que o Governo dispõe e exercita no planejamento da sua política industrial.

Mas isto até hoje ainda não houve.

A posição, no momento, é que o BNDE está estudando o projeto da Construtora Mendes Jr. e afirma que definidas as condições de empréstimo do BNDE, são conhecidas, são determinadas. Mas, ao curso do exame do projeto, que foi revisto por uma consultoria siderúrgica nacional e o BNDE disse que, na conclusão dessa revisão, pode ser que aquelas condições se alterem. Quer dizer, fica uma coisa ainda muito fluida e, temos toda a prioridade a dar à materialização desse projeto.

Nesse quadro de incertezas foi ajustada uma estratégia que seria de o BNDE apresentar as condições finais. E o que nos se informar aos Senhores: Chamaríamos o empresário dentro dessas condições e num determinado prazo, e diríamos: com estas condições, o seu problema financeiro já está resolvido, o empresário participa com o seu capital minoritariamente, para tocar o projeto. Agora, na hipótese de mesmo com estas condições do BNDE, na hipótese da participação do Governo minoritariamente, não no seu capital, no seu equal, se o empresário não aceitar a disposição eu não posso falar aqui em nome do Plenário do Conselho - mas, a disposição da área técnica, vamos dizer assim, é que se assumir este projeto, realizar-se este projeto como está e onde está.

Este é o quadro da situação atual do Projeto Mendes Junior, em linha muito singelas.

O problema da mão-de-obra - não seria original falar aqui - o problema de recursos humanos aflige a economia brasileira de uma maneira geral, e em particular o próprio setor siderúrgico. Já fizemos estudos a este respeito, inclusive recebemos há pouco a visita do Professor do IRSID que veio trabalhar conosco, fez um exercício sobre o problema da mão-de-obra da siderurgia, definiu algumas estratégias, e a própria SIDERBRAS, há questão de pouco tempo, firmou um acordo com o Ministério do Trabalho no sentido de promover treinamento intensivo de mão-de-obra para a siderurgia brasileira.

Para quantificação desse problema de mão-de-obra e recursos humanos pediria ao Engenheiro Miguel de Lima Bohomoletz que apresentasse o quadro como se coloca em termos de problema de recursos humanos para a siderurgia.

O Sr. MIGUEL DE LIMA BOHOMOLETZ - Este quadro é o resultado do trabalho realizado pelo professor Roger Jean dentro do acordo técnico existente entre o CONSIDER e o IRSID, e que é um quadro bem resumido dentro de um exaustivo estudo.

Ele foi baseado na produtividade que é hoje o índice considerado para determinar o nível de pessoal nos diferentes níveis de setores de uma usina siderúrgica.

considerado para determinar o nível de pessoal nos diferentes níveis de setores de uma usina siderúrgica.

Tomou-se 1970 por ano base de acordo com o estudo elaborado pelo IDS. Naquela época a nossa produção era de 5,4 milhões de toneladas e tínhamos uma produtividade de 74 toneladas homem-ano.

Logo abaixo temos o pessoal de nível superior e nível médio e a mão-de-obra qualificada, sendo qualificada e não qualificada num total de 73.674 homens.

Depois, temos 1972, já melhoramos um pouco a produtividade e chamamos a atenção que já subiu um pouco o índice e a participação de pessoal de nível superior no total.

Para 1978 está previsto uma produtividade de 200 toneladas homem/ano, para uma produção de 22 milhões de toneladas e um índice de pessoal de nível superior de ordem de 3,5 para chegar em 1980 a uma produtividade de 270 toneladas homem/ano e uma participação de 6% do pessoal de nível superior.

O principal gargalo que estamos encontrando no que se refere aos técnicos de nível superior está na carreira de Engenheiro Metalurgista.

De acordo com este estudo precisaremos, aproximadamente, de formar - aliás já deveríamos estar formando desde o ano passado, entre 350 a 400 Engenheiros Metalurgistas por ano, e somente para a indústria siderúrgica. Não estão computados para a indústria de insumos, para a indústria de transformação para a indústria de metais não-ferrosos, etc...

Já o ano passado a formação de Engenheiros Metalurgistas foi da ordem de somente 150 alunos engenheirandos, e este ano parece que vai seguir a mesma casa, tendendo a decrescer um pouco.

Tendo em vista isto, foram propostos neste estudo, um resumo rápido de medidas a curto prazo. Nestas medidas a curto prazo está ocorrendo a promoção, dentro das Universidades, para os alunos do primeiro ano que optarem pela carreira de Engenheiro Metalúrgico.

Estamos promovendo cursos de adaptação de Engenheiro Químicos para o setor de Elaboração e de Engenheiros Mecânicos para o setor de Transformação.

Esta é uma medida que ocorreu no Japão, e na Europa no pós-guerra e visa, principalmente atender este gap que vai existir agora, vamos dizer, de 1975 até 1978. Mesmo se conseguirmos promover em todo o curso de Engenharia Metalúrgica para que cada Escola fique completa, ou seja, temos uma capacidade da ordem de 400 lugares o que será insuficiente. Temos que, neste gap, atender através destes cursos de adaptação. Temos convênios com entidades de classe, como a Associação Brasileira de Metais, Instituto Brasileiro de Siderurgia; Instituto Nacional dos Produtores de Aço, e cursos de especialização e cursos de reciclagem.

Como o Dr. Marins já citou, a nível médio, foi assinado recentemente um convênio da SIDERBRAS com o Ministério do Trabalho no sentido de especializar e formar pessoal de nível médio qualificado.

Para o planejamento - a médio e longo prazo - é um dos principais itens que está contido no plano mestre de siderurgia em fase de elaboração. Não sei se o Dr. Olinto teria algumas considerações a este respeito.

O SR. OLINTO ALVAREZ - Sobre esse capítulo de recursos humanos estamos tomando uma série de medidas de ação executiva. Estas medidas estão sendo ajustadas em função desse plano mestre. Mas não vamos esperar este plano mestre e ficar parados sem tomar estas medidas, que recaem nesta filosofia de ação executiva a curto prazo e melhoria dos instrumentos de planejamento a médio e longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Muito obrigado a V. Sa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Machado, que foi um dos mais dinâmicos e eficientes Presidentes da Comissão de Minas e Energia da Câmara.

O SR. JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. Membros da equipe que acompanham o Ilustre conferencista, Dr. Aluísio Marins.

É sempre interessante recordar os momentos que fazem com que marquemos encontro com determinadas pessoas.

Recordo-me que tão logo sofremos o impacto do Plano Nacional Siderúrgico, acerca de dois anos aproximadamente dirigia-me ao Ministério da Indústria e do Comércio e lá mantive, inicialmente, um contato com um assessor especial do Ministro, Dr. Guilherme Camargo.

Por intermédio do S. Sa., tive a felicidade de contactar com a equipe de rapazes, novos e brilhantes técnicos, a maioria aqui presente, e dialogar com eles sobre alguma coisa que havia ficado, ou seja, que ainda me trazia a intranquilidade que todo impacto e todo choque traz; de um momento para outro caminhávamos em cinco milhões de toneladas, para previsão, assim, em pouco menos de dez anos, para 22 milhões ou 23 milhões de toneladas de aço.

Naquele contato, em meio de cifras, de dados e no entusiasmo que era muito mais dos técnicos do que meu, ou a soma deles era realmente efervescente, pude fazer um bom círculo de relacionamento e, mais do que isso, pude conhecer a estrutura de um dos Ministérios novos, um dos mais atualizados no que diz respeito ao enquadramento da estrutura administrativa no processo de desenvolvimento nacional.

Como não poderia deixar de ser, naquele burburinho, a minha cabeça tumultuava e balançava e, eis que na saída do prédio defronto-me com um jovem que se aproximava e começamos a trocar idéias e, para surpresa minha tratava-se de um jovem paço, sereno, tranquilo, calmo e consciente, que definia muito bem as questões em poucas palavras tranquilizou o meu espírito perturbado pelas cifras, pelos números e pelos planejamentos.

O que evidentemente poderá parecer um paradoxo, digamos assim, de ver hoje esse mesmo jovem denêmico, rápido, ágil, avançando mais que a própria máquina que era projetada nos quadros, que é o Dr. Marins, oferecendo - nos uma brilhante e importante palestra.

Dr. Marins, anteontem, o Governador do meu Estado, Aurélio Chaves, homem também muito comedido, dotado de uma estrutura técnica, humano e político por demais alicerçado, possuindo de um espírito de confiança nos destinos deste País como poucos, depois de analisar a estrutura do Imposto Único sobre Minérios, S. Exa. começou a enunciar o que já foi dito pelo nobre Senador Itamar Franco; a vocação mineira para a siderurgia, e arrolou uma série de fatos que justificavam e evidentemente justificam essa vocação mineira.

Pois bem, já que V. Sa., em resposta ao Senador Itamar Franco, concordou plenamente com essa vocação mineira, eu me permito fazer a seguinte pergunta: em face dos estudos feitos e publicados ontem - tenho aqui apenas uma cópia do "Estado de São Paulo": "CONSIDER fixa pontos básicos" - quais seriam as perspectivas da AÇOMINAS - reivindicação do Governo de Minas - e incluiu também, se me permitem os Senhores, já que V. Sa. sobre ela se manifestou, quais seriam as perspectivas da AÇOMINAS - reivindicações do Governo de Minas?

O SR. ALUÍSIO MARINS - Sr. Deputado José Machado, em primeiro lugar, o agradecimento pela lembrança daquele encontro e uma agradecimento muito mais conhecido pelo tratamento do jovem que V. Exa. me concedeu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Somos todos jovens.

O SR. ALUÍSIO MARINS - A questão da AÇOMINAS era um projeto que foi apresentado no CONSIDER, na gestão anterior e não sofreu um processo de análise mais acurado, por uma razão muito simples e pela qual até hoje estamos pagando um preço elevado. Esse raciocínio pode ser correlacionado com um problema da Mendes Junior, que estamos discutindo aqui.

Naquela ocasião, o projeto era extremamente ambicioso, era um projeto de 3,5 milhões de toneladas, seria a maior usina do País, mas não existia uma definição precisa no que tocava, no que se relacionava ao problema de empresários e fontes de recursos definidos.

Sabemos que qualquer projeto a nível puro e simples de consultoria, ainda mais na área siderúrgica, com esse quadro que lhes apresentei ainda há pouco, é viabilizado na mesma hora. Então, o que é fundamental dentro desses projetos, é que exista uma definição precisa no sentido de quem e como vai ser tocado o projeto.

Na nossa gestão, já com esse projeto no CONSIDER, por força inclusive da desatualização de algumas cifras que eram apresentadas, remetemos o projeto à AÇOMINAS, para que o reverse e atualizasse esses números.

O importante nesse caso específico da AÇOMINAS e que pode ser generalizado é que, com esse quadro de necessidades siderúrgica em que estamos, na medida em que apareçam projetos saudáveis no CONSIDER, projetos com essas características que lhes assinalarei ainda há pouco, serão recebidos com a maior euforia possível, porque, em última análise, julgo que a nossa atuação vai se materializar não por levantar problemas, quadros, números e apresentar dificuldades, e sim pelos projetos que conseguirmos materializar, dar sequência e aumentar efetivamente a capacidade de produção dentro da área do CONSIDER.

No caso, voltamos ao tema da AÇOMINAS.

A AÇOMINAS como está sendo reestudada efetivamente, inclusive se que deverá apresentar um projeto dentro em pouco, o Governo do Estado de Minas está equacionando esse problema, será recebido, como lhe disse, dentro desse quadro, com os braços abertos, com a maior alegria, com a maior euforia, porque nós não estamos lá no CONSIDER em condições de limitar qualquer expansão na área siderúrgica, desde que defendidos aqueles pontos básicos que lhes assinalarei. Não tenha, por favor, nenhuma dúvida a esse respeito.

Outra coisa que queria definir, para não deixar qualquer sentido de ambiguidade, só complementando uma resposta à

pergunta do Exmº Sr. Senador Itamar Franco, no caso da Mendes Jr., falando que se o empresário não faz o Governo assume, isto pode dar uma conotação até desagradável.

Vamos dar todo o estímulo, apoio, instrumentalização de que o Governo dispõe. Temos de harmonizar dois princípios básicos em matéria de siderurgia: Ampliar a participação do setor privado, mas com a preocupação básica de fazer a cobertura deste mercado interno de produtos siderúrgicos, porque se não conseguirmos fazer essa cobertura do mercado interno de produtos siderúrgicos, com prometeremos irremediavelmente todo o programa de desenvolvimento industrial do Governo.

O SR. Deputado JOSÉ HACHADO - Realmente, V. Sa. tem toda a razão de chamar a atenção para esse detalhe e esclarecer bem o problema, porque se voltarmos nosso pensamento à época do pacto, verificaremos que houve certa precipitação no que diz respeito à implantação da Central de aço. Inicialmente, o CONSIDER chegou até a admitir sua implantação na área de Ipatinga.

Tenho em mãos e várias vezes debati com o ilustre ex-Ministro da Indústria e do Comércio e a respeito fiz na Câmara pronunciamento sobre a Central do Aço - documento assinado pelo ex-Ministro da Indústria e do Comércio, em que S.Exa. atribuiu aos responsáveis pela produção de não-planos a iniciativa da construção, da implantação da Central de Aço e chegou mesmo a admitir que esta participação não seria superior a 20% do capital do empreendimento. Na época estava orçado, salvo engano, em 300 milhões de dólares. Mas, tomado pelo entusiasmo e no desejo de chegar e alcançar a produção de escala para reduzir os custos dessas pequenas empresas que operam no setor de não-planos, o Sr. Ministro chegou a publicar até um artigo, no qual asseverava: "ou os senhores tomam juízo" - mais ou menos era esse o pensamento do Ministro - "e então - troem a Central de Aço, seja ela onde for, ou o Governo a constrói".

Os homens não tomaram juízo, nem o Governo a construiu.

Com essas novas orientações previstas nesta publicação que tenho em mãos, no que diz respeito ao setor não-planos, há verã como que uma atomização. Vai-se distribuir isso pelo Brasil a fora. Vamos caminhar para o Nordeste, para o Sul, enfim, vamos fazer uma distribuição, uma disseminação a médio e longo prazo de usinas desse porte, o que obviamente nos conduzirá a uma produção inicial cara, de vez que não vamos ter um centro, um forno que nos vai entregar o aço, o lingote, para ser trabalhado na fase final. Não teremos mais uma Central de Aço; teremos pequenas indústrias no Nordeste, no Sul, ampliando algumas em Minas, em São Paulo e no Rio, criando outras no Espírito Santo ou em Goiás ou na Bahia, não importa. Está mais ou menos dentro do esquema do trabalho apresentado por V. Sa., ou que V. Sa. fez referência e que tenho, em parte, dados aqui.

O custo será realmente alterado porque cada uma vai desenvolver a sua própria produção inicial, que podia ser entre - que sob a forma de um condomínio a uma grande Central de Aço.

Não haverá produção em escala. O que me diz V. Sa. a respeito?

O SR. ALUISIO MARINS - Essa é uma observação importante da sua parte, mas cumpre um esclarecimento. Vou entrar ligeiramente na introdução dessa Resolução.

Esse fato que vou comentar com V. Exa. não foi explicitado de maneira tão clara, mas a prioridade número 1 do Governo para construção de usinas siderúrgicas para o setor de não-planos, são usinas de grande porte. Grande porte, aqui no caso, quer dizer acima de um milhão de toneladas.

Essa prioridade foi definida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico quando, reunido alguns meses atrás e isso não foi explicitado.

O CONSIDER não poderia ter forças para modificar uma ordem de prioridade dessas mas isso já foi definido. A prioridade é para usinas de grande porte, no setor de não-planos, na base clássica. Essa prioridade não conduz àquele princípio que V. Exa. falou de atomização da produção siderúrgica. O que se buscou com essa divisão regional de possibilidades de investimento baseados em redutores, no caso de aplicação de redução direta, foi atender pro

blemas regionais e, mais, que nesse tipo de produção elas alcancem uma escala econômica adequada a níveis de 300 mil, 400 mil toneladas para atender mercados regionais localizados, mas a prioridade continua a ser a de usinas de grande porte para o setor de não-planos.

O SR. JOSÉ HACHADO - Por exemplo: a Mendes Júnior.

O SR. ALUISIO MARINS - A Mendes Júnior em Minas e mesmo outros grupos privados podem surgir. Esse é um princípio importante que deve ser definido e foi discutido nessa reunião, e não está explicitado por uma questão de nível de forno, porque o CONSIDER não pode ratificar decisões do CDE.

O SR. JOSÉ HACHADO - Essa distribuição regional leva em conta a economicidade do projeto?

O SR. ALUISIO MARINS - Temos um projeto, por exemplo, para utilizar carvão do Rio Grande do Sul. Em síntese é um projeto de redução direta utilizando esses redutores de acordo com as disponibilidades regionais, ele é econômico nesse nível. Entretanto, a grande definição do CDE é a seguinte: prioridades - acho que chegamos ao ponto da discussão para usinas de grande porte. A complementação dessa produção será feita através de usinas de médio porte à base de redução direta.

O SR. JOSÉ HACHADO - Regionalizadas?

O SR. ALUISIO MARINS - Exatamente, atendendo a esse princípio, também na área de Minas Gerais. Extendendo um pouco, já que estamos falando em Minas Gerais, nessa resolução há dois pontos que desejo ressaltar.

O SR. JOSÉ HACHADO - Estamos falando na vocação siderúrgica, não em Minas Gerais.

O SR. ALUISIO MARINS - A USIMINAS está autorizada a fazer a sua expansão de Estação 4 e começar a estudar a Usina 2.

O SR. JOSÉ HACHADO - A esse propósito tenho nota que diz o seguinte:

"foram relacionadas as seguintes: 1) expansão da USIMINAS em Ipatinga maximizando-se a capacidade da Usina - a construção aqui não aparece estar muito clara, o jornalista que redigiu isso parece que quis ganhar espaço - e considerando-se o escoamento da produção acusto adequado."

O grosso modo e talvez por defeito de construção, pode levar à seguinte interpretação: a expansão da USIMINAS, Fase IV e a possibilidade de a USIMINAS 2 dependerá obviamente da economicidade de transporte.

O SR. ALUISIO MARINS - Não, a expansão da USIMINAS, Fase IV que tem uma possibilidade de ir a uma produção ...

O SR. JOSÉ HACHADO - De cinco pontos cinco milhões de toneladas/ano.

O SR. ALUISIO MARINS - Pode ir até mais. Pedi - rei ao pessoal da Coordenação Siderúrgica que dê explicações mais detalhadas, e isso depende de equacionar o problema de transporte/produto acabado da USIMINAS. E esse o problema.

O SR. JOSÉ HACHADO - E a Usina 2?

O SR. ALUISIO MARINS - A Usina 2 seguirá também pois ela é, das usinas atuais, a que tem condições de expandir-se no mesmo local eliminado o problema de transporte. Volta Pedon da está com seu "lay-out" esgotado e a COSIGUA tem que fazer ao lado porque não consegue fazer no mesmo local.

O SR. JOSÉ HACHADO - E não se admitiria a Usina 2, por exemplo, no Vale do Paraopeba ou, mais próximo de Vitória?

O SR. ALUISIO MARINS - O problema da localização vai depender de estudo das condições preexistentes no momento, não posso antecipar. Para V. Exa. ter uma idéia da estrutura

do custo de aço; influi nessa localização além de outros fatores, a tarifa relativa de fretes, produto acabado e matéria-prima que, no momento, para a posição da USIMINAS é desvantajosa e V. Exa. sabe disso; é uma relação de 3 para 1, quando poderia ser de 2 para 1.

Se essa tarifa for favorável e produto acabado V. Exa. tende a aproximar as usinas dos locais de consumo; em caso contrário às fontes de matéria-prima. Mais um dado importante nesse problema: no último exercício que fizemos de estrutura de custo de um produto semi-acabado, até placa de uma usina de grande porte, 67% do custo, mais de 2/3 do custo são advindos do carvão e remuneração do investimento. Tem-se aí um quadro que preparamos com base nestes 67% e V. Exas. verão uma percentagem sobre o custo total: carvão 30,7%, outras matérias-primas 14,7%, total das matérias-primas 45%. Materiais diversos e energia 13,4% e vai por aí. Os custos advindos de investimento, inclui remuneração de 10% ao ano. Se somarmos o carvão que está na primeira linha, com o custo de investimento, temos 60% nesses dois itens, o que isso nos leva a meditar quanto à localização de usinas. Mas na questão que se refere à possibilidade de expansão da USIMINAS, criação da Usina 2, peço ao meu colega, Engenheiro Olinto Vilas Boas, que faça algumas considerações a esse respeito.

O SR. OLINTO VILAS BOAS - Gostaria, primeiro, de pedir permissão para acrescentar alguma coisa ao que acaba de ser dito com relação ao problema de solução regional.

O colega já salientou que a solução básica é a usina de grande porte, as usinas de redução direta são para complementar.

Queremos aduzir um detalhe: essas usinas, dadas as características dos produtos não-planos comuns, leves e médios, temos economia de escala para esse nível de produção de 300 ou 400 toneladas porque para a economia de escala em siderurgia temos que começar a raciocinar em termos de laminação, moderna e competitiva e que acusa benefícios de economia de escala da ordem de grandeza de 300 mil toneladas. Portanto, temos uma usina para produtos não-planos, comuns, leves e médios, com uma economia de escala com esse nível de produção.

Com relação à Usina 2 e à expansão da USIMINAS em Ipatinga o que está redicido - talvez tenha sido truncada a redução que V. Exas. têm em mãos - o que se procurou decidir, em primeiro lugar, foi maximizar as usinas existentes e a que tem essa potencialidade é a USIMINAS. Portanto, foi colocado em primeiro lugar a maximização da produção da USIMINAS. A ressalva existente aí denota a preocupação do Governo com relação à problemática de expansão dos produtos acabados da USIMINAS. Mas se V. Exa. ler o segundo item, relativo ainda à expansão de produtos planos e perfis pesados, encontrará não só a expansão, inclusive se necessária a construção da Usina 2 da CSN, COSIPA e, também, USIMINAS. Mas nesse item não se está falando nada a respeito do problema de transporte porque achamos que no primeiro estágio de decisão, a localização deve partir da própria empresa. O governo só deve entrar na etapa posterior.

O SR. JOSÉ MACHADO - Entendi agora, porque realmente a redação não estava muito clara.

Apresentação ao CONSIDER dentro de 90 dias, é o tópico dois dos projetos de expansão posteriores ao estágio 3. Então aí já é para o estágio 4. Serente depois de ultrapassado o estágio 4 é que se sairia, se necessário, para a Usina 2.

O SR. OLINTO VILAS BOAS - Evidente que o importante era a longevidade de decisão para expansões posteriores ao estágio 3. A primeira etapa é tentar maximizar o que já se tem, como o caso da USIMINAS, em que se tem certeza que se pode maximizar, já que ela foi criada nominalmente, é uma etapa posterior ao estágio 3, em Ipatinga. Além disso nós sabemos que além dessa expansão da USIMINAS, em Ipatinga, se V. Exas. se recordarem, o déficit de capacidade instalada em 1980 para produtos planos e perfis pesados é da ordem de quatro milhões de toneladas e esse déficit aumenta para seis milhões em 1991. Portanto, além da expansão da USIMINAS em Ipatinga vamos precisar muito provavelmente da usina 2 das três empresas estatais.

O SR. JOSÉ MACHADO - Perfeito, muito obrigado.

DR. MARINS - Essas ponderações decorrem do exame que fizemos, não só das exposições e estudos feitos anteriormente, pelo Engenheiro Ivan Barreto e especialmente pelas palavras do Governador Aureliano Chaves. Também falando sobre política mineral, eu de tive oportunidade de enfatizar o problema do zinco, em Minas Gerais, ficou-me muito preso à memória, não como uma reivindicação mas como que um direito, pois em 1974 o Estado de Minas Gerais exportou cerca de oitenta milhões de toneladas de ferro, mercado interno e externo. Transformado em Cruzeiros vai à casa, mais ou menos, dos seis bilhões de Cruzeiros e recebeu, apenas, cento e vinte e quatro milhões de Cruzeiros do Imposto Único sobre Minério.

O aumento de buracos, para a implantação de lagos turísticos, está cada vez crescendo mais; Essa talvez seja uma das razões maiores da destinação histórica; porque não dizer, da vocação histórica da siderurgia mineira naquele Estado, para que Minas seja, realmente, o suporte do plano de desenvolvimento econômico interno para alimentá-lo.

Obviamente, não podemos deixar de admitir que a usina de Tubarão, de Itaquí, no momento adequado serão, essencialmente usinas de exportação.

Mas, para o consumo interno - cremos e esta foi a palavra do Governador - permanecerá em Minas, mantendo a sua contribuição de 40% - o que vem ocorrendo até agora, da produção de aço. Embora seja um dado vago, é pensamento do CONSIDER a manutenção desse percentual de 40%, mesmo sabendo-se que o frete, a implantação de siderurgia em Minas Gerais, prevaleceu em relação à entrega do produto acabado, para transportarmos minério de ferro para São Paulo necessitaremos de um milhão e oitocentos mil toneladas para produzir um milhão de toneladas de aço. É muito mais oneroso o transporte da matéria-prima do que do produto acabado.

Para efeito de exportação não tenho nenhuma dúvida ao concluir e aceitar - ninguém discute - que as usinas colocadas no liitoral são essencialmente, ou deveriam ser, usinas para exportação, mas para o abastecimento do mercado interno as usinas colocadas na vocação siderúrgica são as que melhor atendem o interesse nacional.

O SR. ALUISIO MARINS - Não posso dizer ao Senador que existe a preocupação de manter 40% no Estado de Minas Gerais ou subtrair esta participação, o que posso dizer é que com a viabilização desses projetos relativos ao Estado de Minas Gerais, como citei três exemplos, a grande expansão da USIMINAS tem condições de ser resolvida.

DR. OLINTO ALVARIZ VILAS BOAS - Tem condições de ser resolvido o problema de transporte, é USIMINAS atingir que escala?

O SR. OLINTO VILAS BOAS - Ela poderá ter de seis a oito milhões de toneladas. Se acrescentarmos o projeto Mendes Júnior, a usina dois e a USIMINAS, fazendo uma conta rapidamente, mais de 50% vai ser em Minas Gerais.

O SR. ALUISIO MARINS - Não precisa colocar o projeto Mendes Júnior aí.

O SR. OLINTO VILAS BOAS - As coisas mais prováveis: a usina dois da CSN, dois milhões de toneladas com o primeiro módulo. A usina dois, COSIPA dois milhões de toneladas, a USIMINAS tem no mínimo mais de dois milhões e meio em Ipatinga e mais dois milhões de usina dois e mais em Mendes Júnior.

O SR. ALUISIO MARINS - São cinco milhões e pouco, num total aproximadamente em onze milhões, da ordem de 50%.

O SR. JOSÉ MACHADO - Apenas quero esclarecer que a nossa preocupação se deveu ao fato da nota incompleta - não conhecemos e tomamos conhecimento agora da situação da Mendes Júnior, aliás muito bem esclarecido - e não de ter sido feita nenhuma observação com relação a AÇOHINAS. Mais ainda, no que diz respeito à expansão de empresas existentes em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que utilizam o carvão vegetal, até um total adicional no conjunto de 700 mil toneladas. Isto nos dá, tendo esta nota extraída, que no setor de não-planos Minas teria perdido o seu lugar.

O SR. ALUISIO MARINS - Pelo contrário. Como o V. Exa. está vendo, o número vai manter a liderança, inclusive com participação relativa maior.

O SR. JOSÉ DIACHADO - Muito agradecido a V. Exa. pelo seu esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Concedo a palavra ao nobre Senador Domicio Gondim, Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia.

O SR. DOMICIO GONDIM - Sr. Presidente, Dr. Marins e todo o corpo trazido por V. Exa. a esse Simpósio, quero agradecer em meu nome e em nome da Comissão, como Vice-Presidente, o apoio e a sugestão tão felizes feitas, pelo Senador Itamar Franco, de Minas Gerais.

Foi dito aqui, pela equipe do Governador de Minas Gerais, Dr. Aurélio Chaves, que o problema - precisamente dito pelo Dr. José Vargas - do carvão vegetal era visto, como uma solução brasileira, muito conveniente para o nosso problema. Este decantado ao longo do desenvolvimento e de produção que traz a siderurgia básica de carvão vegetal era um outro problema. Necessitaria de apenas 1% do território mineiro, se fosse expandida a siderurgia a carvão vegetal. O Estado ainda ficaria coberto de florestas.

O maior depredador das florestas não eram as usinas e sim o casco do boi. Foram palavras textuais.

Temos o exemplo da BELGO-MINEIRA, que não foi citada mas é uma siderurgia implantada há muitos anos em Minas Gerais que, a princípio, começou com fornos modestos a carvão vegetal de 50 toneladas-dia, passou para 80 toneladas-dia e depois para 100 toneladas-dia, hoje tem fornos de 500 toneladas-dia a carvão vegetal.

Poderíamos construir uma usina de grande porte, como foi aqui apresentado, a carvão vegetal, de um milhão de toneladas-dia. Por que não desenvolvermos a melhor aplicação do carvão vegetal e fazermos usinas regionais a carvão vegetal? Hoje, já existe técnicas de melhor aproveitamento do sistema de briquetagem de carvão vegetal, e por isto, pode ser feito um forno de mais alta capacidade, e não teríamos a dependência do transporte de carvão importado, além do que simplifica a coqueria, pois não há necessidade dela. Portanto é um investimento baixo e resolve um problema nacional.

Foi abordado outro problema: a solução de siderurgia a base de gás natural e de que dispomos em abundância. O problema da importação da Bolívia, ainda está em discussão. Por isso fui, sou e serei contrário. Vamos dialogar menos e aproveitar o que temos o mais rápido possível. Urge acelerarmos a siderurgia, os não-ferrosos para resolvermos os problemas.

Quero, na realidade fazer uma maior justiça ao CONSIDER, Conselho de Não-Ferrosos - onde tive oportunidade de, muitas vezes, dialogar sobre o problema do desenvolvimento da siderurgia e a perfeita conexão da siderurgia dos não-ferrosos. Quero participar - a tal ponto conheço o assunto - que há praticamente cinco anos, fizemos proposta ao Governo, ao então Ministro Pratinê de Moraes, para transformar o CONSIDER em Conselho dos Não-Ferrosos também, por causa da íntima vinculação que existia.

Somente em novembro do ano passado é que foi transformado numa realidade e, após essa realidade, tenho que me congratular com o CONSIDER e pela excelente direção de V. Sa., a fazer mais uma sugestão: é imprescindível que se expanda o problema do CONSIDER em direção aos minérios, à política de minério e definir também problema de sucata.

Foi dito, e era um assunto que eu ia abordar, não podemos deixar - para acelerar a siderurgia e aos não-ferrosos - de considerar a produção de secundários. Cinquenta por cento da produção dos não-ferrosos no Japão é decorrente de material secundário, em outras palavras: resíduos e sucatas de não-ferrosos, conseguindo participar no mercado internacional e ter excelentes preços.

Foi abordado o problema de tecnologia, de técnicos e da participação de financiamento.

Apesar de reiteradas vezes o Presidente Ernesto Geisel ter dito que precisamos fortalecer o empresariado nacional alguns setores do nosso Governo ainda não compreenderam isto e insistem em não dar um apoio.

O nosso atraso é alarmante e urge, é necessário o aceleramento, a qualquer custo, mesmo que a Mendes Júnior fosse financiada 100%. Não tenho procuração da Mendes Júnior e nem dos mineiros.

O SR. ALUISIO MARINS - É uma etapa.

O SR. DOMICIO GONDIM - Exatamente.

Mesmo que a Mendes Júnior fosse 100% financiada pela Agência do Governo, de um modo ou de outro. Não podemos ficar divagando. O projeto já é de 1971. Se tivesse sido iniciado, estaríamos economizando muito mais do que o investimento.

No ano passado gastamos 1 bilhão e 600 em importação. E não foi possível, até hoje, a Mendes Júnior sair do Projeto por causa de uma interpletação financeira, quando o problema é de uma luta, de uma verdadeira guerra contra o atraso em que nos encontramos. É como, por exemplo, o que citei ontem e em outras vezes: a questão do petróleo não é ser nosso, de ser PETROBRAS, de ser into-cável. O que de precisamos é tê-lo. E não podemos mais ficar assim.

Vemos o Presidente da República, insistir no fortalecimento do empresariado nacional. E o que vemos? A realidade é que esse empresariado, quando vai aos técnicos, planejadores do CONSIDER, têm o maior dos apoios. Mas, ao chegarmos nos organismos financeiros, começa, então, a via-crucis e leva anos.

Como podemos resolver isto? Como? Não adianta. Quero dar, também, um testemunho para que, amanhã, eu não seja acusado nem pelo MDB, nem por ninguém, nem pelos companheiros do meu partido que, sabedor de certos assuntos, não os trouxe a debate.

Não acredito que por causa do CONSIDER as metas, os projetos, o encaminhamento não está bom. Na minha opinião está excelente. Mas por causa dos meios financeiros e de outros problemas que poderiam até ter sido debatidos e realizados, não chegaremos em 1980, vejamos bem, a 50% dos projetos estabelecidos pelo CONSIDER, quer seja na siderurgia quer seja em todos os não-ferrosos de que somos carentes.

Infelizmente esta é a realidade. Portanto urge que o CONSIDER, não de só conselhos, e orientação, mas seja prestigiado para aquilo que ele planejar. Por que? Porque é planejado com os representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Indústria e do Comércio e Ministério de Minas e Energia, que são exatamente os Ministérios de natureza econômica que deveriam acatar, porque são os seus próprios representantes que definem. Mas quando a meta sai do âmbito do CONSIDER, depois de aprovação para então cair numa realidade, não existe essa realidade. É por isso que, mais uma vez, digo e repito: também na questão do petróleo, precisamos fazer uma verdadeira guerrilha. Digo guerrilha como uma improvisação para combater o atraso em que nos encontramos em ter assessor real, efetivo, e não ficar em projetos magnificamente feitos e muito bem projetados e equacionados por esta excelente equipe do Dr. Aluisio Marins. Conheço-os pessoalmente, e não é por laços de afetividade, porque com eles dialogo, discuto, às vezes até em tom um pouco áspero, mas sempre com o intuito de chegar a uma solução melhor. O que temos visto, ultimamente, é que os projetos estão muito bem equacionados mas, se continuarmos e não fortalecer o empresariado nacional, não atingiremos a meta, em 1980, nem em 50%.

Era o que tinha a participar e, na realidade, agradecer mais uma vez as excelentes explicações dadas pelo Dr. Aluisio Marins e que eu, ao conhecendo não tenho nenhum reparo a fazer. Se o fiz foi em alguns outros casos aqui discutidos, em palestras anteriores. Portanto, é com toda a sinceridade que agradeço e me con-

gratuito e vamos dar o apoio a esses moços, porque se são um pouco além da idade de moços, mas são moços em idéias e em realizações para o bem do nosso País, e não só de Minas Gerais.

O SR. ALUÍSIO MARINS - Agradeço as palavras do Exmo. Sr. Senador Domício Gondim.

A sua preocupação contra o exercício integral do sistema de planejamento é legítima, mas estamos num sistema de aperfeiçoamento contínuo para que possamos atingir aqueles objetivos a que nós propusemos.

A preocupação é válida e bastante legítima.

Nas suas observações, nos tópicos específicos que V. Exa. fez, gostaria de discutir, com o meu pessoal da área da siderurgia, em primeiro lugar, o problema do carvão vegetal e o problema do gás natural.

O SR. OLINTO VILLAS BOAS - Com relação a carvão vegetal, estamos plenamente de acordo com a afirmativa de que devemos aproveitar todas as fontes internas de energia de que dispomos.

É todo o planejamento da siderurgia tem levado em conta esse fato. As nossas limitações são, somente, quanto ao problema de disponibilidade, porque essa disponibilidade é calculado em cálculos da seguinte maneira: o que se projeta para daqui a dez anos é que a indústria siderúrgica tenha pleno abastecimento, ou o abastecimento de 50% de reservas de eucaliptos e 50% através de rotação racional do cerrado. Portanto, a limitação foi calculada, tentando utilizar ao máximo essa disponibilidade florestal. E, os números dados aí, são disponíveis atualmente, e estamos fazendo um estudo junto com o IDSF para tentar reavaliar essas reservas.

Com relação ao gás natural, ele foi citado em três áreas; na área do Centro-Oeste, com a possibilidade do gás boliviano. Mas, V. Exa. deve estar lembrado de que há um item que a análise, nesse caso, seria definida a nível do projeto, porque há uma possibilidade do gás boliviano, mas ele não está sozinho. Com relação ao Nordeste, não poderíamos excluir, dadas as grandes pesquisas que a PETROBRAS está fazendo na área, e há grande possibilidade limitadas a expansão é base de redução direta, somente com óleo combustível, se existe a possibilidade de que possa haver gás natural na região.

Na área do Rio e São Paulo, a idéia de se colocar gás natural como uma fonte alternativa, é sempre dentro daquela premissa básica de que uma vez que temos problemas energéticos, e as vantagens relativas de um processo ou outro não são de molde a se partir apenas numa direção, e sim diversificar as fontes para garantia de abastecimento, o gás natural foi colocado como uma alternativa fundamental, porque tem o gás natural tem-se a possibilidade de, a médio e longo prazo, substituir-se por fonte interna, não digo de gás natural.

Existem outras possibilidades de se substituir o gás natural importado por fonte interna, através de gasificação de carvão, ou seja, metanização do carvão.

Foi essa a razão, por que na área do Rio e São Paulo, onde há um tamanho de mercado de molde a dignos, nos próximos cinco a dez anos, viabilizar-se uma gasificação do carvão ou Santa Catarina e gasoduto de Santa Catarina até o Arco do Rio e São Paulo. Haveria economia de escala para isso. É uma coisa que não pode deixar de ser pensada.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Antes de mais nada, quero agradecer ao Dr. Olinto a explicação. Mas o problema que queria abordar é que não poderemos deixar de expandir os Planos I, II e III das usinas. Em vez de caminharmos para a problemática do carvão importado, deveríamos considerar a construção de diversas usinas. Está provado plenamente que o carvão vegetal pode manter uma usina de um milhão de toneladas. Em vez de se construir uma usina de seis milhões é perfeitamente viável que se construa seis usinas de um milhão, em diversas regiões brasi-

leiras, mesmo considerando a vocação histórica mineira, para a produção de aço, mas o problema não é invalidado. Em Minas Gerais, poderiam ser instaladas duas, três ou mais usinas de um milhão de toneladas em diversas regiões.

Existe um outro problema das mais graves: a saturação do nosso sistema ferroviário. V. Sa. sabe perfeitamente, e não é grave esse item. Por conseguinte, é viável a criação de um milhão de toneladas e uma grande central de aço. Uma tonelada de lingote tem praticamente uma perda em torno de 5%. É muito mais simples transportar-se "X" toneladas de lingote do que o produto acabado, mesmo porque a quantidade é mesma, nobre Deputado José Machado.

V. Exa. abordou um outro problema: transportes: e a queles dados não são exatos, mas dialogaremos depois.

O problema é o seguinte: não uma central do aço propriamente, mas uma central de laminação, bem como a implantação de usinas em diversas zonas, onde é possível e viável o plantio de eucaliptos em grande escala com rotatividade de cinco anos. O produto final acabado saíria pelo mesmo preço de uma usina de 6 milhões de toneladas, partindo de carvão importado.

Não podemos, nos enganar com respeito ao seguinte fato: vamos depender ainda, por muitos e muitos anos, da importação de carvão coqueificável, seja dos Estados Unidos, seja da Polônia, ou de outros lugares. Por que? Porque mesmo que se descobrissem novas minas no Brasil entre a descoberta e a preparação para chegar aos mercados leva, em média, cinco anos, e o Brasil poderia antecipar os equipamentos de uma aciaria de um milhão de toneladas por ano, que é muito mais simples e, no caso de especificamente de usina de carvão vegetal, por uma felicidade nossa, todo o equipamento, aí não seria só 50%, 70% ou 80%, mas 100% poderia ser construído neste País.

Portanto seria uma solução que não oneraria por demais o sistema ferroviário brasileiro, e até essa laminação poderia ser feita na própria usina siderúrgica de Minas Gerais.

De modo que é perfeitamente viável e exequível com aquilo que temos e que nós nos orgulhamos.

Foi considerada, há anos atrás a possibilidade de fechamento da Belgo-Mineira por não ser possível a solução do problema do carvão vegetal.

Lembro-me, perfeitamente de outro detalhe. Quando a Hanesman começou a estudar a possibilidade de sua implantação os técnicos alemães, com quem estive diversas vezes, achavam graça em operar fornos elétricos com carvão vegetal, ou fornos médio com carvão vegetal.

Eles achavam aquilo uma graça, e ridicularizavam até. Hoje eles tem o maior forno de carvão vegetal de Minas Gerais; operam com um índice excelente, e estão projetando suas expansões exclusivamente baseadas em carvão vegetal, inclusive porque carvão vegetal tem outra vantagem: dá muitas safras, e uma coisa de que o mineiro gosta é a de safra repetida. De modo que o carvão vegetal dá safra cada 5 anos. Não é como a mineração, que só dá uma vez.

Era essa a explicação a contribuição que deveria der. Está aí uma suposição que é válida. Se alguém quiser se aprofundar, mesmo o CONSIDER, tenho uns trabalhos feitos sobre isso, e estarei ao inteiro dispor de debates sobre o assunto.

O SR. OLINTO ALVAREZ VILLAS BOAS - Gostaria de chamar a atenção de que na minuta de resolução que foi lida pelo Dr. Marins - a solução de carvão vegetal - está indicada para as regiões Centro-Oeste, a Norte, e também Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A única limitação que nós fizemos foi de limitação florestal.

Quanto ao problema de se utilizar carvão vegetal para fazer produtos planos, gostaria de enfatizar o aspecto da disponibilidade. Mas mesmo que tivéssemos disponibilidade, um milhão de toneladas não é, hoje, economia de escala para se fazer produtos planos.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. OLINTO TAVARES - Pois não.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Mas o problema é exatamente este. Deveríamos ter muitas aciarias à carvão vegetal fornecendo três, quatro, cinco ou seis milhões de toneladas/ano para uma grande laminação. Estaria perfeitamente contornado o problema. Haveria uma central de laminação com três, quatro ou cinco usinas de aciaria produzindo o aço e que também tem uma outra característica: bem operada, o aço à carvão vegetal oferece melhores qualidades do que o aço produzido como carvão mineral.

O SR. OLIVIO VILLAS BOAS - Concorro com a sua afirmativa de que se poderia pensar em várias aciarias e ter uma única laminação. Só que voltaria ao meu argumento original: a nossa limitação foi, simplesmente, de problema de disponibilidade. Com relação ao carvão vegetal é só isso. O problema de transportes é que é o importante.

O SR. ALUIZIO MARINS - Vamos ver o problema dos metais secundários, que foi abordado aqui para continuarmos dentro da área de não-ferrosos.

O problema que foi abordado aqui, pelo Senador Domício Gondim, que é extremamente importante.

O SR. MIGUEL BOMONOLETZ - Estamos na Secretaria-Executiva do Conselho com a mesma preocupação do Exmo. Sr. Domício Gondim, no que se refere à indústria secundária dos metais não-ferrosos comuns, estamos tomando algumas medidas a curto prazo para este sub-setor, através das políticas setoriais para cada metal. Uma definição de política e de medidas a longo prazo para esse sub-setor será dada, quando do término do plano mestre de não-ferrosos num prazo de oito meses.

Pediria licença ao Sr. Presidente e ao Conferencista, Dr. Marins, para passar a palavra ao Dr. Adelmo, para que abordasse o assunto dos especiais, que é de real importância para o desenvolvimento industrial do País.

O SR. ADELMO JOSÉ MELGAÇO - A Secretaria-Executiva do CONSIDER está elaborando um trabalho de levantamento de dados pois, como disse o Dr. Marins, o Brasil é extremamente carente em dados no setor dos não-ferrosos especiais. Em vista disso, em meados do ano, deveremos concluir um trabalho que vai fornecer esses dados preliminares, para que possa ser equacionado, também, como foi feito para os não-ferrosos comuns, um planejamento global desse setor. Estamos fazendo um levantamento de dezessete metais, que chamamos de especiais, que são: antimônio, berílio, cádmio, cobalto, cromo, lítio, magnésio, molibdênio, nióbio, ouro, platina, prata, tântalo, tungstênio, titânio, vanádio e zircônio.

A partir do segundo semestre teremos, provavelmente, os dados para que possa ser elaborado um Programa de forma semelhante ao que foi feito para não-ferrosos comuns.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Concedo a palavra ao Sr. Senador Olair Becker.

O SR. OLAIR BECKER - Sr. Marins desejaria saber da existência de uma carta-consulta para a implantação de uma usina siderúrgica no sul do Estado de Santa Catarina. Esta carta, evidentemente é da parte do Governo Catarinense.

É uma segunda pergunta: como está sendo equacionado o problema relacionado com a produção de insumos, como por exemplo, nas indústrias produtoras de refratários;

O SR. ALUIZIO MARINS - No que toca à carta-consulta para uma usina siderúrgica em Santa Catarina, o contato efetivo que tem sido foi com o Secretário de Tecnologia do Estado de Santa Catarina, Dr. Batista da Costa, que nos procurou e nos disse que estava desenvolvendo um estudo no sentido de aproveitamento do carvão-de-va por para utilizar numa possível redução direta naquele Estado. Mas isso hoje, já está explicitado na própria resolução do CONSIDER. É de interesse nacional a criação de uma usina utilizando redução, gaseificando naquele carvão-de-vapor existente em Santa Catarina. Desconheço, especificamente a existência da carta, mas a solução está praticamente aceita em termos de estudo, porque está explicita na resolução do CONSIDER.

No que toca ao problema de refratários e indústrias correlatas, tenho a informar o seguinte: há dois meses - por não estar como delegação específica no decreto que formulou as áreas de atuação do CONSIDER, no exercício de planejamento nos setores de indústrias correlatas com a siderurgia e eu cito seja refratário, ferro-liga, fundição de ferro e aço, forjaria - por proposição do Ministro Severo Gomes, esses setores estão sendo incorporados à programação de desenvolvimento que o CONSIDER executa na área do Ministério da Indústria e do Comércio. Para isso criamos recentemente uma Comissão para atuar nesses setores de indústrias correlatas no CONSIDER no qual se coloca refratários.

Existe uma preocupação básica de planejamento na área do Ministério e, então, foi-nos atribuído, superando as atribuições originais do decreto que formulou a atividade do CONSIDER nessa orientação.

O SR. OLAIR BECKER - Obrigado, Professor. Verifica-se, assim, que efetivamente a política está-se desenvolvendo de uma forma integrada.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Concedo a palavra ao Professor Glicon de Paiva.

O SR. GLICON DE PAIVA - Muito obrigado.

Sr. Presidente, a minha intervenção tem por objeto um pedido de informação ao Dr. Marins, e para suportá-lo eu queria fazer um retrospecto do nosso trabalho nesta semana, que cada vez mais se constitui e se apresenta como um simpósio da mais alta significação.

Vejo de um lado um sistema de prestação de contas ao povo através dos seus representantes, nesta Comissão de Minas e Energia, do trabalho que vem sendo realizado em organizações ligadas ao Governo, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e também, nesta reunião de hoje em que o CONSIDER nos informa do muito que tem feito nesse curto intervalo de tempo em que está operando.

Quero ressaltar o alto significado dessa convocação imaginada pelo Senador Itamar Franco e tão bem conduzida por V. Exa., Sr. Presidente, não só neste trabalho de prestação de contas, mas nessa possibilidade de observação da livre empresa do pensamento do Governo, que é fundamental para a condução dos nossos próprios negócios e para a condução da nossa vida empresarial.

Resumiria o que temos feito nesses dias como uma modificação importante ocorrida ontem, que tange à política mineral.

Nas duas primeiras conferências, toda a nossa ótica estava voltada para o problema da produção brasileira de minerais. Toda as nossas decisões, sugestões, as indagações estavam reduzidas ao campo de uma política mineral do estrito senso.

Não reunião de ontem, o Professor Ivan Barreto trouxe cifras significativas e importantes e empregou pela primeira vez nesse simpósio, a expressão dependência mineral do Brasil do exterior.

Assim alargou-se enormemente a ótica. Certos números importantes vieram à tona e um deles é o da avaliação em dólares, do consumo brasileiro anual de minerais que somando as parcelas que ele adiantou e arredondando-se, chega-se a um volume de nove bilhões de dólares de minerais por ano, tal é o consumo anual do Brasil em produtos do subsolo, avaliados em termos da boca de mina, para o caso da produção interna, e avaliados em termos de disponibilidade em porto brasileiro, para aquele de origem externa.

Desses 9 bilhões de dólares, é ainda por adição das cifras supridas no excelente trabalho da Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais, pode-se avaliar uma cifra de origem interna na casa de 1,5 bilhões de dólares, e o suprimento do exterior um pouco superior a 7 bilhões de dólares.

De modo que nos 2 primeiros dias, nós estávamos com nos so pensamento voltado para o volume anual de Produtos minerais valendo pouco mais de 1 bilhão de dólares, e a partir de ontem essa perspectiva se abriu para contemplar um campo de 9 bilhões de dólares.

A questão é extremamente importante. Ontem tomamos co nhecimento de decisões de natureza política ligadas ao sub-solo, à condução dos problemas nacionais, como esse tratado hoje, de si derurgia de que dependemos enorme e profundamente do sub-solo a lheiro.

Essa é uma conclusão da maior importância que quero relemb rar aos que me ouviram nesse momento, todos que sentiram o choque dessa explicação e dessa informação. Quando traduzimos essas coi sas em termos, por exemplo, de peso, verificamos que o Brasil es tá consumindo, em números redondos, cerca de 200 milhões de tone ladas de minérios, por ano, o que nos dá, aproximadamente, 2 tone ladas de minerais por cabeça/ano.

Para saber se isso é muito ou pouco, convém comparar com o padrão americano, que tem um consumo nacional de 80 bilhões de dólares de minerais contra os nossos 9 bilhões, quer dizer, uma re lação de um a dez, que é um coeficiente que ocorre em qualquer com paração entre o brasileiro médio e o americano médio, pelo ponto-de-vista de consumo ou de renda.

Em termos de peso específico por habitante, as nossas 2 toneladas de minerais por ano se comparam com as 15 toneladas por indivíduo/ano do americano médio, que consome 3 bilhões de tonelad as de insumos minerais.

Analisando essa quantia de 9 bilhões de dólares sub-dividida pela população, cerca de 90 dólares por habitante/ano, contra aproximadamente 450 dólares por habitante/ano nos Es tados Unidos, esse 90 dólares brasileiros se dividem assim: nós exportamos 10 dólares, o indivíduo médio brasileiro assinafica-se 10 dólares para exportar com objetivo duplo: um é auferir recur sus para comprar minerais pelo menos que ele vai comprar de uma parte de sua conta; a outra conta é uma espécie de justificativa para continuar a crescer, diria, o favor comercial: de receber produtos de sub-solo alheio não renováveis, esgotáveis como os nossos. Sobram à nossa disposição, 80 dólares de consumo efetivo dos quais 75 dólares são efetivamente importados. Estamos vivend o na base do subsolo alheio especificamente. Somos, como foi lembrado aqui numa intervenção anterior, um País eminentemente a nergetico; falta-nos carvão, falta-nos petróleo na quantidade su ficiente e, na indústria mineral como um globo, num produto mi neral internacional da casa de 350 bilhões de dólares, a minera ção dessas duas substâncias do carvão e do petróleo, constituem em peso e em valor, entre 70 e 80% de toda atividade mineral.

Um País verdadeiramente rico é aquele que produz óleo e produz carvão. Os outros são países de mineração periférica. Nos este relembra e essa existência dessa ótica, e essa excelente conferência de hoje do Dr. Marins, mostra-nos que estamos caminhando para uma maior dependência mineral imedia ta.

O sentido da conferência de hoje é a exposição dos resultados de uma investigação séria de mercado de produtos siderúrgicos metálicos originários de minérios não-ferrosos, tam bém um planejamento econômico no sentido de caminhar para aque las indicações que esse levantamento de mercado conduziu um hia to brutal a vencer-se para passar da atual produção interna de 8 ou 9 milhões de toneladas desses produtos, para aquilo que o mercado está indicando como um futuro próximo na casa de 40 m ilhões de toneladas.

O tempo urge, o intervalo é pequeno, os recur sos têm que ser imaginados, são brutais. De modo que esse é o grande sentido da exposição de S. Sc. e eu entendo liando esses dois fatos, o choque de ontem sobre o volume da dependência mineral acu sada pelo Dr. Ivan Faretto, e esse aspecto da quantidade de novos insumos minerais que vão ser absorvidos na grande expansão metalur gica a prazo curto, ou faço a seguinte pergunta ao Dr. Marins, nas seguintes condições: Qual é o peso e o valor dos insumos minerais de uma maneira englobada e arredondada, que tragina anualmente ne cessários para atender à operação do sistema ora planejado pelo CONSIDIO e que vai ser construído e operado pelos agentes nacio nais, do Governo e privado.

Qual é o volume e o valor dos insumos minerais anu almente a serem utilizados na operação. Em números arredondados, apenas para que possamos ter uma perspectiva da tarefa pela frente, na parte operativa. E, como uma subpergunta, em particular qual o valor e o volume do carvão a ser importado para essa operação sidu rúrgica?

Qual a origem planejada do suprimento, principalm ente desse carvão, um carvão coqueificável, na parte que for utilizad a cuja presença nas minas do mundo não é abundante, e cuja dispu ta é realmente extraordinária?

A segunda pergunta, isso vai ligado a minha inter venção de ontem, é que temos para proteger e cuidar de uma produção interna na casa de 1,5 bilhões de dólares, de toda uma seqüência de equipamento administrativo vasto como o composto da PETROBRAS, da Cia. de Recursos Minerais, do Departamento Nacional da Produção Mi neral, e uma série de órgãos que os Governos federal e estadual tem que realmente acodem e procuram atender a uma produção mineral va lendo 1,5 bilhões de dólares. Eis que naquela parte complementar de 7 bilhões de dólares saímos pelo mundo adquirindo para suprir es necessidades brasileiras, o que estamos fazendo sem nenhum equi pa mento administrativo capaz de dar realmente suporte a essa brutal atividade comercial.

Raramente encontrei em viagem no exterior alguma coisa que estivesse a serviço disso. Não faço no serviço da Embaix ada, cujo território de trabalho é mais do nível político, interna cional. Tenho encontrado algumas companhias, algumas empresas: por exemplo na Polónia há uma companhia chamada Rio Doco-Eurona Societã Anonime, que é uma empresa brasileira que trata dos interesses minério de ferro para a Europa Central: encontrei uma outra em Dusseldorf que também trata de coisa semelhante e nos Estados U nidos, a Itabira Iron-North Company ou seja um pequeno número de subsidiárias de empresas brasileiras no Exterior absolutam ente insuficientes para propiciar aqueles que importam mine rais, aqueles que comerciam minerais, toda a classe de infor mações indispensáveis, informações permanentes, atas, mine rais, órgãos de informação, órgãos de inteligência.

Não podemos deixar um negócio de sete e meio bilhões de dólares por ano, crucial para o desenvolvimento deste País, comprando minerais com quem compra as coisas de uma prateleir a, sem nenhum preparo fundamental para a execução desse traba lho gigantesco, que é seis ou sete vezes mais importantes do que a mineração interna.

Então sugeri que uma das soluções seria a criação de um Ministério do Comércio Exterior.

A elevação de uma parte do que a CACEX faz hoje, e o faz no meio de uma série de outras atividades, porque ela tra ta de produtos vegetais, de produtos de pecuária, de produtos manufaturados porque não podemos pagar anualmente uma conta desse porte sem ter um sistema, um equipamento administrativo indispensável e que mantenha, inclusive, relações públicas e diplomáticas com todos esses produtores para que nos possam di zer que os suprimentos que vêm de tal lugar vão acabar dentro de tantos anos porque a reserva é tal, os teores são tais e es tão acontecendo tais e tais problemas.

De modo que perguntaria ao Dr. Marins, depois que ele nos responder nos ensinar sobre os problemas dos insumos mine rais, que planejamento se está fazendo no sentido de formar lá fora um conjunto de equipamentos administrativos indispensáv eis para esse suprimento absolutamente fundamental sem o que to do esse programa vai desaparecer se, realmente, o volume de in sumos minerais a importar seja substancial?

Esse problema desperta, imediatamente, um outro que é da associação no exterior para a lavra. Não devemos comprar esses volumes todo o tempo. Mas ao mesmo tempo em que vamos enri quecendo as nossas possibilidades no Brasil, cada vez mais subs tituindo minerais faltantes por minerais nacionais, também, iga gino que a lavra associada de interesses brasileiros no exteri or para a produção para o Brasil, é um excelente substituto para o comércio puro e simples.

Finalmente, uma outra pergunta que eu faria se ria a seguinte: qual é, neste valor dos insumos minerais anuais necessários à operação no seu pleno, no programa siderúrgico, a

participação do manganês, percentualmente, dessas despesas com insumos minerais necessários?

Essas são as questões que eu submeteria a V.Sa., Dr. Marins, achando que fez uma exposição absolutamente rica de números inspecíveis colhidos e de maior seriedade do que um cidadão, como homem da rua, agradecer-lhe esta prestação de contas que faz aqui, a qual aproveito e me tranquilizo, porque sou homem muito avesso ao avanço da estatização de modo geral, porque prezo muito a liberdade individual.

São muito tranquilo com o que ouvi, principalmente porque vejo uma massa de jovens tratando de um problema tão sério. Muito obrigado.

O SR. ALUISIO MARINS - Agradeço ao Professor Glycon de Paiva. Quanto à primeira pergunta formulada por V.Sa. e referente à quantificação desses volumes, queria que o meu pessoal da Coordenação de Siderurgia desse a V.Sa. essa ideia dos números.

O SR. OLINTO ALVAREZ - A siderurgia, analisando apenas os minérios principais: minérios de ferro, carvão e calcário, para 1980, o consumo do minério de ferro, para as metas propostas, será da ordem de 32 milhões de toneladas; carvão, 17 milhões de toneladas e calcário, 10 milhões de toneladas. Com referência ao carvão, 5 milhões de toneladas, aproximadamente, serão de carvão nacional e 12 milhões de toneladas serão de carvão importado.

Para 1985, usando o número como referência de 40 milhões de toneladas de produção de aço, seriam 60 milhões de toneladas de minério de ferro, 28 milhões de toneladas de carvão e 16 milhões de toneladas de calcário. Desses 28 milhões de toneladas de carvão, seriam 7 milhões de toneladas de carvão nacional e 21 milhões de toneladas de carvão importado.

Com relação ao carvão, que V.Sa. perguntou especificamente, a preocupação brasileira com a diversificação de fontes de carvão, principalmente através de gestões, a SIDERBRÁS já tem os seus frutos primeiros através de um contrato de fornecimento, a longo prazo, com a Polônia. A SIDERBRÁS tem contratos assinados de fornecimento, pela Polônia, de 1 milhão de toneladas este ano, evoluindo para 1 milhão e meio de toneladas por ano em 1979 e para 2 milhões e 300 mil toneladas a partir de 1981.

Esse é o primeiro passo que poderia adiantar a V.Sa. com relação à tentativa de garantia de fornecimento de carvão externo. Inclusive a SIDERBRÁS, no caso particular desse carvão polonês, o Governo brasileiro está financiando a abertura de minas na Polônia.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Em valores isso representaria quanto?

O SR. OLINTO ALVAREZ - Do total que vai ser necessário importar, em 1980, será da ordem de 20%.

O SR. GLYCON - E o valor em dólares? Qual é a pressão sobre o balanço de comércio das novas importações?

O SR. OLINTO ALVAREZ - O preço do carvão importado, apenas para se ter uma ordem de grandeza, V.Sa. pode colocar da ordem de 55 dólares por tonelada.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Quer dizer que no caso de 12 milhões, seria 12 vezes 55 e, no caso de 21 milhões seria entre 700 e 1 bilhão e 300 de dólares.

O SR. OLINTO ALVAREZ - Exato.

O SR. GLYCON DE PAIVA - No caso da última pergunta, a do manganês, como é que se coloca? Qual é o percentual de manganês, em valor, sobre o custo total dos insumos minerais necessários à metalurgia?

O SR. OLINTO ALVAREZ - O minério de manganês, tomando como referência esse número que faz parte de um quadro, em 1980 estamos consumindo, internamente, da ordem de 700 a 800 mil toneladas de minério de manganês e em 1985, da ordem de 1 milhão e 400 mil toneladas.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Pelo valor global dos insumos necessários à operação global dos sistemas e da expansão siderúrgica, também haverá um valor relativo à parte, do insumo de manga-

nês, Estou à taxa do percentual do valor relativo do manganês nessa despesa global.

O SR. OLINTO ALVAREZ - Em 1980, da ordem de 35 milhões de dólares e, em 1985, da ordem de 65 milhões de dólares.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Sobre o volume global de insumos, digamos, de quantos bilhões de dólares?

O SR. OLINTO ALVAREZ - V. Sa. se refere só a insumos.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Sim, só a insumos. Quanto ao carvão tínhamos chegado a uma cifra de 1,2 bilhão de dólares e, agora, ficaram faltando o calcário e o preço do ferro.

Essa cifra percentual é importante, Sr. Presidente, porque pela prioridade que se pode atribuir ou não a uma determinada substância, como o manganês, para se caminhar para um estoque estratégico, tendo em vista o futuro, seria muito importante se essa quantia, por exemplo, 15 ou 10% realmente do volume, uma vez que estamos numa dependência enorme dele mas, se for uma cifra menor do que isso, então o mérito, o caráter prioritário desse estoque de armazenamento perde muito da sua força.

O SR. OLINTO ALVAREZ - Agora, queria trazer a todos para a mesma data.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Bão em número arredondados. Queremos apenas cifras para poder situar o pensamento e permitir um julgamento. Qual o valor das importações anuais de insumos minerais?

O SR. OLINTO ALVAREZ - Da ordem de 60 dólares por tonelada de aço produzido.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Sessenta dólares por tonelada. Vamos produzir 40 milhões de toneladas. Então estamos falando de 2,4 bilhões de toneladas de insumos minerais. Temos de dividir 65 milhões de toneladas de manganês por 2,4 bilhões e multiplicar por 100. V.Sa. quer ter a bondade de fazer esta conta para termos uma ideia do percentual?

O SR. OLINTO ALVAREZ - Pois não.

E enquanto se prepara essa conta, postaria de entrar no planejamento, na área de compras.

O SR. GLYCON DE PAIVA - São 25 por mil - 2,5% - essa é a importância relativa no custo dos insumos do insumo do manganês.

O SR. OLINTO ALVAREZ - São 2,5% do custo do insumo do manganês. Então, V.Sa. conclui que esse problema de fazer reservas estratégicas seria desnecessário?

O SR. GLYCON DE PAIVA - Veja: 2,5% é uma variação aceitável em uma negociação internacional para comprar 21 milhões de toneladas de carvão. Posso absorver perfeitamente essa diferença numa negociação de preço ao tratar desse assunto; do modo que não vejo uma grande prioridade, nem uma preocupação prematura a respeito de manganês, quando há coisas extremamente mais graves como essa da importação do carvão, e origem dessa importação, e as negociações indispensáveis, para discernir numa minúcia que supõe um conhecimento muito maior do que temos. Daqui até lá, nos próximos 10 anos, jazidas de manganês podem aparecer. Outro dia apareceu uma nur local ao lado do Rio Negro, com uma extensão realmente gigante - 5 Km de diâmetro e com uma massa de manganês de extraordinária importância não registrada e ainda não avaliada. Mas a cifra de 15 milhões de toneladas foi adiantada, recentemente, por um dos representantes do Governo que lá esteve.

O que se pode fazer, daqui para frente, não se sabe.

Também a capacidade de ser substituído o manganês por outra substância, na siderurgia, já ocorreu no passado: a Alemanha fez duas guerras praticamente sem manganês, e produziu todo o aço necessário. Não entendi como cidadão da rua, essa preocupação prematura a respeito de uma prioridade a alguma coisa que é uma espécie de cravo, canela e pimenta na siderurgia. Esse é o problema!

O SR. OLINTO ALVAREZ - Não se trata, evidentemente, do campo de atuação específica na área do CONISER. O raciocí-

nio de V.Sa. se relaciona com, vamos dizer, a pouca participação desses problemas que está fundamentada numa elasticidade de oferta possível tanto externa quanto interna. Não tenho esses dados em termos de raciocínio, na participação relativa. V.Sa. abordou o problema em termos relativos; em termos numéricos conduz à conclusão desse raciocínio que V.Sa. adiantou, mas não tenho dados suficientes para tomar uma posição, assim em cima do problema, porque não sei das condições em que se pode efetivar. Em outros países, pelo conhecimento que tenho do problema, há formação de reservas estratégicas; alguma coisa deve induzir à formação dessas reservas, e

O SR. GLYCON DE PAIVA - Sobre o manganês, não tenho nenhuma tentativa de reserva estratégica, em qualquer parte do mundo.

O SR. JOSE NACHADO - A blandícia, a elegância e a inteligência com que o Professor Glycon de Paiva coloca o problema nos deixa na seguinte situação: o Brasil é um País tranquilo e feliz. Possui 1 bilhão e meio de dólares de minério, que exporta, e tem 7 bilhões no momento e 500 milhões de dólares de minério, que importa. S.Sa., com relação ao manganês, expõe um quadro, diz que em 1990, se mantida a exportação de 1 bilhão e 250 mil toneladas de manganês, a Serra do Navio chegará a exaustão.

Posso assegurar a S.Sa. - porque estive com o processo na mão - que o contrato com a Bethlehem Steel - Grupo Antunes, assegurava a esse grupo a exportação inicial, e sem ultrapassagem, de apenas 900 mil toneladas por ano. Ainda antes da Revolução, já se exportava até 1 milhão e 600 mil toneladas por ano. Reservas estratégicas existem e por mais alta ou maior que seja a produção de aço dos Estados Unidos, eles adquiriram da Serra do Navio aproximadamente 20 milhões de toneladas de manganês e, obviamente, o fazem para ter um stockpile. A de Goiás chegaria a exaustão, segundo dados fornecidos por S.Sa., em 1987.

Consequentemente, num jogo de inteligência de palavras, sobretudo com o espírito patriótico voltado exclusivamente para o interesse da economia nacional, o professor Glycon de Paiva entende da necessidade não de reforçarmos a exportação do manganês, e ao contrário, ampliá-lo, para que possamos aumentar as nossas exportações dos minérios abundantes e temos recursos para adquirirmos ou recurso em parte - os minérios carentes. Todavia peço vônia ao ilustre professor para lhe dizer que, embora não seja um expert no assunto, nem mais brilhante que sejam os técnicos, os atachês, os homens que colocamos nos montos estratégicos do comércio internacional de minérios, como é o caso de Dussanbolif S.Sa., se referiu a um brasileiro notável que lá este e que, posteriormente, foi para Bruxelas, o engenheiro Eliezer Batista da Silva, ex-presidente da Companhia do Vale do Rio Doce e ex-Ministro das Minas e Energia. S.Sa. tem realmente, realizado um trabalho notável. Mas, não obstante a inteligência prodigiosa do engenheiro Eliezer Batista da Silva, um homem que fala 10 línguas, que pensa em 10 línguas, que raciocina em 10 línguas, que dialoga com facilidade com aqueles com quem vai comerciar, na sua própria língua, traz consigo a própria simpatia pessoal do bom comerciante. S.Exa., não conseguiu ainda associar a Companhia do Vale do Rio Doce a uma mina cativa no exterior.

A Companhia Vale do Rio Doce só explora minério de ferro, em Minas. Ao contrário: as jazidas de ferro no Brasil é que estão sendo alocadas com firmas estrangeiras, como é o caso da Serra dos Carajás que a United State Steel está associada à Vale do Rio Doce.

O aspecto da associação para lavar no exterior é por de mais difícil. Por outro lado, com a vônia, diria até mesmo que se pudessemos dispor, em cada um desses centros de comercialização internacional, de um homem com a experiência, a extirpe, o patriotismo e o conhecimento técnico do professor Glycon de Paiva ou me permite dizer que em nada melhoraria a nossa situação de compra, porque quem controla os minérios que produzimos e que os temos em abundância, e que em muitas vezes os temos em quantidades de domínios, tranquilamente, o mercado internacional, são justamente os Grupos Internacionais que controlam não só o minério de ferro como, também o café, enfim, controlam a economia mundial.

Esses Grupos chocam-se mas se entendem, quando tem que negociar com compradores inferiorizados.

O que ocorre então? Na verdade - isso é que é trágico - o nosso minério é pago pelo preço que eles querem, que é estabelecido no mercado internacional e que é conveniente para

eles nos pagarem, e nos vendem os carentes pelo preço que os seus interesses estabelecem, como convenientes para eles nos venderem. Sendo assim, jamais teremos condições de negociar diretamente com países subdesenvolvidos para a compra de minérios carentes, a começar por isso: os minérios carentes, dos países subdesenvolvidos, estariam com a sua exploração controlada por uma empresa estrangeira, e mais do que isso, se assim não fosse, o comércio internacional desse minério estaria controlado por uma empresa estrangeira poderosíssima.

O exemplo da Polônia é típico, uma economia socialista. Lá é possível fazer-se um contrato para a importação de 1 milhão de toneladas de carvão a prazos longos porque se trata de uma economia socialista com atividade do mecanismo comercial de uma multinacional. Hoje não raciocino mais em termos dos lados e decantados países imperialistas, isso já não existe mais. Eles estão sofrendo na carne, tanto quanto nós, a ação das multinacionais.

O Congresso americano está, permanentemente, com uma comissão de inquérito para examinar o reflexo do comportamento das multinacionais na economia americana. Então não há que falar mais em expressões territoriais, expressão de países em termos de comando imperialista do comércio internacional.

Há outro exemplo muito prático que precisa ser dito. O Itamaraty tem prestado relevantes serviços ao Brasil neste sentido, haja vista o que aconteceu e está acontecendo agora. Está para se firmar, no princípio deste ano, um convênio do Governo Brasileiro com a Alemanha Ocidental para a aquisição não só dos reatores mas de know how. E, contra este convênio, contra esta aquisição de know how, de tecnologia, os que investem, não por razões de defesa de equilíbrio internacional dos detentores da bomba atômica, são justamente aqueles que ainda nesse setor não conseguiram controlar todo o comércio e, então, apelam para o fato de o Brasil não ter assinado o tratado de paz-armado ou coisa que valha e vindo em risco o seu comércio, no que diz respeito aos reatores atômicos.

E esse convênio, se firmado e realizado para a economia nacional e para o País será do maior proveito possível, mas forças poderosas estão investindo a tal ponto que o Governo brasileiro tem aconselhado a todos que, de qualquer forma tem participação com o processo silencioso, guardem silênciosos até o dia 26 deste mês, quando teremos ou não definitivamente assinado.

O que há na realidade é um jogo internacional violentíssimo. Muito mais forte do que o desejo e o amor patriótico, do que eminente professor Glycon de Paiva seja capaz de vencer.

Os pequenos sofrem, não é de hoje. Somos ainda pequenos, com vocação para fortes. O dia em que formos fortes, teremos condições de dizer: - Vamos exportar o manganês o quanto quiserem mas, em troca, queremos alguma coisa mais que não seja divisa. Queremos uma participação melhor do processo da nossa política mineral que não seja apenas exportar para lá, trazer divisas para cá e levar miséria de alguns centavos aos Estados exportadores de matéria-prima. Razão por que apresentaremos, dentro em pouco, no Congresso Nacional, um projeto que estabelece - pode parecer à primeira vista contrário à iniciativa privada, mas não o é, ele fortalece a iniciativa privada. Apenas o Governo, com o poder que tem, vai coagir cordialmente as empresas que operam nas indústrias extrativas de minério a participarem do processo de desenvolvimento nacional. Então o percentual de 5 a 10% da receita bruta de todo e qualquer empresa que opera na indústria extrativa de minério, seja de areia, cascalho e até urânio, será destinado a um fundo no qual a empresa terá uma conta aberta e esse dinheiro será depositado em seu nome para ser aplicado no desenvolvimento da economia nacional e, se for possível, inicialmente na área da lava, caso não seja possível, na região ou na zona, ou no Estado, mas nunca fora dele, de tal forma que possamos contrabalançar e formar num só todo, o plano de desenvolvimento nacional e o plano de desenvolvimento estadual.

É uma forma de acabar com essa piada que se chama, no Brasil, Imposto Único Sobre Minério e que quando há uma grito geral, um furo na balança, o Sr. Ministro da Fazenda, que nunca participa de coisa alguma para uma definição de política de minério, o Sr. Ministro do Planejamento que planeja mas nunca chega a esses detalhes, o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, da mesma forma, a

coagir o Ministério das Minas e Energia, que age isoladamente a conceder pesquisas para localização de lavras e mais lavras e exportar minérios e minérios para "tapar Buracos" em nossa balança de pagamento.

O que há, na realidade, em política mineral no Brasil de finida, até hoje é isso, compreendendo perfeitamente o zelo e o cuidado do Professor Glycon de Paiva. Mas até agora, - do ponto de vista globalizante, do ponto de vista do enfoque ou do subsistema econômico, do subsistema energético, do subsistema do planejamento do subsistema de transportes, enfim, de todos os subsistemas - não nos foi possível a uma definição sistêmica de uma política nacional de minérios, porque tudo é feito como fruto de uma improvisação.

Quero deixar bem claro que aplaudo, como patriota que sou o comportamento e a linha de pensamento traçada pelo Professor Glycon de Paiva. Apenas talvez por não ter o conhecimento e a vivência no mercado internacional como S.Sa. deve ter, eu, interpretando, debruçado sobre os livros e conhecendo os problemas através de contatos com o Itamaraty, com uns homens do porte e da capacidade Eliezer Batista da Silva, chego a essa dolorosa conclusão: para a economia nacional, por mais paradoxal que seja, é muito mais fácil fazer acordos do posto do que se pretende com a Polônia, do que com outro país da área capitalista, que compete conosco e que, obviamente, não nos quer ver crescer.

Era o que eu tinha a ponderar.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Agradeço ao Deputado José Machado a bondade com que se referiu a minha pessoa e ao ponto de vista que externei.

Queria lembrar a S.Exa, o seguinte: tudo que se demonstra hoje a respeito da avaliação das coisas do Brasil é que há uma colaboração enorme. Estamos comprando no exterior, em matéria de minerais, quantidades substanciais anuais. Este é um fato real do qual não podemos fugir.

Isso nos dá uma idéia de que há, nesse tocante, uma conspiração internacional no sentido de arbitrar preços desfavoráveis: daqui para lá e favoráveis a eles, de lá para cá.

De modo que há um hiato de balança de comércio fatal, mas não podemos fugir desse negócio.

Se isso realmente representar uma situação de fato existente que, eu pessoalmente, com minha experiência não acredito na profundidade em que S.Exa. veementemente explica, todo esse plano que estamos estudando hoje esse plano de uma expansão siderúrgica tão necessária à vida brasileira e que vai depender até 20 milhões de toneladas de carvão do exterior, alguma coisa que custe não 10 ou 12 dólares de uma tonelada de ferro, mas 55, 60 e mais dólares por tonelada de carvão e se caminhamos para carvão coqueificável ou talvez adiantasse a cifra para 90 dólares - cairá por terra.

Se não acreditamos na qualidade daquela gente que está lá fora, no sentido de honrar contratos de compra, manter preços, mas que sejam indivíduos que estão tramados dentro de uma conspiração internacional para não nos deixar crescer, então todo o futuro desse plano siderúrgico aqui discutido, todas essas necessidades nacionais, é evidente que cai por terra, porque não há como encontrar redutor interno no Brasil num prazo hábil para fazer face a essa necessidade urgente. De modo que esse desenho feito por S.Exa., do que se passa lá fora e que é em parte verdadeiro sobre certos aspectos...

O SR. JOSÉ MACHADO - Professor, isso não é contra o Brasil, é a favor deles. Se o Brasil estivesse na situação deles estaria fazendo a mesma coisa. Eles estão se defendendo, cada um defendendo a sua situação.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Eu talvez não concorde com V.Exa.

O SR. JOSÉ MACHADO - ... ou V.Sa. nega que grande parte da economia mundial não trabalha para os Estados Unidos?

O SR. GLYCON DE PAIVA - Talvez não concorde com V.Exa. e vou dizer porque.

Tivemos, em 1973, um dos mais inesperados e bem sucedidos movimentos no mundo, que foi uma revolta da matéria-prima. A criação da OPEP, o Cartel em Viena, dos países subdesenvolvidos dos produtores de óleo e são 14 países dos quais 12 países árabes e 2 países sul-americanos o Equador e a Venezuela, esse conjunto uniu-se e fez a mais imaginável coisa que colocaram o mundo inteiro sobre o seu guante.

É um conjunto, que não representa mais de 70 milhões de pessoas o povo que está atrás da OPEP, representa um movimento anual, em que o faturamento de óleo passou de 4 dólares, para uma média de 12 dólares. A OPEP está aí para ficar. Ela também está determinando um movimento de criação de carteis semelhantes de produtores de matérias-primas do "Terceiro Mundo", no mesmo gênero. O cartel do cobre está se organizando, entre o Chile, Zâmbia e Zaire.

De modo que vemos a partida humilhante dessas multinacionais, ou as chamadas Seven-sister - as sete companhias de petróleo, absolutamente incapazes de resistir a uma reunião de um cartel organizado, como é o caso da OPEP.

O SR. JOSÉ MACHADO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. GLYCON DE PAIVA - Pois não.

O SR. JOSÉ MACHADO - Por trás de todos esses petrodólares, por trás de todos esses países da Arábia Saudita, ou vinculada à Arábia Saudita, estão justamente as multinacionais. Por

por mais paradoxal que seja. Quem diz isso não sou eu não; é o Senador Edward Kennedy, nos Estados Unidos que denunciou que por trás de tudo isso, estão as multinacionais.

O SR. GLYCON DE PAIVA - Não. O que V. Exa. leu em Kennedy, foi provavelmente o seguinte: é que, com a elevação do petróleo mundial, através da OPEP, aqueles produtores nacionais de petróleo - Venezuela, dos Estados Unidos e do México e etc. - tiraram partido dos diferentes preços: eles apenas aproveitaram o mercado.

Seria inexplicável que os grandes produtores e as grandes reservas de óleo, com esse preço de óleo fossem vender pela metade do preço. De modo que esse é o problema.

De qualquer maneira receio, Sr. Presidente, que esse plano todo seja infirmado se acreditarmos que o mundo poderá num determinado momento, não nos mandar o carvão necessário para operação desse sistema, se não pudermos acreditar na palavra deles firmada num determinado contrato de compra a longo prazo.

São essas as questões fundamentais.

Veja que o Governo do Brasil não tem pensado exatamente como o Deputado, porque eu me recorro do acordo feito com a Bolívia: no primeiro Tratado, de natal de 1928, os Acordos de Roboré, no sentido de trazer óleo e gás da Bolívia para cá, estão em processo de organização e recorro-me da viagem do Ministro Gibson Barbosa, na Colômbia, no sentido de uma lavra associada de uma lavra associada, para a produção de carvão, e recorro-me da visita de S. Exa. ao Peru, no sentido de uma arranjo para a produção conjunta de cobre, e lá a poucos dias, no jornal, a respeito de presença de industriais brasileiros no Chile, no sentido de organização de um sistema semelhante e me parece, como contra-quadro da substituição das importações brasileiras, que foi um período que nos auxiliou extraordinariamente, no processo de desenvolvimento, mas que teve o seu período completado e efetivado e é uma arma, hoje, muito menos importante. Temos agora um período novo, que é de lavra associada no exterior, uma espécie de condomínio mineral, para suprir as crescentes necessidades de minerais do Brasil, de que não podemos nos apoiar acurdir, porque a maturação de projetos de mineração é extremamente longo.

São as observações que queria fazer e finalmente, Sr. Presidente, apenas chamar a atenção para o fato de que toda a minha intervenção no caso do manganês, é porque fiquei preocupado com insuportáveis importantes, como o caso do carvão, absorvendo bilhões de dólares, e se fossemos ficar preocupados com os problemas de política interna a respeito de alguma coisa, eu já participação na realização do programa considerado aqui, e planejado pelo CONSIDER, é de prioridade indiscutível. E só essa a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) Concedo a palavra ao Dr. Aurélio Nunes, representante do Governo do Piauí.

O SR. AURÉLIO NUNES - Dr. Aluísio Marins, acompanhando o meu interesse a brilhante exposição de V.Sa., notadamente a apresentação do quadro de expansão da produção de metais não-ferrosos, e em particular, o problema do níquel. Já é do conhecimento público que na região Sul do Piauí se localiza uma jazida de níquel, com uma reserva de cerca de 20 milhões de toneladas, a que se coloca como a terceira no País.

Nesse sentido perguntaríamos a V. Sa. por que essa jazida não foi considerada no quadro de expansão de exploração do minério de níquel? Em segundo, se não foi considerada por desconsideração, naquela época dos dados, hoje disponíveis, qual seria a possibilidade de serem reformulados esses projetos, para que essa jazida fosse considerada prioritária para a exploração imediata do níquel?

O SR. ALUÍSIO MARINS - Pelo ao engenheiro Orlando Euler que preste os esclarecimentos necessários.

O SR. ORLANDO EULER DE CASTRO - Gostaria de chamar a atenção para os seguintes fatos: a reserva não era descoberta. Na realidade, o programa nacional de desenvolvimento da indústria dos metais não-ferrosos contemplou iniciativas que, naquela ocasião, eram necessárias para implantação de empreendimentos de complexos metalúrgicos. Lembro-me e quero renovar a afirmativa que fiz há poucos instantes atrás, de que no Quadro XX, no caso do níquel, haviam sido consideradas duas iniciativas previstas, e foi colocado uma iniciativa condicional, para o atendimento da demanda prevista no programa nacional. Caracterizando esse programa com o caráter dinâmico que ele tem, e que estará tendo com o desenvolvimento dos estudos de mercado que estão sendo realizados, já temos conhecimento de outras iniciativas que não foram colocadas no programa, para o caso do níquel e que eu passaria a anunciar.

Em Colêis, na Região do Barro Alto, existe uma iniciativa que agora já é de conhecimento oficial do CONSIDER. Uma produção de 50 mil toneladas de ferro-níquel com 40% Ni com investimento global da ordem de 300 milhões de dólares.

Além desse empreendimento, já também deverá ser computado, a expansão adicional de uma indústria em Liberdade, que produz atualmente 100 toneladas/ano e que tem um projeto de expansão para 700 toneladas/ano de níquel-metalúrgico, correspondente a 3.000 toneladas de ferro-níquel.

Além desse projeto, está sendo desenvolvido outro pela BOCERCO, na São João do Piauí, que conta com reserva de 280 a 300 mil toneladas de níquel-contido. Essas são as reservas brasileiras conhecidas, as quais montam a cerca de 3 milhões de toneladas de níquel-contido.

A BOCERCO está realizando estudos para a exploração desse níquel. Tivemos recentemente conhecimento através da Coordenação de Não-Ferrosos, da Secretaria Executiva da COMIN, de que a Cia. Vale do Rio Doce está realizando estudos para, a partir dessas reservas, implantar um empreendimento, para a produção de ferro-níquel (5 a 10 mil toneladas de níquel contido) com base no minério de São João do Piauí.

Um acontecimento que vem ajudar essa iniciativa é que as reservas de gipsita e de calcário, na região, foram solicitadas pela Cia. Vale do Rio Doce para garantir a produção do complexo que ela está idealizando, naquela região.

O SR. AURÉLIO NUNES - Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON - Apesar do adiantado da hora, não poder a ficar em paz com a minha consciência de capixaba, se não formulasse três rápidas indagações ao Dr. Marins.

A usina siderúrgica projetada para a Área Tubarão ainda depende de decisão final do CONSIDER.

A quem se atribuiu o atraso verificado na execução do cronograma da Usina Siderúrgica do Tubarão?

O famoso naturalista capixaba, Augusto Ruschi registrou, entretanto em Vitória que a Capital Capixaba ficaria fora de linha dentro de pouco tempo em consequência da instalação, no Tubarão de cinco usinas de pelotização e uma usina siderúrgica de grande porte.

O CONSIDER confirma que será exigida a instalação de equipamentos para reduzir a nível tolerável, a poluição resultante dessas instalações no Tubarão.

O SR. ALUÍSIO MARINS - Exmo. Sr. Presidente, a Usina Siderúrgica do Tubarão, como V.Exa. sabe, é uma associação entre a KAWASAKI-STEEL, FIATSIDER e a SIDERBRAS.

Realizaram estudo de pre-viabilidade, que já foi concluído e que se acha em curso um estudo final de tomada de decisão da construção da usina, que deverá terminar em setembro.

A razão do retardamento do início da tomada de decisão em relação a que havia sido inicialmente prevista, deve-se, fundamentalmente, às condições de negociações iniciais que foram formuladas nas propostas.

Prendia-se, básica e primeiramente ao problema do preço. Dois terços da produção, inicialmente onde o Brasil participava no empreendimento com 51% e os sócios estrangeiros com 49% seriam remetidos para o exterior e a estrutura de preços que havia sido formulada, na ocasião, para a exportação desses produtos semi-acabados, era uma estrutura de preço tal que a grande parte do lucro da operação seria realizada fora do País e não dentro da própria usina, comunidade autônoma, sadia, em termos empresariais. Então isso teve que ser rediscutido.

Outro ponto que foi rediscutido foi a questão do Acordo de Acionistas. Esse Acordo previa que, embora o Brasil, com 51% na composição acionária, haveria uma tomada de decisão antes feita por um Conselho de Administração e onde cada sócio teria dois representantes e qualquer decisão para ser baixada à Assembléia teria que ser através de um critério de unanimidade.

Isso evidentemente conferia àquela maioria brasileira apenas um caráter fictício, sem qualquer validade em termos efetivos de gestão empresarial da empresa. Teve que ser reestudado.

Outro problema também era o do fornecimento de equipamentos necessários à estrutura de capital-financeiro-empreendimento, que era uma estrutura de capital-financeiro de 20 x 80, ou seja, 20% de capital e 80% de financiamento, onde os sócios estrangeiros participariam com 49%, ou seja, do investimento total colocariam alguma coisa menor do que 10% ingeriria o consórcio de venda de equipamento para a empresa. Isso efetivamente, chegar-se-ia à conclusão de que não haveria uma entrada efetiva de capitais para o empreendimento no País.

Então, essas condições tiveram que ser reformuladas o que provocou um certo atraso na tomada de decisão, na construção da Usina.

Essas condições foram reexaminadas e, em princípio, aceitas pelos sócios estrangeiros, e a tomada de decisão está prevista, como disse inicialmente, para a construção da Usina, no mês de setembro deste ano.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Dr. Marins tenho uma sugestão e uma pergunta a fazer. A sugestão é no sentido da criação da Coordenação dos Minérios, dentro do CONSIDER, porque são intimamente ligados o problema da expansão da metalurgia dos não-ferrosos e o da siderurgia. Se para equipamentos complementares já foram criados outros insumos até por analogia poderíamos fazer esta criação que considero imprescindível. Se um IPI de muito menor importância já foi criado para esta Coordenação, por muito melhores razões devia ser considerada a Coordenação dos Minerais, não só dos produzidos no País como também dos importados.

Outra pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: O Dr. Fernando Roquete Reis, muito digno Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, aqui esteve e falou sobre o problema das usinas de pelotizações que estão, ora uma iniciando a construção, - que é a Hispano Brasileira, e mais outras quatro, em projetos que estão definidos.

Em primeiro lugar quero dizer que foi muito interessante uma visita que lá fizemos - a Comissão de Minas e Energia - há cerca de duas ou três semanas.

Observamos, in-locu, uma série de dados interessantes. Em primeiro lugar perguntamos o seguinte: por que não construímos a Usina de Pelotização, mesmo financiada por brasileiros? Com a experiência da usina já existente e mais o know-how e a evolu-

ção do assunto, poderíamos construir, no mínimo, 90% dessas usinas. Há também o problema da ecologia a ser tratado. Foi falado que um dos diretores da Usina de Pelotização tem alguns miligramas de poeira em sua casa e que isso não tem expressão. Mas foram ditos "miligramas". Se forem alguns miligramas por centímetro quadrado é uma coisa de deposição. Dados assim, jogados ao ar, não são razoáveis. Sabemos que esse problema pode perfeitamente ser contornado e principalmente em se tratando de uma usina estatal, como é a Companhia Vale do Rio Doce, que tem, segundo ela mesma diz, excelentes lucros; e não podemos dar prejuízo à saúde do laborioso povo do Espírito Santo.

É portanto, uma questão de coordenação, e sendo a coordenação também desse sistema indiretamente afeto ao Conselho de Siderurgia de Não-Ferrosos, eu aqui deixava minha sugestão para a criação da Coordenação e, como se fora uma exigência, introduzia em todos os projetos novos ou em andamento, meios de preservar ao máximo o meio ambiente. Não se diz, por exemplo, que se for fornecido por usinas brasileiras vai atrasar o projeto por sete meses e que então não poderemos esperar. Nós esperamos tantos anos, centenas de anos, por que não podemos esperar por alguns meses mais?

O SR. ALUISIO MARINS - Perfeitamente. A sugestão do Exmo. Sr. Senador Domício Gondim nos toca, por exemplo, a fazer uma Coordenação de caráter geral, o que tornaria o instrumento de planejamento mais efetivo, inclusive colocando alguns setores no CONSIDER que gravitam em torno do CONSIDER, é uma idéia que ainda não está formulada mas tem conotações altamente positivas para o esforço de planejamento que nós vimos fazendo na área.

No que toca ao problema de poluição, nos programas que V. Exa. podem ver que essa preocupação foi explicitada tanto no programa de não-ferrosos como no programa de Siderurgia e que esses novos empreendimentos siderúrgicos trazem em si todos os equipamentos anti-poluidores. É uma exigência.

No que tange, à questão de equipamentos no Brasil, também entendo que, como o setor de siderurgia - aquela abordagem inicial sobre o problema que fiz aqui, de fazer um esforço no sentido de maximizar, de nacionalizar a fabricação de equipamentos no Brasil - com isso já sabemos, a priori, que vamos correr o risco de distender alguns cronogramas previstos inicialmente. Mas, vale a pena correr esse risco porque, caso contrário, nunca firmamos uma indústria desse porte no Brasil, nem se fará a transferência efetiva de tecnologia. De modo que concordo, rigorosamente, com as suas palavras.

O SR. JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, por gentileza, antes de V. Exa. encerrar, já que estamos evidentemente muito além do tempo, mais dois minutos, menos dois minutos, V. Exa. vai me perdoar, não vai alterar o resultado.

Mas a propósito do que falávamos ontem, nós nos lembramos do nióbio e, hoje, eu lembraria outro, o anatásio.

Existe na Bahia a TIBRAS, produz o óxido de titânio que parte da ilmenita. Ilmenita nós não temos no Brasil, e

gora somos praticamente donos do anatásio no mundo. Então toda a tecnologia adotada na TIBRAS é a da ilmenita, é evidente porque há uma multinacional que controla isto.

Com relação ao nióbio produzimos 90% do minério, e um País que produz 90% de um minério, se ele não entrega o minério de mão-beijada, embora o nosso já esteja caminhando a passos largos nesse sentido, nenhuma nação tem interesse em desenvolver tecnologia. Então fica-se como um minério de alta qualidade como é o nióbio, aparentemente sem pesar na balança nacional. Como acontece também com o anatásio ou seja a TIBRAS utiliza ilmenita importada para a produção de óxido de titânio. Apenas não temos o know-how, e as multinacionais detêm know-how da ilmenita. Daí aquela nossa observação que pode aparentemente dar impressão de que somos xenofobos, não o somos absolutamente; desejamos o capital estrangeiro mais do que todos, talvez mais do que muitos que estejam aqui. Não concordo, hoje, no mundo que está se identificando por uma série de circunstâncias, que venhamos a parar por causa do capital. É somente através dele que há possibilidade de nos entendermos. Então ninguém deseja mais um capital do que eu, mas enquanto este capital estiver sendo controlado, como está sendo, acortecem estes disparates. O nióbio não nos conduz a nada, não produz um centavo quase de imposto único; o anatásio que produzimos, temos em quantidade fabulosa, não é utilizado para produção do óxido de titânio. Isto é apenas um dado, um exemplo, para mostrar que a coisa não é tão fácil. Não basta a inteligência, não basta a cultura, não basta a capacidade técnica, o que há é que no mercado internacional há uma luta de hienas, e nós ainda somos muito pequenos para entrar nela.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Sr. Presidente, V. Exa. permite um aparte? É o seguinte nobre deputado: posso informar que a Companhia Vale do Rio Doce e uma das nossas empresas, participam juntas no problema do anatásio. Ela está com um projeto bem adiantado da utilização do anatásio inclusive para fabricar óxido de titânio.

O SR. JOSÉ MACHADO - Tenho conhecimento.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Então queria apenas corrigir a informação e dizer que também a importação do minério para a TIBRAS não é totalmente importante.

O SR. JOSÉ MACHADO - O problema é que a iniciativa privada não está tomando nenhuma posição, quem está é a Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. DOMÍCIO GONDIM - Mas a iniciativa privada nesse caso é outro assunto. A iniciativa privada está hoje no Brasil, entre a multinacional e a Companhia Estatal, somos hoje o maricão, porque estamos entre a rocha e o mar. (Risos)

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.
(Levanta-se a reunião às 13 horas e 50 minutos)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA
EM 11 DE SETEMBRO DE 1975

Às nove horas do dia onze de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório Milton Campos, sob a Presidência do Sr. Senador Orestes Quêrcia, Presidente, presentes os Srs. Senadores Mendes Canale, Agenor Maria, Itálio Coelho, Adalberto Sena, Amaral Peixoto, Evelásio Vieira, Saldanha Derzi, Evandro Carreira, João Calmon, Heitor Dias, Milton Cabral, Domício Gondim, Jarbas Passarinho, Itamar Franco, Dirceu Cardoso, Virgílio Távora, Leite Chaves, e os Srs. Deputados Antonio Pontes, Frederico Brandão, Lincoln Grillo, Octacílio Almeida, Santilli Sobrinho, José Mandelli Rezende Monteiro, Ailton Sandoval, Otávio Ceccato, Paulino Cícero e Adalberto Camargo, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Iniciados os trabalhos é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Sr. Presidente informa à Comissão que o objetivo da presente reunião é ouvir os dirigentes da EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e EMBRATER — Empresa Brasileira Técnica de Extensão Rural, sobre o que estas empresas vem realizando, em termos de pesquisa agrícola e de assistência à agropecuária, por parte do Governo Federal.

Prosseguindo, o Sr. Senador Orestes Quêrcia comunica que o Sr. Presidente da EMBRAPA, Dr. José Irineu Cabral, encontra-se acamado e como não pode comparecer à reunião, credenciou o Professor Almiro Blumenschein, juntamente com os Drs. Edmundo da Fontoura Gastal e Elizeu Roberto de Andrade Alves, para representar a EMBRAPA no presente ciclo de conferências.

Em seguida, o Sr. Presidente passa a palavra ao Professor Almiro Blumenschein, para fazer a sua exposição.

Abordando como tema principal "O Modelo Institucional da EMBRAPA na Pesquisa Agropecuária", o Professor Almiro Blumenschein, ressaltou durante a sua conferência que a EMBRAPA recomenda — mas não impõe — aos sistemas estaduais, a adoção da mesma estrutura, da mesma condição, ou a figura da empresa estadual para a geração de tecnologia. Alguns Estados já adotaram essa sugestão, como por exemplo Minas Gerais, que já tem a sua empresa. Os Estados de Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina implantarão suas empresas ainda durante o mês de setembro e, provavelmente, em fins de 1975 ou em 1976, já terão essas empresas implantadas. Nos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão já existem, também, estudos nesse sentido.

Salientou que nos demais Estados, onde essa estrutura "empresa" ainda não está desenvolvida, a EMBRAPA está adotando a estratégia de estabelecer programas integrados de pesquisas. Tão logo a empresa estadual é criada ou organizada, a EMBRAPA transfere ao Estado a responsabilidade da administração e da coordenação de pesquisa a nível estadual. Para isso ela se dispõe, conforme tem feito, a ceder suas bases a essa empresa estadual e a contribuir financeiramente para a execução desses programas estaduais.

Concluindo, ressaltou o representante da EMBRAPA que, em vários órgãos internacionais, tem sido colocado um modelo desenvolvido pela EMBRAPA, como um modelo novo e único e que está sendo observado, atentamente, por órgãos internacionais, como um modelo ideal para um país nas condições do Brasil.

Após a exposição do Professor Almiro Blumenschein, o Sr. Presidente passa a palavra ao Presidente da Empresa Brasileira Técnica de Extensão Rural — EMBRATER.

Com a palavra, o Dr. Renato Simplicio Lopes, divide a sua exposição em duas partes: uma em considerações gerais, evidenciando o porquê da grande necessidade de se modernizar, de maneira mais célere, a agricultura; e numa segunda parte, projeções de algumas transparências, quando mostraria, então, os propósitos da EMBRATER.

O Presidente da EMBRATER disse à Comissão de Agricultura, que a Empresa tem como função básica transferir tecnologias, e como finalidade coletar informações e adequar essas informações a um programa realista e transferi-las aos agricultores, procurando três objetivos fundamentais: aumentar a produção, aumentar a produtividade e promover o homem, nos diferentes aspectos. O homem é a atenção; o agricultor é o objeto principal do nosso trabalho de transferência de tecnologia.

Informou, ainda, que o Sistema Brasileiro de Extensão Rural atinge 2.531 municípios, através de 1.514 escritórios municipais, e possui, atualmente, 5.000 técnicos atuando no sistema, espalhados pelo Brasil. E, em termos de objetivos, pretende dobrar esse número, nos próximos três anos, atendendo às diretrizes do Ministério da Agricultura.

Após a exposição dos conferencistas, usam da palavra pela ordem de inscrição, os seguintes oradores: Sr. Senador Saldanha Derzi, Sr. Senador Itálio Coelho, Sr. Senador Agenor Maria, Sr. Senador Adalberto Sena, Sr. Senador Evandro Carreira, Sr. Senador Milton Cabral e o Sr. Senador Evelásio Vieira.

Concluindo, o Sr. Senador Orestes Quêrcia, agradece aos conferencistas as suas presenças perante o órgão, e resalta que a Comissão está satisfeita com o grande trabalho que estas empresas estão realizando, e poderão realizar em benefício da agropecuária brasileira, e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1975, DESTINADA A OUVIR AS PALESTRAS DOS SRS. DOUTORES ALMIRO BLUMENSCHIEIN, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA — EMBRAPA, E RENATO SIMPLICIO LOPES, PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL — EMBRATER, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Orestes Quêrcia

Vice-Presidente: Senador Benedito Ferreira

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Havendo número regimental, declaro abertos nossos trabalhos.

Exmo. Sr. Presidente da EMBRATER, ilustres Diretores da EMBRAPA, nobres Srs. Senadores e Deputados, a Comissão de Agricultura do Senado deliberou, no dia de hoje, realizar uma Reunião, à qual foram convidados a comparecer os dirigentes da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMBRATER, assim como os dirigentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola, EMBRAPA.

O objetivo desta Reunião da Comissão de Agricultura é ouvir os dirigentes desses órgãos governamentais, para tomarmos conhecimento do que se realiza, nos dias que correm, em termos de pesquisa agrícola e de assistência à agropecuária, da parte do Governo Federal.

Dias atrás, falando por ocasião do Dia da Independência, o Ministro Mário Henrique Simonsen salientou a grande importância, para um País como o nosso, de características continentais, da pesquisa agrícola e da assistência agropecuária.

E, anteriormente, quando da abertura da Sessão Extraordinária da Organização das Nações Unidas, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, também no seu discurso de abertura, lido por um Embaixador, salientou a grande importância da

pesquisa agrícola no mundo atual, porque será através dessa pesquisa que se conseguirá atingir o melhor objetivo na produção de produtos alimentícios, de produtos agrícolas, principalmente nos dias que correm.

Em razão da importância desse assunto, a Comissão de Agricultura deliberou, então, convidar os dirigentes da EMBRAPA e da EMBRATER, para virem debater com os Membros da Comissão e demais Srs. Senadores e Deputados convidados, esses assuntos, realmente, de grande importância e de grande interesse nacional.

Como Presidente da Comissão de Agricultura e em nome dos companheiros que integram esta Comissão, da mesma forma que em nome do Senado, agradeço a gentileza de os dirigentes da EMBRAPA e da EMBRATER terem acedido ao nosso convite e estarem aqui presentes.

Nesta introdução, vou apresentar o Engenheiro Renato Simpício Lopes, que se encontra à minha direita, que é o Presidente da EMBRATER. Sendo mineiro, de Viçosa, tem o nosso ilustre convidado Curso Superior de Agronomia, tendo se formado pela Escola Superior de Agricultura, da Universidade Federal de Viçosa, e se especializado na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Em suma, é um homem altamente gabaritado que, juntamente com seus companheiros da EMBRATER, dirige aquele importante órgão de assistência agropecuária.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Pois não, nobre Senador.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Desejo apenas parabenizar V. Ex^a, quando lê uma palavra inglesa com as características do vernáculo. Como já dizia Coelho Neto, o cosmopolitismo das línguas trás o cosmopolitismo dos caracteres. Nós devemos falar é português com acentuação vernácula, não fazendo questão da pronúncia inglesa de Wisconsin ou Washington.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ITALÍVIO COELHO — V. Ex^a nisto não está sendo muito original, porque os estrangeiros falam nosso português com o sotaque deles.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Continuando nossos trabalhos, temos também a presença dos Engenheiros Agrônomos Josemar Ferraz Rodrigues e Pedro Merson Vieira, que também são Diretores da EMBRATER.

O ilustre Sr. Presidente da EMBRAPA, por não ter podido comparecer a esta Reunião, por motivo de doença, enviou a seguinte correspondência:

(*Procede-se à leitura da correspondência.*)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Desse modo, o Professor Almiro Blumenshein, juntamente com os Drs. Edmundo da Fontoura Gastal e Elizeu Roberto de Andrade Alves, estão aqui representando a EMBRAPA.

Primeiramente passaremos à pesquisa para, depois, passarmos à assistência técnica. Não seria possível fazer assistência técnica sem antes se pesquisar e levantar o problema. Passamos, portanto, a palavra ao Professor Almiro Blumenshein, que irá expor, aos Membros da Comissão e aos convidados, todo o trabalho da Empresa, a respeito de pesquisa agrícola, e irá, inclusive, responder a algumas críticas feitas no Senado, relativamente à EMBRAPA, no que tange ao tempo de existência do órgão, como também responderá a críticas construtivas, feitas no sentido de que, realmente, temos necessidade de que a EMBRAPA deslanche e execute um grande trabalho em benefício da agricultura brasileira. Com a palavra, portanto, o Professor Almiro Blumenshein.

O SR. ALMIRO BLUMENSHEIN — Sr. Presidente Senador Orestes Quêrcia, Srs. Senadores convidados e colegas da EMBRATER e da EMBRAPA, é realmente extremamente honrados que compareçamos a esta reunião, e extremamente gratos por poderemos apresentar o que é a EMBRAPA, o que tem feito nesse seu curto período de vida. Ainda desejamos colocar-nos à disposição dos senhores para respondermos ou esclarecermos problemas ou questões que nos forem apresentadas.

O Governo Federal, preocupado com o componente pesquisa, extremamente importante ou essencial para a produção, fez uma análise da sua situação no País, e concluiu por uma série de dificuldades ou uma série de problemas, que estavam impossibilitando os órgãos ou as estruturas existentes de, realmente, dar aquela contribuição necessária ou exigida pela agricultura nacional.

Foram observados, por exemplo, problemas de orçamentação, na capacitação do pessoal que se dedicava à pesquisa, ou na política salarial do pesquisador; na flexibilidade que os órgãos existentes possuíam de se relacionarem com outros órgãos fora da área federal, além de uma série de outros problemas que foram, também, detectados. Em função disso o Governo Federal buscou uma fórmula que permitisse contornar esses problemas e dar à pesquisa agropecuária as possibilidades de desenvolvimento ou de ação que dela é requerida. Assim, em 23 de abril de 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Foi escolhida a fórmula empresa, porque se chegou à conclusão de que esta seria a que daria flexibilidade ou que reuniria as condições que permitiriam contornar os problemas existentes. Portanto, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com capital subscrito totalmente pelo Governo Federal. Possui, assim, a EMBRAPA, a condição de órgão público com a flexibilidade de uma empresa.

Analisaremos, a seguir, item por item, as dificuldades, os problemas, a situação em que se encontrava a pesquisa e aquela em que se encontra a empresa, no momento. Relativamente à questão de pessoal, a EMBRAPA recebeu do DNPEA, órgão que era responsável, no Ministério da Agricultura, pela execução da pesquisa agropecuária, 5.060 funcionários, dos quais 923 eram pesquisadores. Houve um processo de seleção, que foi permitido pela lei que criou a EMBRAPA, no qual foram analisados os currículos de cada um dos funcionários do DNPEA, sendo mantidos na pesquisa aqueles que, realmente, reuniam condições de trabalharem com pesquisa; os demais servidores foram devolvidos e lotados no Ministério da Agricultura, para serem designados a executar outras funções dentro do mesmo.

Então, com a aplicação dos últimos decretos sobre funcionários da Administração Indireta, com o direito de opção que foi dado aos pesquisadores e aos funcionários, de se manterem na empresa ou na administração direta — além de que, em 1974, analisamos 881 currículos de novos pesquisadores, dentre os quais selecionamos e contratamos 176 — a EMBRAPA conta hoje com 3.726 funcionários, dos quais 941 são pesquisadores. Houve, assim, na área de apoio, uma redução no número de funcionários, mas houve manutenção, por enquanto, na área de pesquisadores. Foi feito um estudo e elaborado um plano de cargos e salários na empresa, aprovado pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e pelo Conselho Nacional de Política Salarial, de acordo com a legislação em vigor. Dentro desse plano de cargos e salários os funcionários, assim como os pesquisadores, têm oportunidade de progredir, sendo avaliados periodicamente e elevados na sua classificação. A carreira de pesquisador foi dada especial atenção, porque sentimos que, em verdade, ele precisa ser convenientemente remunerado, para que se dedique integralmente à pesquisa agropecuária. Dentro dessa carreira o pesquisador pode subir ou progredir num sentido vertical, em função das suas qualificações acadêmicas e técnicas, e pode progredir em sentido horizontal, em função de sua produção. Essa produção está sendo medida por um processo especial, que leva em conta, especialmente, a contribuição que o pesquisador dá à agricultura, à produção, ao produtor e não

tanto ao número de publicações ou outras características dessa natureza. Então, há uma carreira de pesquisador, com o que se eliminou um dos fatores limitantes da ação da pesquisa no País.

Outro problema extremamente sério era a questão de capacitação de pessoal, sendo bem sabido que sem bons pesquisadores não existem boas pesquisas. O sistema existente anteriormente à EMBRAPA possuía menos de 10% de seus pesquisadores com capacitação a nível de pós-graduação, sendo que a esses pesquisadores não havia sido dada, ainda, oportunidade de um treinamento mais aprimorado para a pesquisa agropecuária. A EMBRAPA, então, iniciou um processo enérgico e até agressivo de treinamento de pesquisadores. E, em números redondos, até o fim de 1975, nós teremos já treinados ou em treinamento a nível de pós-graduação, 600 pesquisadores. Até o final do ano receberemos de volta, dentro desse programa, 180 pesquisadores já treinados e, portanto, com maior capacitação para a execução das suas tarefas. Teremos em treinamento ou já treinados, até o final deste ano, 70% dos nossos pesquisadores. Portanto, é uma política agressiva de treinar pessoal para a pesquisa agropecuária.

Entretanto, não ficou a EMBRAPA somente no treinamento de pesquisadores para a pesquisa, foi além, pois desenvolveu, já neste ano, um programa de treinamento de executivos para a administração de pesquisa. Cerca de 30 pesquisadores ou administradores, das nossas unidades de pesquisa, fizeram um treinamento intensivo e especial, no Brasil e no exterior, para melhor poderem administrar a pesquisa agropecuária. E esse programa se estenderá, também, a outros executivos da empresa, pois um programa especial de treinamento do pessoal administrativo e técnico, de modo geral, está sendo estruturado. Dessa maneira, também os funcionários irão sentir o que é a empresa e se sentirão capacitados para a execução de suas funções, entendendo o que é a pesquisa agropecuária e, assim, participando mais ativamente no processo todo.

Outro esforço que a empresa executou neste seu período de trabalho, desde janeiro de 1974 — porque apesar de criada em abril de 1973 a EMBRAPA só se tornou totalmente responsável pela pesquisa agropecuária brasileira a partir de 1º de janeiro de 1974, portanto com menos de dois anos de vida ou de trabalho efetivo — foi desenvolver um trabalho enérgico, também, no processo de captação de recursos. E aqui há que se reconhecer o grande apoio que o Governo deu a esse trabalho. Aos orçamentos e às dotações foram acrescidos, principalmente na administração atual, graças ao empenho do Sr. Ministro e mesmo do próprio Senhor Presidente da República. Para termos uma idéia da progressão dos orçamentos, basta dizer o seguinte: Em 1973, a DNPEA tinha um orçamento da ordem de 40 milhões de cruzeiros; em 1974, esse orçamento elevou-se para 182 milhões; em 1975, o orçamento de que dispõe a EMBRAPA é da ordem de 500 milhões de cruzeiros, estando previsto para 1976 um orçamento da ordem de 700 milhões de cruzeiros. Então, efetivamente, na área orçamentária o apoio e o progresso têm sido excepcionais.

Seria interessante destacarmos o fato de que a flexibilidade ou a condição de empresa tem permitido a captação de recursos através de convênios e, também, através de operações de créditos externos. Há uma progressão interessante a ser mencionada, pois na área de operações de créditos externos, em 1974, o componente do orçamento da EMBRAPA era da ordem de 7 milhões, sendo que para 1976 prevê-se que ele se eleve a 205 milhões. Já na área de convênios, em que o orçamento era da ordem de 34 milhões, para 1976 atingirá 98 milhões. Destacamos este ponto para ressaltarmos a flexibilidade como uma das vantagens que a condição de empresa da pesquisa agropecuária dá à EMBRAPA, nesta área de captação de recursos.

Um ponto extremamente importante para a EMBRAPA — e talvez vital para o seu desenvolvimento — foi o estabelecimento de seu modelo institucional ou a maneira como a EMBRAPA operaria na pesquisa agropecuária no País. Foi feita uma análise, além de um estudo demorado e ponderado da estrutura do antigo DNPEA, que

era constituído por institutos regionais, que trabalhavam um número muito grande de produtos, e por estações experimentais distribuídas ao longo de todo o País.

Observando que os recursos humanos disponíveis, no País, eram ainda extremamente escassos, e, que apesar de todo o progresso orçamentário os recursos financeiros ainda não seriam suficientes para cobrir todas as necessidades do País, imaginamos, então, que seria interessante um modelo institucional que permitisse a utilização de todos os recursos disponíveis, não só na área federal, como nas Universidades, na área estadual e na empresa privada. Seria interessante, então, estabelecermos um modelo institucional que pudesse congrega, num sistema integrado, todos esses recursos existentes no País. O sistema DNPEA que possuíamos não dava a flexibilidade necessária para essa utilização.

Outra consideração que levamos em conta, no estabelecimento desse modelo institucional, foi a experiência internacional e nacional, de que a concentração de esforços por produtos, e assim como o enfoque multidisciplinar, ou seja, o esforço de diversas disciplinas ou de diversos pesquisadores especialistas em diversas disciplinas num esforço conjunto, de equipe, por produto sempre produz melhores resultados.

Verificamos exemplos ocorridos no Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo com o café e o algodão; constatamos ainda, experiências de centros internacionais, onde equipes multidisciplinares, concentrando-se em produtos, apresentaram resultados compensadores, em termos de pesquisa, e decidiu a empresa, então, estabelecer um modelo baseado nessas premissas ou nesses princípios, e criamos o que estamos chamando de Centros Nacionais de Pesquisa Agropecuária, que se dedicam, concentradamente, a pesquisas em produtos considerados prioritários para o desenvolvimento do País. Prioritários, sob o ponto de vista econômico e social.

Decidimos nos concentrar, inicialmente, em dezesseis produtos, que são aqueles mais representativos da contribuição da agricultura para a economia nacional, e também os de maior necessidade para os processos sociais de alimentação e de desenvolvimento das diversas regiões brasileiras.

No momento, a EMBRAPA já instalou onze centros, que estudarão onze produtos.

A localização desses centros foi baseada inicialmente em características técnicas. Pesquisadores, especialistas nos produtos, reuniram-se e forneceram à direção da EMBRAPA indicadores técnicos de opções para a localização desses centros. Por exemplo, para o Centro da Seringueira, os pesquisadores apresentaram-nos quatro ou cinco opções técnicas para a melhor localização do centro. A empresa para decidir sobre a localização do centro analisou essas indicações, sobrepondo-as aos programas de desenvolvimento regionais do Governo, a um programa de distribuição mais equitativa da geração de tecnologia no País, e acrescentou a isso a existência de bases físicas da EMBRAPA — porque a criação desses novos centros teve como base a utilização, na medida do possível, de instalações e equipamentos já existentes na EMBRAPA; não se está construindo, absolutamente, nada novo, mas utilizando-se, quase que totalmente, bases anteriores — e a necessidade de um apoio logístico para os pesquisadores que seriam concentrados nessas unidades.

Assim, o Centro da Seringueira foi localizado em Manaus, no Estado do Amazonas; o Centro de Caprinos está sendo localizado no Ceará; o Centro de Algodão em Campina Grande, na Paraíba; o Centro de Fruticultura Tropical e Mandioca em Cruz das Almas, na Bahia; o Centro de Arroz e Feijão em Goiânia; o Centro de Milho e Sorgo em Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais; o Centro de Gado de Leite, na Bacia Leiteira, em Juiz de Fora e parte do Estado do Rio de Janeiro, utilizando a prioridade da Fazenda Santa Mônica; o Centro de Gado de Corte em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso; o Centro de Soja em Londrina, numa associação

entre a EMBRAPA e o IAPAR, que é da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná; o Centro de Suínos, que está sendo instalado em Concórdia, no Estado de Santa Catarina, e o Centro de Trigo, em Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Estudos estão sendo desenvolvidos para a instalação do Centro de Café, além de outro, juntamente com o Instituto do Açúcar e de Alcool, IAA, para as pesquisas com cana-de-açúcar.

Nesses centros nacionais estão sendo concentrados pesquisadores ou equipes de pesquisadores do mais alto nível, que são especialistas nas diversas disciplinas. Teremos, ali, então, economistas, especialistas em solos, em combate a pragas, a doenças, sociólogos, especialistas em difusão de tecnologia para um processo de integração com a EMBRATER, enfim, são equipes multidisciplinares que estudarão e se concentrarão num determinado produto.

A idéia desse enfoque multidisciplinar é para que esses centros não liberem simplesmente soluções isoladas da melhor variedade ou do melhor combate a pragas, etc., mas sim um sistema completo de produção, que é aquilo usado pelo lavrador na sua propriedade. Este não utiliza somente a tecnologia isolada, pois sua tonelada de milho depende de sua variedade, do seu combate fitossanitário, das suas condições sociais e econômicas, etc. Portanto, esses centros, com esse enfoque multidisciplinar, pretendem liberar sistemas de produção e não tecnologias isoladas.

Os centros, independentemente da sua localização, têm um enfoque nacional, por isso são responsáveis pela pesquisa daquele produto a nível nacional, e realizarão o que estamos chamando de "pesquisadores de fronteira", que são básicas, fundamentais e que têm aplicação em todas as regiões do nosso País.

A EMBRAPA, reconhecendo que algumas regiões brasileiras têm características ecológicas muito especiais, decidiu dar um enfoque diferente e especial a essas regiões, tais como a região do cerrado, a região semi-árida do Nordeste e a do Trópico Úmido da Amazônia. É fato conhecido que as condições sociais assim como as de clima e de solo dessas regiões são bastante diferentes do resto do País; daí entendermos que elas deveriam receber um tratamento especial, assim como estudos especiais que deveriam ser desenvolvidos, a fim de, melhor conhecendo esses problemas, partirmos para o desenvolvimento de sistemas de produção adaptáveis a essas condições.

Reconhecemos que estávamos ou estamos cometendo alguns erros com relação a essas regiões, porque o que tínhamos, até então, eram apenas tentativas de modificação das condições ecológicas para receber tecnologias geradas em condições ecológicas diferentes. Decidimos assim, montar nessas três regiões, centros especializados, dentre os quais temos: Centros de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, localizado em Belém, no Estado do Pará; Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido, localizado no eixo Petrolina — Juazeiro, e o Centro de Pesquisas do Cerrado, localizado em Planaltina, próximo a Brasília.

Nestes centros estudaremos os problemas especiais de solo e de clima, assim como o relacionamento de plantas e animais com esses problemas, e traçaremos, então, parâmetros, adequados para as regiões. Esses centros se entrosarão com os centros de produtos, para que a tecnologia destinada a essas regiões seja gerada para essas condições ecológicas especiais.

Temos, então, dois tipos de centros nacionais: os centros por produtos e esses três que cuidarão dos sistemas de produções especializadas para condições ecológicas e regionais especiais.

Todos esses centros já estão em intenso processo de implantação, alguns mais adiantados e outros nas ações iniciais. Para dar um exemplo, no Centro de Trigo, em Passo Fundo, o que está mais adiantado, já temos 32 pesquisadores, e o programa de pesquisas é intenso; no Centro de Gado de Leite, em Juiz de Fora, já temos 12 pesquisadores, e o programa de pesquisas encontra-se implantado, na sua maior parte; no Centro de Milho e Sorgo, já temos 23 pesquisadores, e os trabalhos serão implantados, neste ano agrícola,

com grande intensidade; no Centro de Cerrado, aqui em Planaltina, que no momento oferece excelentes condições para se verificar de perto o tipo de trabalho que se está realizando — já temos 18 pesquisadores, com um trabalho realmente interessante, oferecendo resultados extremamente promissores para o cerrado. Então, há uma ação no processo de implantação e já se consegue colher resultados com relação à pesquisa, propriamente dita.

Mas, sabemos, perfeitamente, dentro do sistema de geração de pesquisas, que o fator ecológico ou a interação com as regiões é extremamente importante, e que um centro localizado em Minas Gerais, por exemplo, ou em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, não tem condições de gerar toda a tecnologia necessária para todo o País. Em primeiro lugar, porque existem interações ecológicas, em segundo porque existem interesses regionais e mesmo de Estados. Analisando essa situação, a EMBRAPA decidiu por estabelecer o que foi definido como "Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária", que é o componente do sistema ou do modelo institucional, que atuará a nível de Estado. Estes sistemas, apoiando-se na pesquisa ou nos conhecimentos gerados nos centros nacionais, gerarão tecnologia para as condições do Estado, com a finalidade de atender aos interesses locais.

Além disso, esses sistemas estaduais terão a preocupação de gerar tecnologia para os produtos que não são — digamos — de interesse nacional, isto é, não são cultivados em todo o País, mas apenas em alguns Estados, sendo extremamente importantes para estes Estados, apesar de terem uma participação pequena no componente econômico nacional.

A EMBRAPA recomenda — mas não impõe — aos sistemas estaduais, a adoção da figura da empresa estadual de pesquisas. Alguns Estados já adotaram essa sugestão, como por exemplo Minas Gerais, que já tem a sua empresa, assim como os Estados de Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina, que implantara sua empresa ainda durante o mês de setembro. Provavelmente em fins de 1975 ou em 1976, teremos essas empresas implantadas, visto já existirem estudos nesse sentido, também nos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão.

Nos demais Estados, onde esta "empresa" ainda não está desenvolvida, a EMBRAPA está adotando a estratégia de estabelecer programas integrados de pesquisas. São criadas representações da empresa em cada um desses Estados, com a função de interagir com as unidades estaduais de pesquisas, com as Universidades que atuam no Estado, com os órgãos da EMBRAPA e a fim de desenvolver programas integrados de pesquisas em cada um desses Estados.

Desse modo, tão logo a empresa estadual seja criada e organizada, a EMBRAPA transfere ao Estado a responsabilidade da administração e da coordenação de pesquisa a nível estadual. Para isso ela se dispõe, conforme tem feito, a ceder suas bases a empresa estadual, e a contribuir financeiramente para a execução dos programas estaduais. Então, criada a empresa estadual, a EMBRAPA passa, simplesmente, a atuar como coordenadora, e a suportar ou contribuir para os programas estaduais, através de auxílios financeiros e apoio técnico proveniente dos seus centros nacionais.

Nos Estados onde não há empresas os programas integrados são desenvolvidos pelos órgãos que têm melhores condições de fazê-lo.

É intenção da empresa que, em cada Estado brasileiro, seja desenvolvido um programa de pesquisa, o mais forte possível e suficiente para atender às necessidades do Estado.

Em cada um dos Estados que não tem empresa a EMBRAPA está criando uma ou mais unidades de pesquisa, que atenderão às atividades da pesquisa no Estado, que se interagirá com as unidades do próprio Estado, atuando, assim, dentro da programação integrada. Nesse sentido, a EMBRAPA criou e já está implantando unidades estaduais de pesquisa, em Rio Branco, no Acre, em Porto Velho; em Manaus; em Bacabal, no Maranhão; em Teresina, no

Piauí, em Seridó, no Rio Grande do Norte; em Pacajus, no Ceará; em Alagoinhas, na Paraíba; em Itapirema, em Pernambuco; em Quisamã, em Sergipe; em Penedo, em Alagoas; Barreiras, na Bahia; em São Carlos, em São Paulo; em Itaguaí e Campos, no Estado do Rio de Janeiro; em Corumbá e Dourados, no Estado de Mato Grosso; em Ponta Grossa, no Paraná; em Pelotas, Bagé, Cascata e Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, e ainda no Distrito Federal.

São, portanto, unidades estaduais de execução de pesquisas, administradas pela própria EMBRAPA, e que se interagirão com as unidades estaduais de pesquisa e com as Universidades, para a geração de pesquisas a nível estadual. Este é o esquema ou o modelo institucional da EMBRAPA. Temos, portanto, centros nacionais para 16 produtos de interesse nacional, onde pesquisas de fronteiras são desenvolvidas; e temos os sistemas estaduais que gerarão pesquisas ou tecnologia para a solução dos problemas de interesse local. A interação entre os centros nacionais e os sistemas estaduais é garantida por um sistema de planejamento e coordenação. Vários convênios ou acordos, para o desenvolvimento de programas integrados, têm sido assinados entre os Governos estaduais e o Ministério da Agricultura. Convênios dessa natureza já foram firmados pelo Distrito Federal e pelos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas e pelo Território de Roraima. Estão em estudos adiantados e serão assinados, muito breve, acordos com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Alagoas, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá e Rondônia.

Em alguns Estados, onde o sistema de pesquisa encontra-se bastante desenvolvido, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, a integração da EMBRAPA com esses sistemas tem-se desenvolvido com toda ênfase. Esses são Estados que têm, inclusive, condições de contribuir para que a EMBRAPA utilize tecnologia neles gerada, difundindo-a, aplicando-a ou transmitindo-a para outras áreas do País.

Através desse sistema procura a empresa utilizar todos os recursos humanos institucionais e financeiros existentes no País, concentrando-se, de maneira clara, naqueles produtos que têm maior interesse nacional e maiores interesses regionais e locais. É um processo de nos concentrarmos, também, naquilo que nós, no momento, podemos fazer, e fazer bem feito.

Um sistema de planejamento foi estabelecido pela empresa, tendo sido o mesmo para 1975/1976, alimentado com cerca de mil subprojetos, que foram consolidados na forma de 180 projetos, atendendo a 36 produtos, 7 criações e 9 áreas de pesquisa. Este sistema de planejamento funciona partindo de uma ação inicial da EMBRAPA, que define ou que alimenta as unidades de pesquisa com as políticas gerais do Governo, e recebe dos pesquisadores as sugestões de pesquisas e sua maneira de execução. Em função disso é consolidado o Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Com isso pretendemos ter programas nacionais, com a execução nos diversos órgãos existentes no País, e não o paralelismo de diversos programas que, depois, tenta-se colocar num único contexto. Assim, seguimos uma recomendação que nos tem sido repetida, constantemente, ou seja, a de evitarmos ao máximo as duplicações ou as repetições desnecessárias no País.

Além desses componentes do modelo institucional que atendem os produtos, a EMBRAPA está instalando o que estamos chamando de Serviço Nacional de Conservação e Levantamento de Solo. É um componente absolutamente necessário para a implantação e o planejamento de pesquisa agropecuária no País. É, um serviço que terá a função de atuar a nível nacional, apoiando-se, principalmente, regional e localmente nos centros e em unidades estaduais.

Uma política na área de tecnologia de alimentos também está sendo estabelecida. Pretende-se, dentro dessa política, aproveitar o que existe disponível, no País, em termos institucionais. A EMBRAPA está interagindo com o Ministério da Indústria e do

Comércio, com a FINEP, com o CNPq, para a definição de uma única política a ser adotada por todos estes órgãos em conjunto.

Não pretende a EMBRAPA, nessa área, manter centros que ela mesma administre, mas pretende apoiar-se em centros já existentes, como o ITAL, em Campinas, no Estado de São Paulo, como CEPED, na Bahia. Ela está interagindo-se com a empresa privada, no Rio Grande do Sul, para a organização de um centro na região de Pelotas, que se preocupará com a tecnologia de frutas e olerícolas de clima temperado.

Está, também, a EMBRAPA, interagindo-se com órgãos regionais e empresários da região Norte, para que ali seja estabelecido um centro que se preocupe com estudos de tecnologia de alimentos e com base em produtos primários típicos da Região Norte. Uma preocupação séria da EMBRAPA foi analisar a afirmação de que existe no País tecnologia já gerada e não utilizada em quantidade suficiente para alterar a produtividade de nossa agricultura.

Procurou, então, a EMBRAPA, através de estudos de sistemas ou de pacotes tecnológicos, reunir e sistematizar essas informações, existentes a nível de pesquisador, a nível de produtores, fazendeiros, e criadores, e existentes a nível de assistência técnica. Assim, através de um processo simples, a EMBRAPA tem promovido reuniões onde coloca, ao redor de uma mesa, representantes da assistência técnica, pesquisadores e produtores. Aí, esses três componentes esclarecem o que conhecem a respeito da tecnologia empregada para uma determinada cultura, para uma determinada área, para um determinado tipo de produtor. Estas informações são sistematizadas, colocadas sob a forma de sistemas de produção, isto é, de acordo com as variedades, a adubação, o tipo de combate fitossanitário, etc, e no final é feita uma análise econômica. Se essa tecnologia, dentro deste sistema, é aplicada, ela deve dar uma compensação econômica.

No ano de 1974, a EMBRAPA investiu cerca de 2 milhões de cruzeiros nesse programa, e pôde estabelecer cerca de 40 pacotes tecnológicos ou sistemas de produção. E, neste ano, de 1975 ela está investindo cerca de 10 milhões nesse trabalho, devendo ser produzidos cerca de 260 pacotes tecnológicos.

Só para ilustrar, quanto aos resultados já obtidos neste trabalho, nós poderíamos mencionar aquilo que foi observado no Rio Grande do Sul. No ano passado, dentro dessa metodologia, conseguiu-se reunir pesquisadores, lavradores e extensionistas, no Rio Grande do Sul, quando foram determinados sistemas de produção aplicáveis a 21 Municípios, no Rio Grande do Sul, para o produto soja. Estabeleceram-se quatro "pacotes tecnológicos", para quatro níveis de produtores, em função do tamanho da sua propriedade e em função do nível de tecnologia que esses produtores utilizam. Neste ano ou no último ano agrícola, esses "pacotes" foram testados a nível de produtores, isto é, os produtores plantaram, usando essa sistematização. E, no caso de produtores que usam uma técnica de nível médio, a produtividade, da ordem de 1.400 quilos por hectare, subiu para 2.300 quilos por hectare, dando uma redução de custos, da ordem de 30%. Com isso há uma demonstração dessa sistemática que a EMBRAPA, interagindo-se com a assistência técnica e com o produtor, procura reunir o que existe em tecnologia e que, sistematizada, procura colocá-la à disposição do produtor.

No processo de coordenação de pesquisa, no País, a EMBRAPA tem procurado interagir com os diversos órgãos regionais de desenvolvimento e os órgãos financiadores de pesquisas. Protocolos já foram assinados com o BASA, a SUDAM, a SUDENE, o BNB, a SUDECO; o Ministério da Indústria e do Comércio, o CNPq, o FINEP, as Universidades, o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação, o BNDE, etc, de maneira a que os programas de pesquisas agropecuárias, desses diversos órgãos, sejam feitos num processo de consultas prévias e conjuntamente com a EMBRAPA. Desse modo, também a EMBRAPA é alimentada, constantemente, pelas políticas que esses órgãos definem para as diversas regiões.

Participa a EMBRAPA, ativamente, dos diversos programas especiais, tais como o POLOCENTRO, o POLAMAZÔNIA, o Programa do Norte Fluminense, PRODEPAN, o Programa Geoeconômico de Brasília, e o POLONORDESTE, havendo destaques orçamentários em todos esses programas para o desenvolvimento de pesquisas a serem executados ou coordenados pela EMBRAPA.

Esforços têm sido realizados, na área internacional, em dois sentidos: em primeiro lugar, para captarmos tecnologia gerada no exterior e adaptarmos ao País, visando ativar o nosso processo de desenvolvimento. Com a figura do centro nacional, torna-se mais fácil a interação da EMBRAPA com os chamados centros internacionais de pesquisa agropecuária.

Temos, por exemplo, um trabalho muito interessante com o CIMMYT, que é um centro internacional localizado no México que trabalha com o trigo e com o milho. Nossos pesquisadores têm ido a este centro para obter material e tecnologia ali existentes, assim como pesquisadores desse centro têm nos visitado de maneira que programas integrados têm sido realizados pelos dois centros, conjuntamente. Com isso temos buscado e recebido tecnologia gerada no exterior.

Essa mesma interação existe com o CIAT, centro localizado na Colômbia, que se preocupa com pesquisas de mandioca, de gado de corte, suínos e arroz; e também com o INCRISATN, centro localizado na Índia, que se preocupa com pesquisas da região semi-árida; e, ainda, com o Instituto Internacional de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, localizado na Nigéria, e com o IRI, que é o centro internacional que trabalha com arroz, nas Filipinas.

A figura de centros nacionais repetidos permite ou dá maior flexibilidade e facilidade nessa troca e busca de tecnologia gerada em outros países. Além disso, a EMBRAPA desenvolve um programa que já está em fase final de entendimentos e de elaboração — junto ao Banco Mundial, através do qual busca financiamento para a pesquisa na Região Nordeste, na região do cerrado e na Região Norte. Do mesmo modo inicia a EMBRAPA, entendimentos, com o BID, para a busca de recursos que possam apoiar pesquisa na Região Centro-Sul do País.

É importante destacarmos, para finalizar esta nossa exposição, dois aspectos: em primeiro lugar, o aspecto filosófico da pesquisa que a EMBRAPA está defendendo, difundindo e discutindo com seus pesquisadores e com todos que trabalham no ramo em todo o País. Segundo a EMBRAPA as suas pesquisas devem ter, como objetivos principal, o atendimento das necessidades do produtor. Só devemos considerar terminada a pesquisa quando ela já está de posse do produtor, quando ele já estiver usufruindo, desta pesquisa, de uma maneira econômica. Não devemos interromper os trabalhos, com a publicação dos resultados. Pretendemos interagir com o sistema de extensão, no sentido de que essa tecnologia, com a presença do pesquisador auxiliando a extensão, seja levada ao produtor. O nosso enfoque é o produtor; os nossos pesquisadores estão sendo motivados, estão sendo levados a definir os seus problemas de pesquisa ou de estudos junto ao produtor, saindo um pouco dos nossos costumes, de definirmos de acordo com nossa curiosidade que devemos pesquisar.

O segundo aspecto que desejo destacar é o enfoque de gerarmos tecnologia na forma de sistemas, de fornecermos aos produtores uma série de sistemas que constituem opções para suas condições sociais e econômicas.

Não é propósito da EMBRAPA impor um único sistema, mas oferecer ao produtor diversos sistemas apropriados, do ponto de vista econômico para diversas condições de tamanho de propriedades, de nível de tecnificação e, até mesmo, da personalidade do produtor, assim ele pode escolher qual das opções é a mais aplicável a sua condição própria. Visamos fazer com que o produtor ganhe dinheiro, que é a finalidade para a qual ele planta.

É importante ressaltarmos por fim que, em vários órgãos internacionais, em reuniões internacionais, o modelo desenvolvido pela EMBRAPA, pelo Brasil, tem sido considerado como novo e úni-

co e está sendo observado, atentamente. Isto porque ele pode constituir-se como um modelo ideal para um país nas condições do Brasil, com a sua extensão, com o seu nível de desenvolvimento, com a sua diversidade ecológica.

Ainda, nesta semana, tivemos a visita de três especialistas de Israel, das Filipinas e dos Estados Unidos, que nos informaram desse interesse mundial pelo modelo brasileiro, e do acompanhamento a que ele está sendo submetido.

Daqui por diante estaremos, juntamente, com os Diretores Edmundo da Fontoura Gastal e Eliseu Roberto de Andrade Alves, à disposição dos senhores para quaisquer perguntas ou esclarecimentos.

Muito obrigado a V. Ex^{ts}.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Ouviremos, agora, o Sr. Presidente da EMBRATER, e logo em seguida ambos estarão, conjuntamente com os demais Diretores, à disposição de quem queira indagar a respeito de algum assunto levantado nesta Reunião.

(Aparte fora do microfone.)

Então, de acordo com a sugestão dada e aceita por todos, passaremos, agora, à fase das indagações relativamente à EMBRAPA.

Com a palavra, inicialmente, o Sr. Senador Saldanha Derzi.

O SR. SALDANHA DERZI — Professor Almiro Blumenschein, realmente, ouvimos com encantamento a exposição de V. S^a, que nos dá uma idéia de como está organizada e planejada a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. E, neste primeiro contato, muito nos impressiona a orientação que a EMBRAPA está dando à pesquisa que, praticamente, se inicia em nosso País.

Desejo fazer apenas duas perguntas rápidas. Diz V. S^a da criação de empresa estadual de pesquisas, e que aos poucos a EMBRAPA iria passar a responsabilidade da pesquisa a estas empresas estaduais.

Sabemos que a grande maioria dos Estados, com raras exceções, não tem condição de manter um serviço de pesquisa adequado, porque a pesquisa além de demorada é caríssima. E as dotações para a EMBRAPA, que parecem grandes, à primeira vista, sabemos nós que precisamos muito mais para toda essa extensão continental do País, com problemas regionais também imensos. Desse modo, poderia admitir que essas empresas estaduais fossem, realmente, instaladas, e que recebessem recursos também da EMBRAPA, desde que fossem só para produtos locais ou regionais — fora os 16 produtos que a EMBRAPA já assumiu a responsabilidade de pesquisa — como, por exemplo, no Amazonas, o guaraná e a borracha; em Mato Grosso, a poiaia e a erva-mate; e na Bahia, o cacau. Aí acho que se justificaria uma pesquisa paralela aos produtos outros que não os 16 de prioridade para a EMBRAPA.

Essa a observação que tinha a fazer ao digno Vice-Presidente da EMBRAPA, tendo em vista que se passarmos aos Estados, naqueles como São Paulo e Rio Grande do Sul, que têm condições de manter um serviço de pesquisa de alto nível, e onde realmente se pesquisa, no Brasil — devemos prestar homenagens ao Estado de São Paulo — aí, sim, mas se passarmos a outros Estados pobres, como no Nordeste, ou de poucos recursos como Mato Grosso e outros, estes não teriam condições de manter um serviço realmente de pesquisa, que viesse a dar os frutos que esperamos para o Brasil.

Outro esclarecimento que gostaria de obter de V. S^a, é quanto ao Centro de Pesquisa de boi de corte, que foi instituído depois de grande estudo e solicitação de várias áreas, tendo sido acertadamente estabelecido que seja em Mato Grosso, no Município de Campo Grande. Desejava saber como e quando vamos iniciar o Centro de Pesquisa, e se já foi selecionada a área onde deverá ser estabelecido, porque parece que em Campo Grande temos um extraordinário centro, que é a Remonta do Exército, já praticamente montado, e onde, sem despesa nenhuma, poderia ser estabelecido o Centro de Pesquisa

de boi de corte. Acho que melhor localização para esse centro, no Brasil, não poderia haver, pois as instalações da Remonta são excelentes. Mas, pelo que sei, estaria havendo uma pequena dificuldade em o Ministério do Exército ceder aquela área ao Ministério da Agricultura, embora o Exército não esteja utilizando essa área porque já está extinta a Remonta naquela região.

São essas as perguntas que gostaria de fazer a V. Sª e, mais uma vez, cumprimentá-lo pela brilhante exposição que faz neste caso.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Sr. Senador Saldanha Derzi, com relação à sua primeira pergunta, realmente estamos indicando ou sugerindo, como modelo, a empresa estadual para ser estabelecida a nível de Estado. Porém, estamos conscientes de que alguns Estados — e vamos dizer, a maioria dos Estados — não têm condições de arcarem atualmente sozinhos com a pesquisa a nível estadual. Seria transferir para o nível estadual — se nós assim o fizéssemos — um problema a nível nacional. Então nestes Estados onde, a EMBRAPA continuará atuando, mas procurará fortalecer, procurará atuar junto ao Governo Estadual e é o que ela está fazendo — para, gradativamente, dar condições ao Estado no sentido de que ele assuma a liderança de coordenação e execução de pesquisa a nível estadual. Se reconhecemos que ninguém melhor do que o Estado ou os administradores e pesquisadores, a nível local para conhecer os problemas e traçar os seus programas de desenvolvimento, não significa com isso que o Governo Federal ou que a EMBRAPA se omita ou não atuará a nível estadual. No momento, através das suas unidades estaduais de pesquisa, ela executará a pesquisa local; interagirá com os sistemas estaduais, com as Secretarias de Agricultura, com as Universidades, financiando, e treinando seus pesquisadores, fortalecendo, cada vez mais, o sistema estadual. É claro que em alguns casos esse fortalecimento, será mais rápido, e que em outro será muito mais lento, mas de qualquer maneira não é nossa intenção, simplesmente, deixarmos para o Estado, de imediato, a execução da pesquisa a nível estadual; a EMBRAPA executará pesquisa naqueles Estados que não têm condições de fazê-lo sozinhos; e continuará liderando a pesquisa nesses estados, mas pretende fortalecer, cada vez mais, o sistema estadual. Essa a sua política.

Com relação ao gado de corte, realmente, os problemas que existiam foram perfeitamente sanados. O centro já está instalado, já tem o seu chefe designado, seus dois chefes associados, e suas equipes já estão sendo convocadas e para lá se deslocando.

O SR. SALDANHA DERZI — Para a Remonta?

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Para Remonta. Na semana passada, uma Comissão Especial do Ministério do Exército, do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA fizeram o trabalho de entrega para nós, de toda aquela base, de todo o patrimônio. De modo que o centro será instalado em Campo Grande, na Candelária. Com isso, em seis meses, teremos o Centro com pesquisa em desenvolvimento.

O SR. SALDANHA DERZI — Perfeito. Esta é uma grande notícia para Mato Grosso.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Devo acrescentar, ainda, o seguinte: nós temos uma unidade em Mato Grosso, na Região do Pantanal, em Corumbá, com 8 pesquisadores ali concentrados e trabalhando ativamente no pantanal, para a pecuária.

O SR. SALDANHA DERZI — Tem o IPAOC, também, em Campo Grande.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Não, o IPAOC fica substituído, agora, por esse Centro e pelas unidades estaduais.

O SR. SALDANHA DERZI — Muito obrigado a V. Sª

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Senador Itálio Coelho.

O SR. ITALÍVIO COELHO — Desejo, inicialmente, formular uma questão de ordem ao Sr. Presidente, no sentido de nos ser esclarecido se iremos receber cópias das palestras aqui verificadas, para um estudo mais demorado, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — A Presidência da Comissão vai providenciar a respeito e encaminhará uma cópia a cada um dos Srs. Senadores interessados.

O SR. ITALÍVIO COELHO — Congratulo-me, então, com o ilustre conferencista pela exposição brilhante que nos acalmou a todos nós, penso eu, porque vimos no programa da EMBRAPA, verdadeiramente, um programa nacional, com os 11 Centros de Pesquisas distribuídos geograficamente e atendendo às condições técnicas e ecológicas de cada região.

Atento a esse problema, gostaria que V. Sª me esclarecesse sobre as razões da escolha de Planaltina para a experimentação do cerrado, dada a altitude dessa cidade, que é muito elevada, e que não corresponde à altitude média das regiões do cerrado. A altitude média eu consideraria, por exemplo, Mineiros, no Estado de Goiás, ou Rio Verde de Mato Grosso, no meu Estado de Mato Grosso, com a altitude média de 500 metros, e não a de Planaltina, que quer me parecer é superior a 1.000 metros. Acho que a altitude influi muito, principalmente na fitossociologia, dada as condições climáticas. É a primeira pergunta.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Realmente, foram feitos estudos e sugeridas algumas opções para a localização do Centro do cerrado. Em Planaltina a EMBRAPA já possui uma base física, onde as inversões serão pequenas e já podemos trabalhar, como já estamos fazendo, com resultados muito interessantes. Um trabalho de suplementação mineral está nos elevando a média, do peso de bezerros de cerca de 14 ou 15 quilos, que é a média, para 26 a 28 quilos. Trabalhos com o trigo têm nos mostrado a grande possibilidade de cultivarmos trigo irrigado aqui na região do cerrado, com produções de ordem de 2.600 a 2.700 quilos, usando insumos na mesma proporção que no Rio Grande do Sul, embora com custo um pouco maior, conseqüente do problema de irrigação. Mas, há estudos técnicos mostrando que a região de Planaltina, onde está localizado, no momento, o Centro, representa, em termos gerais, cerca de 60% das diversas condições encontradas no cerrado. Como temos a possibilidade e estamos executando, através dos sistemas estaduais, pesquisas em outros locais do cerrado, embora tenhamos algumas limitações pela localização do Centro em Planaltina, elas serão compensadas por pesquisas que serão realizadas em Goiás, em Mato Grosso, em Minas Gerais e mesmo no Amapá. Então, a área do Centro e representaria de boa parte do cerrado, e compensaremos a não representatividade total desta área pela realização de pesquisas, que nós chamamos atividades-satélites, em regiões com características diferentes desta de Planaltina.

O SR. ITALÍVIO COELHO — Muito obrigado. Estou esclarecido, mesmo porque a Remonta, a que V. Sª se referiu como sede do Centro de Pesquisas da Pecuária, em Campo Grande, é uma fazenda caracteristicamente de cerrado, embora seja um cerrado fora da média, porque é de qualidade boa demais.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Realmente, o lado da estrada do oeste, é de cerrado típico, sem dúvida nenhuma.

O SR. ITALÍVIO COELHO — A outra pergunta, também de pesquisa no setor, diz respeito à formação de pastagens na região amazônica. E quando me refiro à região amazônica não é aquela que está sendo pesquisada em Belém, mas aquela das cabeceiras dos afluentes do Amazonas, ou seja, o centro-norte de Mato Grosso, centro-norte de Goiás, boa parte do Estado do Maranhão, onde as condições são diversas. Há uma preocupação muito grande — e a imprensa muito comenta — com relação à derrubada das matas. Realmente, os empresários que estão pondo aquela mata abaixo o

estão fazendo empiricamente; não temos nenhuma experimentação sobre a formação e a adequação de pastagens. Usa-se apenas o chamado capim-colíno. E temos, nessa região, essa tão comentada cidade Humboldt que, como foi orientada pela Universidade Federal de Mato Grosso, procurou buscar, numa pesquisa genérica, a adaptação do homem à região, ou seja, a pesquisa habitacional. E como não tive a oportunidade de ler nenhuma pesquisa sobre a parte referente às atividades da EMBRAPA, indago se não seria, talvez, conveniente uma pesquisa específica para essa região, que é muito caracterizada; não aquela Amazônia baixa, mas a Amazônia alta, a Amazônia mais fácil de ser utilizada. E essa área é, de ponto de vista experimental, totalmente virgem para nós. E se temos a cidade Humboldt como primeira tentativa, mas não especializada no setor da EMBRAPA, se há alguma cogitação a respeito.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — A sua pergunta é bem atual. Nós tivemos uma experiência, iniciada no ano passado, num programa chamado PROPASTO, que foi aplicado em todo o Nordeste brasileiro. Esse PROPASTO consta de experimentos sobre pastagens em diversas regiões ecológicas do Nordeste, abrangendo desde Maranhão até Bahia, e é feito a nível de propriedades agrícolas particulares. Nós testamos diversas forrageiras e diversos manejos, em acordo com agricultores e criadores. Colocamos nas propriedades pesquisadores e técnicos agrícolas que desenvolvem as pesquisas. Ontem regressaram de Belém, no Pará — após entendimentos que foram mantidos com a SUDAM — os técnicos, da Assessoria da EMBRAPA, que concluíram um programa PROPASTO para o Norte, o qual vai atender justamente a área que V. Ex^a está sugerindo e mencionando. Será um programa da ordem de seis a sete milhões de cruzeiros, e terá campos experimentais, nesse sistema que estamos chamando PROPASTO-NORTE, para atender a área. Além disto, teremos — o Centro localizado em Belém, e a unidade de Manaus, que estamos trabalhando, também, com pastagens, com resultados iniciais, que prometem bastante quanto às definições dos problemas da região. Essa a resposta que teria a dar a V. Ex^a

O SR. ITALÍVIO COELHO — Muito obrigado. Tenho uma questão, também, quanto ao pantanal. Mas, como o PRODEPAN já está em atividade, naquela área, penso que estarei no terreno da EMBRATER e vou deixar para posteriormente formular a questão. Muito obrigado a V. S^a

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Sr. Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Professor Almiro Blumenschin, fiquei deveras satisfeito com a exposição de V. S^a, pois sou homem do campo, do Nordeste, e vivo muito preocupado com o problema da agricultura na minha região.

As minhas perguntas têm como objetivo principal, se possível, tomar conhecimento através de V. S^a do seguinte: primeiro, se as metas da EMBRAPA visam fazer o agricultor ganhar dinheiro, quais os instrumentos de defesa que a empresa dispõe para conter a ambição dos monopolistas e atravessadores na comercialização dos produtos primários? Exemplo: o couro de caprino, em 1973, valia no Nordeste Cr\$ 22,00 a unidade. Em 1974, o CONCEX baixou a Resolução nº 97, proibindo terminantemente a exportação de couros e peles *in natura*, para dar oportunidade ao País de exportar manufaturas e derivados. Não temos, no Brasil, capacidade para desenvolver a industrialização de 10 milhões de couros e peles que produzimos, pois essa capacidade atinge apenas a 35%. Na hora em que passou a vigorar a proibição, os comerciantes exportadores de peles e couros *in natura* se retraíram e a pele de caprino caiu de Cr\$ 22,00 para Cr\$ 5,00 a peça. Em 1973, o produtor de caprino, com a pele de cabra, fazia um intercâmbio comercial da ordem de uma pele comprar 37 tipos de torta. Com essa Resolução nº 97 ele precisou agora, em 1975, de 9 peles para comprar os mesmos 37 tipos de torta.

Em segundo lugar, gostaria de saber se a empresa se propõe a melhorar a cultura, se será instalado um laboratório de fitopatologia

no Nordeste, pois as sementes são adquiridas, ainda, em feiras e em mercados, e em geral parte resfriada e sem poder germinatório.

E, em terceiro lugar, quais as providências para o Nordeste, sobre inseminação artificial, para aprimorar os rebanhos, pois 90% dos pecuaristas daquela região criam de 100 reses abaixo, e não podem comprar um reprodutor de alta linhagem, e só é possível o desenvolvimento e o aprimoramento do rebanho, na realidade, através de uma inseminação artificial. E não temos, na minha região, pelo menos no Seridó, nenhum laboratório de inseminação artificial.

Quarto lugar: sendo o algodão fibroso arbóreo e, antigamente, perene — pois não o é mais — produto de características nobres, e sendo produzido no Brasil em apenas três Estados, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, quais as providências básicas para evitar a desuniformidade das fibras, pois a falta de uniformidade está degradando o nosso produto no comércio internacional. Antigamente, quando não existia a técnica, a tecnologia, os pacotes tecnológicos, as usinas, etc., e sim pequenas bolandeiras, o nosso algodão era perene ao ponto de o filho perguntar para o pai: "papai foi o senhor que plantou este pé de algodão?" E ele responder: "não meu filho, foi seu avô quem plantou". A fibra encontrava-se até com um comprimento de 42 a 44 milímetros. Era de alta produtividade. Aconteceu que, com os pacotes tecnológicos, com as usinas, com a técnica, o único experimento que foi feito, em minha região, foi para se conseguir, neste algodão, uma coloração que pudesse oferecer à MACHINE COTTON condições de desenvolver o seu fabrico de linhas. Em termos de lei de relatividade, eles encontraram esta coloração, mas o algodão perdeu a perenidade e perdeu a produtividade.

Eu ficaria grato se V. S^a, depois dessa explanação tão culta e tão cheia de otimismo, pudesse responder, a contento, essas perguntas, que faço, porque vou ao Nordeste, na próxima semana, e gostaria de levar àquela região o estímulo e o otimismo que a palestra de V. S^a encerra.

Muito obrigado a V. S^a

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Com relação ao seu primeiro item, aos problemas de caprinos, não há dúvida de que a EMBRAPA é o órgão responsável pela pesquisa, e sendo esta um dos componentes do sistema de produção agrícola, que é complementada, ou que tem, a seu lado, o sistema de comercialização. São sistemas diferentes coordenados, naturalmente, pelo Ministério da Agricultura. A nossa função — como deixamos claro — é gerar uma tecnologia que faça com que o produtor produza mais a menor custo e, portanto, receba mais. Para isso é que estamos nos estruturando, pela primeira vez, para estabelecermos um centro ou uma equipe que trabalhe com serviços a nível nacional. Hoje não temos especialistas trabalhando em caprinos. Vamos criar uma equipe de, no mínimo, 18 a 20 pesquisadores, concentrando-se e trabalhando exclusivamente em caprinos, não só na área do Ceará como em toda a Região Nordeste. A nossa contribuição será de gerar essa tecnologia de uma maneira concentrada, com um grupo sério de pesquisadores, altamente capazes. É evidente que a contribuição da tecnologia e da pesquisa será analisada e será levada em consideração pelos outros componentes do Ministério da Agricultura, no processo de comercialização, no processo de difusão, em toda a sistemática.

Quanto ao nosso papel, acho que está sendo cumprido, no sentido de capacitarmos ou gerarmos uma tecnologia que dará, ao produtor, condições de produzir mais e mais barato.

O SR. AGENOR MARIA — Professor, V. S^a ainda me permite uma indagação?

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIN — Pois não.

O SR. AGENOR MARIA — Quando a péla, agora em 1975, passou para 5 cruzeiros, o arame farpado elevou-se para 45. O

problema é que não é possível o agricultor produzir dentro dessas características, vendendo 200% mais barato, e comprando a estrutura, para manter aquela criação, a 200% mais caro. Não há técnica que possa, na realidade, fazer com que ele encontre um coeficiente de liquidez, dentro dessa realidade. Daí porque temo, Professor, de que essas portarias, essas resoluções, elas sejam feitas para defender determinadas classes, em detrimento de milhões de pessoas que trabalham e produzem no interior do País. Sou a favor de que se exporte as manufaturas e os derivados, mas que se exporte sem prejudicar milhões de criaturas espalhadas por esse País, e que produzam com tanta dificuldade.

Na realidade, reconheço que o Brasil deve exportar suas manufaturas e seus derivados, mas o que não temos é capacidade de industrializar 10 milhões de couros e peles, daí por que há o aviltamento natural dos preços. O que temo, justamente, é isso! Tenho admiração profunda pelos técnicos da ANCAR e da SUDENE, o Brasil tem técnicos magníficos que, comigo, quase chegamos às lágrimas no interior do Nordeste, ao vermos o agricultor lutando, trabalhando e produzindo e que, na hora da comercialização, tanto nós políticos como os técnicos não tivemos condições de conter a ambição de uma SANBRA, por exemplo, que procura, com seu capital que não tem pátria, ganhar tudo aquilo que pode. O grande perigo repousa nesse princípio, é justamente desse perigo que, sinceramente, temo.

Vou dar outro exemplo, para que V. Ex.^a tenha uma idéia. A mamona, em 1973, alcançou 2 cruzeiros o quilo. Foi uma euforia extraordinária em minha terra, a Serra de S'antana, onde faço política e onde moro. Com 5 quilos de mamona, naquela época, o agricultor fazia, na feira do seu Município, um intercâmbio comercial, adquirindo um quilo de café. Em 1974, esse produtor precisou de 28 quilos de mamona para comprar o mesmo quilo de café, porque a mamona caiu de 2 cruzeiros para 50 centavos, enquanto que o café elevou-se de 10 cruzeiros para 14 cruzeiros o quilo. A mamona não caiu no comércio internacional e quanto ao café houve excesso de produção, mas o agricultor ficou impossibilitado de, com 5 quilos de mamona, comprar o mesmo quilo de café, e precisou de 28 quilos para comprar a mesma mercadoria. O que temo é isso! Então, ou se faz uma política tomando-se por base o homem, ou todos esses projetos bonitos, elaborados com técnicos imbuídos do melhor propósito, vão todos por água abaixo. Muito obrigado a V. S.^a

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Pois não. Com relação à área de fitopatologia de sementes, assim como quanto à inseminação artificial, o enfoque que pretendemos dar, através do Centro do Trópico Semi-árido, é atender a todos esses componentes, sem dúvida nenhuma. A área de doenças é muito importante pois sem ela não haverá nenhuma produção. O componente de sementes, dentro desse aspecto focalizado por V. Ex.^a, é também parte do sistema seu, mas um pouco a parte de área de pesquisa. Nós temos conhecimento e estamos participando no Ministério da Agricultura no sentido de se sistematizar o processo geral de produção de sementes. Cabe, à parte da tecnologia, à EMBRAPA, a produção da semente genética e a produção da semente básica, ficando a parte de multiplicação para outros componentes do sistema. A mesma coisa pode-se dizer com relação à inseminação artificial. A EMBRAPA realizará pesquisas nesta área, mas o que V. Ex.^a solicita deve ser atendido por um processo mais geral.

O SR. AGENOR MARIA — Permite V. S.^a um pequeno aparte?

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Pois não.

O SR. AGENOR MARIA — Se não temos, no Nordeste, um só laboratório de fitopatologia, e se sem esse laboratório nós não poderemos ter, realmente, uma semente pura, acho que ficará difícil para a empresa, na realidade, controlar, geneticamente, o problema do desenvolvimento das nossas culturas.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Perdão, Senador, mas nós temos, no Nordeste, laboratórios de fitopatologia. São os laboratórios que estudam as doenças das plantas, de modo geral.

O SR. AGENOR MARIA — Mas, as sementes não passam por ele. Em Acari, no Rio Grande do Norte, a SANBRA distribui a semente diretamente ao agricultor, sem passar por esse laboratório.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Provavelmente, V. Ex.^a está querendo se referir aos laboratórios de tecnologia de sementes, onde é feita a classificação e a análise da semente e não aquela relativa à parte de doenças, de fitopatologia. No que diz respeito aos laboratórios de sementes, nós sabemos de um programa que está sendo estruturado, no Ministério da Agricultura, no sentido de se estabelecer laboratórios regionais, para análise das qualidades de sementes.

Essa ação já foi desenvolvida na Região Centro-Sul, e que a programação está sendo agilizada para as Regiões Norte e Nordeste. Esse é na realidade, um laboratório de tecnologia de sementes, que analisa a qualidade e o poder de germinação das sementes. A parte de fitopatologia é atendida no processo de produção, de geração da qualidade genética das sementes. Portanto, existem alguns desses laboratórios de tecnologia, embora não sejam em número suficiente, para a Região Nordeste.

O SR. AGENOR MARIA — Confesso a V. S.^a que 50% das sementes são resfriadas.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — De fato.

O SR. AGENOR MARIA — Reconheço que a EMBRAPA está imbuída da melhor boa vontade, reconheço que se o Governo der mão forte à EMBRAPA ela conseguirá resolver o problema; é por isso que estou querendo trazer ao conhecimento dos senhores aquilo que vemos na nossa região. E nisso não vai nenhuma crítica, pois a EMBRAPA está começando agora e, sinceramente, estou muito otimista. Acredito que, se o Governo der essas condições, iremos longe, e o caminho é esse. Não pense V. S.^a que quero criticar absolutamente; quero ajudar, colaborar e dizer aos senhores que podem contar comigo, no que necessário para esse empreendimento.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Na área de inseminação artificial enfrentamos o mesmo problema. Realmente, sem se dispor de animais selecionados, a simples difusão da inseminação não seria o suficiente. Com seleção dos animais e com um material genético bom é que será possível fazer esse processo de difusão. E sabemos, também, que órgãos do Ministério da Agricultura estão agilizando o processo de montagem de laboratórios de inseminação artificial em vários pontos do País.

Quanto ao algodão, concordo com V. Ex.^a, em que a pesquisa, na área do algodão arbóreo, não foi ainda, até hoje, convenientemente tratada. Inclusive, houve uma queda assustadora, na produtividade, nos últimos 10 anos. Há 10 anos atrás, cada planta produzia em média 400 gramas, e hoje, não produz mais do que 200 gramas. Isso ocorre devido a uma série de fatores, não só tecnológicos, como em virtude da falta de combate às pragas, pois a broca é extremamente difundida. Há também, a falta de seleção de variedades; são aqueles tipos que apareceram, como o verdão, que hoje são difundidos por todo o Nordeste. Enfim, são problemas dos quais estamos conscientes. Mas, estamos, montando, em Campina Grande, na Paraíba, o nosso Centro, composto de uma equipe do mais alto gabarito, para assim podermos participar do sistema de produção, gerando uma tecnologia que faça com que o algodão seja na verdade perene, como V. Ex.^a mencionou, vindo a sanar todos esses problemas.

É da filosofia da EMBRAPA, ao fazer o seu pacote, dar condições econômicas para o lavrador, fornecendo-lhe uma tecnologia que ele possa aplicar, e que ao colher o fruto de seu trabalho ele ganhe dinheiro. Portanto, não importará, pura e simplesmente, em

aplicar uma tecnologia. Não adianta, ao lavrador, sofisticar a sua propriedade e a sua produção, se ele não conseguir um retorno econômico conveniente. É com esse enfoque, portanto, que nossos pesquisadores estão trabalhando: ceder ao lavrador uma tecnologia que, se aplicada, lhe dará um retorno econômico razoável.

O SR. AGENOR MARIA — Ainda quanto ao aspecto do algodão, quero dizer a V. S.^a que temos 3 tipos: o algodão herbáceo, que vai da fibra 24/26 até 26/28; o algodão sertão, que vai de 28/30 a 30/32, e o algodão seridó ou mocó, que é o arbóreo perene, que vai da fibra 34/36 até 40/42. Acontece que as usinas que têm capacidade de industrialização do descaroçamento de 10 ou 12 milhões de silos; elas compram algodão de várias regiões, tais como o algodão sertão ou o seridó, e ao ser descaroçado puxando-se a fibra algodão, nada se verá a olho nú. Entretanto, quando a Alemanha, a Inglaterra ou a França, nos compram algodão — como o seridó, por exemplo — ao chegar nas carretilhas, todo aquele algodão de fibra inferior a 34/36 ou 36/38, ele cai como desperdício. Daí o valor de o algodão egípcio ser 30 a 40% maior que o nosso. Justamente porque o nosso não tem uniformidade; e não a tem porque a usina vê unicamente o lucro. Na época em que era descaroçado pelas bolandeiras — e cada produtor tinha a sua bolandeira — o nosso algodão tinha, realmente, essa uniformidade, mas hoje já não a tem.

Tenho a impressão de que a EMBRAPA poderia prestar um grande serviço ao Brasil e à nossa agricultura se considerasse, para esse algodão fibroso — que é tão pouco produzido no Brasil, porque apenas três Estados o produzem — as condições dele vir a ser descaroçado através das cooperativas daquelas regiões, pois acho que essa seria a única maneira de realmente, virmos a resolver esse problema da uniformidade. É fora de dúvida que o nosso algodão tem todas aquelas boas características, tais como sedosidade, resistência e comprimento, mas falta a ele a uniformidade, e enquanto essa matéria-prima for descaroçada através das usinas, será inteiramente impossível se conseguir essa uniformidade. Muito obrigado a V. S.^a

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Quería fazer um apelo, neste instante, no sentido de que as perguntas — se possível — fossem feitas mais rapidamente, e que também, na medida do possível, fosse evitado o diálogo, porque nosso tempo é limitado e ainda iremos ouvir o Presidente da EMBRATER.

Faço, portanto, apenas um *intermezzo*, nos nossos trabalhos, para expor a todos os senhores o seguinte: como a palestra do Presidente da EMBRATER levará, seguramente, de 25 a 30 minutos, faria uma proposta no sentido de que ouvíssemos o Presidente da EMBRATER e, em seguida, os Senadores inscritos, tais como os Senadores Adalberto Sena, Evandro Carreira, Milton Cabral, Evelásio Vieira e o Deputado Octacílio de Almeida, fizessem as suas perguntas a ambos os expositores.

Indago se os Srs. Senadores estão de acordo. (Pausa.)

Não tendo havido manifestação em contrário, concedo a palavra ao Presidente da EMBRATER, o Engenheiro-Agrônomo Renato Simplicio Lopes.

O SR. RENATO SIMPLICIO LOPES — Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Orestes Quêrcia, demais Senadores e Deputados presentes, meus companheiros de Diretoria da EMBRATER e prezados companheiros da EMBRAPA:

Inicialmente, desejamos agradecer o honroso convite que nos foi feito por esta egrégia Comissão do Senado, para que aqui comparecêssemos, a fim de explicar o que seja a EMBRATER, quais são os seus propósitos, o que ela tem feito e, ao mesmo tempo, desejamos cumprimentar os representantes da Comissão de Agricultura, pela iniciativa de nos terem dado esta grande oportunidade de esclarecermos aos nossos homens públicos, àqueles que têm uma grande parcela de responsabilidade nas decisões deste País, tudo aquilo que estamos tentando fazer para a promoção do desenvolvimento brasileiro. E para não nos alongarmos — a hora já vai adiantada — vamos entrar diretamente no assunto.

Dividimos a nossa exposição em duas partes: uma em que faremos algumas considerações gerais, que nos evidenciam o porquê da grande necessidade de se modernizar, de maneira mais célere, a nossa agricultura, e, depois, numa segunda parte, faremos algumas projeções de algumas transparências, quando mostrarmos, então, os propósitos da EMBRATER. Como os Srs. sabem, a EMBRATER é uma empresa caçula, no contexto das demais empresas públicas brasileiras, e temos menos de 5 meses de existência. Nesse curto espaço de tempo, estamos tentando definir nossas linhas de ação e mostrar aquilo a que nos propomos alcançar.

Como é do conhecimento de todos, os investimentos governamentais, para a área da agricultura, têm se multiplicado de maneira substancial nos últimos anos, principalmente a partir de 1964. E esses investimentos são, em grande parte, destinados aos programas de pesquisa e assistência técnica, conforme já foi explicado, aqui, pelo nosso antecessor. Na área de assistência técnica, também, para que os Srs. tenham uma idéia, no ano de 1974, os investimentos governamentais, para assistência técnica de origem federal, se situaram em torno de 100 milhões de cruzeiros; para 1975, este ano, já ascende a 300 milhões, e para o próximo ano estima-se investimentos federais da ordem de 535 milhões de cruzeiros, mostrando, assim, a grande responsabilidade que nós, técnicos da pesquisa e da assistência técnica, temos para com os destinos da agricultura brasileira.

Gostaria, ainda, de fazer algumas considerações genéricas de ordem conjuntural, porque elas vão nos permitir algumas justificativas daqueles propósitos que, mais tarde, alinharemos.

Depois da Segunda Guerra Mundial predominou entre os estadistas, entre os governos e entre os estudiosos do assunto, principalmente os economistas que, direta ou indiretamente, orientavam ou assessoravam os governantes, aqueles que têm o poder de decisão na mão, predominou, repito, o fundamentalismo industrial, sob a crença de que, concentrando as poupanças e os recursos, mesmo externos que um país pudesse conseguir, como empréstimos, na área industrial; sob a crença de que o desenvolvimento da indústria era absolutamente indispensável, e isso induziria, automaticamente, o crescimento dos demais setores da economia. E esse fundamentalismo industrial também foi comum no Brasil. Todos os Srs. sabem, melhor do que nós, do grande esforço que o Brasil fez para se industrializar, canalizando, inclusive, recursos palpáveis de poupança, oriundos do setor agrícola. Mas, apesar dessa política ter sido bastante razoável para a época, houve, em consequência, um desequilíbrio entre os três setores da economia: agricultura, comércio e indústria, a tal ponto que nos países desenvolvidos, em que também o processo industrial é acelerado, eles apresentam — quando comparamos a produtividade média da agricultura e da indústria — um índice de produtividade, em relação à agricultura, de apenas 50 a 100% maior que a da agricultura. Comparando-se esses índices de produtividade, no caso brasileiro, em relação ao setor agrícola, esses índices se situam em cerca de 200 ou 250%, mostrando o atraso relativo em que se encontra a nossa agricultura, em relação ao setor industrial. E, analisando-se mais especificamente o caso da agricultura brasileira, vamos verificar que no período, por exemplo, das duas últimas décadas, de 1950, e 1960, a agricultura brasileira foi capaz de atender às nossas necessidades internas e, principalmente, a algumas necessidades de exportação. E esse crescimento da agricultura brasileira se deveu muito mais à expansão dos fatores tradicionais — terra e trabalho — do que propriamente aos aumentos, aos ganhos de produtividade. Evidentemente, à medida em que novas terras iam sendo requeridas, nossos agricultores, aqueles do tipo nômade, iam transferindo-se ao cultivo de novas terras, ocorrendo que estas iam se enfraquecendo, e assim sucessivamente.

Não podemos dizer que esse processo tenha sido errado. Para a época, até certo ponto, foi suficiente e racional, porque, realmente, os fatores mais abundantes que tínhamos eram terra e mão-de-obra. Mas, as terras foram escasseando, as distâncias daquelas áreas — dotadas de uma infra-estrutura capaz de dar o suporte logístico

necessário ao desenvolvimento da agricultura — também foram ficando mais distantes, e o problema foi-se agravando. Além do mais, havia a agressividade de outros países, que compareciam, também, com produtos competitivos, que nós, brasileiros, tínhamos capacidade de produzir, o que nos criou problemas. E hoje já não basta a expansão da agricultura, em termos de expansão da fronteira agrícola, é preciso, realmente, uma nova tecnologia para que aumentemos nossa produção e nossa produtividade, para que possamos manter o poder de competição em relação àqueles países, que concorrem conosco nos mercados externos.

Toda essa situação nos mostra a grande necessidade de modernizarmos a nossa agricultura, mas, evidentemente, dois aspectos são fundamentais: a geração da técnica e a sua transmissão aos usuários que, em últimas análises, são os produtores.

Gostaria, ainda, aproveitando os cinco minutos restantes, de mostrar que alguns aspectos justificam a política do atual Governo, em concentrar e dar prioridade de alto destaque para o setor agrícola.

No ano passado, se não me falha a memória, ou no ano anterior, surgiu um livro, editado pelo Clube de Roma, onde uma plêiade de técnicos, economistas, sociólogos, agrônomos, demógrafos e outros estudiosos do assunto, tentando alertar o mundo para os grandes problemas que afligiam a humanidade e, ainda mais, tentando contribuir com um modelo de desenvolvimento mundial — para que os estadistas e os homens de decisão pudessem pautar a sua ação, e mudar um pouco a tendência histórica que se vinha observando, em relação à depredação de recursos naturais, à poluição e a outros problemas — tentaram esses estudiosos, claro que de maneira alarmante, talvez, exagerando um pouco, a fim de chamar a atenção e enfatizar mais a necessidade que se tinha de mudar a direção das coisas, tentaram, repito, selecionar cinco problemas fundamentais e mundiais, para compor esse modelo; para tanto chamaram a atenção dos homens de decisão, para o fato de que se não se mudasse a orientação que vinha sendo dada, até então, dentro de dez anos o mundo não teria condições de habitabilidade.

Como disse, talvez, exagerando um pouco, mas procurando chamar a atenção dos estadistas, dos políticos, dos estudiosos e dos homens que têm o poder de decisão nas mãos, esses estudiosos selecionaram cinco problemas. O primeiro, a depredação dos recursos naturais não renováveis, e com muita ênfase asseveravam que a continuar o atual estado das coisas, dentro de 150 anos o mundo não mais disporia desses recursos. O segundo problema, referente ao crescimento exponencial da população. E mencionavam, inclusive, que o mundo levou 1.650 anos para atingir 500 milhões de habitantes, e que, depois, em apenas duzentos anos, essa população dobrou para um bilhão de habitantes. Adiantaram que em apenas 45 anos tornaria a dobrar essa população e que, atualmente, a população mundial que está em torno de três e meio bilhões de habitantes, estimava-se que em apenas 25 anos se dobraria, novamente, a população mundial. População essa que exige roupa, comida, enfim, aqueles produtos típicos originários do setor agrícola. Outro problema abordado foi o da poluição, que todos nós conhecemos, com todos os seus efeitos graves, da mais alta atualidade. Outro problema também salientado foi o crescimento industrial desordenado que, apesar dos seus benefícios, também implicava em consequências maléficas, que todos conhecemos. Entretanto, esses cientistas chamaram mais a atenção para um desses problemas, que colocavam em alta prioridade: o problema da agricultura. A agricultura necessitava modernizar-se, cumprir sua finalidade como fornecedora de alimentos e matéria-prima necessária à indústria.

A esse respeito, trouxemos alguns dados, para justificar o que vamos mostrar, depois, em relação à demanda mundial de alimentos. Essas estimativas foram, recentemente — num trabalho ainda não publicado oficialmente — elaboradas pelo Ministério da Agricultura e Florestas do Japão, em relação ao trigo, arroz, milho, soja, carne, leite, enfim, produtos da mais alta importância para a alimentação da população mundial. Calcularam, então, que em 1980 o déficit

desses alimentos estaria na ordem de trinta e sete milhões de toneladas. E que em 1985 esse déficit ascenderia a cento e treze milhões de toneladas. E diziam, mais, que aos índices atuais de crescimento, mantendo-se inadequados os atuais níveis de consumo, desses mesmos produtos, o mundo teria que duplicar, até o final do século, a atual produção de alimentos.

Então, acho que esses dados, por si só, já mostram, já evidenciam o acerto das medidas governamentais no caso do Brasil, País de dimensões continentais, de diferentes condições climáticas, o que nos coloca numa posição altamente vantajosa e promissora, como País produtor de alimentos e matéria-prima do setor agrícola.

Todos sabem, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que baseados nos índices estimados de crescimento do produto interno bruto — isto em termos de 9% — o crescimento populacional brasileiro está estimado em 2,7%, e na elasticidade-renda da demanda desses produtos agrícolas — estimada em torno de 0,55% — a agricultura terá que crescer, pelo menos, ao índice de 6% ao ano, como já é do conhecimento de todos. Adicionando-se a esses fatores a urbanização crescente com um conseqüente êxodo rural, que vem engrossar, cada dia mais, os centros urbanos, isto nos dá uma responsabilidade muito grande, em termos de agricultura. A população remanescente de agricultores, além de ter que atender à produção, o que cabia àqueles que estavam envolvidos na atividade produtiva no campo, ainda tem que atender à demanda crescente em função do poder aquisitivo do nosso povo que, incontestavelmente, aumenta — e não estou considerando aí o problema da distribuição, porque é um outro problema — e tudo isto nos mostra a grande responsabilidade da agricultura brasileira. Para mostrar aos senhores, ainda mais, o que se pode fazer — claro que nós não temos dados do Brasil — em 1953, nos Estados Unidos, por exemplo, um operário rural produzia alimentos para dezesseis pessoas, e, hoje, este mesmo operário produz alimentos para cerca de cinquenta e cinco pessoas, graças a uma nova tecnologia, graças à conquista da pesquisa e à adoção dos resultados dessa pesquisa, pelos agricultores.

Desejava, ainda, abordar um outro ponto, que é o problema de inflação. Todos nós sabemos que é muito mais fácil combater a inflação num regime de fartura do que num regime de escassez. Sabemos, no caso brasileiro, principalmente, que o grosso da nossa população é de operariado, que consome a maior parte de seus orçamentos com a compra de alimentos. E se a agricultura, ao mesmo tempo em que for capaz de conferir um índice de lucratividade aos produtores, conseguir colocar nos mercados urbanos, principalmente, produtos mais baratos, estaremos dando uma contribuição altamente expressiva para aumentar a renda real da nossa população que, evidentemente, gastaria relativamente menos com alimentos, que é a maior parcela de gastos dessa população de operários.

Mais recentemente, ainda, o Governo exige do setor agrícola uma ação mais imediata e agressiva, principalmente em face dos dispêndios crescentes das importações e também, em relação ao petróleo, pois só no ano passado, inesperadamente, tivemos que dispendir recursos superiores a um bilhão e meio de dólares — como os Srs. sabem — para a aquisição de petróleo, tão necessário ao desenvolvimento da nossa economia e à manutenção da vida brasileira. Isso ainda nos dá maior responsabilidade, quando sabemos que o setor agrícola é aquele que nos poderá dar respostas a mais curto prazo, enquanto a indústria exige um período de maturação maior e uma competição, também, muito violenta no mercado internacional.

Enfim, esses dados nos mostram a grande responsabilidade da agricultura brasileira, é, em conseqüência, a grande responsabilidade que pesa sobre os ombros dessas duas empresas que, hoje, aqui comparecem para uma exposição aos senhores, expondo seis propósitos e programas.

E para mostrar, aqui, o atraso relativo da nossa agricultura, em termos de produtividade — que está intimamente relacionado ao consumo de fertilizantes — basta dizer que enquanto o Brasil

consome uma média de quarenta e quatro quilos de fertilizantes, por hectare, a França consome duzentos e doze quilos, Cuba duzentos e trinta e quatro, e o Japão, que é um País que, talvez, pela sua extensão territorial, tem que concentrar mais ainda sua atenção em termos de produtividade, já está na casa de quatrocentos e quarenta quilos por hectare.

Pois bem, esses dados que citei — e desculpem-me os senhores a impertinência — foi apenas para enfatizar a grande responsabilidade que temos para atender à responsabilidade que o Governo nos coloca sobre os ombros, de modernizar a nossa agricultura.

Passaremos, aqui, algumas transparências, apresentando uma metodologia mesclada, para não cansá-los muito. E gostaria de mostrar aos senhores, primeiramente nossa inquietação perguntando ao Plenário aqui presente: que condições básicas são necessárias para o sucesso no programa de modernização da agricultura brasileira, que está nos exigindo o atual Governo?

(Exibe-se slide).

Dividimos apenas alguns aspectos dessas condições básicas, pois o assunto é muito mais amplo, e como o tempo não nos permite ler, vou explicar os pontos principais.

Colocamos o primeiro ponto a nível de Governo: que condições são necessárias para que tenhamos essas perspectivas de sucesso, num programa de modernização da agricultura? O primeiro passo a ser dado é a decisão política do Governo de dar o devido apoio ao setor agropecuário, para que ele alcance os objetivos propostos. A segunda condição é que uma vez tomada essa decisão, que esta decisão não seja, apenas em termos de palavras, mas em termos de ações concretas, decisivas; em termos de medidas que, realmente, possam criar condições para que o setor agrícola possa se desenvolver. E a terceira condição seria a colaboração de todas as pessoas que têm o poder de decisão nas mãos — no caso específico, aqui, Srs. Senadores — de uma mudança comportamental em relação aos problemas da agricultura. Mudança comportamental no sentido de mostrar o real valor do agricultor, esse herói anônimo, que nós todos tanto decantamos em prosa e verso, mas que nem sempre, em termos de ação concreta, ele é atingido por medidas que, realmente, o beneficiem. E mais, mudanças comportamentais no sentido de mostrar à população brasileira o valor técnico desse agricultor que, em última análise, é o responsável para operar essas mudanças na nossa agricultura, e aos homens que estão no setor da política, da decisão política no País, para que adotem aquelas medidas necessárias a que tenhamos essas condições.

A nível institucional — no caso, a nível da EMBRATER, nosso caso específico — as medidas que achamos importantes para que se obtenha o sucesso é que tenhamos claramente definidos nossos objetivos, onde estamos e onde queremos chegar. É o que eu vou tentar mostrar, posteriormente. Um passo importante, também, é que uma vez definido os objetivos, das linhas de ação programáticas da empresa, no caso, da EMBRATER, que programação devemos adotar, no sentido de que seja adequada àqueles objetivos que tenhamos em mente.

Finalmente, a nível da instituição, também, que tenhamos condições para dar aos nossos funcionários, àqueles técnicos que estão, em última análise, ligados à transferência dessa tecnologia, um clima de satisfação, ou seja, aquelas gratificações não me referindo apenas às gratificações financeiras, que sem dúvida são importantes, mas aquela gratificação em que o técnico perceba que seu trabalho está sendo útil, está sendo reconhecido, está sendo, realmente, uma contribuição valiosa para o progresso da Nação. E, falando assim, refiro-me, especificamente, àquele técnico que está em contacto com o agricultor, àquele técnico que está no seu trabalho diuturno, levando aquelas mensagens para o produtor, tentando tirá-lo daquele status quo tão desvantajoso, tão indesejável como sabemos todos.

A nível do técnico, porque é aquele que tem a responsabilidade de incrementar os programas de Governo, a nível do produtor: mostrar ao produtor, ou ao público que se relaciona a esse produtor,

aquelas mudanças, aqueles programas, enfim, aquelas mensagens que se deseja adotar, a nível do técnico, porque achamos que a primeira coisa a se fazer é definir claramente seu papel. Qual seria o papel do agente extensionista, aquele que leva as mensagens, as informações geradas pela pesquisa ou por outras fontes, mas que leva ao agricultor aquelas mensagens? E, ainda, as características pessoais desses técnicos, pois eles terão que ter, pelo menos, três características, que julgamos importantes. E estou mencionando esse fato, para que os Srs. compreendam a responsabilidade que temos, no preparo desses técnicos, em mostrar-lhes seu real papel e a sua responsabilidade perante nossos agricultores. Eles terão que ter, pelo menos, três características: terão que gostar do trabalho, sendo claro que isso ocorre em qualquer tipo de profissão, pois se a pessoa não gosta do que faz é um profissional frustrado, é um profissional sem condições de levar avante o seu trabalho. A segunda característica pessoal é que eles tenham conhecimentos técnicos, para levá-los ao agricultor, pois se os técnicos não estão convencidos da técnica, não terão capacidade alguma de persuasão, para mudar a atitude do agricultor. E a terceira e última característica pessoal, é que além de gostar do trabalho devem eles ter conhecimento de como trabalhar com pessoas, falar aquela linguagem que o agricultor entende, e não uma linguagem sofisticada, capaz de espantar e até causar aquela reação contrária do agricultor, pensando que aquele técnico não está realmente, capacitado a conversar com ele, falar-lhe na linguagem que ele entende e pode compreender.

Finalmente, temos uma última condição, a nível do próprio agricultor. Eu aí consideraria os fatores subjetivos do agricultor: o seu nível cultural, sua motivação, enfim, fatores inerentes à sua pessoa, além de outros fatores conjunturais, como esse que o Senador acaba de citar.

São essas, então, de maneira global e sucinta, as condições que consideramos essenciais ao sucesso de um programa de modernização da agricultura. E agora poderia vir a pergunta dos Srs.: está o Governo, realmente, naquele primeiro caso, decidido e tomando aquelas decisões necessárias para que a agricultura se desenvolva? Eu diria que sim. Claro que com as devidas reservas, pois sabemos que medidas exigem recursos, exigem mudanças que, nem sempre, são possíveis de se obter a curto e a médio prazo. Mas, vou citar, apenas rapidamente, algumas medidas, não no sentido de trazer novidade, porque sei que todos os Senadores conhecem, principalmente aquelas desta Comissão, mas apenas para completar a nossa exposição. Realmente, o Governo tem dado aquela prioridade, está com a decisão firmada de que o setor agrícola é prioritário. O próprio Presidente desta Comissão, Senador Orestes Quêrcia, citou-nos um fato do Ministro Simonsen, por ocasião da comemoração da nossa Independência, quando disse da importância da agricultura como fator de desenvolvimento da economia nacional. Mas, eu citaria, por exemplo, o aumento das dotações orçamentárias do Ministério da Agricultura, que aumentaram em 170%, neste ano de 1975, quando considera em relação a 1974; citaria, ainda, a criação da Comissão de Crédito Rural, tentando dar uma política melhor, mais realista, para que o Crédito Rural atenda às suas reais finalidades; a criação do Conselho Nacional de Abastecimento, para regularizar os fluxos de abastecimento e, também, manter aquela garantia necessária ao produtor em ocasiões de excesso, em ocasiões de escassez de sua produção; a implantação do PROAGRO, garantindo ao usuário do crédito rural contra intempéries, contra problemas alheios à sua vontade; os programas especiais, recentemente lançados, POLO NORTE, POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, Programa do Pantanal Mato-grossense, enfim, uma série de outros programas que o Governo lançou, recentemente, no sentido de aportar recursos, para criar condições de desenvolvimento nessas áreas defasadas, em relação às outras áreas; a criação da EMBRAPA, com as dotações orçamentárias para pesquisa, como foi falado, aqui, pelo digno representante dessa empresa; o Plano Nacional de Sementes; o subsídio aos fertilizantes; o Plano Nacional

de Fertilizantes, procurando-se a auto-suficiência, dentro de quatro ou cinco anos; o crédito rural, com relação às dotações, bastando dizer que, em 1974, enquanto a expansão monetária foi a 35%, o crédito rural teve uma expansão de 49,5%, e em 1975, em que se estima uma expansão monetária em torno de 30%, a expansão do crédito rural está em torno de 50,8%; a política de preços mínimos; os estoques reguladores; exportações mais agressivas; programas de armazenamento; titulação de terras; eletrificação rural, com dados que tenho aqui; o PRONASA; o Programa Nacional de Pastagens; o Programa de Desenvolvimento da Pecuária; e, finalmente, a criação da EMBRATER, mais recentemente; sobre a qual vamos falar agora, aproveitando os minutos que nos restam.

Em termos da EMBRATER, como os senhores sabem, ela é uma empresa nova, que veio substituir uma situação anteriormente vigente, em termos de extensão rural no Brasil. Antes existia apenas o sistema ABCAR, que todos conhecem, em que nos diversos Estados cada um tem suas ACARs, filiadas a esse sistema. Mas, como a ABCAR era uma entidade privada mais que, quase sempre, era custeada com fundos federais, então, esse fato levou o Governo a dar essa configuração jurídica de empresa pública à EMBRAPA, conferindo-lhe aquela mesma flexibilidade da iniciativa privada, dando-lhe e mantendo um esquema de controle sob seu domínio, para que ela possa atender aos objetivos que tem em mente. Daí foi, também, dado à EMBRATER, através da Lei nº 6.126, de 6 de novembro de 1974, a mesma configuração, e nessa mesma lei, que eu gostaria de citar, porque é importante para o esquema institucional que se está pleiteando, foram estabelecidas algumas condições de apoio financeiro aos Estados, para que o Governo pudesse comparecer com recursos financeiros, garantindo que os objetivos globais, em termos de País, fossem alcançados. E, dentre essas condições, destacamos três principais; a primeira delas: que as empresas estaduais, que também serão organizadas nos Estados, adotassem diretrizes organizacionais e a escolha de dirigentes, semelhantes ao adotado pela empresa federal. E que se adotassem sistemas de programação, controle técnico e financeiro também semelhantes. Finalmente, dentro dessas três condições selecionadas, que se usasse uma metodologia de trabalho e avaliação compatível com a política governamental, expressa através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esses, portanto, os destaques para aportar recursos às empresas estaduais.

Nesta transparência, vemos, de maneira muito esquemática, qual a função precípua da EMBRATER. Como já anunciamos, a EMBRATER tem como função básica transferir tecnologias, tecnologia em aspectos técnicos, econômicos e sociais. Baseado nessa função de transferir esses conhecimentos, a EMBRATER, então, tem por finalidade coletar essa informações naqueles aspectos, adequar essas informações a um programa realista e, finalmente, transferi-las aos agricultores, procurando três objetivos fundamentais: aumentar a produção, aumentar a produtividade e promover o homem, nos diferentes aspectos. O homem é a atenção; o agricultor é o objeto principal do nosso trabalho de transferência de tecnologia. Vemos aqui, esquematicamente, que a ação será de ordem sistêmica. E vou mostrar aos senhores o que queremos entender com essa ação sistêmica.

Baseado em toda a tecnologia que tenhamos, do trabalho, em termos administrativos, compatibilizando os recursos humanos, os recursos de comunicação, de crédito, cooperativismo e administração, através de programas e projetos, vou mostrar, mais adiante, como tentamos, então, atingir aqueles objetivos de transferência de tecnologia para aumentar a produção, a produtividade e a promoção humana.

Aqui temos um esquema bem sucinto, para facilitar o entendimento. A seta indica que o objetivo básico que se procura através da EMBRATER, dentro de um contexto institucional mais amplo, é promover o desenvolvimento rural brasileiro. E esse desenvolvimento rural, claro que caracterizado por uma série de problemáticas,

uma série de variáveis que estão interferindo nesse desenvolvimento; mas nós separamos duas linhas fundamentais: uma de modernização da agricultura e outra de promoção do homem, do produtor. Na primeira parte, o que se procura é aumentar a produção e a produtividade da exploração agropecuária, em termos da produtividade de mão-de-obra e de produtividade da terra, exatamente aquilo que se quer, em última análise. O outro destaque é o seguinte: para que isso aconteça, é preciso que exista um estoque de tecnologia para ser transferida ao agricultor. E aí está a razão da nossa inter-relação com a pesquisa, mas não basta o estoque existente. Outro destaque, ainda, é que esse estoque seja constantemente acrescido e adequado às novas necessidades da nossa agricultura, e o programa de pesquisa justifica isso, como já foi mencionado.

Outro aspecto considerado, na modernização da agricultura são os fatores ambientais: condições de mercado interno e externo; a relatividade de preços, entre os custos de produção que se tem e o preço que ele está auferindo no mercado; a própria estabilidade política, e aí nós podemos falar a cavaleiro, pois no Brasil a estabilidade política brasileira é uma das maiores conquistas que, a meu ver, tivemos nos últimos tempos, quando comparamos com outros países, em que a instabilidade política não dá nenhuma perspectiva ao empresário de fazer planos, de fazer projeções, em virtude daquelas inquietudes social, econômica e política, que todos sabemos. Então, esses fatores ambientais são da mais alta importância para a decisão dos empresários rurais e para os próprios técnicos que, também, terão melhores condições de levar suas mensagens aos produtores. E, finalmente, a interdependência que existe entre o setor agrícola e o setor não agrícola. Nesse ponto, sob o ponto de vista técnico, eu gostaria de dar a seguinte explicação: não é possível promover o desenvolvimento da agricultura se o setor não agrícola não estiver em condições de fornecer aqueles insumos necessários aos produtores, para que eles possam adotar uma nova tecnologia; ao mesmo tempo em que, também, não é possível desenvolver o setor agrícola se os agricultores não estão suficientemente desenvolvidos, para que tenham essa demanda e essa demanda funcione como estímulo ao setor não agrícola, para aumentar a produção. Vejam os senhores, portanto, como a interdependência entre esses dois setores é da mais alta importância. Mas, felizmente, a nosso ver, no Brasil, a primeira parte do desenvolvimento do setor não agrícola já está devidamente capacitada. Falta-nos, agora, acelerar ainda mais o setor agrícola para aumentar a demanda desses insumos. Daí essa interdependência muito estreita entre esses dois aspectos.

São apenas alguns destaques que mostrei na parte de modernização da agricultura. No segundo aspecto de promoção humana, o que se quer é promover o agricultor, o habitante do meio rural, que ainda é bastante expressivo no Brasil, em torno de 50%, segundo as estimativas recentes, mas isto nos aspectos econômicos, políticos e sociais. E, não querendo abusar da paciência dos senhores, gostaria de explicar o que queremos com isso. Quando falamos em promoção humana no aspecto econômico, queremos significar o aumento da renda do produtor, para que ele possa usufruir dos bens e serviços que a sociedade brasileira coloca à sua disposição. Isso quase que é um privilégio, ainda, dos meios urbanos, mas esta é uma missão nossa, de promover o desenvolvimento econômico desse homem, aumentando a sua renda real, através de processos diversos, sobre os quais vamos falar.

O segundo item que queremos salientar é o desenvolvimento político. Dar a esse homem maior participação no processo de decisão, através dos seus representantes ou através deles mesmos, como participantes de cooperativas, de sindicatos ou de grupos, e não deixar que esse homem fique marginalizado no processo de decisão que, em última análise, vai influir, diretamente, nas suas diretrizes e na sua posição como produtor, como pessoa que deve merecer o devido tratamento pela sociedade.

Quanto à parte social, o que nós queremos dizer é que devemos, também, dar maiores oportunidades ao produtor rural, ao habitante

do meio rural, de participar no processo de criação de cultura, para que ele, também, tenha as mesmas oportunidades ou, pelo menos, tão aproximadas quanto possíveis da pessoa da cidade para, também, galgar melhores posições na escala social.

São estes, então, os destaques que gostaria de dar. Sei que os senhores poderiam dizer que tudo isso é muito teórico. Mas, é nesses princípios que pretendemos nos pautar, em termos de ações operativas junto ao produtor.

Portanto, aí estão os princípios básicos para a estruturação operacional da EMBRATER. Primeiramente, uma ação educacional, pois queremos dar ao agricultor, conforme o velho ditado, vara para pescar, e não o peixe. Ensiná-lo a pescar e não apenas dar o peixe, tendo em vista que ele teria condições de resolver seus problemas, por si mesmo, através de uma ação educativa. A seguir, que vamos agir em termos de prioridades. É claro que os recursos — humanos, materiais e financeiros — são escassos e temos que concentrá-los dentro de aspectos específicos, prioritários, aqueles que vão nos possibilitar uma maximização dos resultados, em relação aos recursos empregados. O passo seguinte seria em consequência do anterior, um modelo concentrado de ação, agir apenas em projetos prioritários, de acordo com a política do Governo, conforme mostraremos mais adiante. E, ainda, uma ação supletiva, pois não podemos pensar em resolver o problema do agricultor apenas através da EMBRAPA e da EMBRATER. Há que haver uma ação integrada, temos que prestigiar a iniciativa privada, temos que lhe dar condições para que possamos agir, apenas, naquelas áreas em que a iniciativa privada não possa agir, e agir supletivamente, como está naquele princípio. E quanto à integração, esta já diz, por si mesma, da sua importância. É mais um enfoque sistêmico, que explicarei, por último. E a penúltima seria a flexibilidade, pois as situações mudam, as técnicas mudam, a situação política econômica e social muda e temos que ter a devida flexibilidade para nos adaptar a esse tipo de atividade. Finalmente, uma coordenação descentralizada, porque a função da EMBRATER é apenas de coordenação, pois a execução é descentralizada, dentro da própria política governamental, que quer passar essa execução a nível dos Estados e dos Municípios.

Para mostrar aos senhores, institucionalmente, como se coloca a EMBRATER, dentro do quadro do Ministério da Agricultura, ao qual está vinculada, basta dizer o seguinte: o Ministério da Agricultura possui três sistemas básicos em sua organização institucional: um, o sistema de planejamento, o outro, de produção, e o terceiro, de abastecimento. A EMBRATER, juntamente com a EMBRAPA e com a CONCREDE, que é a Comissão de Crédito Rural, está ligada ao sistema de produção. Existe uma outra entidade, que está agora se implantando, recentemente, que é a COMPATER, que é apenas uma comissão. Essa comissão tem a finalidade de articular as programações da pesquisa e da assistência técnica, graças à interdependência que deve existir entre essas duas empresas. Há, aí, um aspecto teórico, mas que é muito importante, para que os senhores possam compreender a relação de pesquisa e da extensão e, conseqüentemente, da EMBRATER e da EMBRAPA; é que o processo de transferência de tecnologia, teoricamente, em três fases: uma fase de geração, que nosso representante da EMBRAPA já explicou, uma de difusão e uma de adoção; a de geração está diretamente ligada à EMBRAPA; a de difusão é função da EMBRATER, e a de adoção pelo produtor. É claro que isso é teórico, porque, na realidade, há que haver uma coordenação de esforços desses três órgãos. E devo confessar que, até agora, não temos tido o sucesso que esperávamos, principalmente até há uns três anos atrás, em termos de transferir essa tecnologia da pesquisa para o agricultor. O estoque de tecnologia existente no País é muito superior àquele que o agricultor está, realmente, adotando, como os senhores já perceberam. Isso, talvez, por uma série de deficiências da própria sistemática até então, adotada — e agora essa nova sistemática que o Dr. Almiro Blumenschein já mencionou aqui — em que os agriculto-

res se reúnem, juntamente com os pesquisadores e com os extensionistas, numa mesa, falando numa linguagem franca, leal e sincera, em que eles, baseados naquela realidade local, estabelecem melhores técnicas que podem ser adotadas, em conjunto, pelos agricultores daquela região, para que tenham uma maior lucratividade em função daquilo que conhecem, e não só pelo produtor como pelo extensionista e, também, pelo próprio pesquisador. Isso dá maior realismo à ação desses órgãos, porque o pesquisador está em contato direto com quem conhece a realidade; por sua vez o extensionista está em contato com o pesquisador e com o agricultor, conseqüentemente, também, em contato com os dois representantes dessas duas entidades. Isso é muito importante porque é daí que estamos tirando a metodologia operacional de trabalho, junto com a EMBRAPA, e EMBRATER e o produtor rural.

Esse, portanto, o modelo de atuação da EMBRATER, no qual falei que iria dar algum destaque. Como primeiro ponto, temos que nos basear no II Plano Nacional de Desenvolvimento, em que tiramos dali as prioridades nacionais para adotar o modelo concentrado de ação. Como segundo ponto, que as prioridades setoriais são ditas pelo Ministério da Agricultura, órgão responsável pela política de desenvolvimento da área agropecuária do País.

A EMBRATER, então, tem duas linhas de ação básica. Uma, de transferência de tecnologia, puramente, em que ela apenas vai agir em transferência de tecnologia para atingir o grande e o médio agricultores. Relativamente a esse tipo de agricultor não nos interessa os aspectos de saúde, de saneamento, de educação, porque normalmente ele já tem isso num nível razoavelmente bom. O que nos interessa é que eles adotem a moderna tecnologia. Mas, se não interferirmos no processo, em relação ao pequeno produtor, o que vai acontecer é que a tendência das informações é sempre benéfica ao grande. É o velho ditado: "A água corre para o mar". Evidentemente, se não houver uma transferência estatal no processo, os fluxos de informações tendem a beneficiar, em primeiro lugar, o grande produtor. Nos próprios resultados da pesquisa, no crédito rural, na própria assistência técnica, há uma tendência natural a beneficiar o grande e o médio produtores, porque são mais agressivos, têm mais cosmopolitismo, têm mais poder de comunicação. Então, é função do Governo redirecionar esse fluxo de informações e criar condições para atender, com prioridade e dentro de uma metodologia adequada, o pequeno produtor que, quase sempre, é o mais sacrificado, em função da própria situação em que se encontra, de ignorância, não tendo acesso aos órgãos de apoio, ao crédito rural, etc.

Quanto à outra linha, de promoção do agricultor de baixa renda, eu gostaria de destacar aqui. Sei que os senhores vão dizer que, realmente, não se tem feito muita coisa; concordo. Mas, digo, em termos de intenções, o que se quer fazer. Vamos promover seminários com os técnicos mais abalizados, com os homens que, realmente, podem contribuir para que estabeleçamos uma política agressiva, realista, compatível com a nossa realidade, para trabalhar com o agricultor de baixa renda que é, realmente, a parte mais sacrificada da nossa agricultura.

Eram essas as duas linhas, que queria citar. Naquela primeira parte o que se quer é aumentar a produtividade da terra e do trabalho, visando basicamente o aumento da produção e da produtividade, como disse. Na parte de promoção do agricultor de baixa renda nós temos dois objetivos: primeiro, o de aumentar a renda desses produtores, que também contribuirão para o aumento da produção; e, segundo, melhorar a qualidade de vida desses produtores, através de programas de saúde, de nutrição e de educação, em integração com as entidades responsáveis pelo setor, como vamos mostrar, também, mais adiante.

Falei em enfoque sistêmico. O que assim estamos chamando é uma técnica administrativa hoje já bastante difundida e propalada pelos estudiosos do assunto, que se baseia no princípio de que qualquer objetivo é alcançado por um conjunto de partes que estão funcionalmente ligadas, mas estando todas elas dirigidas para esse

objetivo, concentradas para esse objetivo. A ela chamamos a SIBRATER, Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, que consta da EMBRATER, que é o órgão nacional, e das empresas estaduais, inclusive das empresas de iniciativa privada, que serão beneficiadas por esse tipo de articulação, como poderemos mostrar posteriormente. Mas, o que se quer é o seguinte: que as empresas estaduais, terão que adotar estruturas organizacionais semelhantes, para facilitar a nossa ação sistêmica, para que os objetivos sejam alcançados em função das prioridades ditas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento. Desse modo, temos em cada unidade, por exemplo, no caso da EMBRATER, uma unidade de decisão, uma unidade de planejamento, uma unidade de apoio técnico, uma unidade de apoio administrativo e uma de coordenação da execução. Igualmente, teríamos o mesmo nos Estados. Claro que num entendimento de sugestão, elas podem variar, pois não vamos tirar a criatividade de ninguém, mas é a sugestão que estamos dando e para a qual temos tido boa acolhida, por parte dos Estados.

As informações, a nível nacional, oriundas do poder político, oriundas dos Ministérios, enfim, do ambiente, elas serão processadas ao mesmo tempo que as informações oriundas dos Estados, da realidade local, dos municípios, do agricultor. Essas informações nos são fornecidas através de um sistema já devidamente articulado; são processadas pela EMBRATER e voltam aos Estados em forma de diretrizes, mas diretrizes compatibilizadas com a realidade dos Estados.

(Mudança de slide.)

Nessa parte, poderiam os senhores perguntar que tipo de técnica vamos utilizar para atingir o público, o agricultor de alta renda, de média renda e de baixa renda. Aqui temos, apenas, uma aproximação muito sucinta do problema. É claro que o produtor de alta e média rendas — aquele que, como disse, já tem condições de saúde, de nutrição, de nível de escolaridade, etc — nós vamos atingi-lo através do crédito, da comercialização adequada, do associativismo — sistema de cooperativas — e do sistema de produção, que são esses pacotes tecnológicos a que o Dr. Almiro Blumenschein se referiu, assim como através do treinamento de mão-de-obra. Basicamente, é com esse grupo que vamos concentrar a ação, embora observemos, aqui, apenas, alguns exemplos, pois há outros aspectos que poderiam ser acrescidos. Mas, aos produtores de baixa renda, além de a eles estender as informações, dentro daqueles aspectos, nós também teríamos que fazer um programa objetivo, realista, em termos de saúde, nutrição e educação, em integração com os demais órgãos responsáveis por esses setores. Esta é a estratégia.

Nesta outra parte, aqui, inserimos as características da programação, que decorrem em função de tudo que foi dito, aqui. Seriam as prioridades nacionais, a ação sistêmica, o modelo concentrado, baseado em prioridades, administração por projetos, e eu gostaria de chamar a atenção, aqui, para o fato de que isto também é uma inovação, em termos de assistência técnica. Seria, então, em termos de projeto, o seguinte: que os projetos seriam estabelecidos dentro das prioridades e de tal maneira que nos permitisse um acompanhamento adequado, para que os recursos fossem bem alocados.

(Mudança de slide.)

Nossos projetos seriam caracterizados dentro dessas quatro categorias, aqui: Projetos Finalísticos, aqueles de culturas e criações; Projetos de Promoção do agricultor de baixa renda; Projetos Suportes, que seriam aqueles de cooperativismo e de conservação de recursos naturais. Seriam os projetos de aperfeiçoamento do sistema, capacitação de recursos humanos, inovação metodológica e modernização administrativa. E, finalmente, Projetos Administrativos, para a manutenção do que existe atualmente.

(Mudança de slide.)

O que pretendemos, em termos de integração, aqui está bem explicado: é uma ação conjunta da EMBRATER, da EMBRAPA, dos governos, das Universidades, dos produtores dos vários níveis,

do sistema de comercialização, da indústria de insumos, da iniciativa privada, enfim, de todos eles, desde que tenhamos diretrizes bem estabelecidas para promover e acelerar os programas de desenvolvimento rural que, em última análise, são os objetivos que pretendemos alcançar.

Essas, portanto, as informações que queria dar. E, para completar, gostaria de dizer que, atualmente, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural atinge 2.531 municípios, através de 1.514 escritórios municipais, e temos, atualmente, 5.000 técnicos atuando no sistema, espalhados por este Brasil afora. Esta é a força de trabalho que temos atualmente. E, em termos de objetivos, pretendemos dobrar esse número, nos próximos três anos, atendendo às diretrizes do Ministério da Agricultura.

Dado o adiantado da hora, procurei apenas dar uma visão panorâmica da nossa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Tenho certeza de que a palestra de V. S^a foi interessante para o conhecimento dos Senhores Senadores a respeito do grande trabalho que está sendo feito pela EMBRATER.

Com a palavra, agora, o Sr. Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex^a, reduzi os pontos que abordaria na minha intervenção. Entendi que as palestras dos ilustres conferencistas tiveram, sobretudo, um sentido político, um sentido de estratégia. Parece-me, assim, um pouco cedo para que entremos na análise dos resultados, pois eles virão com o tempo. Tenho sido testemunha da evolução desses órgãos e tenho verificado que eles são recentes. Portanto, não podemos, ainda, exigir muita coisa, em termos de resultados, em termos de realizações. Mas, fica-nos a profunda impressão das duas mensagens de esperança que ouvimos, duas mensagens nas quais compreendemos a política de orientação do Governo, em relação a esses problemas, e, também, essa estratégia que se traduz, em última análise, naquela ênfase pedagógica que o segundo conferencista deu às suas palavras. No entanto, como somos representantes, aqui, cada um de uma região, desejo fazer uma pergunta ao ilustre Presidente da EMBRAPA, em relação ao meu Estado.

V. S^a falou que já existe, no meu Estado, em Rio Branco, uma unidade de pesquisa, e falou que as unidades de pesquisa estão em articulação com as Universidades. Desejaria, então, saber de V. Ex^a se a Unidade do Acre já está integrada nessa articulação. Em segundo lugar: quando V. Ex^a falou que o Ministério da Agricultura mantinha convênio com os Estados ou tinha convênios em preparação, fez duas enumerações: uma delas relativamente aos Estados que já têm convênios e outra aos Estados cujos convênios ainda estão em fase preparatória. Tive a tristeza de verificar que em nenhuma dessas duas relações figurava o Estado do Acre. Estado que represento no Congresso Nacional, com muita honra e muita glória para mim. É possível que V. Ex^a tivesse omitido, por um lapso de leitura, mas pediria que me esclarecesse esse ponto, assim como, também, a questão da concentração dos produtos nesse Estado.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — Com relação à unidade em Rio Branco, ela foi criada, com uma chefia, e o grupo de trabalho está agora implantando essa unidade. Isso segue uma sistemática muito clara, em que um pesquisador é sugerido e indicado; ele reúne a sua equipe técnica e administrativa e segue, então, um modelo de implantação com a convocação de pesquisadores, definição de projetos e pesquisas. Nessa unidade nós estamos nesta fase inicial. É uma unidade criada, recentemente, e a concentração de esforços, nessa região, está se processando neste momento. Ao se elaborar o projeto de implantação de definição dos programas é que a Universidade é envolvida no trabalho. E nós executamos os trabalhos em integração e complementando o trabalho da unidade da EMBRAPA com a Universidade. Os entendimentos preliminares de integração com a Universidade e de estabelecimento do sistema estadual está nessa fase. Mas, devo confessar que a fase é, realmente,

preliminar. O mesmo ocorre com relação aos convênios. Provavelmente, na maneira de apresentar, nós quisemos fazer uma seqüência do grau de desenvolvimento dos entendimentos, com relação aos convênios. A programação da EMBRAPA é realizar convênios com todos os Estados e Territórios, sendo que estes já estão — aqueles que enumerei — assinados e outros em fase de assinatura, e outros estão na fase de primeiros entendimentos para o desenvolvimento. E o Estado de V. Ex^a, está nessa terceira fase que nós, infelizmente, não relacionamos nem mencionamos. Mas, com relação a esse convênio, nossa meta é que no ano de 1975 tenhamos todos esses convênios, com os Estados, bem definidos, assinados e assentados

O Dr. Edmundo Gastal, que coordena esse trabalho, se tiver alguma coisa a acrescentar, poderia dar sua colaboração nesse aspecto.

O SR. EDMUNDO GASTAL — A nossa intervenção seria apenas no sentido de informar a S. Ex^a que, neste momento, já se encontra em mãos do Governador uma minuta do convênio a ser assinado com o Estado do Acre. Foi enviada pela EMBRAPA, através do Sr. Secretário da Agricultura, uma sugestão de minuta de convênio, que está sendo objeto de negociação.

O SR. ADALBERTO SENA — O que me causou estranheza é que as duas relações eram bastante longas, e tive a impressão de que o Acre tinha ficado sozinho para essa terceira fase. Mas, muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra, agora, o Sr. Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Ilustres Conferencistas, não nos cabe, nesta oportunidade, nenhuma observação mais ou menos crítica ou mesmo uma pergunta, porque as empresas que V. S^{as} dirigem e orientam estão, por assim dizer, ainda engatinhando, começando, planejando, articulando um esboço geral para a solução do problema angustiante da agricultura brasileira. Só nos cabe, inicialmente, parabenizar o Governo atual, que está dando ênfase à pesquisa e ao estudo para as soluções agrícolas, essencialmente. É inegável que o Clube de Roma tem toda razão. E V. S^{as}, ao tomarem-no, como catecismo, fizeram o que poderiam ter feito de melhor.

Em segundo plano, cabe-nos, com a intuição e, talvez, até com a mediunidade do político fazer nossas deduções, porque o técnico, preocupado com a marcha de análise, asoberbado pelas equações, pelos axiomas, pelos teoremas, às vezes, não pode debruçar-se na contemplação e na elocubração, para ter intuições, revelações. Então, é o político que, geralmente, recebe essas mensagens, que podem parecer estapafúrdias e absurdas, mas que o tempo revela que são verdadeiras. E é nesse segundo plano que quero trazer uma colaboração aos ilustres Conferencistas; aos Técnicos que estão aqui, tão bem imbuídos desse propósito, desse interesse que sentimos exalar deles, desse amor pela solução do problema agrícola brasileiro. Queríamos, então, que eles se orientassem para um aspecto que me parece importante para a solução do problema agrícola. E esse aspecto reside na necessidade que temos de fertilizantes, encarecendo e dificultando o produto, porque os fertilizantes dependem de petróleo e de outros bens que carecemos. Mas temos no continente brasileiro, uma área com uma vocação agrícola extraordinária, e que precisa de fertilizantes para uma produção exuberante. São os terrenos de várzea da Amazônia, onde o processo de colmatagem se efetiva todo ano. E assim como Heródoto teria dito que o Egito era uma dádiva do Nilo, em virtude desse processo de colmatagem, poderemos dizer, um dia, que a solução do problema alimentício do mundo foi uma dádiva da Amazônia, bastando que para isso voltemos as vistas para orientar e estudar esta várzea amazônica, que o Projeto RADAM calculou, na área ocidental, em mais de duzentos mil quilômetros quadrados, e que vou a ponto de triplicá-la, se considerarmos a área oriental.

Trago comigo a experiência própria. Tive oportunidade de plantar milho na várzea e colher duas vezes em cinco meses, e no mesmo período colhi trigo duas vezes. O rio sobe, fertiliza aquela terra baixa, e quando desce não necessita fertilizante. Joga-se a semente, da janela, e no outro dia ela brota. A nossa juta, por exemplo, é produto da várzea, e compete, tranquilamente, com a do Paquistão.

O nosso feijão é extraordinário. E um dos mais eminentes cientistas do nosso País, o Professor Waswick Estevam Kerr, que hoje dirige o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o INPA, chegou à conclusão de que o trigo foi o maior fiasco da humanidade, pois este enveredou pelo trigo porque ainda não possuía a tecnologia que possuímos hoje, para constatar que o seu percentual de proteínas é insignificante e, assim mesmo, de pouco teor, quase que vagabundo. Preconiza, então, esse cientista, uma mistura entre a soja e o trigo, a fim de que nos libertássemos do subsídio do trigo, que onera e exaure este Brasil. Ficamos subsidiando e financiando o Canadá, os Estados Unidos e a Argentina, importando trigo, quando temos a soja muito mais rica, que ele calcula em 20%, se fosse adicionado ao trigo, em valor de proteínas, quando o nosso trigo, diz ele, tem apenas 6%. É a opinião de Waiwick Estevam Kerr, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. E o nosso feijão da Amazônia, que compete tranquilamente com o feijão preto ou o feijão manteigão que — alega ele — não é dado nem para o animal, nos Estados Unidos, em virtude de um oxilado de cálcio que possui e que se deposita nos rins, provocando cálculos renais, enquanto o nosso feijão, da várzea amazônica, não tem esse oxilado de cálcio, e pode ser facilmente eliminado, além de ter maior valor nutritivo do que o preto.

Então, o que importa, também, no Brasil é uma orientação alimentícia; e há esse poder de força que tem o Estado forte da Revolução, não só de aplicar certas exceções jurídicas no campo político, mas até no campo econômico e social, para educar, orientar e obrigar mesmo a comer bem, a se nutrir bem e corretamente, evitando-se esses desvios.

Mas, voltemos à várzea amazônica que, possivelmente, tem de quatrocentos a quinhentos mil quilômetros quadrados. Se fosse aproveitada nós nos libertaríamos dos fertilizantes para produzir milho, feijão e mesmo nossa farinha de mandioca, que hoje está sendo pesquisada, a ponto de se supor que ela venha a suprir o combustível ou que se possa dela tirar combustível. Temos outros plantios de ciclo curto, que poderiam ser aproveitados nessa várzea, a ponto de nos afirmarmos como uma potência dentro da hegemonia mundial, nesse futuro que é tão escatológico, como prevêm os malthusianos e prevê toda estatística mundial. E V. Ex^a disse, com muita propriedade, quando abordou a explosão demográfica no mundo, que "Somos, hoje, quatro bilhões de seres, e que dentro de vinte e cinco anos seremos oito ou dez bilhões".

Quando se argumenta que o anticoncepcional poderia deter essa explosão meteórica, nós já nos preocupamos com o ecossistema da mulher e do homem. Não irá o anticoncepcional provocar um desequilíbrio nesse ecossistema do homem, com seqüelas genéticas, que só poderiam ser aquilatas daqui a cem, duzentos ou trezentos anos? A mulher, em verdade, foi criada para segmentar, para ter filhos.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Como os Senhores conferencistas têm problema de horário, eu pediria que fizéssemos as perguntas o mais rápido possível.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Vou abreviar, Sr. Presidente, porque, de fato, nosso tempo é exíguo. Mas esta interlocução me pareceu necessária, pois não vejo, não encontro, na exposição de V. S^{as}, nenhum reparo; achei-a excelente, embora, naturalmente, precisando de contribuições, de maiores ofertas e sugestões, para se burilar ali e acolá. É esta a contribuição que quero trazer a este debruçar de V. S^{as} sobre a várzea amazônica, num

atendimento não só à pecuária, mas à ictiologia. Podemos racionalizar, dar valor econômico à água da Amazônica, que tem possibilidade de produzir proteínas, através das usinas naturais que são os peixes, para abastecer o mundo; não perdendo o espaço litosférico para o boi, mas ganhá-lo para o homem; em vez de perdermos em hectare que vai ser necessário daqui a trezentos anos, para colocar nele um trineto ou tetraneto nosso, nós não podemos dá-lo ao boi, enquanto não racionalizarmos a água. São alqueires e alqueires de água. Temos peixes na Amazônia que pesam cento e cinquenta quilos de carne, como o nosso pirarucu e a nossa piraiíba, carne comestível rica em proteínas. Por que não racionalizar isso com fazendas aquáticas, com criatórios, com currais de peixes, para abastecer o mundo no futuro? Este mundo que vai carecer de alimentos e que o Brasil pode dominá-lo através de alimentos, não como potência nuclear, porque jamais atingiremos uma capacidade de confronto com aqueles que estão na frente da pesquisa nuclear. Mas podemos dominar o mundo com alimento, porque o País que tiver alimentos, dentro de trinta ou quarenta anos, terá a hegemonia do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Sr. Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Dado ao adiantado da hora, vou resumir bastante minhas indagações.

Em primeiro lugar, congratulo-me com a excelência das duas palestras.

Ilustre Professor Almiro Blumenschein, inegavelmente, a EMBRAPA é, talvez, o esforço mais importante realizado na área da agricultura, no Brasil, nos últimos anos. Era impossível modernizarmos a agricultura brasileira sem atingirmos a independência tecnológica. Essa independência consiste, basicamente, em contar com recursos humanos científicos, capazes de pôr em prática as idéias concebidas. Não é o know-how mas o know why, saber por que fazer. Isso vem da ciência.

Temos o exemplo da Alemanha que, praticamente destruída pela guerra, um ano depois já estava produzindo equipamentos superiores aos que fazia antes do conflito mundial, porque dispunha de cientistas, de tecnologia, de homens com conhecimentos capazes de fazê-lo.

Na sua excelente palestra, evidentemente, V. S.^a citou o esforço da EMBRAPA, mas não me pareceu que se detalhasse, suficientemente, sobre a preparação desses recursos humanos, para nos dar a idéia do número de pesquisadores, porque o principal objetivo deste órgão é preparar os técnicos para a modernização da agricultura. Mas estou certo que essa parte, como objetivo central, será alcançado, porque a EMBRAPA nasceu muito bem, está muito bem administrada, muito bem conduzida e chegará a este fim.

Noutra oportunidade, gostaria de conhecer, em detalhes, o grande esforço da EMBRAPA na preparação de recursos humanos. Para não tomar mais tempo, dispense-me de solicitar esses detalhes agora, a não ser que, a seu critério V. S.^a julgar necessário.

Com relação ao segundo conferencista, que dirige a EMBRATER, efetivamente, compreendi que os três objetivos fundamentais dessa empresa são: a produtividade, a orientação e a preparação de recursos humanos na área da agricultura. Mas, na minha opinião, o sucesso da EMBRATER, como da agricultura brasileira — e isso V. S.^a não teve tempo de abordar, naturalmente — depende de uma autêntica, realista e objetiva política de preços. E essa autêntica política de preços ainda não foi alcançada no País. Acredito que a EMBRATER poderia, em contato direto com a realidade brasileira, em todos os quadrantes do País, oferecer uma preciosa colaboração ao Ministério da Agricultura, na análise e

definição dessa política. Gostaria, apenas, de conhecer o ponto de vista de V. S.^a, quanto a esse detalhe.

Muito obrigado.

O SR. RENATO SIMPLICIO LOPES — Agradeço a intervenção e gostaria de esclarecer que, realmente o maior estímulo para o produtor é o preço, pois entre muitos, sem dúvida alguma, é a maior motivação que se possa dar ao produtor.

Há estudos recentes, e hoje mesmo estamos com uma plêiade de técnicos reunidos, aqui em Brasília, tentando estabelecer as bases ainda para este ano, mas pensando principalmente nos anos que vêm, de uma política bem realista em relação aos produtos prioritários desta região Centro-Sul. Mas, alguns técnicos, em São Paulo, já realizaram estudos e mostraram, exatamente, que o aumento da área cultivada — e foi o fator que eles usaram para medir — está diretamente relacionado aos estímulos de preço do mercado. Este é um estudo bem recente, que não precisaria ser feito, porque é bastante óbvio. Mas, em todo caso, acho que uma confirmação dessa é bem oportuna.

Não sei se o ilustre interlocutor me ouviu, mas disse que, realmente, um dos pontos básicos era a relatividade do preço entre o custo de produção e o preço que o produtor alcança no mercado.

Acho que podemos dar uma contribuição bastante expressiva, dado à capilaridade — como ele próprio reconhece — que tem o sistema em fazer essas análises de custo, juntamente com a EMBRAPA. Sem dúvida alguma, isso aí iria muito ao encontro do interesse do Ministério da Agricultura, que tem dificuldades, inclusive, de representatividade de dados — porque as condições são diferentes — para estabelecer uma política de preços mínimos compatível com as reais necessidades. O que tinha a dizer é isso. Estou de pleno acordo em que, realmente, podemos ajudar nesse trabalho e iremos ajudar, dentro daqueles objetivos que temos em mente.

O SR. ALMIRO BLUMENSCHIEIN — O Senador Milton Cabral chegou um pouquinho depois de termos falado sobre o problema de treinamento. Mas, repetindo um dado, diria que a EMBRAPA, hoje, tem novecentos e quarenta e um técnicos. Desses, seiscentos e trinta e dois já possuem ou já estão em programas de treinamento de pós-graduação. Isso significa que, quando há dois ou três anos tínhamos menos de 10% dos nossos técnicos sendo treinados nessa área, hoje temos 67,1% dos técnicos com essa formação. Esses foram os dados que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Professor Almiro Blumenschein, gostaria de ouvir de V. S.^a algo sobre as maiores descobertas da EMBRAPA, no setor agropecuário: o salário do pesquisador e o resultado da promoção, realizada pela entidade que V. S.^a dirige, no Estado de Santa Catarina, em junho, visando a implantação do sistema de pacotes tecnológicos nos setores do arroz, no Vale do Itajaí e no sul do Estado.

Ao Presidente da EMBRATER, com cinco mil técnicos atuando no Brasil, eu perguntaria: Qual o número mínimo necessário aos interesses da agricultura brasileira? A última pergunta é sobre fatores ambientais, que é um setor importante. Qual seria o número mínimo para atender às necessidades brasileiras? O pequeno produtor brasileiro sofre constantes frustrações, pelas oscilações dos preços e, geralmente, sofrendo o pior. A frustração vem porque o intermediário ganha exageradamente. Vou tomar a liberdade de fazer a pergunta, porque V. S.^a fez uma abordagem geral da temática agropecuária brasileira. O que pensam a respeito da comercialização, de se criar uma estrutura adequada para atuar no campo da comercialização, que, no meu entender, é o calcanhar de Aquiles da nossa agricultura? Dirigi duas perguntas ao professor Almiro Blumenschein e duas a V. S.^a

O SR. ALMIRO BLUMENSCHINE — Estabelecemos uma carreira de pesquisador, através da qual temos três níveis. Este nível, pode ir, no momento, de Cr\$ 5.400,00 a Cr\$ 22.000,00. Este é o intervalo no qual podemos pagar aos nossos pesquisadores. Realmente, consideramos que o pesquisador deve ser bem remunerado. Aquele altamente qualificado e aquele com capacitação para o trabalho deve até ganhar mais do que os próprios administradores da empresa, porque ele é a ferramenta mais importante da empresa. Então, temos esta possibilidade de pagar aos nossos pesquisadores que realmente contribuem. Mas, eles serão pagos em função da contribuição que estão dando ao agricultor ou à agricultura, de modo geral. Considero, talvez, em número de três as contribuições mais importantes da EMBRAPA, no momento, embora elas sejam várias e três seja um número pequeno para podermos mencionar. Tem os resultados até de impacto internacional. Por exemplo, mencionou-se, aqui, o problema dos fertilizantes. Sabemos que o nitrogênio é, hoje, um dos fatores extremamente importantes para a nossa agricultura e um dos mais caros. Um pesquisador da EMBRAPA está revolucionando este aspecto, em termos internacionais, porque verificou a possibilidade de microorganismos ou de plantas como o milho, arroz, gramíneas, fixarem o nitrogênio do ar e com o desenvolvimento destas pesquisas, é possível reduzirmos, tremendamente, os custos e passarmos a uma utilização mínima de nitrogênio. Este é um achado, realmente, de repercussão. Ainda está na fase inicial. Mas, há uma concentração de visitantes internacionais e mais esses pesquisadores que têm sido solicitados quase que internacionalmente para reuniões, para relatar seus achados, e a partir daí se deslanchar um processo realmente grande.

A EMBRAPA, preparando-se para o seu trabalho integrado com a EMBRATER, desenvolve os programas dos pacotes tecnológicos. É uma das contribuições mais importantes. Poderíamos mencionar contribuições que estão sendo feitas na região do cerrado, em que tecnologias relativamente simples, como uma suplementação alimentar, nas condições do cerrado, tem permitido ganhos relativamente grandes. Para citar um exemplo isolado, no mês de julho, num experimento que está em execução aqui, em Planaltina, um grupo de animais, do tipo que cria-se no cerrado, vivendo exclusivamente de pastagens naturais, o que chamo lote testemunha, perdeu cerca de 20 quilos, somente durante o mês de julho, por animal. Enquanto que um grupo, tratado com uma suplementação de feno, do capim-estrela, que é um feno relativamente barato, deu um ganho de 22 quilos por animal. Então, a simples utilização dessa fenação daria um ganho de quase 40 quilos por animal, nessas condições. Ainda está em fase experimental, mas já está transferido para a área empresarial, pois existem criadores que observaram e estão utilizando essa sistemática.

Com relação aos pacotes, eu pediria ao Dr. Elizeu, que é o nosso coordenador dessas áreas, que poderia dar inclusive resposta à pergunta específica de V. Ex^a sobre Santa Catarina e sobre o arroz do Vale do Itajaí.

O SR. ELIZEU ROBERTO DE ANDRADE ALVES — Tenho a impressão de que não houve uma pergunta nesse sentido. Realmente, estamos com um programa de realização de um sistema de produção para todo o território nacional, com objetivo duplo. Esse objetivo, num primeiro lugar, visa extrair, do estoque de conhecimentos existentes no País, todas as informações que julgamos válidas para os nossos agricultores. E a presença dos agricultores, junto com os técnicos de extensão e os pesquisadores, objetiva também dar uma oportunidade aos nossos investigadores, em contato com essa realidade, de trazer novos problemas para os seus laboratórios de pesquisas, problemas esses diretamente relacionados um pouco à carga de sacrifício que o nosso homem do campo enfrenta. É claro que fizemos reuniões em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, e estamos procurando cumprir essa metodologia, que

também representa uma inovação feita pela EMBRAPA — ela é nova não só no Território brasileiro como em todo o mundo — criando exatamente condições para uma interação bastante profunda de todos os agentes, do agricultor, que representa, em última análise, o benefício de todo o nosso trabalho, dos extensionistas e dos pesquisadores, visando a esse duplo fim: extrair do estoque de conhecimentos o máximo que podemos extrair e obter dos agricultores e dos extensionistas novos problemas para serem investigados nos laboratórios de pesquisa da EMBRAPA e das outras instituições. E o caso de Santa Catarina, é um Estado que dispõe de uma rede de extensão das mais avançadas do País, um excelente serviço de extensão, e esse serviço de extensão, que pertence, evidentemente, à EMBRATER, muito vem contribuindo para que possamos, eficientemente, realizar essas reuniões, visando criar uma tecnologia ou visando extrair dos conhecimentos uma tecnologia que atenda aos diversos agricultores, seja na cultura do arroz, de milho ou de outros produtos que possam ser importantes naquele Estado.

O SR. RENATO SIMPLÍCIO LOPES — Tentarei ser breve, também, dado o adiantado da hora. Com relação à primeira pergunta, relativamente ao número de técnicos, vou dizer a V. Ex^a a verdade: é muito difícil responder conscientemente a essa pergunta, porque depende de uma série de fatores. Primeiro, depende do tipo de metodologia, que se usa, depende do estágio cultural em que se encontram os agricultores, depende do estágio de desenvolvimento da iniciativa privada. O caso dos Estados Unidos, por exemplo — e agora falo em termos de técnicos do setor público — onde o setor da indústria e do comércio é muito evoluído e tem seus próprios representantes, então essa transferência de tecnologia é muito facilitada, em termos de poder público, porque eles fazem esse trabalho em grande parte. No Brasil isso está caminhando bem, mas ainda está muito atrasado em relação a esses países desenvolvidos, e depende muito, inclusive, do tipo de ação que se quer, do tipo de programa, do tipo de projeto, da sua complexidade. Mas, de maneira geral, como um dado baseado na nossa experiência, achamos que o número razoável seria um técnico extensionista para cem produtores. Esse é um dado que precisaria ser bem estudado; estou apenas me baseando na nossa experiência, de modo geral. E, assim, para um cálculo do número de produtores, como não me recordo quantos produtores temos no País, no momento, recebo, agora, do Dr. Merson, assessorando-me, aqui ao lado, a informação de que talvez seja um número em torno de 40 mil técnicos. É claro que considerando, aí, aqueles da iniciativa privada e do setor público. Apenas para V. Ex^a ter uma resposta, em relação ao número de técnicos, é o que poderia dizer, pois isso é variável e precisa ser mais estudado, nas condições brasileiras.

Com relação ao segundo aspecto, de comercialização, tenho uma percepção, e parece que essa é uma percepção já com um certo consenso, entre produtores e técnicos, de que um dos caminhos mais recomendados, para que tenhamos uma certa garantia de preços e de comercialização adequada, com reais benefícios para os produtores, é um sistema realista e forte de cooperativas. A cooperativa, além de conferir vantagens na aquisição de insumos pelo produtor, em termos de economia de escala, ela também vende com vantagens aos consumidores, eliminando aí uma parcela ponderável de intermediários, e os reflexos disso seriam em benefício do próprio produtor.

Mas, poderíamos citar ainda, aí, os problemas de estoques reguladores, em termos de que regula fluxo e sustenta preço, como é o caso brasileiro, agora, com o problema da carne. A carne é caso típico de sustentação de preço de política governamental. E outros produtos, como a própria soja, em que se comprou um milhão de toneladas de soja. O Governo tem, portanto, com o objetivo de manter preços, numa hora em que os preços internacionais estavam em especulações de multinacionais — não importa quem seja — em que se especulava o preço da soja, o Governo tem, repito, uma políti-

ca mais agressiva de exportação, conquista de novos mercados e preços mínimos em condições adequadas, também. É claro que preço mínimo tem várias facetas, que não cabe aqui analisar; dependendo do interesse do Governo, ele pode ser aumentado, em termos de incentivar ou desincentivar a produção, ainda tem a política de armazenamento, enfim, uma série de medidas. Mas uma delas que acho das mais objetivas e de resultados relativamente a curto prazo, é, realmente, o cooperativismo.

Estamos, também, empenhados em estabelecer um programa nacional de cooperativismo, porque sabemos das dificuldades que existem com as atuais cooperativas brasileiras, principalmente em termos de administração. Esta, portanto, a resposta que eu poderia dar a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Em nome da Comissão de Agricultura, quero deixar o agradecimento todo especial ao Dr. Renato Simplicio Lopes e aos seus companheiros, Josemar Ferraz Rodrigues e Pedro Merson Vieira, todos da EMBRATER; e, da mesma forma, um agradecimento especial ao Dr. Almiro Blumenschein e aos Diretores-Executivos Dr. Edmundo da Fontoura Gastal e Dr. Elizeu Roberto de Andrade Alves.

Tenho certeza de que os membros da Comissão da Agricultura apreciaram muito os depoimentos feitos pelos dirigentes da EMBRAPA e da EMBRATER e estão satisfeitos com o grande trabalho que estas empresas estão realizando e poderão realizar em benefício da agropecuária brasileira. Muito obrigado a todos, que nos honraram com suas presenças.

Está encerrada a Reunião.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1975

Às nove horas do dia vinte e cinco de setembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, sob a Presidência do Sr. Senador Orestes Quêrcia — Presidente, presentes os Srs. Senadores Mendes Canale, Agenor Maria, José Guimard, Itálio Coelho, Dirceu Cardoso, Mauro Benevides, Gustavo Capanema, Luiz Viana, Eurico Rezende e o Sr. Deputado João Paulo Arruda, reúne-se a Comissão de Agricultura no Auditório Milton Campos.

Iniciados os trabalhos é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que ao encerramento do I Encontro Nacional de Leite fará uma exposição com debates, o Sr. José Prazeres Ramalho de Castro — representante do Ministério da Agricultura e, em seguida para conclusão dos trabalhos falará o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Alysso Paulinelli.

Antes de passar a palavra ao conferencista, o Sr. Presidente, a concede aos Srs. Otto Frensel — representante do Sindicato da Indústria de Laticínios e produtos derivados do Estado do Rio de Janeiro e Antônio Itaiguara Moreira dos Santos — Secretário de Agricultura do Estado do Pará e Jader Araújo — Secretário de Agricultura do Estado de Alagoas que fazem uma pequena exposição sobre a produção, industrialização, transporte e comercialização do leite e seus derivados.

Em seguida, o Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. José Prazeres Ramalho de Castro, que enfoca o setor agropecuário como um todo, dentro do contexto nacional e numa perspectiva mais ou menos histórica. Como é sabido por todos disse o conferencista a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o modelo brasileiro foi o de desenvolvimento da indústria, promovendo o que se chama, comumente, substituição de importação. Dentro desse modelo é que

nossa análise inicial vai colocar quais foram os seus efeitos, ao longo desse tempo, na Agricultura e, especialmente, dentro do setor de Leite.

Ressalta o Sr. José Prazeres que os principais fatores responsáveis pela estagnação da produtividade agrícola são os seguintes:

1º) as políticas que visam baratear o capital para as indústrias dificultaram a exportação dos produtos agrícolas, através da supervalorização das taxas de câmbio, confisco cambial, cotas de exportações ou, simplesmente, proibição das exportações de gêneros alimentícios, a fim de garantir preços baratos para os consumidores; 2º) investimentos insuficientes em pesquisas agrícola, capazes de criar insumos modernos, a preços baratos, insumos esses indispensáveis à modernização da agricultura; 3º) a própria natureza do processo de desenvolvimento engendrou uma industrialização enviesada para bens de consumo, e não se procurou até, recentemente, estimular a indústria de insumos modernos, que é básica à modernização; 4º) a política de preços baratos para os gêneros alimentícios reduziu a rentabilidade das culturas e criações e desestimulou investimentos, sendo assim, uma das causas das crises de abastecimentos.

Após a exposição do conferencista, usam da palavra pela ordem de inscrição, os seguintes oradores: Sr. José Ribeiro de Moura, Sr. José Cassiano Gomes dos Reis, Sr. Estandilau Martins, Sr. Rubens de Freitas, Sr. Senador Agenor Maria, Sr. Taízo Meada, Sr. Aurélio Beneditini e Olavo Lacerda Montenegro, Deputado Estadual do Rio Grande do Norte.

Encerrando o I Encontro Nacional do Leite usa da palavra o Sr. Ministro Alysso Paulinelli, que faz uma análise ampla da política agropecuária no País.

Concluindo, o Sr. Senador Orestes Quêrcia, em seu nome e em nome da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, agradece aos conferencistas a magnífica exposição proferida, e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1975, DESTINADA A OUVIR AS CONFERÊNCIAS DOS SRS. MINISTRO DA AGRICULTURA, ALYSSON PAULINELLI E JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Orestes Quêrcia

Vice-Presidente: Senador Benedito Ferreira

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Convido a tomar assento à mesa o Sr. Antônio Itaiguara Moreira dos Santos, Secretário da Agricultura do Pará. Gostaria de convidar o Dr. Antônio José Rodrigues Filho, Presidente da Organização Brasileira de Cooperativas e ex-Vice-Governador de São Paulo, para participar da Mesa. Convido o Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, Representante do Ministério da Agricultura, para assumir à Mesa.

Senhores participantes do I Encontro Nacional do Leite, hoje encerraremos este nosso Conclave, com a palestra a cargo do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, que falará aos participantes desta reunião, em nome do Ministério da Agricultura, sobre o problema do leite, sob o ponto de vista do Governo.

No primeiro dia do Encontro analisamos o problema do leite sob o ponto de vista do produtor. No segundo dia, ontem, do industrial cooperativado. Hoje, analisaremos a questão do leite sob ponto de vista do Governo.

Após a palestra do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, estará aqui presente, o Ministro Alysso Paulinelli que procederá ao

encerramento deste I Encontro Nacional do Leite. Antes do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro iniciar a sua palestra, gostaria de convidar para uma mensagem rápida, os senhores convidados que pretendem deixar também uma contribuição.

Ouviremos o Sr. Oto Frenzel que nos trará sua manifestação. Gostaria que o Senhor assumisse a Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Oto Frenzel.

O SR. OTO FRENZEL — As minhas palavras se referem a pontos básicos que vinha defendendo há quase tantos anos quanto aos que dedico ao leite e seus derivados no Brasil. Inicialmente, vou ler a justificativa e depois os três pontos de que se trata.

O primeiro é o seguinte: a produção de leite no Brasil nos acaba de ser apresentada para 1974, com quatro cifras diferentes: 7 milhões e 100 mil toneladas, pelo Diretor do ITAL; 8 milhões e 100 mil toneladas, pelo Presidente do Sindicato de Laticínios de São Paulo; 8 milhões e 700 mil toneladas, pela SUPLAN, do Ministério da Agricultura; e 9 milhões e 200 mil toneladas pelo IBGE. Então pergunto: quantas vacas dão esse leite?

O segundo ponto é o seguinte: em trabalho apresentado, o produtor de menos de 100 litros fazia 173 centavos ou 17,3 centavos; o médio produtor, entre 100 e 300 litros, talvez ganhasse 0,203; e o maior, o produtor acima de 300 litros, provavelmente 612 por litro. Naturalmente, sujeitos às alterações decorrentes da inflação. Essas cifras se parecem muito com a distribuição salarial. O pequeno ganha salário mínimo ou menos e mal sobrevive. O médio ganha um ou poucos salários mínimos e também apenas sobrevive. O grande ganha bem mais, mas pouco representa.

Quanto ao terceiro ponto o *erzatz* — e acho que todos conhecem essa palavra, que significa substitutivo — e a poluição parecem a fórmula misteriosa da natureza, a fim de ativar a auto-extinção do gênero humano, já que todas as espécies têm um prazo de sobrevivência. Pela agricultura e criação, a espécie humana foi dotada com armas para sobreviver, mas a explosão populacional, por ela mesmo favorecida, é contrabalançada pela descoberta do *erzatz* e a prática da poluição, ajudada pelos medicamentos necessários a contrabalançar esses. Assim, jamais o *erzatz*, mesmo como o extrato de soja nunca poderá substituir o elemento nobre, completo e natural como o leite, recomendado pela própria natureza desde o nascimento da criatura. Talvez a autodestruição seja mesmo inevitável, mas pode ser, ao menos, atenuada com uma alimentação natural e adequada. Dizemos: é necessário mais leite por vaca, por homem, por área. Sabemos que é fácil dizer, mas difícil realizar. Porém, a produtividade de tudo resolverá, se todos trabalharem, como ontem declarou bem claramente o ilustre Dr. José Ribeiro de Moura.

Com esses poucos, mas incisivos esclarecimentos, pensamos ter justificado os três pontos pelos quais nos batemos há cinquenta e seis anos e que continuam sendo, invariavelmente, os seguintes: primeiro, rigoroso e exato levantamento estatístico de todos os setores ligados à produção, industrialização, transporte e comercialização do leite e seus derivados. Segundo, determinação precisa e segura do custo do leite em termos regionais, considerando todos os fatores. Terceiro, determinação exata do valor alimentar e consequentemente econômico do leite e dos seus derivados, em relação a outros alimentos, para melhor compreensão pelo consumidor.

Apresentados esses dados e esses quesitos em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, da Associação Brasileira de Laticinistas e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, do Estado do Rio de Janeiro e do Boletim do Leite, termino minha mensagem. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Pretendemos também, com a devida permissão do Dr. José Ramalho, dar a palavra, para uma breve manifestação, aos Secretários de Agricultura do Estado do Pará e do Estado de Alagoas, que nos prestigiaram durante esses três dias com suas respectivas presenças. Anuncio, portanto, para uma rápida mensagem em nome da problemática do leite de seu

Estado, o Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Antônio Itaguara Moreira dos Santos.

O SR. ANTÔNIO ITAGUARA MOREIRA DOS SANTOS — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Agricultura de Alagoas, Srs. Membros do I Encontro Nacional do Leite. A nossa participação, por força do tempo, será resumida e tentaremos aqui mostrar apenas um *flash* da situação da produção do leite no Estado do Pará. Tomando-se por base o ano de 1970, a produção do leite no Pará correspondeu a um volume de 10 milhões e 275 mil litros, com incremento da ordem de 12% ao longo de 5 anos, período de 66/70, o que demonstra pouco dinamismo, não acompanhando a taxa de crescimento demográfico do Estado que alcançou 17% nesse período. Nota-se que a partir de 1970 tem havido um certo crescimento, principalmente em razão do surgimento de duas usinas de pasteurização e outros instrumentos de estilo. Hoje a produção da Bacia Leiteira de Belém — especialmente integrando sete municípios, inclusive distritos de Belém — conta com 185 propriedades produtoras de leite, fornecendo 28 mil litros/dia, dos quais, 15 mil são entregues à Usina Central de Pasteurização, e os restantes — 3 mil — comercializados no interior *in natura*, ou semi-semi pasteurizados.

Analisando-se especificamente a cidade de Belém, hoje com 800 mil habitantes, em paralelo com a produção de leite pasteurizado veremos que o consumo per capita está em torno de 0,019 litros/dia, ou 6,084 litros/ano, muito abaixo dos níveis de consumo recomendados. Esse 0,019 corresponderia a uma colher de sopa/dia por pessoa. A análise quantitativa da produção do Estado do Pará durante os seis últimos anos não visualizou tendências de um aumento significativo na produção, salvo se nele forem injetados esforços consideráveis à tecnologia rudimentar utilizada pelos produtores. A utilização de raças mestiças de baixa produtividade e inadequada de pastagens, a baixa escala de produção das propriedades, entre outros, são fatores que contribuem para o baixo nível da produção.

Importação de leite em pó

Dados estatísticos indicam que têm existido, desde as importações de leite em pó para o Estado do Pará, no período 65/70, por exemplo, onde acusou um incremento da ordem de 85%, representando uma evasão de divisas da ordem de 16 milhões de cruzeiros só para o ano de 1969. Esse montante, consideramos o acréscimo levantado pelo Dr. José Cassiano, corresponde a aproximadamente 7% da renda interna do setor agropecuário no Estado. Esses elementos levados para 1970 mostram que nesse ano houve uma importação de quase 4 mil toneladas, representando um valor de 23 milhões de cruzeiros. Então, essa é uma percepção que o Governo do Estado tem e, dentro das diretrizes e metas estabelecidas para o período de 75/79, vê a necessidade de se produzir mais e melhor, motivando-se o aumento da produção e da produtividade dos rebanhos leiteiros, quer pelo aumento da população local, quer pela introdução de tecnologia nova e adequada. Entre as medidas positivas são as ações no sentido de oferecer possibilidades de crédito ao produtor, via regularização fundiária. A Secretaria de Agricultura em conjunto com o INCRA está montando um modelo de ação integrada, uma massa crítica, onde as áreas federais atuem ao longo das estradas federais que pelo Decreto-lei permanecem no INCRA, como nas devoluções do Estado. A Secretaria de Agricultura está estabelecendo trabalhos integrados para que esse regularização fundiária venha o mais breve possível. Ao mesmo tempo, o Estado criou, nos seis meses de governo um instituto, uma entidade especificamente, para tratar de problemas fundiários no Estado.

Inseminação artificial: Criação de uma Companhia ligada à venda e industrialização de insulinos modernos para a agricultura — COPAGRO; incentivos à fixação e capacitação de técnicos em municípios próximos a Belém, com vistas à redução da taxa de produção, dinamização do sistema de assistência técnica e comercial; incentivos e apoio às empresas privadas que se propõem a beneficiar o subsetor pecuária-leiteira.

Foi apenas um *flash* rápido, como disse, mas de qualquer maneira, dá uma visão e vem como um subsídio do Estado do Pará ao produto final desse Encontro. Comprometemo-nos, porém, a enviar de Belém, ao Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, um instrumento mais profundo em análise e em dados.

Era o que tinha a dizer. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Secretário de Agricultura do Estado de Alagoas, Jader Araújo.

O SR. JADER ARAÚJO — Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, demais componentes da Mesa, Srs. Participantes do I Encontro Nacional do Leite.

Não poderíamos, apesar da limitação do tempo, deixar de usar da palavra, num conclave que enfoca um problema tão angustiante, tão discutido e carente de soluções imediatas como é o problema do leite em nosso País.

Sabemos que a região Centro-Sul desenvolve uma produção muito maior do que a nossa, o Nordeste. Entretanto, diga-se de passagem, no contexto do Nordeste, o Estado de Alagoas, se apresenta numa situação mais vantajosa do que outros Estados da Federação. Alagoas tem uma produção estimada, hoje, de 120 mil litros/dia. Quem explora a problemática do leite é o Governo do Estado, através de uma Sociedade de Economia Mista, CILA, Companhia Industrializadora do Leite de Alagoas. Essa companhia vem adquirindo praticamente 50% da produção do leite, ou seja, em torno de 60 mil litros/dia. Ao assumirmos o Governo, no mês de março próximo passado, procuramos ultimar a conclusão da fábrica de leite em pó que está sendo instalada na cidade de Batalha. Houve, como ouvimos aqui através dos conferencistas, um desestímulo à produção do leite. Coincidentemente, também somos funcionários do Banco do Brasil, e num levantamento feito na Bacia do Leite em 1958, esta apresentava uma produção de 100 mil litros/dia, produção que, praticamente durante dezessete anos, permaneceu estável. Logicamente, houve um desestímulo aos produtores, pela falta de preço e mais precisamente pela falta de comercialização. Acreditamos que iniciaremos a nossa produção de leite em pó durante o mês de outubro, com a capacidade inicial da fábrica de 100 mil litros/dia, industrializando 60 mil litros. Hoje, Alagoas vem concorrendo com o abastecimento dos diversos Estados da Região Nordeste. Enviamos leite *in natura* para Fortaleza num total de 20 mil litros/dia, para Natal, Aracaju, Salvador e Teresina, sendo que este fornecimento para Teresina é via industrializador, o pasteurizador do leite de Fortaleza.

Há quinze dias atrás, éramos solicitados, pelo Governo do Maranhão, para atendermos o consumo de leite na Capital maranhense, consumo este que, segundo o Sr. Secretário da Agricultura de então, Dr. Domingos, solicitava para atendimento das Casas de Saúde, Maternidades e outras entidades, inclusive escolares.

Como houve, no setor político, o afastamento do Dr. Domingos, e com a recente nomeação do Dr. Raimundo Nogueira para Secretário da Agricultura do Estado do Maranhão, acreditamos que com esse nosso contato, dentro em breve, voltaremos a fornecer, também, leite para o Estado do Maranhão.

Relativamente à nossa produtividade, como é do conhecimento daqueles que lutam, que são interessados no problema do leite, temos lá a microrregião de Batalha, com uma população estimada, em 10 municípios, com 200 mil habitantes, com rendimento médio diário, por vaca, de 8 litros em duas ordenhas. Acreditamos ser uma boa média, dentro do contexto nacional, de vez que a região é rica em sais minerais; no tocante, também, à unidade relativa, ela nos oferece condições para termos boa produtividade.

Queremos nos desculpar pela maneira sucinta como estamos apresentando os nossos trabalhos, de vez que tomamos conhecimento deste conclave há cerca de oito ou dez dias, e não pudemos trazer, como era do nosso desejo, maiores subsídios. Comprometemo-nos com o Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado a elaborar um trabalho mais aprimorado.

Aproveitando o ensejo, convidamos a todos os presentes para a nossa 5ª Exposição do Gado Leiteiro, no Município de Batalha, a realizar-se no período de 1º a 5 de outubro próximo. É um convite que faço em nome de S. Ex.^a, o Sr. Governador do Estado de Alagoas, e teríamos o máximo prazer em receber o maior número de participante, daqueles que se dedicam tão profundamente à sistemática do leite.

Somos gratos pela atenção dos Srs. participantes, especialmente, do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, pela oportunidade. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Quero agradecer, em nome da Comissão de Agricultura do Senado, a contribuição do Sr. Oto Frenzel, assim como a contribuição e o testemunho do Sr. Secretário de Agricultura do Pará, Antônio Itaguara Moreira dos Santos, e do Sr. Secretário de Agricultura de Alagoas, Jader Araújo.

Neste instante, com grande prazer, damos a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, cujo tema a abordou é: "Política e Programas do Governo para a Pecuária Leiteira".

Concedo a palavra ao Dr. José Prazeres Ramalho de Castro.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, meus Senhores:

É uma satisfação imensa que o Ministério da Agricultura sente em participar de conclaves desta natureza. Por outro lado, antes de entrarmos no mérito de nossa palestra, gostaríamos de realçar que o trabalho que vem se desenvolvendo é de uma equipe que está se constituindo, que vem evoluindo dentro do Ministério da Agricultura, especificamente no setor do leite, para que possamos, realmente, atingir os objetivos que se almeja, o qual abordaremos durante a nossa palestra.

Gostaríamos de iniciar enfocando o setor agropecuário como um todo, dentro do contexto nacional e numa perspectiva, vamos dizer assim, mais ou menos histórica.

Como é sabido por todos, a partir do final da 2ª Guerra Mundial, o modelo brasileiro foi o de desenvolvimento da indústria, promovendo o que se chama, comumente, substituição de importação. Dentro desse modelo é que nossa análise inicial vai colocar quais foram os seus efeitos, ao longo desse tempo, na Agricultura e, especialmente, dentro do setor de leite.

A agricultura brasileira vem sustentando taxas anuais de crescimento da ordem de 4% nas últimas duas décadas, 1950, 1960, superiores ao crescimento da população, girando em torno de 3% mais ou menos, não obstante a um dos temas que predominam na política econômica, em virtude dos seus índices de produtividade serem muito baixos. Acredita-se que a sua contribuição para o desenvolvimento econômico será muito maior, se ela se modernizar. Isso é o que se está estudando agora, no Ministério da Agricultura.

A tomada de consciência dos problemas da agricultura brasileira quase sempre ocorreu nas crises de abastecimentos das grandes metrópoles, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 50, mais precisamente no período 51/54, em São Paulo, os preços dos gêneros alimentícios apresentaram a elevação de 20%, elevação em termos reais. As perdas na comercialização foram responsabilizadas por tal crescimento e resultavam da deficiência do sistema de transporte e armazenamento. O programa de metas daquela época destacou melhoramentos dessas facilidades, considerando-os prioritários. Tinha-se a impressão de que a crise do abastecimento estava contornada. A política econômica dos anos 50 e do início da década de 60 era, entretanto, bastante enviesada para preços baixos, relativamente, a gêneros alimentícios, visando a favorecer a industrialização — meta fundamental da política econômica. A política de preços baixos trouxe desestímulo à produção. A oferta não foi capaz de acompanhar o dinamismo da demanda, o qual era consequência de taxas explosivas do incremento da população, urbanização do País e aumento da renda *per capita*.

Este quadro só poderia dar origem a novas crises de abastecimento. Os primeiros sinais ocorreram no período 58/59. Procurou-se estimular a produção, ampliando-se o crédito agrícola. A crise agravou-se nos anos 61/63. A saída encontrada em 64 foi tornar efetiva a política de preços mínimos, cuja legislação já havia sido anteriormente aprovada. Algumas explicações espóreas como os fatores responsáveis pela estagnação da produtividade agrícola são as seguintes:

1) as políticas que visavam baratear o capital para as indústrias dificultaram a exportação dos produtos agrícolas, através da supervalorização das taxas de câmbio, confisco cambial, cotas de exportações ou simplesmente proibição das exportações de gêneros alimentícios, a fim de garantir preços baratos para os consumidores;

2) investimentos insuficientes em pesquisa agrícola, capazes de criar insumos modernos, a preços baratos, insumos esses indispensáveis à modernização da agricultura;

3) a própria natureza do processo de desenvolvimento engendrou uma industrialização enviesada para bens de consumo, e não se procurou até, recentemente, estimular a indústria de insumos modernos, que é básica à modernização.

Isto, realmente, quer dizer que tivemos uma política de importação de substituição, cuja base era de produção de consumo imediato como televisão, liquidificadores etc, e não se preocupou, realmente, com a criação de uma indústria de insumos modernos, indústria de fertilizantes, maquinárias, indústria desse tipo que a agricultura pudesse utilizar que era o setor que dava maior porcentagem da renda ao País;

4) a política de preços baratos para os gêneros alimentícios reduziu a rentabilidade das culturas e criações e desestimulou investimentos, sendo assim, uma das causas das crises de abastecimento.

Esses são, realmente, alguns pontos que se pode esposar como uma consequência do modelo que se definiu àquela época. No entanto, para o momento, a política da agropecuária atual, a política lançada dentro do Governo Geisel, tendo à frente, no Ministério da Agricultura, o Ministro Alysso Paulinelli, é uma política em que devemos utilizar os instrumentos governamentais, visando a manutenção e o incremento da renda do setor agrícola. Foi reconhecido que, realmente, o setor agrícola é de suma importância na dinâmica do crescimento e desenvolvimento da agricultura.

Dentro dessa é que voltamos a enfatizar: é a política que perseguimos, que nos orienta à manutenção e incremento da renda do setor. Em particular no caso do leite, tem sido a de recuperação, da renda do setor, procurando a auto-suficiência e, eventualmente a exportação através do incremento da produção e da produtividade. Este é, realmente, o que se persegue no caso do leite e os instrumentos de política agrícola que se tem manipulado, que se tem trabalhado para atingir os objetivos são os seguintes: política de preços, de estocagem, de crédito, de pesquisa, de assistência e de sanidade animal.

Vamos traçar algumas considerações dentro de cada uma dessas políticas. Antes de entrarmos nos detalhes que estamos desenvolvendo, gostaríamos de mostrar qual problemático é se definir uma política de preços, porque uma série de fatores que enumeraremos depois estão envolvidos nas definições daquilo que chamaríamos de preço do produto. O preço do leite *in natura*, num dado mercado e num dado tempo, depende do equilíbrio de várias forças de natureza econômica. Num mercado urbano, por exemplo, o preço do leite é acertado pelos seguintes fatores e, provavelmente, por muitos outros ainda. O nível geral dos preços, a qualidade do leite, seu valor como alimento, *vis à vis* outros alimentos. Inclusive, aqui se falou — é realmente um tema polêmico — da existência de um possível concorrente; gastos e hábitos dos consumidores, que variam de acordo com nacionalidades, religiões, tabus. Todo mundo conhece os tabus de: fruta com leite ao longo de todo esse tempo. Tudo isso afeta o preço; as condições climáticas; população total, a proporção de crianças, dentro da população total nos interessa bastante a

proporção de crianças, porque há um diferencial dentro das necessidades de consumo; a renda disponível dos consumidores; o preço de bens alternativos, tais como: leite em pó, creme de leite, leite condensado; os preços do leite que prevaleceram no passado; as quantidades vendidas no mercado; o preço de produtos derivados do leite como a manteiga, queijo, creme etc; o valor do leite usado como alimento, nas fazendas principalmente, como alimento animal que vale isso, em termos do bem final que seria comumente o porco ou outro que poderia se beneficiar disso; a margem de intermediação; o custo de transporte; a produtividade da terra próxima aos mercados; a eficiência dos produtores de leite; a competição de outras lavouras pelo uso da terra; o valor das vacas e dos bezerros para abate, quer dizer, que é um componente de custo e renda; os níveis de salários; epidemias e doenças no gado; enchentes, secas e geadas e outros fatores anormais que interferem na produção e distribuição de leite; a presença de elementos monopolísticos nas suas várias formas; a intervenção direta do Governo no mercado. Tudo isso é, realmente, uma série de fatores que influenciam no preço dentro de um contexto de mercado. Em decorrência da presença dessa complexidade de forças, é utópico pensar que um preço justo — isso ainda devemos considerar o justo num conceito relativo, que poderá variar de pessoa para pessoa e de situação para situação possa ser encontrado e mantido no mercado. Paralelamente, torna-se, praticamente impossível, estabelecer uma política de preço para o setor que seja de caráter estático, pois, como vimos, a dinâmica do mercado obriga-nos a revisar constantemente as diretrizes estabelecidas num dado instante.

Queremos dizer o seguinte: nós perseguimos, dentro desse objetivo de preço, uma coisa básica que nos norteia a manutenção e, eventualmente o incremento da renda do setor. Quero que os Srs. vejam a complexidade disso, em se definir o que seria preço justo. Este é o problema que temos em mãos, quando estamos definindo certas políticas. No entanto, o Governo — voltamos a enfatizar — pretende manter a renda do setor. Esse é o guia básico da política do leite. Por outro lado, o Governo reconhece que uma política de reajustamento de preço, sem considerar aumento de produtividade, seria inviabilizar nossa pecuária *vis à vis* no mercado internacional. Quer dizer, uma política desenfreada de preços, no sentido de aumento de preços ao nível do consumidor, porque depois vamos analisar o que seriam os componentes de preços ou de renda, porque nesses componentes temos um abaixamento de custo através de pesquisa, de modernização, que traz como contrapartida um aumento de renda para o agricultor. E isto é realmente o que perseguimos, dentro dessa temática. O preço é uma variável dentro da qual nós trabalhamos, principalmente, num determinado instante, num determinado momento, para que possa se incrementar e se aumentar a renda do setor. Mas ela não pode ser uma política no crescente, senão chegaremos a uma situação tal que nossa pecuária seria inviabilizada, considerando o nosso contexto internacional. No momento mesmo os senhores têm conhecimento, dada a situação internacional de que, enquanto o nosso leite em pó custa mais de 12, 13 ou 14 cruzeiros, pode-se colocar aqui, leite em pó de outros países a preço de 5 e 6 cruzeiros. Não quer dizer com isso que esse leite também não tenha seus subsídios, ou outros fatores, mas há excesso de produção internacional.

Foi dado um reajustamento que elevou a renda, porém, temos que pensar muito — e é um ponto de discussão bastante constante entre nós — qual deve ser essa freqüência de reajustamento de preços. Temos que colocar também este ponto no contexto da economia, como um todo, por exemplo, *vis à vis* com outros produtos e setores. O leite como qualquer outro produto da agricultura, como qualquer outro produto da economia tem as suas características, e temos que fazer uma política dentro desse setor, porque, quando consideramos uma política de aumento da renda, temos que projetar isso no período de tempo mais curto, dentro de um ano, porque neste espaço de tempo, temos variações de custo — como já foi debatido aqui,

anteriormente — os custos de entressafra, normalmente, são mais altos do que os de safra. Mesmo que mantivéssemos o custo nominal constante, com o rebaixamento da produção nesse período, automaticamente, teríamos um custo, por unidade de produção, mais alto. Mas o que nos interessa é uma política que nos dê uma perspectiva de anos. Deverá ser esse reajustamento de três em três, quatro em quatro, cinco em cinco, ou uma vez por ano, em que período? São questões que estamos debatendo com todos os setores que trabalham na pecuária. Gostaríamos de realçar aqui, que o Ministério da Agricultura está — não só no setor do leite, mas especialmente nele — aberto, sempre foi e sempre há uma dinâmica ligada ao diálogo e à interligação com as classes produtoras e industriais, principalmente.

Temos constantemente trocado idéias e nossas políticas, nossas definições, sempre têm uma crítica desses setores. Dentro desse componente, há um outro de preço, que estamos trabalhando e que já foi salientado aqui, é a política de cota e excesso. Digo que é um componente de preço, porque proporciona a determinação de um preço médio no período da safra e um preço único no período de entressafra. Esta é uma política que, desde que começamos o trabalho no Ministério da Agricultura, vimos discutindo com as classes e eles mostraram que esse tipo de política, já tendo sido adotado no passado, tem suas grandes vantagens, entre elas, a de procurar premiar o verdadeiro produtor de leite. Isto não quer dizer que a política do Governo seja a de aproveitar todo o leite possível, mas fazer com que aqueles que realmente se dedicam à produção do leite possam auferir — porque eles têm custos diferentes — um preço médio mais alto. Esse é o nosso grande problema: definir esse diferencial de preços de forma tal que possamos premiar o verdadeiro produtor de leite, quer dizer, o produtor de leite durante todo o ano, aproveitando, ao mesmo tempo, a produção daqueles produtores eventuais, uma vez que o leite é um produto que não podemos deixar perder, através da industrialização ou de outros tipos de processos.

Esta seria uma das políticas — que acreditamos bastante forte — que normalizaria esse tipo de problema. Além de tudo, se estamos perseguindo uma pecuária eficiente, uma pecuária dinâmica, uma pecuária evolutiva, temos de chegar a um certo limite, a reduzir sensivelmente o diferencial de produção da safra e a entressafra — e isto é um tipo de instrumento de política que pode realmente incentivar aqueles que querem — que são os produtores de leite — a atingir esse tipo de política que é uma normalização da produção durante o período da safra e da entressafra, entre outras coisas, acabar com todo o processo que se utiliza atualmente, o da reidratação; embora em termos alimentares isso não seja mau, ela é uma política que substituiu perfeitamente o leite.

Este, mais ou menos, é o direcionamento, o guia que nos norteia para uma política de preços. A outra política por nós salientada foi a da estocagem. Acredito que pela primeira vez, no caso da pecuária leiteira, o Governo, reconhecendo que essa sazonalidade não é corrigida imediatamente, mas que nós devemos aproveitar — isto, enfatizando o que já falamos — até ao máximo a produção de leite global, promoveu um sistema que procurasse transferir o excesso aparente de leite da safra para o período da entressafra, buscando ainda aquele objetivo de auto-suficiência do leite, não importa qual seja sua forma.

Com isso se fez o primeiro programa, que não saiu no tempo devido — porque todo o processo tem que se seguir, mas atendem, em grande parte, a política de se transferir os excessos da safra para a entressafra; tal programa foi a política de estocagem.

Aquela época se definiu que nós iríamos procurar estocar 173 milhões de litros de leite, através de leite em pó, através de queijo, através de manteiga; essa foi realmente a política definida, para a qual se destinou recursos da ordem de 217 milhões para essa política de financiamento. Essa política previa o financiamento à indústria, o que lhe possibilitaria, trabalhando num período de excesso, num período em que estivesse produzindo além das condições do mercado, quando lhe pesasse seu capital de giro, essa perspectiva de

guardar, armazenar esse produto para o período da entressafra. Acredito que foi uma política que vem atendendo inclusive as condições específicas e extemporâneas deste ano que estamos passando.

A outra política que vem norteando, dentro deste contexto de elevação de renda, de dinamismo, é a política de crédito. A política de crédito tem uma série de finalidades, entre elas a de incentivar, a de proporcionar aquele custo de inversão, de investimento quando se muda uma tecnologia. Este é um problema que nos está preocupando bastante em definir certos pontos dessa natureza. Sabemos que a tecnologia é válida, que ao longo do tempo traz a rentabilidade desejada, mas por vezes, conforme a tecnologia, ela tem um custo de implantação muito alto, e através disto é que estamos tentando dinamizar, aumentar — as coisas às vezes não podem ser feitas da noite para o dia — o setor de crédito.

Já existia — não é inovação — o PDPL, e ele vem tentando dar uma certa cobertura a esse processo de crescimento.

Esse programa, com taxa de juros de 7% ao ano, um prazo de doze e oito anos para investimentos fixos e semifixos e carência de até quatro anos, já alcançou recursos de 652 milhões de cruzeiros — recursos efetivos — e esse montante atingirá a cifra de 821 milhões, se somados a estes os projetos que já estão em fase de contratação. Isso beneficiou a cerca de 3.363 projetos. E apenas para rápidas pinceladas de algumas coisas que foram feitas dentro disso, podemos dizer que foram construídos 11 mil quilômetros de cercas, tivemos a aquisição de máquinas agrícolas, na ordem de 65 milhões de cruzeiros e para formação de pastagens, tudo dentro desses itens. Isto, para a região Centro-Sul.

Na região Nordeste, dentro da área do PROTERRA, a programação prevista de recursos foi ultrapassada em cerca de 38%. Foram previstos recursos da ordem de 35 milhões e foram atendidos 45 milhões, em números redondos, e os projetos atingiram cerca de 1.500 propriedades, unidades de trabalho, vamos dizer assim, havendo um aumento de cerca de 51% no número programado para isso, que era da ordem de 1.000.

Essa meta alcançada resultou na introdução de 4.299 reprodutores, entre machos e fêmeas, e na formação de 6.522 hectares de pastagens permanentes, problema por vezes na região leiteira do Nordeste, onde a pastagem deve ser permanente para se manter durante o período da seca, e a construção de 130 silos. Isto, só para mencionar alguns itens.

Ainda dentro da política de crédito, existe o PRONAP. Esse programa foi lançado pelo Exm^o Sr. Presidente da República, no primeiro semestre deste ano. Ele já era previsto nas diretrizes da pecuária e objetiva aperfeiçoar o manejo do rebanho bovino, bem como estimular técnica racional de alimentação de gado, notadamente na entressafra. Este é um programa que está em andamento e que visa 1 bilhão de cruzeiros por ano, até 1979.

Dentro disto, poderíamos dizer condições de juros, 7%; mais 8 de correção, 15%, mas temos os insumos considerados subsidiados, com juros zero, prazo de até doze anos, variando de acordo com as características do investimento, carência de até quatro anos, dois anos, também de acordo com as características do investimento, e visa à formação de uma área adicional de pastagens destinadas a implementar a alimentação do gado bovino. Então, já temos enfocado três tipos de política: preço, estocagem e crédito.

Outro setor a que se está dando uma atenção bastante grande é o da pesquisa agrícola, em especial à pesquisa da parte de gado de leite. O Governo Brasileiro, dentro das considerações de pesquisa, objetivando a modernização e expansão do setor agropecuário, adotou uma política de desenvolvimento, na qual a adoção de tecnologia aprimorada e o uso dos chamados insumos modernos, em harmonia com os sistemas de produção adequados à realidade nacional, desempenharão um papel de relevo. Neste contexto, a pesquisa agrícola assume real importância como fonte de novos conhecimentos que indiquem as técnicas e processos produtivos

capazes de conduzir os objetivos visados. Tal fato levou à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

No setor específico da pecuária bovina de leite e fundamentando-se na crença de que só uma ação interdisciplinar com a constituição de uma equipe altamente qualificada de especialistas de diversos ramos, será capaz de resolver os problemas da pecuária leiteira sob o maior número de aspectos está sendo implantado, em Coronel Pacheco, o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. Esta, realmente é uma característica bastante importante dentro do modelo EMBRAPA, onde existe um Centro Nacional de Pesquisa de Gado Leiteiro, em que as pesquisas são feitas nas suas bases fundamentais e, em consonância com os sistemas estaduais de pesquisa, desenvolvida a pesquisa em âmbito local. Quer dizer, a aglutinação, a externalidade da união dos técnicos interdisciplinar dentro de um Centro em que...

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Onde é?

O SR. JOSE PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Em Coronel Pacheco, Minas Gerais, perto de Juiz de Fora. Lá, realmente, são dadas as condições de promoção dos novos conhecimentos que serão disseminados e adaptados às características específicas de cada Estado, de cada microrregião, de cada situação. Esse Centro, por exemplo, está sendo montado com a proposta orçamentária para 1975 da ordem de 16 milhões de cruzeiros. O Centro se propõe a desenvolver um programa cujos principais pontos de pesquisa são: alimentação, melhoramento de manejo animal, sanidade animal, reprodução animal, tecnologia do leite. Os senhores sabem que junto do Centro existe um dos mais antigos na parte de leite e tecnologia, que é o Centro Cantoche. Baseando-se na crença de que produção do leite é herança em meio ambiente, o Centro está lançando um conjunto de pacotes tecnológicos. Um dos grandes trabalhos que vem sendo realizados pela EMBRAPA é a criação de pacotes tecnológicos regionalizada. No caso específico — e vamos salientar — o primeiro trabalho dentro da parte de leite é para regionalizar dentro da Zona da Mata, em Minas Gerais. O primeiro pacote, para o produtor de baixo nível de conhecimentos, quer dizer, foi dividido em três pacotes em que as variáveis principais eram conhecimento, área e realmente habilidade do produtor. Então o primeiro pacote de produtor de baixo nível de conhecimento e que possui propriedade geralmente pequena e de infra-estrutura simples, mas administrada. A adoção desse pacote, após a utilização da tecnologia preconizada poderá implicar numa produção, por vaca, de cerca de 1.200 litros por lactação. Atualmente podemos dizer que varia em 600, 700 litros, nesse nível de tecnologia.

O pacote nº 2, por exemplo, destina-se a produtores de razoável nível de conhecimento, que não adotam, porém, todas as técnicas de manejo preconizadas. Suas propriedades são de tamanho médio, possuem gado azebuado, com grau de cruzamento pouco inferior a meio-sangue, holandês-zebu, e possuem infra-estrutura suficiente para adotarem a maioria da tecnologia sugerida. A produção por vaca após a utilização da tecnologia recomendada alcançará cerca de 1.800 litros por lactação.

O terceiro pacote destina-se a produtores com bons níveis de conhecimento, que possuem propriedades com áreas superiores a 250 hectares. A produção por vaca, preconizada para o pacote, é de 2.500 litros por lactação. Logicamente que isso tem uma série de variáveis e prevê realmente a utilização completa do pacote tecnológico, em que não é somente uma tecnologia isolada, mas um conjunto delas que traz o progresso e o aumento da produtividade. Isto é, realmente, em linhas gerais, o que o Governo está pretendendo dentro da área de pesquisas agrícolas; não estamos aqui salientando a expansão disto dentro dos sistemas estaduais de pesquisa, com o qual a EMBRAPA e o Centro Nacional, vamos dizer assim, estarão interligados para fluir e inteirar dentro dos conhecimentos e a transmissão desses conhecimentos. A importância muito grande, dentro dessa área de tecnologia é como falamos. A política de preços

tem uma finalidade; a pesquisa, tem outra, que é realmente o rebaixamento. A base de tudo é a baixa do custo. Se a tecnologia realmente não propiciar um rebaixamento de custo por unidade de produção, quer seja homem, quer seja vaca, quer seja por unidade de litros de leite, ela realmente não atinge seus objetivos e não é uma tecnologia por vezes viável naquelas condições de momento; pode ser em outras condições. Isso é o que se está perseguindo como uma das políticas do progresso, do desenvolvimento, do crescimento da produção, atendendo a produtores e consumidores, introdução e o crescimento da tecnologia.

Mas, ao existir a tecnologia, nós teremos que ter um sistema que transmita aos produtores essa tecnologia, esses pacotes tecnológicos, realmente a descobertas da ciência e da pesquisa. Isso é a assistência técnica, que é outra política bastante enfatizada nas condições atuais do Ministério da Agricultura.

A constatação da existência de diversos órgãos, seja nível federal, seja estadual, atuando na área da assistência técnica ao produtor, com um desperdício de recursos tanto monetários como humanos que tal diversidade de órgãos levava, induziu o Governo Federal a criar a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, justamente visualizando a aglutinação, e a unificação do sistema de assistência técnica, para que não houvessem os sistemas isolados, e dentro dele se pode criar ou desenvolver qualquer tipo de projetos ou programas específicos — a EMBRATER, objetivando a união ou coordenação centralizada desses órgãos, levando a sua eficiência como um todo ao sistema de assistência técnica. Esse é um programa com bastante ênfase, em que se pretende, dentro dos próximos anos, que a assistência técnica ao produtor seja, pelo menos, dobrada.

Por fim, dentro dessas políticas, temos o programa de sanidade animal, o chamado PRONASA. A conscientização crescente da necessidade de defesa animal, sob importância como fator de incremento à produção e à produtividade pecuária, bem como o resultado positivo alcançado pelo Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, levaram o Governo a lançar o Programa Nacional de Saúde Animal — PRONASA, onde se antecipa de dois quadriênios o programa da aftosa para a região Nordeste. Quer dizer, uma coisa que estava programada para oito anos, ele se antecipa em dois quadriênios dentro do que estava sendo previsto para lá. Com vigência para o período de 1975 a 1990, subdividido em quatro quadriênios, tem como propósito diminuir a incidência da febre aftosa, reduzir a prevalência da brucelose e a mortalidade causada pela raiva em bovinos. Cumpridas suas quatro etapas, teremos em toda a extensão fisiocrática do País uma estrutura que dará total assistência ao rebanho bovino nacional, não só no que diz respeito a essas enfermidades mas também a outras doenças que atacam nossos rebanhos. Esse, realmente, é outro programa dentro daquilo que falamos de atuação do Governo, visando ao desenvolvimento, ao incremento da produção e à manutenção, pelo menos, do crescimento da renda do produtor de leite.

Finalmente, o que se pensa em termos de política de leite, daqui para a frente, é o detalhamento e o aperfeiçoamento dos instrumentos já salientados. Quer dizer, esses instrumentos que discutimos, o detalhamento e o aperfeiçoamento dos mesmos é o que nós estamos perseguindo, no momento. E quem sabe a introdução de outros que venhamos a sentir a necessidade da efetividade dos mesmos nesse progresso, de uma forma em que participem os técnicos. Vale dizer, o modelo que nós perseguimos é que haja uma participação dos técnicos conhecedores dos assuntos, tanto do serviço público, quanto da empresa privada. E em especial — esse é um ponto que nós gostaríamos de salientar — aqueles que estão com a mão na massa, produtores e industriais. Um sistema de comissões já foi estabelecido — está sendo definido, foi apanhado pelo Sr. Ministro — um sistema de operacionalização, uma definição das nossas diretrizes, da nossa política de programa de ação que é a instituição de comissões. Existiria uma comissão a nível técnico, que seria responsável pela ela-

boração básica de um documento em que esse tipo de programa de política e sua especificação seriam detalhadas.

E numa segunda etapa, justamente que aqueles que estão — voltamos a enfatizar — com a mão na massa, que são os beneficiários dessa política e que de uma certa forma vão interligar com esse tipo de política, que são os produtores e industriais, venham a discutir, a criticar ou melhor, introduzir uma forma de operacionalização ou até a própria sistemática. Portanto, esta é a idéia, termos um documento básico a nível técnico e que este seja criticado por aqueles que vão se utilizar direta ou indiretamente das políticas. Isto está em fase de operacionalização. Como falamos, estamos estruturando, a nossa equipe está evoluindo e agora estamos sentindo que temos condições de operacionalizar este tipo de atuação, da interação entre o Governo e as classes de produtores e industriais. Isto não quer dizer que no que fizemos até agora — tem sido um trabalho de equipe — não tenha havido esse tipo de interligação esse tipo de interação. Vamos sistematizar essa interação que tem sido feita, quer seja em caráter de pequenos grupos, quer seja em caráter individual, quer seja nas nossas viagens, quer seja em conhecimento *in loco*. Essa é a nossa base, não é definir de gabinete; pode ser que eu especificamente fique mais tempo no gabinete, do que deveria, mas nossa equipe viaja — e os senhores são testemunhas disso aqui — entrando em contato com todo o sistema, sentindo, a nível de produtores o que está acontecendo e o que se está passando.

Na realidade, o Governo reconhece que uma política de leite mais realista é aquela que procura integrar os setores da produção, intermediação, através da industrialização e distribuição e dos consumidores. É esta a forma que pretendemos, que estamos tendo e que norteia todo o direcionamento da política do setor de leite na administração do Sr. Ministro Alysson Paulinelli. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Antes de passarmos às perguntas, solicito ao Sr. Mauro, Assessor da Comissão, que faça constar do livro de assinaturas os respectivos nomes, endereços e entidades representadas pelas pessoas que nos honram com a sua presença, a fim de que, no futuro, eu possa manter correspondência com S. Sas. Desde já fica registrado o meu agradecimento.

Obedecendo à lista de inscrição, concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. José Ribeiro de Moura Júnior, da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Muito obrigado, Sr. Presidente. Para o Doutor José Ramalho seria desnecessário qualquer apresentação, porque ele bem compreenderá a minha atuação, em virtude de termos tratado do assunto. Desde já, dou o meu testemunho do contato que temos tido quase que mensalmente, muitas vezes semanalmente, no seu gabinete, a prós do assunto leite. A ele mesmo já disse que graças a Deus nós estamos ajudando a criar realmente um Ministério da Agricultura neste País. Por isso é que fui obrigado a reagir ontem, quando, de certa forma, se praticaram aqui injustiças a respeito do esforço que o Governo vem fazendo, não só para compreender, mas resolver, junto conosco, os problemas da classe. Por isso mesmo e pelo meu comportamento, aqui, ontem, um dos nossos companheiros me perguntava por que razão eu, como diretor da Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios, defendia, a seu ver, acirradamente, a causa do produtor de leite. O Doutor José Ramalho sabe, mas para muitos tenho que repetir o que já disse a este colega: é que a Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios é do produtor de Leite, e muito especialmente, do pequeno produtor de leite, daquele que não se pode defender sozinho, porque o grande — perdoe-me o linguajar comum — se não for redondo, se vira e arranja um lugar ao sol; mas o pequeno ficará sempre às moscas.

É estatutário, é do nosso estatuto que a nossa obrigação primeira é de defender aqui ou alhures o verdadeiro interesse do pequeno, do grande e do médio, de todos os produtores de leite deste País.

Porque eu sou um simples, pequeno, médio, produtor de leite, na minha zona. Sou Presidente de uma Cooperativa pequena, também, porque sou produtor de leite; e porque sou Presidente daquela cooperativa, sou conselheiro da CCPL; como sou conselheiro da CCPL, sou Presidente da ASCEL, que é a Associação da Campanha Educativa do Leite. E sou, com muito honra, diretor da nossa Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios.

Mas perguntaria — porque sei que hoje haverá muitos oradores — Sr. Presidente de quantos minutos eu poderia dispor, porque acho muito interessante que eu interprete, a nosso ver, algumas das valiosas palavras do Doutor José Ramalho que não me fez surpresa nenhuma e que nem é necessário ser parabenizado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Dr. Moura, nós temos 30 minutos para as perguntas. Temos oito oradores inscritos para as perguntas.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Posso fazer três?

(Risos)

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Então, me perdoem, vou acelerar um pouco. Antes de mais nada, quero definir que não nos move nenhum desejo, nenhum interesse de polemizar, nem vamos trazer polêmicas. Estamos de pleno acordo com tudo o que disse o Doutor José Ramalho. Temos colaborado com ele e com toda a sua brilhante equipe. Reiteradas vezes, afirmamos ao Sr. Ministro Alysson Paulinelli que a classe está coesa, disciplinada e pronta para colaborar, até mais por uma questão de inteligência e de brasilidade do que por interesse mesmo, porque sabemos que se não dermos as mãos, não teremos solução para os nossos casos. Mas eu queria — como o Doutor José Ramalho e vários dos companheiros não estiveram aqui ontem — relembrar, nos dois minutos que me restam, alguns pontos que devem ser novamente enfocados.

A política, a nosso ver, é a mais acertada possível e o que houve de sério, de real e de bem orientado no País, até agora. Ontem, atacou-se o Ministério — não sou tão novato assim, nem tão novo. E lembro-me que há bem pouco tempo ele não existia. Era mais um arquivo morto do que um Ministério, porque eu mesmo fiz o meu banheiro de carapaticida, em 1957, e não consegui receber os cem contos de prêmio, porque sumiram o meu processo três vezes. Esta a verdade. Agora é diferente, as portas estão realmente abertas, não há mais guichê, conversamos frente a frente, sentados à mesa, fumando, tomando café e resolvemos os assuntos.

O Doutor José Ramalho falou realmente muito bem das três políticas. Estamos de acordo e achamos que este é o caminho; estamos prontos a colaborar. A Associação e a Confederação já se prontificaram ontem, e repetimos hoje, que estamos prontos a dar o nosso concurso para essa comissão, a fim de estudar o assunto. Mas acontece que quero insistir num ponto, como disse ontem: o produtor de leite não pode esperar por tanto, tão demorados e tão difíceis estudos. Algo tem que ser feito em sua defesa, para que ele não se defina, para que ele não se enfraqueça, a tal ponto que, quando o remédio vier, já o caso se tenha tornado fatal.

Ninguém quer fazer demagogia. Nós não queremos absurdos. Resumindo, não queremos nenhum aumento de preço. O que a classe quer é apenas a correção do preço. Nós sabemos do esforço que o nosso Ministério tem feito. Sabemos que o Ministério, propriamente dito, não vem apoiando essa política de subsídios que aí está, que é enganosa, a nosso ver; que não atende, nem ao consumidor a quem se dirige e, muito menos, ao produtor. Mas a área econômica não pertence somente ao Ministério, infelizmente e, talvez, felizmente. O Ministério não está sozinho e tem que resolver, de acordo com a política global do País. De modo que não podemos concordar que o produtor seja praticamente o único sacrificado, enquanto as indústrias de um modo geral, — defendi, aqui, ontem, que nós não es-

tamos contra as indústrias, muito pelo contrário, estamos cada vez mais irmanados — têm sido devidamente acudidas quase que mensalmente. Não estou dizendo da indústria de leite, que não tem sido atendida desse modo, mas da indústria de um modo geral. Tem havido consecutivos reajustes pelo CIP. São dois, três, quatro, cinco, oito e até dez por ano.

O dólar, pela décima vez, aumentou no meado deste mês. E o leite? O nosso Ministério, que ainda é pequeno, foi impotente para dar um tratamento justo porque nós não queremos outro. Essa correção torna-se necessária, porque não só a Confederação, mas também as pequenas cooperativas do interior, as grandes centrais e, porque não dizer, muitas indústrias pertencem também ao produtor e devem ser acudidas. As margens da comercialização já foram achatadas a tal ponto que elas não mais resistirão. Conheço muitas que possivelmente não chegarão ao fim deste exercício, porque não têm base para trabalhar. Num trabalho de um dos ilustres assessores do nosso Ministério, li que essas cooperativas estão carcomendo. Em outras palavras, foi dito que o capital de giro já foi. Estão comendo agora o capital integralizado pelos seus associados, porque é com esse dinheiro que têm de cobrir os déficits mensais que se acumulam a cada mês.

Outro ponto, Doutor Ramalho, que nós defendemos aqui, batemos palmas, estamos colaborando e procurando difundir e induzir os nossos cooperados a seguir a política acertada do Governo é no que tange à melhoria da produtividade. Foi um assunto que abordei ontem e que todos os meus colegas concordaram comigo. Mas sabemos que a política não é de curto prazo, é de médio e longo prazo. Urge, então, que se faça algo para dar fôlego a esses cooperados, a fim de que eles possam melhorar suas produtividades. Exigir deles agora, nesta conjuntura, uma taxa de melhoria de produtividade de 50%, como já foi feita nesses reajustes, não é compreensível. Nosso demonstrativo, que não foi contestado, revelou a necessidade imperiosa de 20,68% e nós recebemos 10,33%, isto é, metade aproximada. Não queremos dizer que houve intenção de prejudicar os produtores. Muito ao contrário, a intenção foi a melhor possível. Procurou-se dar um pouco mais — acompanhei e sei que não foi possível. Disciplinadamente, aceitamos e estamos usando aquele adágio do interior: "Do saco, a embira; e da embira um pedaço." Mas o produtor não pode mais viver de migalhas, é preciso que se lhe dê uma rentabilidade adequada, para que ele possa colaborar com o Governo. Isso é o que ele precisa. Já falei a respeito das cooperativas, das centrais e das indústrias de última instância, digamos assim, que também continuam "apertados" porque as margens são pequenas. Lógico, concordamos com S. Sr., o Doutor José Ramalho, quando ele diz que o Governo não pode concordar com um aumento desenfreado. Mas em relação ao leite isso nunca existiu. Os aumentos que temos recebido são os mais comedidos possíveis e nos satisfazemos com isso, porque, regra geral, somos todos de vida modesta e com uma pequena rentabilidade nós nos acomodamos.

Mas eu perguntei ao Doutor Cassiano se ele me aconselharia a comprar uma pequena fazenda para exploração do leite. Ele me disse: "Não". O Senador Amaral Peixoto também testemunhou esse fato. Não, porque, por mais trato que dermos às bolas, por mais que usemos a chamada linguagem do "economês," artificializando dados, não prevendo absolutamente nada de excepcional, nós não conseguiremos encontrar, com cálculos otimistas para o produtor, uma rentabilidade anual acima de 6%, com os juros mais baratos que temos que são de 7%, o que constitui uma maravilha, ou melhor, dinheiro de graça. De maneira que tudo está certo. Por isso é que, como eu disse, ontem, o problema é de fácil solução, mas não tão rápida. Mas, há uma etapa — e repetimos aqui, o que já dissemos — que o preço não é tudo; mas, um item fundamental para a solução dos nossos problemas.

De maneira que, Doutor Ramalho, nós queremos comentar rapidamente sobre créditos, como já foi dito, estamos absolutamente de acordo com esta dinamização que V. Ex^a preconiza que deve ser

feita com urgência, procurando acudir — inclusive com as agências da ACAR e a EMBRATER — principalmente o pequeno produtor, pois ele representa a maior força produtiva deste País, para que chegue a ele isso, é o nosso objetivo, porque podemos dobrar-lhe a produção, com pequeno esforço. Já que do médio para cima é muito difícil.

Esta integração que o Doutor Ramalho prega, nós participamos dela, já demos vivo exemplo disso, na nossa área, porque por mais que queiramos nós ainda não podemos alcançar os — para nós ainda — longínquos Nordeste e Norte. De maneira que não podemos falar deles com conhecimento de causa. Já falaram os dois Secretários, e aproveito para cumprimentá-los. A coisa lá está muito incipiente. Sabemos que o Nordeste tem sido mais acudido pela exportação nacional, daqui para cima. Então não podemos falar do Nordeste, abalisadamente. Mas somos todos irmãos. Vamos integrar, vamos fazer esforços, vamos acabar com a vergonha da importação de leite em pó. Não encontro outro termo, porque nós podemos, dentro de pouco tempo — seguindo essa política do Governo, com a seriedade que está sendo pregada — vamos exportar leite. Peço desculpas à Presidência e aos colegas, pois o entusiasmo me fez roubar mais dois minutos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Nós passaríamos rapidamente a alguns comentários. Concordamos em muitos dos pontos, principalmente quando se refere, em ordem geral, mandado pelo Moura — me permite chamá-lo assim, dado o nosso trabalho. Realmente a orientação da política do Governo não tem sido a de esperar por estudos longos. Se assim o fosse, já não estaríamos onde estamos.

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Realmente.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Definimos as tantas políticas, e dentre elas foi bastante enfatizada a política de preço. Tem aí uns dados, inclusive mostrando a subida de preço real que existiu durante esse período, por exemplo de 1973/1974, e durante este ano. Gostaríamos de lembrar um aspecto que nos preocupa bastante, nessa definição de política de preço — que como mostrei aos senhores não é uma definição fácil nem simples — a nossa preocupação básica é essa que ele enfatiza bastante, é da renda, o preço é um componente e nos orienta. Quando temos ou devemos ter a visão de ordem global, de ordem geral dentro do setor não apenas específico de uma região, este problema com o pequeno produtor nos preocupa demais. Entre eles, a política de preço pode ser, se mau dosada, vamos dizer assim, uma política que venha em detrimento do pequeno produtor. Em detrimento, considerando em termos de renda nacional, ou em termos de renda anual, porque o incentivo em excesso, dadas as nossas condições de momento, de absorção de uma produção de safra, pode trazer ao pequeno produtor o inverso da medalha, porque por ele se pequeno é o primeiro a ser aliado do mercado, se nós tivermos realmente um excesso de produção incompatível com a nossa capacidade que, num determinado momento, num determinado ano, é fixa, capacidade de absorção via industrialização. Este é um problema que nos tem preocupado bastante. E por isso é que nós temos feito a política de preço, visualizando todos esses setores e continuaremos fazendo, dentro de manutenção de uma renda do setor, considerando essa, pelo menos no espaço mais curto de tempo, o ano. Como é sabido, a renda varia ao longo do ano, porque os custos variam ao longo do ano. Isso já foi bastante enfatizado. E essa é que nós estamos perseguindo. Dizer a vocês que vamos sempre, ao definir isso "atirar na mosca", não posso prometer, porque vocês viram que as variáveis que influenciam todo esse setor são bastante grandes. No que se refere à comercialização, certo. E no que se refere à situação de momento, realmente não se promoveu um reajustamento de preço. Tentou-se dentro de uma situação, dentro de uma contingência extemporânea que nós tivemos esse ano.

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Parece-me que alguns conceitos emitidos por V. S^a de que o primeiro a ser aliado seria o pequeno, se houvesse um excesso na produção, no caso, ou diante das circunstâncias atuais do Brasil ser uma desculpa governamental que não teria muito sentido. Ainda está um pouco distante para dizer que se tivéssemos um incentivo no preço, provocando o excesso de produção, iríamos com isso prejudicar o pequeno produtor. Parece-me um excesso da parte de V. S^a

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Não, não é um excesso nem procuramos uma desculpa para as nossas atitudes. Nós a tomamos com firmeza, podemos errar, somos humanos, mas não procuramos esconder as nossas atitudes em desculpas. O que nós dissemos é verdade. Se V. Ex^a se reportar à situação leiteira, na última safra, verá que em algumas regiões o leite realmente não foi absorvido, houve um excesso de produção. E nós temos histórias no passado que demonstram esse fato, também. *Porque eu digo aos senhores que isso é uma variável pela qual nós pesamos, ao definir a nossa política de preço.*

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Para não polemizar, não concordo com V. Sa. mas respeito.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — É um direito.

Com referência, à comercialização, eu gostaria de enfatizar que reconhecemos que o sistema precisa todo ser ajustado, as margens estão realmente apertadas. E dentro disso não são estudos alongados, mas é oportunidade que nos está levando a definir todos esses sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Concedo a palavra ao Dr. José Cassiano Gomes dos Reis.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Quero felicitar o Dr. José Ramalho e a sua equipe, e por extensão o Ministro da Agricultura, pela atenção que vem dispensando ao leite. Foi com grande satisfação que ouvimos o Dr. Ramalho fazer a sua exposição, mostrando aquele pacote de medidas que o Governo tem tomado no sentido de restabelecer a paz no seio da família produtora de leite.

O financiamento e as outras medidas vão produzir a médio prazo, ou a longo prazo, como disse o nosso companheiro Dr. Moura, os resultados esperados. Entretanto uma coisa é importante. Queremos, Dr. Ramalho, hoje, aquele preço que o Governo nos deu em janeiro. Queremos que ele nos devolva aquele poder de compra, para restabelecer a confiança no seio da família produtora de leite, porque se nós voltarmos à prática antiga de dar migalhas, de corrigir sempre deixando uma diferençazinha para trás, o produtor de leite perde a confiança. É exemplo disso o que ocorre em São Paulo. A produção de leite de São Paulo é insuficiente para o consumo, São Paulo recebe leite de outros estados. E por que? É a valorização das terras. Aqueles produtores de leite estão vendendo as suas propriedades e aplicando em cadernetas de poupança que é um negócio muito mais interessante. Então não podemos permitir que esse homem que tem uma predileção atávica por essa atividade saia da terra. Ele que fique lá e trabalhe. E outra coisa, esse homem, como eu disse ontem, tem o máximo interesse de melhorar a sua produtividade. O importante é levar esse trabalho ao seu conhecimento.

Está aqui o Dr. Antonio José Rodrigues Filho que foi Secretário de Agricultura de São Paulo duas vezes, ilustre agrônomo, e sabe que há uma tendência natural dos institutos de pesquisa de guardar os seus resultados. Com dificuldade, esse trabalho, esse conhecimento chegue ao conhecimento do produtor. Então eu apresentei uma sugestão aqui ontem que é a seguinte, o Governo levar esse conhecimento aos produtores através das cooperativas. Eu dou um exemplo, em Jaú minha cidade — existem duas cooperativas, por sinal fundadas por mim, a Cooperativa de Café e a Cooperativa de Cana. Pois bem, quando necessário, agora, recorro ao agrônomo da

Cooperativa de Cana, que é um homem que está visitando propriedades, conhecendo atualidades, novidades no assunto, e as leva ao produtor. O mesmo acontece com a Cooperativa de Café, cujo agrônomo é que me orienta. Pois bem, o Professor Aldo me disse aqui ontem que havia lá em Guaratinguetá, na sua Cooperativa, um agrônomo que era um colosso. Esse homem conhecia tudo sobre leite e ia lá ensinar como se fazia silo, como é que se fazia manejo de gado, como é que se criava bezerro. Era um especialista no assunto.

Então, Dr. Ramalho, peço a sua ajuda, no sentido de fazer chegar ao Ministro essa sugestão. No momento em que o leite tinha conhecido um progresso muito bom com o PLAMAM. Isso foi extinto. Ficamos na esperança de que a EMBRATER venha estabelecer coisa semelhante.

Fiquei muito contente, porque o ilustre Presidente desta Comissão, Senador Orestes Quércia, esposou a minha idéia e a apoiou. Peço a ajuda do Presidente da Organização Brasileira das Cooperativas para que, com a sua experiência e sua autoridade, ele leve adiante essa idéia. Se isso se fizer, nós poderemos, dentro de pouco tempo, aconselhar o nosso companheiro Ribeiro Moura a investir em pecuária de leite novamente, porque então passará a ser um bom negócio. Mas é preciso que o Governo que deu, pela primeira vez, como eu disse aqui na minha exposição, depois de 1966, o preço justo, através do Ministro Ney Braga, é preciso que o nosso Ministro firme o pé nesse ponto e leve adiante essa idéia. E aí, então, eu posso garantir V. S^a o seguinte: o leite em pó, que hoje custa o dobro do leite estrangeiro, terá o seu preço equiparado, muito mais depressa do que o Volkswagen que custa quatro mil dólares aqui, e dois mil lá, apesar dos quatro reajustamentos que já tiveram esse ano. De acordo com um entendimento do Governo com a indústria automobilística, eles tiveram o aumento de 30% esse ano. E nós, de janeiro para cá, tivemos 10%. Então o Volkswagen, aqui, custa quatro mil dólares, feita a correção em nossa moeda, e lá custa de mil oitocentos a dois mil.

Muito obrigado Dr. Ramalho.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Concordo, plenamente, com a V. S^a a respeito da assistência técnica. E essa tem sido ou está sendo a orientação do Governo. Não só as cooperativas como todo e qualquer veículo que possa transmitir ao agricultor as tecnologias resultantes do sistema de pesquisa. A primeira etapa disso é realmente o que nós nos referimos aqui nos pacotes tecnológicos é o trabalho que a EMBRAPA vem fazendo de coletar a tecnologia disponível; quer seja em campos experimentais, quer seja da própria experiência do agricultor, porque a elaboração desses pacotes tecnológicos é feito num confronto do pesquisador, do técnico que está no campo e dos agricultores. Em conjunto, é que são definidos esses pacotes tecnológicos. Conforme a nova filosofia, não é uma tecnologia isolada, mas um sistema integrado que dá realmente essa produtividade. Dentro disso, ela está elaborando, para que isso chegue à mão daqueles que a podem utilizar, quer seja via técnicos, quer seja via instituições técnicas federais, estaduais e privadas ou do sistema mesmo de cooperativismo.

Com referência à parte de preços, nós já respondemos bastante e gostaríamos que houvesse um debate. Talvez isso fosse um pouco polêmico, mas acho que às vezes é necessário discutir, para se encontrar a solução. Quando se compara certos reajustamentos com o reajustamento do setor, se tem a perspectiva de um custo permanente, em certos setores, e não variando, ao longo do ano. Então, as diferenças de reajustamento podem variar em função da alteração que se dá aos custos e à renda. Mais uma vez enfatizamos — essa é a política. Não quer dizer que fizemos o reajustamento perfeito. Foi feito o melhor possível, dentro de condições extemporâneas, mas temos que visualizar a renda como base.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Dr. Ramalho, o que aconteceu foi o seguinte: de janeiro para cá, nós tivemos um aumento de 40% na energia elétrica, 34% nos combustíveis, 30%

nos veículos e 30% na mão-de-obra, sem contar os aumentos imensos dos remédios e das rações. V. S^a fala em variáveis e o nosso amigo Ribeiro de Moura, em "econômês". Nós não entendemos. O que entendemos é que estamos sentindo uma deterioração muito grande no preço. Essa, a realidade. Então, o senhor aplica esses coeficientes e dá ao produtor o poder de compra, que ele nem reclama a queda da produção que houve em consequência das geadas e da seca. Isso ele sabe que vai ser restabelecido com as chuvas. Mas o preço sofreu uma erosão muito maior do que o reajustamento que foi dado.

O Senhor falou em renda. Vou dizer o seguinte: na composição do custo de produção e de renda, tem uma renda que está desaparecendo agora, que é o abate de vacas imprestáveis, de peitos perdidos e vacas velhas. Com a política do DIPOA, que deverá visar a fiscalização, os abatedores estão se fechando no interior e o sujeito não tem para quem vender suas vacas. De maneira que tem uma erosão na sua renda também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Com a palavra o Sr. Stanislaw Martins.

O SR. STANISLAU MARTINS — O Dr. Cassiano já fez suas as minhas palavras. Eu me considero um produtor médio de leite e aplico várias tecnologias...

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Eu poderia dar um esclarecimento? O Sr. Stanislaw Martins produz oito mil e quinhentos litros de leite por dia, com setecentos e cinquenta vacas. E ele veio dizer-me, ontem, que está de pleno acordo comigo. As vacas 5/8, as mestiças e não as puras — que usava antigamente, são as indicadas para a produção de leite. Então, ele queria que levasse esse conhecimento à experimentação de Juiz de Fora, porque, vaca puro-sangue não aguenta nosso clima.

O SR. STANISLAU MARTINS — Eu tenho algumas fazendas e aplico, em cada uma, um sistema de trabalho. Tenho uma fazenda que está com uma média, de 3 mil quilos, por animal. Mas mesmo assim só tecnologia não adianta; empréstimo, também, não. Se não houver preço, não há condições, porque em qualquer sistema o animal tem que comer. E se ele comer, ao preço em que está o leite, não dá para tocar. Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Quando nós analisamos a viabilidade da tecnologia ou da antitecnologia, ela prevê que essa tecnologia é boa, é viável, desde que ela seja possível na sua relação de preço com o produto e dê a suficiente rentabilidade. Com as palavras do Dr. Cassiano, queríamos dizer que esta é a que está norteando o sistema de pesquisa.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — V. S^a permite um aparte, Dr. Ramalho? Um agrônomo ilustre, o Dr. Osmani Junqueira Dias, que criou essa raça Rio-pardense, fez o seguinte cálculo: "Depois de uma certa produção obtida com ração concentrada, o leite começa a ficar deficitário". A raça dele é uma raça que dá, em campo, uma produção econômica e resolveu o problema do leite. Como diz o Dr. Valente: "Uma produção com concentrado torna a atividade antieconômica". Por isso que insisto nesse ponto. Sugeriria até que se convidasse o Dr. Osmani para uma conversa com S. S^a. Vou sugerir a ele. Dou um exemplo: a Nestlé comprou umas vacas do Dr. Osmani e deu de presente para a Escola Agrícola de Bambuí. Esta, por vaidade, alimentou, de tal maneira essas vacas que elas passaram de oito litros para vinte e cinco. Mas, um leite caro.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Isso é que orienta. Mas temos esse problema ainda, porque importamos a tecnologia no que se refere à herança. Nós não temos um tipo de animal leiteiro nacional fixo, quer dizer, estamos variando com os cruzamentos. Concordo plenamente com o senhor.

O SR. CASSIANO GOMES DOS REIS — (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Concedo a palavra ao Dr. Rubens de Freitas, Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

O SR. RUBENS DE FREITAS — Dr. José Ramalho, em primeiro lugar, a Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios deve parabenizá-lo pela exposição que nos foi apresentada, a respeito da política do Governo, para o setor do leite. Ao mesmo tempo, ficamos satisfeitos por sentir que, ao alinhar essas linhas de política, V. S^a apresentou como guia básico o preço. Isso já nos é um grande alento. Aqui foi dito e repetido que o preço não é o importante. Mas reconhece o Governo que o preço é o guia básico da política do leite. Dentro desse item, V. S^a apresentou uma dúvida de quando dar o reajuste. Nós já expusemos o nosso pensamento de que a data, a época, a oportunidade deste reajuste é importante, deve ser levado em conta. Citamos, inclusive, que julgamos oportuno para essas datas o fim da safra e o pique da entressafra. Talvez estudos mais detalhados possam determinar outras datas mais oportunas, mas o que frisamos é a necessidade de que o produtor tenha previamente, e em tempo oportuno, conhecimento dessa data prefixada para que ele possa também prefixar a sua política de investimento. Dentro de uma linha de financiamentos, que foi tão bem frisada por S. S^a, ficou demonstrado que o produtor tem financiamentos até de 12 anos de prazo. Será que dentro desses doze anos de prazo ele tem a garantia de manutenção da política de preço estável para ressarcir os compromissos assumidos?

Quanto à remuneração justa ao produtor estável, ao verdadeiro produtor de leite — que foi outra dúvida levantada por V. S^a, no tocante ao problema preço — devemos reconhecer que o Governo, nas últimas Portarias, restabeleceu o regime de cotas já anteriormente adotado em outra época. E esse regime de cotas é precisamente a medida que nós preconizamos, que nós aplaudimos como uma forma de dar ao produtor de leite, ao Estado produtor de leite, a melhor e mais justa remuneração. Naturalmente esse regime de cotas não pode ser estático, deverá ser dinâmico, adaptando-se às condições de cada momento e de cada época. Mas o produtor, o verdadeiro produtor de leite, deve ter a garantia de que esse regime de cotas vai continuar de um ano para outro.

V. S^a fez uma outra afirmação sobre a reidratação do leite, não a considerando como má. Nós, como produtores de leite, não esboçamos o mesmo pensamento. Consideramos que a reidratação de leite é uma medida supletiva, suplementar; é uma medida — vamos dizer — que não pode ser levada como prática de rotina. A reidratação pode e deve ser aceita por consumidores e pelos produtores, como uma medida única e exclusivamente supletiva para atender aos períodos de crise.

Quanto ao problema de estocagem, devemos parabenizar o Governo pelas medidas que estão sendo tomadas este ano, em tempo oportuno. No ano passado, esta medida saiu um pouco temporária. No corrente ano, parece que as providências já tomadas vêm garantir ao produtor, aos consumidores e às indústrias intermediárias uma condição de estocar esse possível e aparente excesso.

Entretanto, devemos realçar que enquanto temos financiamento para insumos modernos, para produzir ovos e aves, para produzir mesmo o leite e outros produtos agrícolas, com juros totalmente subsidiados para a estocagem de leite, destinado à alimentação humana, não há ainda esse total subsídio do leite, encarecendo desta forma o produto estocado durante o período.

No tocante aos financiamentos para os produtores, achamos justas e oportunas as providências tomadas, mas na liderança dos produtores de leite, preocupa-nos e nos preocuparia muito mais se esses financiamentos tivessem atendido a um percentual maior de produtores. Indicam as estatísticas atuais do Banco do Brasil que o endividamento do setor rural da produção agrícola está em ritmo

galopante nos últimos anos, pela própria oferta de créditos fáceis ao produtor. Isso nos preocupa, porque esse produtor que se endivida tem que pensar na forma de saldar suas dívidas.

Felizmente, apenas cerca de três por cento dos produtores, no regime atual, estão se endividando nos programas de desenvolvimento da pecuária de leite.

Deveríamos lembrar, também, que o setor da ração balanceada para leite ou para vacas leiteiras não é ainda considerado como insumo moderno. Como tal, competimos em regime de desigualdade com a ração para aves e ovos, que é totalmente subsidiada como insumo moderno.

Quanto ao setor de pesquisa — reafirmamos a palavra do Dr. José Cassiano — a Confederação Brasileira das Cooperativas...

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Peço permissão para interromper por um minuto. Acaba de chegar o Sr. Ministro. Agradeceria se o Senador Agenor Maria assumisse a Presidência por alguns instantes, enquanto vou até a sala do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — A palavra está facultada ao Sr. Taízo Maeda.

O SR. RUBENS DE FREITAS — Estava ainda terminando a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Pois não.

O SR. RUBENS DE FREITAS — No setor de pesquisas, que em tão boa hora o Governo vem desenvolvendo importantes programas queremos reafirmar que a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, através das suas quatro cooperativas centrais associadas, e as 113 cooperativas de 1º grau, filiadas a essas centrais, está de portas e braços abertos para colaborar com o Governo, a fim de fazer chegar as pesquisas, resultados e inovações tecnológicas aos nossos 55 mil e 300 produtores filiados.

Outro ponto, Dr. José Ramalho, que foi lembrado posteriormente como política de leite, é o setor da comercialização e industrialização do produto. Poderia causar estranheza que nós, como produtores e falando em nome de produtores, defendêssemos também esse setor. Mas ele nos preocupa sobremaneira, porque o empobrecimento e a descapitalização dos setores de distribuição, dos canais de comercialização do nosso produto aflige principalmente aos produtores. As cooperativas têm uma grande responsabilidade nesse setor — nos últimos anos, atendendo aos objetivos dos nossos estatutos — de dar sempre o máximo aos produtores. Temos somado com a política de Governo de dar sempre menos ao consumidor. Conseguimos, com isso, uma política de achatamento da margem de intermediação e temos uma posição *sui generis*, no mundo, em que o preço final do leite *in natura* 77,5% vai para o produtor e ficam apenas 22,5% para todas as margens da intermediação, da cooperativa regional, aos postos centrais, carreteiros, distribuidores e varejistas. Isto vem causando empobrecimento e descapitalização no setor, com reflexo a longo prazo, o que nos preocupa sobremaneira, porque amanhã podemos não ter a evolução tecnológica para atender a uma possível demanda, a uma possível sobra do produto dos piques de safra. E isto seria uma política redundante ao próprio produtor que sofreria as consequências, nessa oportunidade.

Essas eram as minhas preocupações quanto à linha exposta por V. Exª.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Gostariamos de, pelo menos, enfatizar alguns pontos, dado o avanço da hora.

Realmente como falamos, ao fim de nossa conferência, essas são as políticas que o Governo adotou. Estamos no ponto do detalhamento dessas políticas, onde V. Sª entra em com esses critérios, por exemplo, quando V. Sª se refere ao preço, é com referência à época. Realmente esse é um problema que está nos preocupando. Já temos tido oportunidade de trocar idéias com várias pessoas, inclusive com

V. Sª, sobre este tipo de problema. A nossa orientação é de detalhamento e de que se tenha conhecimento de qual é a diretiva do Governo, ao longo do tempo; e que essa diretiva, à medida que possa variar no tempo, varie em comum acordo e em consonância com todos os setores. Quer dizer atendendo a um único objetivo, que é tanto do Governo, como dos produtores e intermediários. Quando ao crédito — vamos dizer assim — a política será estável. Posso lhe responder, dentro do que nós estamos projetando e dentro do que visualizo, em termos de País. De fato o setor agrícola, apesar de toda contribuição que deu ao crescimento da economia, foi sempre considerado como um setor retrógrado e um setor que não era dinâmico e que não fornecia aquilo que os outros setores requeriam. Parece-me que este tipo de imagem muda a passos largos, no momento em que vivemos. Há um reconhecimento — quer seja no meio dos técnicos, quer seja no meio dos produtores, quer seja no meio político, enfim, em todo o sistema de que a agricultura tem uma importância muito grande no desenvolvimento, mas que ela pode dar a sua contribuição, à medida que cresça também.

De maneira que acredito que, em tese, podemos dizer que uma política dessa natureza, com créditos de doze anos possa ser seguida daqui para a frente, porque aí não é uma consciência isolada, de uma só pessoa, de uma equipe, mas é uma consciência que está se alargando ao longo do País, ao longo dos técnicos profissionais. Mesmo os famosos economistas que achavam que o setor único, dinâmico que carregava tudo era o setor industrial, sentem que hoje é a interação desses dois setores que dá realmente o progresso.

Com referência ao regime de cotas, sim, a manutenção é pensamento. Como V.Sª muito bem falou, a dinâmica do setor vai determinar se será necessário abolir esse tipo de política que hoje é importantíssima, e quando abolir.

O SR. AGENOR MARIA — Abolir, não.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Não. Estou dizendo que a dinâmica e a evolução, eu não sei quando é que se poderá dizer, — porque é reconhecidamente uma política certa, pelo menos para o momento — não sei se daqui a cinco, dez ou quinze anos, quando tivermos uma produção normalizada, sedimentada etc, se ela seria válida. Isso só o futuro dirá.

Com referência à reidratação, houve uma má- interpretação. Eu não disse que a reidratação era boa. Mas, que em valor alimentício ela supria as necessidades — e concordo com o que V.Sª falou. Essa é a política da cota em excesso, a política da normalização da produção, ao longo do ano, para que V.Sª possa sair desse tipo de política. Eu não advogo que isso deva ser uma política permanente. Ela é momentânea, de acordo com as condições.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Sr. Ministro Alysson Paulinelli, com a permissão de V. Exª, nós estamos ultimando as indagações ao Dr. José Ramalho de Castro. Tenho uma solicitação a fazer aos participantes, que ainda devem dirigir algumas perguntas, o Ministro tem uma viagem programada para a Bahia. Inclusive esta viagem era para ter sido na manhã de hoje ou na noite de ontem. Mas, para atender ao nosso convite e vir encerrar este encontro, ele atrasou a sua saída, porém está com limitação de tempo. Então, pediria que as perguntas, agora fossem telegráficas, rápidas, para que nós possamos dar tempo ao Ministro, a fim de que ele possa cumprir o seu horário.

Com a palavra o Dr. José Ramalho.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Continuando, o programa de estocagem é estável e, realmente, surtiu efeitos bastante salutares dentro de toda a política. Agora V.Sª levanta o problema com referência à questão de subsídios dos juros. Esse é um problema que podemos ver, temos também os custos, apesar dos juros serem bem inferiores aos custos reais do dinheiro. Todavia relacionando isso com o problema de insumos

modernos conforme falamos na introdução de novas tecnologias, o Governo utiliza de instrumentos como estes, como é o caso dos insumos modernos, para reduzir o custo de implantação de uma tecnologia. Mas isso pode ser generalizado, de acordo com os objetivos específicos de cada momento. No entanto, há uma política e há detalhamentos.

Da comercialização de leite já falamos. Acho que ela é realmente composta do setor de produção e de intermediação, na sua maneira global, que, como V. S^a adiantou, é apenas 22%, no setor industrial, quer seja cooperativa ou não. Para que não se espere os estudos delongados, demos um primeiro impacto que seria o da produção — a matéria-prima — e estamos dentro do pensamento. A política é, realmente, reajustar, reconhecendo que sem este setor é impossível a produção chegar ao destino proposto. Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Desejo parabenizar-me com a Comissão de Agricultura por ter, em tão boa hora convocado os técnicos e os produtores de leite para esse encontro, pois, na verdade, os diálogos aqui travados irão propiciar o encontro dos objetivos, dos verdadeiros caminhos que tanto buscamos. O Ministério da Agricultura, na direção do Ministro Alysson Paulinelli, tem procurado valorizar o homem do campo, valorizando os produtos primários, ou seja, a matéria-prima na mão do produtor. Este ano, a política de preços mínimos, pelo menos para a minha Região, atendeu, em parte, às reivindicações dos plantadores de algodão do Nordeste brasileiro. O problema do leite, é um problema altamente delicado. Nós encontramos — tomando por base os insumos indispensáveis: o arame liso, o sal, o adubo, a ração, a vacina e o latão uma média de 58,91% de inflação, dentro desses insumos indispensáveis para manter as vacarias. Porém, enquanto esses insumos subiram 58,91% de 73 até 75, o aumento do leite, a nível de produtor, foi de apenas, 16,44%, numa demonstração patente de que, na realidade, o produtor de leite no País está empobrecendo. E este empobrecimento é válido, levando-se em conta o endividamento da agricultura e da pecuária brasileiras. Pois devíamos, em 1970, a soma de um trilhão de cruzeiros velhos. Hoje a agricultura e a pecuária brasileiras estão devendo a soma de 26 trilhões de cruzeiros. Estou fazendo um mapa, uma espécie de radiografia econômica e financeira do mundo rural no País. Estes dados têm-me estarecido, pois em 1963, com a produção entre algodão, sisal, farinha, arroz e milho, produzíamos mais e devíamos menos; e os efetivos de muas, asininos, caprinos e ovinos eram maiores do que hoje, com esse endividamento. Daí, porque acredito que a política do Ministro Alysson Paulinelli, valorizando o produto bruto na mão do homem do campo, tem o objetivo felicíssimo de evitar a migração, cada vez maior do homem do interior para as cidades, criando os grandes problemas que hoje se vê em São Paulo e no Rio de Janeiro, pois nem São Paulo nem Rio de Janeiro tem condições de atendimento para a densidade demográfica, em termos de rede escolar, de saúde, etc. A única maneira de fixar o homem à terra é dando perspectivas de que tenha dias mais felizes no futuro.

Parabenizo-me com S. Ex^a, o Ministro Alysson Paulinelli, aqui presente, pela política adotada e posso afirmar que o único meio de evitar as densidades demográficas que tanto têm preocupado o País é valorizar o homem da terra.

Termino, apelando para que o preço do leite seja dado, tomando em consideração os índices inflacionários daquilo que é indispensável para manter as vacarias, porque, na realidade, não tem sentido os insumos subirem 58,91% e o preço do leite, a nível de produtor, apenas 16,44%.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Acreditamos que, realmente, esta é a política que o Ministério da Agricultura vem perseguindo a fixação de aumento da renda no setor.

Apenas, Senador Agenor Maria, gostaríamos de informar que dentro do período 73/74, o reajustamento foi bem maior, em termos reais. Deduzindo a inflação, ele foi de mais de 40%. Quer dizer que ele corrigiu a inflação e deu mais. Nesse período, realmente, houve, — e os próprios produtores que aqui se encontram, podem confirmar — esse tipo de coisa. Talvez seja alguma falha na informação estatística.

O SR. AGENOR MARIA — Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — A observação que fiz foi referente à média anual — 16,44% — a nível de produtor. E a média da inflação sobre o sal, o adubo, a ração, a vacina e o latão é que equivaleu a 58,99%.

A média foi anual, sob o aspecto da majoração do leite, no período 73/74.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Tivemos um aumento na ordem de 45% no preço do leite, de maio a outubro de 1974.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Pois não.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Repito, novamente, o que disse: em 1966, o Ministro da Agricultura Ney Braga liberou o preço do leite e deu o preço justo. Mas, de lá para cá, os preços sempre foram inferiores ao índice da Fundação Getúlio Vargas. Pela primeira vez, nesses oito anos, o Ministro Alysson Paulinelli deu, em janeiro, um preço superior àquele; Corrigiu e deu mais ainda. De maneira que — repetimos aqui — não queremos aumento do preço do leite, mas a correção daquele preço que V. Ex^a deu ao produtor, em janeiro. Não queremos aumento, queremos a correção da energia elétrica, do combustível, da ração da mão-de-obra ou dos veículos.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de São Paulo, o Sr. Taízo Maeda.

O SR. TAÍZO MAEDA — Nobre Conferencista, Dr. José Ramalho, com base em certos dados de V. S^a, a produção nacional de leite nesses últimos anos aumentou de 4%, enquanto que o aumento demográfico foi da ordem de 3%, restando daí 1%.

O consumo per capita brasileiro anda ao redor de 200 gramas, portanto, metade do recomendado internacionalmente. Se nada fizermos, e apenas nesses primeiros dados, levaremos cem anos para resolver o nosso problema.

Introduzidos alguns instrumentos, como foi feito de outubro para cá, a produção foi para 6%, permanecendo o aumento demográfico em 3%, o que haveria aceleração para trinta e três anos. Introduzidos instrumentos adequados poderia acelerar-se o tempo para resolver esse grave problema.

O problema da importação, a meu ver, não existe, porque estamos falando em subprodução e subconsumo. Gostaria de saber de V. S^a em que tempo pensa o Governo resolver o problema de auto-suficiência, porque isto daria instrumentos para que a indústria pudesse colaborar, como sempre o fez, para resolver esse grave problema.

É a minha pergunta.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Quando nos referimos à taxa de 4%, talvez tenha havido um problema de comunicação, porque somamos a agricultura, como um todo. Não é especificamente o leite; ele, realmente, cresceu, em certos períodos, até a uma taxa inferior.

O problema do crescimento, quando se projetou em termos de cem anos é verdade, se mantivermos a taxa em que vínhamos crescendo, 3,5%, se não fossem cem anos seriam oitenta e quatro. Isso, mantendo um certo nível de consumo.

A nossa política de auto-suficiência, a que o Ministério vem perseguindo, tem a primeira etapa não só a um crescimento de consumo *per capita* mas, pelo menos, aos níveis de consumos atuais. Pretende-se, de fato, que essa auto-suficiência cresça, ao longo do tempo, para que se atinja os consumos ideais. É onde outras variáveis, além das internas da agricultura, como as da renda, de aumento, de distribuição de renda etc. iriam afetar o atingimento desse nível de consumo recomendado pelas organizações de saúde, quer sejam nacionais ou mundiais.

O problema de importação, concordo, não é um problema imediato. Não temos esse problema, no momento. Pelo contrário. O que estamos vendo é o seguinte: temos que nos preocupar em viabilizar a nossa pecuária, visando o que poderíamos atingir em termos disso.

O que se pretende é o seguinte: se conseguirmos um aumento de crescimento de produção de 13%, a esses níveis, em torno de 1980, teríamos atingido um certo nível satisfatório de consumo, se os outros fatores da demanda, realmente, adicionarem.

Essas são, mais ou menos, as informações que temos.

O SR. TAÍZO MAEDA — Em termos de tempo, poderia precisar se são cinco, se são dez? Seria muito interessante.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — O negócio é o seguinte: o crescimento, como eu disse, está dependendo de outras variáveis e da própria capacidade da população em absorver essa produção. Porque elevar o nível de consumo não está só relacionado com o aumento da produção. Podemos dar essa produção e não termos o suficiente consumo. Dentro de um programa global, eu não poderia dizer que vamos atingir aqueles níveis de consumos ótimos, dentro de cinco ou dez anos. Estamos passando por uma certa fase dentro do contexto da economia mundial que, realmente, freou um pouquinho aquele ritmo de crescimento em que vínhamos. Mas, pelo menos, se conseguirmos um aumento de 13%, as outras coisas indo paralelamente, em torno de 1980, teríamos, praticamente, esse nível de consumo.

O SR. TAÍZO MAEDA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Meus Senhores, temos ainda dois inscritos e estamos com 30 minutos de atraso. Vou dar a palavra aos dois indagadores, mas reitero o apelo para que sejam perguntas telegráficas.

Concedo a palavra ao Sr. Aurélio Benedini, que é Presidente da CONAI.

O SR. AURÉLIO BENEDINI — Dr. José Ramalho, V. S^a disse que existe uma equipe que está, cuidadosamente, estudando os problemas do leite. Faço-lhe, então, um apelo: estude com todo o carinho, também, o funcionamento do leite no interior, quando da fixação de preços.

Colocamos à sua disposição nossa cooperativa, em Ribeirão Preto, a CONAI, que serve a sessenta cidades circunvizinhas. Ela recebe 200 mil litros de leite diariamente e distribuiu 120 mil litros, ao consumo diretamente, nessas cidades.

Colocamos a nossa cooperativa à sua disposição, para que V. S^a tenha oportunidade de *in loco* conhecer todos os problemas da distribuição do leite no interior.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Agradeço muito o apelo e digo que, realmente, esse é o nosso caminho de atuação. Infelizmente não podemos ter todas as definições. O problema do leite, tanto em capital como no interior, é um problema bastante intrincado e temos que encontrar uma solução. Mas, só

podemos encontrar essa solução no convívio, no diálogo entre as classes. Estamos fazendo isso e prometemos que faremos, especificamente, com a sua cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Deputado Olavo Lacerda Montenegro, reiterando que seja o mais rápido possível, para que tenhamos condições de ouvir o Ministro.

O SR. OLAVO LACERDA MONTENEGRO — Sr. Presidente, vou usar rádio, em vez de telegrafia.

Quero fazer um apelo ao Sr. Ministro, para que faça o Ministério da Agricultura chegar ao Rio Grande do Norte, em termos objetivos, porque se fôssemos analisar a conjuntura da pecuária do Rio Grande do Norte, não só S. Ex^a como esta Casa e a Nação se estarreeceriam.

Importamos leite de Alagoas. Quanto à carne, o nosso boi não pode chegar ao abatedouro, com a competição do boi maior vindo do Recôncavo Baiano, vindo da Bahia. O boi, devido a sua comercialização na região, vem sofrendo um impacto terrível.

Não temos nada de experiência. Vislumbramos, agora, com a EMBRAPA, alguma coisa de experimento.

A exemplo do que conhecemos no Sul e do que conhecemos de orçamento da Nação para o Ministério da Agricultura e para as Secretarias de Agricultura dos Estados — exemplificando e comparando a de São Paulo com o Ministério —, conhecendo muito bem o Estado de São Paulo e sua pecuária, observando o que se faz no estrangeiro — especialmente no Deserto Australiano —, com as visitas que temos recebido no Rio Grande do Norte, precisávamos dizer, com todas as letras, ao Sr. Ministro o que sofrem o Rio Grande do Norte e o Nordeste com o desequilíbrio total dos financiamentos, nos juros altos, na técnica precaríssima que, na realidade, só existe nos jornais, só existe no papel.

Este, Sr. Ministro, é o depoimento de um Deputado pecuarista, sofrido, que já alcançou uma produção de 1.000 litros de leite e hoje não produz mais nenhum, em virtude do preço do leite, do preço das rações protéicas, do preço dos elementos, não obstante possuir as melhores condições para isso, em vale úmido com queda pluviométrica de 1.600 milímetros e em vale seco, com vasão de lençol freático especial. Então, se nas minhas regiões — uma dentro da cidade e outra afastada 200 km, no melhor aluvião do Brasil; não podemos ter uma pecuária leiteira, onde vamos ter, Sr. Ministro?

É o apelo que faço a V. Ex^a Examine o problema da palma, nas serras do Rio Grande do Norte; examine o aproveitamento dos vales úmidos abandonados, 72 mil hectares de vales úmidos. Eu já disse ao Sr. Ministro Cirne Lima, que um Estado que possui 200 mil hectares de vale de aluvião e vale úmido não pode viver na miséria em que vive o Rio Grande do Norte.

Aproveito este certame e faço esse apelo a V. Ex^a, ao Governo e a esta Comissão de Agricultura — que em tão boa hora reúne os Líderes da agricultura e da pecuária brasileira.

Aqui, pois, fica, telegraficamente não, mas pelo rádio, em termos de radiotelegrafia, porque se fôssemos falar sobre pecuária... Quando confrontamos a vida com a eternidade, nós a comparamos a um relâmpago. Então, isso é um relâmpago, Sr. Ministro, que levo a V. Ex^a, em termos de apelo dos pecuaristas do Rio Grande do Norte, esfacelados, massacrados, sofridos e abandonados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Sr. Ministro Alysso Paulinelli, recebemos V. Ex^a satisfeitos, porque vemos um Ministro prestigiar uma promoção da Comissão de Agricultura da mais alta Câmara deste País, que objetiva estudar um assunto de alta relevância, de máxima importância para o desenvolvimento brasileiro — o assunto de alimentação elementar, básica, que tem problemas, sob todos os pontos de vista. Em todo o mundo existe o problema do leite. Não é um privilégio nosso. Ainda há poucos instantes, o nosso ex-Secretário de Agricultura de São Paulo dizia que nos Estados Unidos e no Japão também ele existe.

Temos tido um aumento muito pequeno na produção de leite em nosso País, embora exista um desenvolvimento a olhos vistos. Isto fez com que a Comissão de Agricultura, entrosada com o Gabinete do Ministro, realizasse este encontro para o qual quis ouvir a opinião dos produtores, dos industriais e dos técnicos do Governo.

Continuaremos os estudos na Comissão de Agricultura. Espero, como todos os companheiros desta Comissão, que alguma coisa possamos fazer, em termos de contribuição, tanto ao Ministério, como às entidades de produtores e de indústrias, contribuição que a Comissão de Agricultura pretende oferecer, no sentido de colaborar, para que o drama da produção de leite em nosso País seja minorado o mais possível.

Quero agradecer à Associação Brasileira de Criadores, à Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, ao Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas, ao Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tornaram possível este encontro que, espero, tenha satisfeito a todos. Quero agradecer a presença do Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Antônio Itaguara Moreira dos Santos, e a do Secretário de Agricultura de Alagoas, Jäder Araújo, que vieram participar durante os três dias deste encontro, e, evidente, agradecer, também, a colaboração dos Assessores do Ministério da Agricultura, especialmente a colaboração prestada a este encontro pelo Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, que culmina sua colaboração para o brilhantismo deste encontro, vindo encerrá-lo. Portanto, tem a palavra, para o encerramento, o Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Exm^o Sr. Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão de Agricultura, Srs. Senadores, meus prezados companheiros e amigos das Secretarias de Agricultura do Pará e de Alagoas, prezado companheiro Dr. Antônio Rodrigues Filho, meus caros amigos e líderes da pecuária e da indústria leiteiras, meus senhores:

Espero que este encontro tenha atingido os seus objetivos, quando trouxe à mais alta Câmara do Congresso o debate sobre um dos assuntos mais importantes, em termos não só do setor da produção agropecuária, mas também do abastecimento e da alimentação do povo brasileiro.

O leite é, realmente, um produto que exige não só do Governo, mas especialmente de produtores e consumidores a maior atenção. Sabemos que ele significa na renda de grande número de produtores espalhados pelo Brasil inteiro — em algumas regiões a principal fonte de renda desses produtores — e o que ele significa em termos de atendimento, de solicitação de mão-de-obra sobre a qual ainda não temos cálculo certo, pois sabemos aproximadamente do número de empregos diretos, mas haveremos de reconhecer que um grande número de empregos indiretos, também, gera o leite no Brasil. Temos perfeita consciência do que significa esta matéria-prima para um grande número de indústrias brasileiras que estão se aperfeiçoando a cada dia, fazendo os seus investimentos para dotar o País de uma indústria de transformação à altura. Por outro lado, sabemos também da grande e vital importância deste alimento na dieta de tantos brasileiros, especialmente na fase inicial da vida, na adolescência, onde o leite é um alimento insubstituível. Temos procurado pelo lado do Governo Federal, tratar do assunto leite dentro do mesmo enfoque que estamos procurando tratar todos os setores da produção.

Em primeiro lugar, o Governo não planta, não colhe, muito menos quer comercializar os produtos agrícolas. No caso do leite, chamaríamos a atenção para esta mesma afirmativa que sempre fazemos. Assim pensando, o Governo tem procurado, em todos os produtos, estabelecer condições para que haja ao produtor e ao intermediário, dentro dos limites desejáveis, remuneração justa, adequada, porque o Governo não deseja que em nenhum produto especialmente do setor agropecuário, façamos política irreal. Queremos uma política realista, porque sabemos que qualquer

depressão que se cause, qualquer desequilíbrio que se provoque, ele terá limites e fatalmente pagaremos as consequências, posteriormente, como, aliás, está o Governo Geisel pagando, logo no início da nossa administração, especialmente no setor do leite.

Reconhecemos que o setor estava defasado e foi por isto que, nestes, tantas vezes, com as classes produtoras, com os industriais e com os consumidores este problema. Procuramos, desde o início, definir uma política clara para o setor do leite. Pedíamos especialmente aos produtores, naquela fase inicial do Governo, quando todos haverão de reconhecer — porque o Governo não escondeu e fez o jogo da verdade — as dificuldades que encontramos, com a tremenda pressão inflacionária, tanto de origem interna, pela inflação reprimida, como e especialmente, de ordem externa, face às consequências negativas de uma das maiores crises econômicas mundiais.

Logo no início do Governo já tínhamos estudado alguns dados. Eu, especialmente, que provinha de um estado cuja economia depende, e grandemente, do setor leiteiro, tive oportunidade de acompanhar as dificuldades por que passavam especificamente produtores daquelas regiões leiteiras. Tive de pedir, de maneira muito clara, aos produtores que aproveitássemos aqueles meses de contenção da inflação para estabelecermos as diretrizes da política leiteira, que pretendemos fazê-la dentro de parâmetros bem definidos e contando com a colaboração de todos os setores da produção. Foi por este motivo que, após aqueles primeiros e difíceis quatro meses, o Governo teve de adotar muitas restrições para evitar que retomássemos a espiral inflacionária incômoda à própria economia do País. Há de se reconhecer que aqueles índices de inflação de março e abril de 1974 não eram absolutamente compatíveis com a própria economia nacional. Foi por isto que encarecemos aos senhores produtores que tivessem um pouco de paciência, pois o Governo pretendia apresentar, em termos efetivos, a sua política do leite para o período do Presidente Geisel.

Várias foram as oportunidades que tivemos para debater, não só aqui no Ministério, mas fui, pessoalmente, levando toda a nossa equipe de Assessores, às regiões leiteiras, às associações de classe, onde colhi muitas informações preciosas, onde, graças a Deus, pudemos nos entender. Foi quando estabelecemos esta linha de ação — sei que o Dr. Ramalho deve ter apresentado aqui — o que é realmente de interesse do Governo para estimular o setor da pecuária leiteira, da indústria, na área de distribuição, enfim, todos os setores, desde a fase inicial de produção até o consumidor. Logo que nos foi possível determinar os recursos que o Governo poria à disposição do setor, iniciamos o trabalho de recuperação do setor leiteiro. É evidente que todos os senhores estão de acordo conosco: a política do leite no Brasil não pode ser feita só com base no preço do leite. Esta foi a determinante comum que encontramos em todas regiões. Um fator único: preço não é suficiente para resolver o setor. Ele é fundamental, e isso o Governo reconheceu, tanto assim que o Presidente Ernesto Geisel teve a coragem, mesmo assumindo todos os riscos e desgaste, de fazer a correção adequada, como sei que todos os representantes da produção haverão de reconhecer. Fizemos um esforço muito grande porque, praticamente, a se considerar de março de 1973 a março de 1974, demos um aumento percentual ao setor da produção, praticamente, de 100%. Encontramos outras formas de estímulo. Hoje, os senhores já estão se beneficiando do Programa Nacional de Saúde Animal, para o qual, só no ano de 1975, o Ministério da Agricultura está despendendo recursos da ordem de 360 milhões de cruzeiros novos. É um programa de que nos orgulhamos, que se estende a todo o País, inclusive, ao sofrido Rio Grande do Norte — como o seu Líder, ainda há pouco, nos solicitou — com a mesma ou, talvez, maior intensidade. Procuramos desenvolver programas paralelos, de manejo e de alimentação do gado leiteiro. Recursos palpáveis foram mobilizados, inclusive, no subsídio de créditos especiais. Os senhores sabem que o recurso de que dispõe o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira,

comumente chamada PDPL, que era irrisório. Só no ano de 1974, alocamos mais de 600 milhões de cruzeiros novos. Além desse Programa há outros de incentivo especial, como o CONDEPE misto, especialmente o BID 256, como o Programa de Pastagens, recentemente lançado e que nenhum produtor deverá deixar de reconhecer que é o mais agressivo que o Governo Federal já lançou, na tentativa de recuperação de um dos pontos principais de estrangulamento do desenvolvimento de toda a nossa pecuária — alimentação. O Governo está pagando ao produtor para fazer alimento para o gado dentro de sua própria fazenda. Esta filosofia foi defendida desde o início, como uma das formas de neutralizar os efeitos negativos da elevação de preço, que encaramos com realidade, porque toda vez que se eleva o preço, notamos que a tendência do produtor é comprar o pasto fora. E com ele, de uma hora para outra, quer aumentar a sua produção de leite, pela melhoria de alimentação, ele força uma demanda extra, no arraçãoamento, na alimentação, suplementar.

Existe uma lei da Economia que não é controlável por decretos ou por ações governamentais diretamente e, assim, indiretamente: é a lei da oferta e da procura. Cresce a demanda, fatalmente, sobem os preços. A forma mais objetiva que encontramos de neutralizar esses efeitos de demanda excessiva é exatamente aquela em que o produtor venha a produzir dentro de sua própria fazenda, dentro de sua própria terra, quantidade maiores, melhores e mais constantes de alimento ao gado. Foi por isso que lançamos o Programa Nacional de Pastagens que neste ano, recebeu recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros novos, que já estão à disposição dos produtores em todas as regiões brasileiras, inclusive no Rio Grande do Norte. É bom que se alerte aos produtores, porque, muitas vezes, quando o Governo apresenta um programa, há tendência de se imaginar que ele apenas cumpriu uma de suas tarefas — e concordo com isto — mas que o Governo quase sempre apresenta um programa doirado, como uma pílula doirada para valorizar a sua ação. Pediria que os Senhores mesmos, que são usuários deste Programa, fizessem a comparação: são recursos altamente subsidiados. Os Senhores sabem disto. Os insumos modernos já estão sendo subsidiados, na tentativa de eliminar um pouco os efeitos negativos na crise internacional e da nossa dependência em matérias-primas. Já pagamos um subsídio que não são apenas 15%, porque os juros já estão subsidiados à agricultura a 15%. Se a inflação é de 25 ou 30%, o subsídio real para o Governo é desse valor. No caso dos adubos, dos fertilizantes, a partir de 15%, que já é valor subsidiado, estamos tendo, inclusive, subsídio de 40% e mais um subsídio dos juros dos recursos que são aplicados na formação de pastagens, a parte do preparo do terreno, de estoca, de limpeza, de aração, gradagem, sementes, conservação de solos, esses recursos estão subsidiados a 7%, dando-se três anos de carência, até doze anos, para pagar. Só o custeio da pastagem, ou seja, a sua manutenção está a 15%. Pediria que os Senhores mesmos comparassem, na data em que fizesse um empréstimo daquele valor equivalente com as próprias ORTNs, que é o indicador mais seguro que os Senhores terão. Quero que os Senhores mesmos analisem, quando forem pagar a primeira prestação se este valor já não estiver, pelo menos, em termos reais, pelo ORTN, dividido ao meio, ou seja, o Governo já lhe pagou a metade pelo subsídio dos juros, eu diria que o programa não foi bom, porque tenho certeza de que isto não vai acontecer.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Perfeitamente.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Vamos desformalizar um pouquinho, com a licença do Presidente da Mesa. Está uma maravilha, não há dúvida. Mas, acho que a melhor vara de medidas será o preço do litro de leite. Devemos olhar hoje quanto vale um litro de leite e quando formos pagar a primeira prestação, perguntaremos quanto ele está valendo.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Espero que V. Sa. olhe isso.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Devemos olhar.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — E falo mais ainda: espero que V. Sa. olhe, não só em relação a janeiro, que é o compromisso que eu tenho de procurar manter, mas que olhe, especialmente, em relação a março, que V. Sa. verá se o Governo Geisel está ou não estimulando a agricultura.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Pelo amor de Deus, Excelência, quero apoiar V. Ex^a com esta minha afirmativa, porque, na verdade, o pequeno produtor de leite nem sabe o que é ORTN, vamos dizer a verdade. Quero, apenas, apoiar V. Ex^a, dizendo que a melhor vara de medidas — e tenho tanta fé que o leite alcançará um preço, que digo isto. — Estou ajudando a V. Ex^a Devemos olhar o litro de leite como vara de medida. Isso é que é bom.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Muito obrigado.

Acho que, também, é uma boa oportunidade de se fazer com o próprio leite.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Perfeitamente.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Estas foram as medidas diretas de ação do Governo, o que ele podia fazer em relação ao programa de alimentação de gado, além de estarmos considerando muitos dos produtores que são transformados em ração, como insumos modernos. Evidentemente, há subsídios, também, de forma indireta, na ração.

Outro programa em que estamos muito interessados é a continuidade da melhoria genética dos nossos rebanhos.

Reconhecemos o grande esforço que fez o produtor nacional, desenvolvendo uma pecuária adaptada às condições brasileiras. Importamos o gado, mas fizemos adaptação e hoje o Brasil pode se orgulhar de linhagens já adaptadas. Só que estamos preocupados e queremos ampliar o número destas rezes de boa qualidade. Por isto não só, também, estimulamos as linhas de crédito para aquisição de cria, recria, matrizes e reprodutores, como também abrimos créditos especiais para a retenção dessas crias e recrias, para evitar que em épocas difíceis de cada um desses produtores — e isso sempre acontece, mesmo que a economia geral possa ir bem, muitos produtores, às vezes, se desequilibram por condições extras, sejam intempéries do próprio clima, sejam condições dos seus negócios que podem trazer problemas. Hoje o produtor não precisa, por qualquer razão, perder as suas matrizes ou os seus produtos, porque o governo tem linhas especiais de crédito, que pelo menos no valor próximo à comercialização lhe está dando proteção.

Com relação ao desenvolvimento da pecuária, estamos fazendo um esforço bastante grande e concentrado. O Governo resolveu fazer pesquisa de forma concentrada. Criamos dois centros nacionais de pesquisa: um Centro Nacional de Pesquisa de Pecuária de Corte, que indiretamente, também, beneficia à pecuária de leite, pelas regiões que trabalha, e mesmo porque temos uma pecuária mista, hoje, maior do que a própria pecuária especializada e que mantém um abastecimento brasileiro em proporções maiores do que a especializada. Este Centro já está em implantação no Mato Grosso; criamos, também na Zona da Mata, em Minas Gerais, o Centro Nacional de Pecuária de Leite, onde estamos fazendo um grande investimento, especialmente, em recursos humanos para que o Brasil possa buscar uma linha de pesquisa objetiva para as condições brasileiras.

Espero que, com esse grande esforço que o Governo Geisel está fazendo no setor da pesquisa agropecuária e aproveitamento, inclusive, a oportunidade para realçar esse esforço, aqui, na Comissão de Agricultura. O Presidente Ernesto Geisel tem prestigiado e acompanhado pessoalmente o trabalho da pesquisa do setor agropecuário

brasileiro. Foi, inclusive, o primeiro órgão que ele visitou após a sua posse. Fez questão de acompanhar as evoluções do orçamento deste órgão, onde Sua Excelência, com sua participação direta, está permitindo que nós façamos, dentro daquele programa realista e objetivo, o trabalho, sem que haja falta de recursos.

Com isto, seria bom que nós brasileiros já nos orgulhassemos; porque em 1975, além de termos multiplicado praticamente 2,5 vezes o orçamento da pesquisa no Brasil, somos, hoje, reconhecidos pelas instituições internacionais, como o País da América Latina que mais recursos aplica em pesquisa agropecuária, só pelo Governo Federal, sem contarmos os recursos dos estados.

Este ano estamos aplicando recursos, para comparar a nível internacional, 80 milhões de dólares, ou seja, mais de 600 milhões de cruzeiros.

Fazemos um grande esforço para eliminar aquele ponto de estrangulamento que sempre existiu na pesquisa brasileira além de recursos a tempo e a hora, os recursos humanos que são escassos.

O Brasil realiza hoje, na sua História, o maior programa de preparação de mão-de-obra já visto. Estamos hoje com seiscentos técnicos nas melhores universidades do mundo. Esses técnicos que foram desde 1974 estão começando a retornar aos seus campos de trabalho, inclusive, um grande número ao setor da pecuária de leite e da tecnologia de alimentos.

Com isto, esperamos que, com esta mão-de-obra, já mais arejada, melhor preparada, o Brasil possa fazer aquilo que todos nós temos reclamado: uma pesquisa mais objetiva, realista e em benefício da produção e da distribuição de produtos importantes como o leite.

Um outro setor que eu quero realçar, também, é o da assistência técnica, que realiza a transferência da tecnologia. O investimento que estamos fazendo é dos mais palpáveis. Os senhores sabem que o produtor, muitas vezes, não tem acesso àquelas informações desejáveis não só da tecnologia já disponível no País, como dos próprios instrumentos governamentais que colocamos à sua disposição. Por isso estamos seriamente preocupados em ampliar a assistência técnica no Brasil. Temos recebido, também, do próprio Presidente Ernesto Geisel, um apoio pessoal para isso. Se eu citar as cifras dos recursos já definidos que o meu Ministério tem aplicado e irá aplicar, acredito que justificaria. E aqui têm dois secretários, que devem estar sentindo esses efeitos.

É pena que o secretário do Rio Grande do Norte não esteja aqui, porque ele iria dizer que neste ano nós, praticamente, triplicamos os recursos da assistência técnica e entregamos limpinho para o seu Estado.

Acredito que V. Ex^a, como Líder e Deputado na área, vai verificar isso, vendo que Ministério não está tão ausente, assim, do Rio Grande do Norte.

Aqui temos dois Secretários que poderiam confirmar claramente o grande esforço.

O Ministério da Agricultura teve, para apoio à assistência técnica, conforme a própria proposta orçamentária aqui aprovada para 1974, 53 milhões de cruzeiros.

Este ano, só do meu Ministério, estão saindo cerca de 300 milhões de cruzeiros, que estamos aplicando nos Estados, em assistência técnica, no campo, porque eu posso provar aos senhores que o número de técnicos que coordenam a assistência central é mais reduzido do que foi em 1974, o que significa que estamos levando ao campo essa assistência. E a esta altura, conforme a proposição que virá ao Congresso Nacional do orçamento já definido em nossa área, ampliaremos esses recursos, em 1976, se aprovado pelo Congresso Nacional, para a ordem de 530 milhões de cruzeiros; ou seja, 10 vezes aqueles que contamos em 1974.

Espero que, com esses recursos, possamos contar com uma assistência técnica maior, mais efetiva, além dos recursos creditícios para esses programas que estão sendo ampliados consideravelmente.

Os Senhores sabem que mesmo naquela época em que se teve de estabelecer restrições à expansão monetária, a agricultura foi pou-

pada. Estaremos, este ano, aplicando mais de 96 bilhões de cruzeiros, dentro das linhas de crédito dos bancos oficiais e particulares no Brasil. Isto foi programado desde janeiro. A esta altura do ano, posso garantir aos senhores que nós ultrapassaremos a casa dos 100 bilhões de cruzeiros aplicados na agricultura no ano de 1975. É uma soma fabulosa, considerável. Pediria que os senhores mesmos verificassem qual País do mundo está fazendo uma inversão maciça numa época de crise, como a que estamos vivendo. Especialmente, se puderem comparar o setor da pecuária, tanto de corte quanto de leite.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Sr. Ministro, permite-me um aparte?

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Com muito prazer.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Espero que isto chegue realmente ao Rio Grande do Norte, porque até agora nada existe. Conheço, pelas publicações feitas e pelos programas já exteriorizados não só aqui, como fora — a nova temática do Ministério da Agricultura. Mas, até hoje — é o testemunho que quero dar a V. Ex^a — nada existe. Faço outro apelo para que V. Ex^a estude a implantação de um órgão que chegue ao pequeno agricultor, porque somente o médio e o mais esclarecido podem chegar aos órgãos financiadores, aos órgãos técnicos. Tenho o prazer de dizer que pedirei uma audiência a V. Ex^a e, quando o fizer, apresentarei uma sugestão ao Ministério da Agricultura, no sentido de se encontrar uma fórmula para se chegar ao pequeno agricultor. De toda distorção da pecuária e da agricultura brasileira, entendo eu, que o não acesso ao financiamento — entretanto, existem salvo engano, 18 ou 28 órgãos que trabalham em direção à agricultura — tornam o pequeno agricultor cada dia mais miserável, Sr. Ministro.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Agradeço a sugestão. E já V. Ex^a me fez um apelo, eu faria outro, pois V. Ex^a, como Líder do seu Estado: está alegando que não tem chegado esse tipo de recurso creditício ao Rio Grande do Norte. O Governo não planta e não colhe. Portanto, o máximo que ele pode fazer, nesse caso, é colocar o dinheiro à disposição.

V. Ex^a sabe que sou mineiro. Ele lá em Minas tem um ditado muito certo e que nós, mineiros, gostamos sempre de repetir: "O senhor pode levar o cavalo à água para que ele beba. Pode até enfiar a cabeça do cavalo dentro d'água, mas ele só beberá, se quiser". O dinheiro está lá. Só o seu produtor pode usá-lo. Nunca o Governo. A utilização dele depende do seu produtor. Agora, V. Ex^a com a liderança que tem, poderia ajudar-me a fazer com que ele utilizasse mais esses recursos que o Governo está pondo lá. Assim, acredito que nós mudaremos um pouco o quadro da agricultura no seu Estado, onde estamos fazendo um esforço grande e onde o Ministério está concentrando recursos. Então, colocar o dinheiro lá, nós podemos. Mas usá-lo o Governo não vai, tem que ser o produtor. E V. Ex^a poderia nos ajudar muito, se divulgasse essas linhas de crédito que o Governo está colocando à disposição do seu agricultor.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Peço a V. Ex^a não se aborrecer comigo pelas vezes que for bater às suas portas.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Pelo contrário, não estou aborrecido, apenas quero que me ajude nesse sentido.

Então, em relação ao setor da produção, estamos procurando mobilizar o que o Governo dispõe.

Sei que o problema que mais deve empolgar numa reunião desse tipo é o problema do preço. Vou ser muito claro, muito sincero, com os senhores, como sempre procuro ser. Assumimos todos os riscos que se tem num produto tão sensível como o leite e fizemos, dentro daquele ano que nos propusemos, as correções que os senhores mesmos julgaram pertinentes. De lá para cá, estamos procurando acompanhar todos os efeitos não só da desvalorização monetária, que o Governo reconhece, como dos efeitos dos custos dos fatores de produção do leite e estamos atentos a essas evoluções.

Quero dizer aos senhores que estudamos com todo cuidado essa evolução. Inclusive, na última época em que havíamos previsto um aumento no leite, tive muita dificuldade, porque os senhores sabem que estamos diante de uma outra tremenda pressão inflacionária, tanto de origem externa — onde a inflação tendeu a um agravamento em alguns países, inclusive fortes — como de origem interna — em consequência de fatores adversos e esporádicos que sofremos, especialmente a geadas, a seca e as enchentes do Nordeste. Ficamos muito preocupados em dar uma correção, mesmo sabendo dos riscos que teríamos no índice inflacionário. Procuramos discutir isso atentamente com todos os Ministros da área econômica, que apóiam a política do Ministério da Agricultura de estimular o setor leite. Se não fosse isso, nós não teríamos conseguido fazer as correções. É bom que se diga, porque muitas vezes querem transferir a colegas de Ministério a responsabilidade de não ceder a proposições de preço. Acho que nada melhor do que o próprio Ministro da Agricultura dizer que tem contado com o apoio incondicional dos Ministros da área econômica para fazer essa política realista de preços, de estímulos, de sustentação de preços, de preços mínimos, de proteção ao produtor por estoques reguladores. São políticos que estão exigindo recursos fabulosos do Governo, muitas vezes, superiores àqueles que estavam sendo despendidos anteriormente.

Se eu mostrar aos senhores a estatística do que aconteceu com os preços mínimos, os senhores vão ficar estarelecidos. Temos crescimentos em preços mínimos na ordem, muitas vezes, superior a 1.200% de um ano para outro. Isto tem acontecido, mas não estamos nos queixando desses recursos. Temos recebido incondicional apoio dos Ministros da área econômica, para fazer essa política agressiva de sustentação de preço. Tivemos de fazer, na época, essa correção. Estávamos devendo a correção e tivemos de decidir se fazíamos a correção face ao índice da desvalorização monetária, que estava em torno de 10,4% ou fazíamos àquela época, quando fizemos a última correção, face à elevação dos custos do combustível e dos salários que o próprio Governo tinha permitido, dar em torno de 10%. Optamos pela elevação do índice da correção.

Vou ser sincero: face à tremenda pressão inflacionária que tínhamos, fizemos praticamente uma meia-sola e não um aumento, porque o Governo assim o considera. Subsídio — para nós — não é política definitiva, mas ela significa, inclusive, a boa vontade dos outros Ministros da área econômica, que tiveram que me arrumar recursos suficientes para subsidiar o leite, especialmente nos grandes centros, onde ele já estava a preço maior que nos outros centros menores. E graças a isso nós conseguimos dar aos senhores um aumento percentual médio de 10,4% naquela época.

Sei que, após a geadas e uma seca prolongada, houve uma tendência de elevação nos preços das rações, maior do que aqueles que estavam sendo medidos dentro da série histórica, que nós acompanhamos. Infelizmente. Hoje, estamos reconhecendo que face aos custos de produção já há uma nova defasagem que nos preocupa, mas quero ser sincero aos senhores. Se corrigimos, num aumento percentual médio, inclusive no leite industrial — se não me falha a memória, chegou a quase 16% o aumento autorizado pelo Governo — temos, outra preocupação que os Senhores também deverão ter e me ajudarem. Estou vendo, aqui, vários empresários industriais que me ajudaram muito. Estão chegando as águas e estamos prevenindo novos excessos de leite, em muitas regiões. Aqui está o Torquato que há de se lembrar quantas vezes telefonei, no ano passado, para que a Nestlé recebesse mais caminhões de leite do Brasil Central. Todos os industriais daqui sabem que trabalharam com excesso, esforçando-se, fazendo três turnos para vinte e quatro horas, porque temos de reconhecer que o Governo está enfrentando um outro problema que é a expansão da nossa capacidade industrial. Dentro de uma realidade, o ideal para nós seria pedir: todo mundo produza leite, dentro de faixas médias, o Governo não pode responsabilizar-se pelo que sobrar. Seria uma política cômoda, mas nós não estamos procurando fazê-la assim, mesmo porque estamos pagando as consequências de

uma depressão que foi longa e que o Brasil, infelizmente, não está tendo auto-suficiência de leite, quando poderia ser concorrente para exportação. Pretendemos chegar lá e, se Deus quiser, não vamos demorar muito. Mas não se faz do dia para a noite. Tanto assim, que quando demos aquele aumento percentual de 100%, os senhores sabem que dificuldades passamos para que se absorvesse toda produção leiteira do último período de safra das águas, do ano passado. Estamos prevenindo dificuldades para este ano. Retornamos àquela política de estimular preços na entressafra, dando novamente, na política de cota, o incentivo direto ao produtor.

Estou preocupado com este ano, não porque o Governo tenha sido omissivo, pois não se faz uma usina do dia para a noite. Posso citar aqui na região, onde há mais problemas, várias usinas em construção com apoio e financiamento do Governo. Acabamos agora de estimular mais usinas, para que não venhamos a ter aquela contingência incômoda de jogar o leite pelo ralo. Isto é doloroso para um País que tem fome. Porém os senhores sabem que nós corremos este risco e não queremos que isto aconteça.

Quero contar e aqui estão os representantes das indústrias com a participação e o apoio efetivo dos industriais para nos ajudar a fazer horas-extras, ampliar a sua capacidade. Estamos dispostos a fazer financiamentos, porque fatalmente teremos regiões com excesso de leite, agora, muito próximo, especialmente com o começo das chuvas. Portanto, estamos procurando estabelecer pontos realistas. Posso garantir que o Governo não mudou aquela orientação. Não queremos manter, no setor preço, o estímulo só via-preço, mas pelo menos garantir aquela posição, que todos concordamos, que era altamente razoável ao estímulo do setor como estabelecemos para o início deste ano.

Quero também deixar bem claro — isso não é novidade — que a partir daquele aumento, estamos começando a computar também, os índices de produtividade, que é o objetivo de todos nós, porque o Governo reconhece que 2,7 litros de leite, por cabeça de vaca, é um índice muito baixo e oneroso ao produtor, ao Governo e aos consumidores. É responsabilidade nossa, conjunta, de procurarmos melhorar a produtividade no setor leiteiro, razão pela qual todas as correções que vamos fazendo nos preços, face à desvalorização monetária, daquela data em diante passaria a contar sempre com um percentual de produtividade. Evidentemente, em bases reais. Nós não somos utópicos para imaginar que se possa dobrar de um ano para outro a produtividade num setor tão complicado, dependente e intrínseco de fatores colaterais como o leite. Todavia esperamos que as próximas correções — e os senhores mesmos irão participar dessas discussões, já tenham considerações de elevação e média de produtividade que é o nosso objetivo comum.

Venho, portanto, tranquilizar. Sei que aquela condição de efeitos negativos de uma geadas e de uma seca prolongada, infelizmente, elevaram custos de produção numa base maior do que desejávamos, dentro do último aumento que fizemos. Mas, acredito que poderei, tão logo tenhamos condição de análises reais — não dessa situação atípica de um período pós-geada ou pós-seca prolongada, mas dentro das condições normalizadas — de pôr novamente na mesa os percentuais de preços que iremos discutir e os anunciaremos, em época oportuna, para que o setor não sinta desestímulo. É o que queremos. Quero deixar bem claro que o Governo permanece no desejo de manter o preço estável a nível de moeda corrigida, considerando-se, também, o fator produtividade. Esta é uma política que nós definimos desde o início. Temos tido o apoio do próprio Presidente para isso, porque reconhecemos que qualquer defasagem nós pagaremos posteriormente por ela, como estamos pagando, agora, sem auto-suficiência, num setor de tão vital importância como o leite. Sei que esta nossa afirmação apenas confirma aquilo que nossos Assessores devem ter comentado com os senhores, porque esta é a orientação que todos estamos recebendo do Governo. Não queremos desestimular nenhum setor, especialmente a pecuária nacional. É conhecido o grande sacrifício que o Governo está fazendo para estimular a pecuária

ria, em geral, e a soma infindável de recursos que tivemos de lançar mão, para que a pecuária brasileira não sofresse aquilo que as de outros Países está sofrendo. Acredito que mesmo com os efeitos altamente negativos de uma crise internacional, de uma recessão de demanda no setor da pecuária, que o produtor brasileiro vá conseguir suplantar essa crise, menos machucado e esperamos que, se possível, nem arranhado, nesta tremenda luta que estamos enfrentando. Já se prenunciam novas perspectivas, especialmente no setor carne, e esperamos que este estímulo reflita, também, no setor leite porque no Brasil, hoje, nós temos uma interconvertibilidade entre leite e carne. Tanto assim que os senhores mesmo reconhecem que com a crise no setor da carne aparece sempre uma quantidade de oferta de leite ao período de safra, provocada exatamente pela necessidade do produtor no setor da pecuária de corte, em auferir mais renda do seu rebanho para manutenção e sustentação desses rebanhos. Mas, esperamos poder manter a política do leite como propusemos, e também que haja uma recuperação tão rápida, quanto possível, no setor carne, para que a pecuária nacional continue a crescer.

O Brasil é um dos poucos, senão o único País do mundo, em que a pecuária cresceu no pique da crise internacional. Os dados de que dispomos são altamente comprovantes disto. Aumentamos em muito a nossa produção leiteira de 1973/1974 e estamos aumentando o abate brasileiro razoavelmente nesta mesma época. A nossa preocupação daqui por diante, é procurar com todo o esforço, não só de Governo, mas de produtores, a busca do maior desfrute da produtividade neste setor único meio capaz de remunerar bem aos produtores. É evidente que além desse esforço da produtividade estamos procurando baixar os custos relativos dos fatores da produção. De alguns que somos dependentes, não temos o controle; daquele que temos o controle, estamos procurando mantê-los dentro de limites razoáveis. Acho que esta exposição deve colaborar com a Comissão de Agricultura do Senado, que em tão boa hora convoca os representantes do setor leiteiro para um debate que, espero, nos traga mais dados, melhores informações, melhores sugestões para que possamos prosseguir nessa política e recuperar um setor que estava defasado e sofrido. Sei que o setor leiteiro está se organizando. Para mim é uma satisfação. Tenho visto o grande esforço que fazem os pecuaristas em melhorar as suas condições internas de produção, bem como se organizarem — e isso é muito importante — em esquemas associativos que permitem evitar essas variações incômodas de flutuações e especulações de mercado, especialmente no caso do leite, para fatores de produção. Quero que os pecuaristas procurem, nestas suas organizações, estabelecer as melhores formas de autodefesa porque uma coisa é certa, o Governo mobiliza os seus instrumentos, mas não os utiliza. Quem tem de utilizá-los são os produtores. E quanto mais organizado, quanto mais estruturado esteja o setor, tanto mais eficientemente eles utilizarão destes recursos e instrumentos que colocamos a sua disposição.

Esta, a apresentação que podíamos fazer, e ao mesmo tempo permitam-me dirigir um apelo aos senhores: a produção, no setor agropecuário, não é só responsabilidade do Governo. A nós cabe ajustar os nossos instrumentos, pois fazendo um jogo muito aberto e claro dos recursos que dispomos que são limitados — temos que ser claros. O Governo não tem um saco sem fundo de onde sempre se tira, e nunca se repõe — as limitações estão aí, os nossos instrumentos estão aí para serem discutidos, ajustados, porque nós queremos que eles sejam os mais eficientes. Agora é fundamental, o produtor tem que estar conscientizado da sua parcela de responsabilidade. E aqui, ao conversar com as Lideranças políticas, empresariais e produtoras, eu sei que nada melhor, pois se nós pudermos somar os nossos esforços de Governo, de Lideranças de classes produtoras, nós atenderemos nossos objetivos. Do contrário sei que o caminho será mais áspero e difícil. (Palmas.)

O SR. ORESTES QUÉRCIA — Encerrando esse nosso encontro, agradeço ao Senhor Ministro, às Indústrias, às Cooperativas.

Eu tinha esquecido de citar aqui o nosso eminente amigo ex-Secretário da Agricultura de São Paulo, ex-Vice-Governador, Antônio Rodrigues Filho, que é Presidente da Organização das Cooperativas.

Quero convidar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, a Imprensa e todos os presentes, para um coquetel que faremos, em seguida, no salão nobre do Senado.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Subcomissão do Seminário sobre a Problemática da Educação Nacional

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 16 DE OUTUBRO DE 1975

Às dez horas do dia dezesseis de outubro do ano de mil novecentos e setenta e cinco, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador Henrique de La Rocque, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e a presença dos Srs. Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho, José Lindoso, Adalberto Sena, Ruy Santos, Heitor Dias, Renato Franco, Nelson Carneiro, Helvídio Nunes e os Srs. Deputados Álvaro Valle e Flexa Ribeiro, são abertos os trabalhos dando prosseguimento ao Seminário sobre a Problemática da Educação Nacional, sob os auspícios da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

O Sr. Presidente, Senador Henrique de La Rocque, após algumas palavras elogiosas, faz ingressar no recinto a Ilustríssima Senhora Professora Anna Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, convidando-a a assumir o lugar de honra à Mesa.

Ao conceder a palavra à Professora Anna Bernardes, o Sr. Presidente assinala o regozijo da Comissão de Educação e Cultura e dos demais presentes em contar com a presença da ilustre convidada para proferir palestra sobre Ensino de 1º Grau no Brasil.

Inicialmente, a Professora Anna Bernardes discorre sobre o que estabelece a nova Lei de Ensino para o 1º Grau e explica as razões pelas quais se pretende lançar ao Ensino de 1º Grau o problema de mal preparo de candidatos à Universidade.

O mesmo problema — afirma a educadora — está relacionado com o ensino de 2º Grau. Não há como admitirmos que crianças que saem do 1º Grau são mal preparadas, se nós não pudermos verificar o que é que acontece em termos de estudo com o 2º Grau, porque se a resposta que o aluno dá no 2º Grau é uma resposta positiva, efetivamente, aquele é o 2º Grau que a organização escolar merece ter, só que está havendo equilíbrio entre o que se exige da clientela e a resposta que ela está dando.

Revelou, também, que o maior número dos nossos estabelecimentos de ensino, é ainda apresentado pelas escolas de uma sala, localizadas na zona rural e quanto à qualificação do pessoal que trabalha nas escolas de 1º Grau, sejam de uma sala ou de mais de uma, o que nós temos, é ainda o grave problema da falta de qualificação e de habilitação legal desses professores, para um trabalho docente razoável.

Como problema fundamental — concluiu a oradora — há a necessidade de todos os sistemas de ensino estaduais partirem para um controle efetivo de funcionamento de suas escolas e de suas disponibilidades de recursos humanos, financeiros, materiais e para uma programação dentro do planejamento educacional para que possamos conquistar efetivamente o acesso de toda a população à escola de 1º Grau.

Após a exposição da Ilustríssima Professora, usam da palavra, pela ordem de inscrição, como debatedores, os Srs. Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho e o Deputado Álvaro Valle.

Em seguida, o Sr. Presidente encaminha à Professora doze perguntas do Sr. Senador Nelson Carneiro que, por solicitação da mesma, serão respondidas e enviadas, posteriormente, ao Sr. Senador.

Concluindo, o Sr. Presidente agradece o depoimento da ilustre conferencista, e, também, a presença dos Srs. Parlamentares, determinando, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DO SEMINÁRIO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO NACIONAL, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA DA PROFESSORA ANNA BERNARDES, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MEC, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO.

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Havendo número, declaro aberta a reunião, externando o agradecimento da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aos eminentes parlamentares e demais presentes.

Com a maior satisfação e honra vamos ouvir a Conferência da Professora Anna Bernardes. Ela dispensa apresentação. A sua vida dedicada à problemática educacional é o exemplo e o estímulo.

Com emoção, já ouvimos o Padre José de Vasconcelos que produziu, sem favor, no início do nosso Simpósio, uma peça antológica.

Hoje é a vez da festejada educadora, a quem concedo a palavra.

A PROFESSORA ANNA BERNARDES — Gostaria de agradecer aos ilustres Srs. Senadores a oportunidade que conferem ao Departamento de Ensino Fundamental de trazer à público alguns dos problemas sérios com que se defronta, em sua missão de sugerir, de subsidiar a política de Ensino de Primeiro Grau no País e de amparar, técnica e financeiramente, os sistemas estaduais de ensino.

Fica o agradecimento da Diretora do Departamento de Ensino Fundamental e a admiração de uma brasileira, como qualquer outra, que assiste neste momento a uma feição que poderíamos dizer nova, que se delinea e se concretiza nesta Casa do Congresso Nacional em termos de um interesse recrudescente pelos problemas de educação no País. Temos certeza de que os resultados desse interesse só poderão beneficiar o futuro da educação brasileira.

O ENSINO DE 1º GRAU NO BRASIL

Retornamos, faz menos de uma semana, da II Conferência Ibero-Americana de Ministros de Educação e a tônica, nas discussões, recaiu sobre a educação das crianças e a necessidade de cooperação entre os países, visando-se à troca de experiências e ajuda mútua para apressamento da solução de problemas educacionais localizados. Podemos, ao longo dos debates, conhecer as similitudes de dificuldades que se oferecem aos Governos, na constante busca de satisfação das necessidades de educação básica.

Não se faz necessário estudo aprofundado para inferir-se da magnitude dos obstáculos que se opõem à atuação dos sistemas de ensino, no Brasil. Basta um exame de suas dimensões territoriais, dos espaços vazios, do crescimento acelerado da população, das dificuldades de acesso a determinadas localidades, das discrepâncias de desenvolvimento das diferentes regiões e teremos indicadores que não deixam qualquer dúvida quanto ao extraordinário esforço que se deve empreender para o alcance de um nível razoável de oferta da educação fundamental.

Embora admitindo o fato de nesta exposição não trazer aos nobres representantes do povo brasileiro qualquer notícia que já não se constitua um velho tema, amplamente discutido ou estudado em nosso País, julgamos apresentar-se, esta, como uma grande oportunidade de repensar os problemas que afligem os responsáveis e, em me-

nor grau, os interessados pelas atividades educativas que se exercitam na escola básica.

Organizamos nossa exposição de modo a focalizar, numa primeira etapa, aspectos teóricos e doutrinários do ensino de 1º grau e, na segunda; uma visão da realidade brasileira. Finalmente, alguns direcionamentos básicos para a correção ou minimização dos desvios identificados nesta realidade educacional e as medidas e ações desenvolvidas pelo DEF/MEC, no setor.

Na oportunidade, desejamos parabenizar os nobres integrantes desta Casa do Congresso, especialmente da Comissão de Educação, pela oportunidade de debate sobre o transcendental tema da educação básica, o instrumento social — diríamos — mais identificável com as aspirações de equilíbrio, de segurança, de paz e de desenvolvimento que reside intimamente, no coração de cada Homem, "este pequenino bicho da terra que, enquanto luta e sobrevive esculpe na história a face do seu destino".

Nós depositamos uma grande esperança de que novos rumos se insinuem à educação, de modo que a conquista do homem brasileiro, capaz de participar do trabalho patriótico de desenvolvimento nacional e de usufruir, com dignidade, do bem comum consequente, seja uma realidade próxima de nossos dias e dos dias de nossos filhos.

A nova Lei de Ensino estabelecem, como sabemos, para o primeiro grau:

1. A obrigatoriedade escolar dilatada, a partir de 1971, de quatro para oito anos. Recebeu, de imediato, contestações de factibilidade, uma vez que, àquela época, o País, mais que hoje, se debatia com elevadas taxas de analfabetismo e de demanda escolar obrigatória (crianças de 7 a 14 anos) não atendida.

Os defensores da Lei trouxeram, em contrapartida, a permissibilidade de implantação gradativa que se previa e que, efetivamente, apresentava dois ângulos de opção bem extremados: um aceleração de implantação cujo ritmo poderia descaracterizar ou desvirtuar os benefícios propostos ao novo ensino: ou um retardamento imprevisível, quicô, do início das tarefas de implantação. A situação virtuosa do intermédio se exercitou nos planos de implantação que previram a compatibilização ritmo/realidade dos sistemas de ensino, decorrendo daí, a garantia de seqüência das ações capazes de conduzir, gradualmente, à implantação plena da Reforma. Efetivamente alguns desvios se verificaram.

2. A caracterização do novo ensino de 1º grau, entretanto, não se apresentava tão singela como uma simples ampliação de quatro para oito anos de escolaridade, o que se alcançaria com agregação dos cursos primário e ginásial existentes, eliminando-se a barreira do exame de admissão interposta pela antiga Lei nº 4.024, de dezembro de 1961. Mais que isso, a universalização do 1º grau confere aos oito anos de escolarização e não somente a quatro, o caráter de educação para todos e nega, por conseguinte, a feição elitizante que se preconizava nos cursos ginásiais, quando menos, no sentido intelectual, de vez que os candidatos ao Ginásio eram selecionados por um exame de conhecimentos prévios capazes de assegurar êxito nos estudos ginásiais de programação adrede especificada e que eliminava os menos capazes de cursá-la, em lugar de ajustar-se aos níveis de desempenho possíveis do estudante.

Cabe, aqui, uma boa explicação das razões pelas quais, e talvez me aventure a ir um pouco mais longe, quando chegamos a pretender lançar ao Ensino de Primeiro Grau, o problema de mal preparo de candidatos à Universidade. Parece que na medida em que nós universalizamos o que correspondia ao antigo ginásio — e somos um sistema de ensino que ainda não está estruturado de maneira a possibilitar um exame tão completo dos candidatos do Ensino de Primeiro Grau, que possibilite a montagem de esquemas capazes de reparar todas as deficiências que esse aluno possa apresentar, para galgar níveis cada vez mais elevados na sua educação. Mas, esta escola está aberta não a alguns alunos que se selecionam para cursar determinado programa, mas a todos. E, efetivamente, é indispensável, numa sociedade como a nossa, que asseguremos um maior perío-

do de permanência da criança na escola. Na medida em que há essa universalização, não há como estarmos pensando em que todas as crianças devam concluir as oito séries de passagem pelas escolas do 1º grau, alcançando os mesmos padrões de aprendizagem. Isto seria, efetivamente, ignorarmos as diversas condições de potencialidade que se caracterizam nas diferenças individuais. Isto seria, ao mesmo tempo, estarmos tentando admitir que as crianças deveriam permanecer na escola pelo tempo que fosse necessário, para que elas alcançassem os mesmos padrões de aprendizagem, e que também seria impossível, se não se estabelecessem todas as condições de correção necessárias ou de suporte necessário, para que esta aprendizagem se estruturasse de maneira a se garantir este êxito pretendido. Na medida em que um descompasso entre a oferta de escolarização num nível se estabelece em relação à oferta de escolarização num outro nível, e se nós de certa maneira não colocamos obstáculos para o ingresso no nível que antecedeu e colocamos um obstáculo para ingresso em nível seguinte, e este obstáculo não é seletivo mas classificatório, efetivamente, nós corremos o risco de estarmos recebendo, na classificação, uma série de candidatos que não correspondam a expectativa. Mas de outro lado, o programa mereceria, talvez, uma análise mais ampla, no sentido de que os alunos que estão ingressando — na primeira série, por exemplo, do curso superior — se nós formos verificar a produtividade, a gente teria que chegar à conclusão de que a produtividade no ensino superior é muito elevada. Donde há de se examinar muito, até que ponto o que se considera como absurdo, em termos de ingresso de alunos no ensino superior, está efetivamente correspondendo. Eu não me aventuraria a tirar uma conclusão do simples fato de encontrarmos faltas ou erros no exame vestibular. Acho que o problema, para ser detectado na sua plenitude, mereceria que o aluno que ingressou no ensino superior tivesse um acompanhamento, para verificar qual o seu desempenho no ensino superior e o seu desempenho posterior na vida profissional. Aí então, sim, teríamos um elemento para afirmar que há uma perfeita correspondência entre a nota obtida no exame vestibular e o descrédito profissional que se verifica naquele que sai do curso profissional ou o descrédito estudantil, em termos de desenvolvimento de ensino no curso superior. O mesmo problema está relacionado com o ensino de 2º grau. Não há como admitirmos que crianças que saem do 1º grau são mal preparadas, se nós não pudermos verificar o que é que acontece, em termos de estudo com o 2º grau, porque se a resposta que o aluno dá no 2º grau é uma resposta positiva, efetivamente, aquele é o 2º grau que a organização escolar merece ter, só que está havendo equilíbrio entre o que se exige de clientela e a resposta que ela está dando. É claro que se nós formos examinar, em termos de fluxo de alunos, eu chegaria a dizer que as exigências maiores estão na primeira série do primeiro grau, onde me parece que os objetivos estão bem definidos e onde, exatamente, está havendo maior poda de acesso do aluno a séries superiores.

No segundo grau, o rendimento já é muito melhor e no ensino superior também, sendo um pouco difícil, portanto, inferir que o aluno que está ingressando no curso superior é um aluno que não está tendo condições de cursar este nível de ensino. Se ele não tivesse condições, deveria ser reprovado. Ele não deveria concluir o seu curso, não deveria ir adiante. Nós poderíamos também admitir que os professores estão baixando os níveis. Mas se formos admitir que os professores estão baixando os níveis, é preciso haver um estudo do conteúdo de orientação que se propunha anteriormente, e do que se está propondo agora, para se estabelecer, então, o desnível em termos de programação. E ao mesmo tempo, fazer-se um estudo da qualidade dos profissionais que estão saindo, em termos de sua operação profissional no campo de trabalho, em comparação com as qualidades profissionais de outros que estiveram saindo anteriormente.

Em síntese, eu acho que há um problema a ser considerado muito maior que a simples propugnação do exame vestibular, como

se ele pudesse responder por tudo que acontece. Então, se no ensino de 1º grau e no próprio ginásio nós estamos eliminando este tipo de prova, que de certa maneira é menos aferidora de condições reais e capacidade para prosseguir estudos do que propriamente exames de outra ordem, nós estamos pensando que determinados tipos de prova podem aferir todas as possibilidades de um indivíduo. E eu não sei até que ponto isto seria real.

3. Este enfoque de educação para todos já ganharia significado de alterações necessárias no comportamento das agências de ensino para oferta de 1º grau. Claro que nós não podemos ter uma programação com a mesma rigidez que temos, quando selecionamos o tipo de clientes que vamos ter. Mas um outro, relacionado a objetivos e conteúdos do 1º grau procrastina inovação significativa.

O 1º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando "a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania"; destina-se, especificamente, à "formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases do desenvolvimento dos alunos". Aí está: a adaptação do ensino aos alunos (conteúdo e métodos) e a introdução do objetivo de educação para o trabalho, constituem os dois fachos luminosos que se projetam na larga estrada do futuro da educação brasileira. Duas inovações: educação para o trabalho e flexibilidade de programas para ajustamento às necessidades dos alunos detêm toda a significação teórica da verdadeira reforma que se insinua à guisa de "atualização" do ensino de 1º grau. Mas é claro que para prover esse novo direcionamento, professores e especialistas têm que sofrer toda uma revisão em sua formação; em sua habilitação. O novo direcionamento do ensino passou a exigir um professor qualificado de modo a satisfazer os objetivos que se preconizam e as necessidades dos alunos. Tais professores, para uma compreensão global do ensino básico, não prescindem de formação em cursos mais elevados do que o do 2º grau, de três anos, suficiente para o antigo ensino primário. Daí, a previsão do seu preparo em nível médio de quatro anos e um ideal de formação em curso de nível superior. Diferentes opções de aproveitamento de recursos humanos disponíveis se oferecem de modo a tornarem a implantação da reforma exequível, de um lado, e a se conquistarem em níveis sempre mais elevados de qualificação de pessoal, de outro. Pela primeira vez a obrigação legal de se institucionalizar a carreira e os quadros dos magistérios através de um estatuto próprio surge como elemento de promoção de atividade docente. Todavia, há de se registrar o fato contestável, de que o salário de professores e especialistas se ajuste ao maior curso realizado e não ao desempenho efetivo de trabalho a ensinar. Neste ponto, a lei torna-se vulnerável à crítica, como vem ocorrendo. De fato nós temos na educação a única situação pela qual a remuneração do profissional deixa de estar associada ao nível de seu desempenho profissional e passa a estar relacionada com o diploma, o maior diploma que ele possa apresentar. Isto, em termos de gerência empresarial, seria desastroso. Em termos de gerência educacional, parece-nos também, desastroso, porque o fato de um professor ser mestre em Geografia, é claro que não o habilita a ser melhor professor das primeiras letras de crianças. E se ele se decide a ser professor das primeiras letras com um rendimento de trabalho muito inferior, não vejo razão para que a administração do sistema de ensino pague mais a esse servidor simplesmente porque ele fez um curso de mestre ou de doutorado. Acho que o sistema educacional — e este parece-me um dos pilares sobre os quais se deve assentar a nossa disposição de melhorar o ensino — deve estar muito atento ao desempenho profissional dos professores, ao trabalho docente que se realiza na sala de aula, porque por melhores técnicos que tenhamos na Secretaria de Educação ou no Ministério, o que traduz efetivamente resultados educacionais é o trabalho que o professor realiza na sala de aula. E se ele tem um mal desempenho, por mais elevado o curso de que seja portador, ele não deve merecer da administração do sistema uma remuneração mais elevada, uma vez que isso signifi-

característica de maior interesse do profissional de fazer cursos de aperfeiçoamento e de desempenho docente na sala de aula, um curso de desenvolvimento administrativo, passam a ganhar mais, e a sua remuneração está relacionada ao seu desempenho. Isso me parece um problema bastante sério para os gerentes e administradores de programas educacionais, principalmente do sistema.

No mesmo sentido, o país tem o enorme mérito de institucionalizar o planejamento educacional.

III — Planejamento Geral e Financiamento

8. Parte central e efetivação do que se pretende com o ensino, prevê-se a execução financeira da União aos sistemas educacionais. Tal funcionamento fica dependente da existência de planos quadriennais de educação e se fará mediante planos de aplicação a serem aprovados pelos conselhos de educação respectivos.

9. Os Municípios, por sua vez, deverão aplicar 20% de sua receita tributária e 2% da transferência do Fundo de Participação no ensino de 1º grau.

10. Os recursos a serem concedidos pela União aos sistemas educacionais, para possibilitar a correção de distorções regionais, deverão também permitir que possibilitem maior ajuda às Unidades Federativas, e, portanto, estimulem o esforço em favor da educação e a criação de proteção dos recursos humanos de magistério.

11. O ensino, apesar de parte da educação, não é dever exclusivo do poder público, mas da união deste com as empresas, a família, a comunidade e o indivíduo. É no capítulo sobre o financiamento que repousam aspectos de importância dos mais importantes da lei, a saber:

— a responsabilidade cidadã na oferta de educação

O que faz que, de fato, seja uma programação de envolvimento comunitário, de envolvimento das famílias e de co-participação responsável na oferta de educação que se estabeleça no País.

— a obrigação do Poder Público de ministrar todos os graus de ensino;

— a preferência de aplicação dos recursos públicos destinados à educação na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial;

— a necessária integração dos planos educacionais nos três níveis de administração educacional: o federal, o estadual e o municipal;

— a obrigação de assistência técnica a ser prestada pela União aos sistemas estaduais de ensino e ao do DF;

— a integração do sistema de ensino no âmbito da administração estadual, passando a rede de escolas dos municípios a integrarem tal sistema;

— a transferência de encargos educacionais aos Municípios, principalmente em referência ao ensino de 1º grau e conseqüente tendência à municipalização do ensino.

É no capítulo de financiamento que parece repousar uma série de orientações básicas para o funcionamento do ensino de 1º grau.

Mas, o ensino de 1º grau, no Brasil de agora, com os estudos recentes promovidos pelo SEEC e que nos chegaram às mãos a menos de um mês permitiram-nos só agora uma visualização do que significou a execução do 1º plano setorial de educação. Até a elaboração do 2º plano setorial, o Ministério da Educação estava atuando com informações relativas a 1970 e 1971. Só agora começamos a receber informes resultantes da grande arrancada que se propiciou, não somente com a implantação da Reforma de Ensino, como, também, com a execução do primeiro plano setorial de educação no País.

b — Ensino de 1º grau no Brasil e agora

12. De saída, há que constatar-se a realidade de coexistência, ainda, hoje, de dois regimes paralelos de funcionamento do geralmente chamado ensino de 1º grau:

— uma rede de escolas que continuam ministrando o ensino primário e/ou o ensino ginásial, por conseguinte, que permanecem sob a orientação da Lei nº 4.024/61;

— uma rede de escolas que ministram o ensino de 1º grau nos termos da nova Lei, a de nº 5.692/71, o que, efetivamente, representa um descompasso para a administração e uma sobrecarga de preocupações.

Além disso, em termos nacionais, é preciso que não ouvidemos e que estejamos bastante atentos à existência de duas realidades muito distintas e que estão a exigir tratamento educacional diferenciado:

— a realidade da escola da zona urbana;

— a realidade da escola da zona rural.

As discrepâncias indicadas dificultam o exame dos dados disponíveis, quando desejamos situar-nos em termos quantitativos globais e análises uniformes de qualidade.

Defrontamo-nos, ainda, com a morosidade, conforme disse, no tratamento das informações estatísticas, de modo que trabalhamos com dados defasados em um mínimo de dois anos em relação ao que é atual.

13. Uma visão panorâmica sobre o ensino do 1º grau permitir-nos-á abordar elementos de:

— matrícula;

— prédios;

— professores;

— currículo;

— evasão e repetência;

— financiamento.

I — Matrícula

14. A matrícula no ensino de 1º grau, nela incluídos os cursos primário e ginásial, alcança em 1975, segundo estimativas do SEEC, a elevada cifra de 23.156.883 alunos, concentrando-se 68,26% na zona urbana e 31,74% na zona rural, sendo que a unidade administrativa de maior significação, porque é a que arregimenta maior número de alunos, permanece sendo a estadual.

Vejam-se as tabelas seguintes:

TABELA I
Matrícula no início do ano por dependência administrativa e localização Brasil — 1971/1975

Ano	Total	Dependência Administrativa				Zona Rural
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1971	17.066.093	127.930	10.028.518	4.510.731	2.398.914	5.089.232
1972	18.370.744	134.664	10.894.288	4.923.979	2.417.813	5.376.948
1973	20.135.898	149.754	11.604.617	5.739.245	2.642.282	6.770.615
1974 (1)	21.641.947	—	—	—	—	6.806.891
1975 (2)	23.156.883	—	—	—	—	7.351.442

GNTE, SEEC/MEC.

(1) Dados do CENSO, SEEC/MEC.

(2) Dados do CENSO, SEEC/MEC.

TABELA II
Matricula percentual da matrícula no início do ano por dependência administrativa
e localização Brasil — 1971/1975

Ano	Total	Federal%	Estadual%	Municipal%	Particular%	Z. Rural%
1971	100	0,74	58,76	26,45	14,05	29,82
1972	100	0,74	59,30	26,80	13,16	29,26
1973	100	0,74	57,64	28,50	13,12	31,65
1974	100	—	—	—	—	31,45
1975	100	—	—	—	—	31,74

FONTE: Tabela I.

15. O crescimento da matrícula nos últimos anos oscilou entre os extremos de 10.217.324 alunos em 1964, para 23.156.883 em 1975.

Tal aumento ganha maior significação, quando o comparamos em termos da evolução demográfica.

O quadro abaixo mostra-nos a evolução da matrícula entre 1971 e 1973, ressaltando-se a participação do poder público e o aumento de oportunidades educacionais na zona rural.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO DE 1º GRAU 1971—1973

Anos	Total	Rede Pública	Rede Particular	Zona Urbana	Zona Rural
1971	17.066.093	14.667.179	2.398.914	11.976.861	5.089.232
1972	18.370.744	15.952.931	2.417.813	12.993.796	5.376.948
1973	20.135.898	17.493.616	2.642.282	13.765.273	6.370.625

FONTE: SEEC.

Ao mesmo tempo, verificamos que a taxa média geométrica de incremento anual obedeceu ao quadro seguinte:

— da população	2.89
— da matrícula	8.61

Realmente, estamos caminhando para a absorção do déficit acumulado e para o arrebanhamento da demanda vegetativa que se insinua a cada ano, embora, estejamos muito longe de alcançar a satisfação plena.

- da matrícula na rede pública — 9.29
- da matrícula na zona urbana — 7.21
- da matrícula na zona rural — 11.88

Esse é, também, um dado significativo, uma vez que o maior déficit está concentrado na zona rural, e se observa que o crescimento do atendimento escolar também maior está jogado na zona rural.

Como se verifica, o esforço governamental para cobrir o déficit escolar vem sendo empreendido com vigor, o mesmo acontecendo quanto à escolarização das populações da zona rural.

Os últimos cálculos do SEEC permitem-nos visualizar um quadro mais animador em relação à universalização escolar da população de 7/14 anos. De fato, em 1975, a população estimada no grupo etário de 7/14 anos é de 22.169.195 indivíduos, enquanto a matrícula no grupo etário de 7/14 anos (eliminados, por conseguinte, os de mais de 14 anos) representa um contingente muito significativo no Ensino de I Grau, e ocupa — deve-se dizer, de saída — indevidamente as vagas do Ensino de I Grau, porque, de fato, esses seriam os alunos que deveriam estar cursando o ensino supletivo, mas que estão ingurgitando e ocupando as vagas do Ensino de I Grau, enquanto o total desses alunos, de 7 a 14 anos, respectivamente, é de 18 milhões 886 mil 643 alunos.

Vê-se, por conseguinte, que o déficit estimado, neste ano, é de 3 milhões 280 mil 550 alunos, ou seja, 14,8% da demanda de I Grau.

A zona rural é a que apresenta déficits mais significativos: 67,8%. Todavia, o crescimento da matrícula nessa região, continua seguindo mais representativo que o da zona urbana, o que demonstra o acervo dos investimentos.

Realmente nós temos: 5 milhões 881 mil e 100 alunos matriculados na zona rural, ao passo que a demanda na zona rural, de 7 a 14 anos, é de: 8 milhões 679 mil e 200 alunos. O grande déficit, portanto, está na zona rural. A taxa de escolarização estimada no Brasil, no momento, é de: 85,2%. Sendo que é fácil verificar-se o grande incremento, por exemplo, ocorrido entre 72 e 73. A taxa de crescimento das matrículas no Ensino de I Grau, entre 71/72, foi de 7,64%; entre 72/73: 9,70%; entre 73/74: 7,47%; e entre 74/75: 7,82%.

Esses aumentos de matrícula verificados, acentuadamente, quando da implementação do I Plano Setorial — que só estamos tendo conhecimento, no momento, nos possibilita uma revisão de alguns daqueles nossos pontos cíclicos de herança histórica, em que os dados realmente assombam, quando situados, mas que nós podemos dizer, que não se trabalhou em vão durante os últimos anos.

Um dos setores de mais difícil tratamento no Ensino de I Grau é, sem dúvida, os estabelecimentos de ensino, de que nós vamos tratar agora. Versa em tal situação, a variedade dos prédios e de suas destinações. Nós temos prédios, desde aqueles constituídos de uma sala de aula até os mais sofisticados, que incluem bibliotecas, laboratórios, salas-ambientes, salas especiais, cantinas, cozinhas, passando-se por Centros de Higiene Escolar, destinados ao desenvolvimento específico

Contamos, portanto, com uma grande diversidade de estabelecimentos de ensino. Por isso, qualquer exame apressado de número de prédios com uma sala de aula ou de número de prédios com muitas salas de aula pode-nos levar a uma visão distorcida do problema. Mesmo porque, entendo que, embora a escola de uma sala apresente prejuízos muito sérios de funcionamento, em termos de qualidade de ensino possível, nesse tipo de escola não vejo possibilidade de ela ser

eliminada a médio prazo; e ela não poderá ser eliminada a médio prazo, por aquele outro problema que nós situamos, de ordem demográfica, que é o de rarefação da população. Há um outro problema muito acentuado, também, no País, que é o da migração das populações.

Então, não há como tentar-se, nos programas educacionais, construir escolas de muitas salas, num núcleo populacional rarefeito, cuja demanda é bastante limitada, em termos de crianças de 7 a 14 anos, ou cuja população seja uma população que deve migrar, fluente, que não assegura, absolutamente, para a comunidade, um crescimento que justifique a implantação de uma escola de muitas salas de aula.

O maior número dos nossos estabelecimentos de ensino, é ainda apresentado pelas escolas de uma sala, via de regra, localizadas na zona rural. A expressividade numérica dessa circunstância perde um pouco de significação, quando se considera a matrícula que, sem dúvida, é muito mais expressiva nos estabelecimentos de mais de uma sala do que nos estabelecimentos de sala única.

A tabela abaixo, que temos aqui, mostra que, em matéria de escolas sala única, e com mais de uma sala, a tendência tem sido a de um crescimento muito mais expressivo nas escolas de mais de uma sala do que na construção de escolas de uma única sala.

Quanto à qualificação do pessoal que trabalha nas escolas de I Grau, sejam elas de uma sala ou de mais de uma, o que nós temos, é ainda o grave problema da falta de qualificação e de habilitação legal desses professores, em termos do ideal ou do número que se preconiza, para um trabalho docente razoável.

Ainda hoje, infelizmente, o ensino se efetiva nas escolas com um número muito elevado dos que não apresentam formação pedagógica mínima, para dirigirem com eficiência a aprendizagem das crianças. Dos 958 mil eficientes professores em 1975, 268 mil e 300, ou seja, aproximadamente, 30% não têm qualquer formação pedagógica. De outro lado, se em números relativos, tem havido decréscimo dos não-titulares, em números absolutos pode-se constatar o agravamento do problema, porque, realmente, enquanto em 1974 nós estávamos com 895 mil e 800 professores não-titulares, em 1975 embora, em termos relativos, haja um decréscimo, em termos absolutos nós estamos com 958 mil e 500 professores não-titulares, o que dá uma visão da necessidade que temos de um grande esforço para qualificar esses professores.

Com relação ao currículo, até 1972, o conceito de planejamento de currículo para o I Grau, esgotava-se nas Secretarias de Educação, com a feitura de um programa que, uma vez impresso, se arrastava por anos a fio, sem qualquer alteração com estudos.

Atualmente, em todas as Secretarias de Educação encontram-se institucionalizados os estudos de currículo para o I Grau.

No nível de planejamento, existe uma proposta curricular do sistema de ensino a qual se constitui parâmetro para os trabalhos em escolas. Há que se notar aqui uma correlação com o que se preconiza na Lei. A lei lança aos estabelecimentos de ensino a obrigação de elaborar seus currículos plenos.

Os sistemas de ensino são os que, efetivamente, administram o ensino. Os Estados são os que, juntamente com a União e Municípios contribuem com recursos, para a manutenção do ensino. Há um sistema estadual de ensino, com características muito específicas para cada Estado.

É claro que, se existe uma administração desse sistema, efetivamente ela deve defender aos alunos de I Grau, aos de II e aos de nível superior, determinados padrões estruturais de aprendizagem que é o mínimo que se produz; o perfil de alunos de I Grau que o sistema pretende alcançar, dentro da sua política de desenvolvimento de I Grau.

É pois, nesse sentido, que o planejamento de currículo se exercita ao nível da Administração para garantir que, ao elaborar o currículo pleno, a escola tenha em vista os padrões de aprendizagem, desejados pela Administração do Sistema de Ensino, que

caracterizam a filosofia e as condições de possibilidades daquele sistema que estabelece seus parâmetros.

Infelizmente, o último dado de que dispúnhamos com relação à distribuição de matrícula pelas idades, é um dado de 1971, efetivo. Os demais são estimados. Por isso mesmo, não podemos aquilatar, ainda, até que ponto a presença dos alunos de mais de 14 anos, de certa forma, ingurgitando o sistema de ensino, está acarretando distorções na própria orientação do ensino de 1º grau e até que ponto essa presença contribui para um desequilíbrio na orientação da aprendizagem, uma vez que, os padrões de ensino que se preconizam são os relacionados a crianças de 7 a 14 anos.

É claro que o sistema de ensino brasileiro — é inteiramente dispensável que se reforce aqui — é um sistema de ensino caracterizado por um problema grave de evasão escolar e de repetência. Digo, por um problema grave de repetência, porque se examinarmos os dados estatísticos, vamos verificar que as repetências, quanto ao número de alunos que devem fazer outra vez a mesma série, até que não é significativo. Mas, o que coloco em tese é se esses alunos que não estão repetindo, estão de fato preparados para seguir o seu curso, quando estamos trabalhando com professores de tão baixa qualificação, como indicamos. A evasão e a repetência constituem problemas que exigem grande atenção dos administradores escolares e dos sistemas de ensino. E não são, efetivamente, um problema privativo do sistema educacional brasileiro.

Ainda ontem, lia a respeito de um projeto multinacional que se vem desenvolvendo na Argentina e que congrega os diferentes países em que se fala a língua espanhola. Este projeto é específico para desenvolver ações no sentido de minimizar o problema de evasão e repetência que alcança taxas altíssimas, em todos esses países em que se fala a língua espanhola. A Argentina desenvolve este projeto multinacional e a OEA vem acompanhando os estudos que se fazem nos diferentes países como uma tentativa de adoção de medidas que possam minimizar este problema. E hoje as medidas indicadas com muito vigor é a de promoção automática que, no Brasil, temos relutado em adotar, porque ela pode resolver o problema de ordem a não ficar na série escolar, mas se ela não é acompanhada da suficiente qualificação de professores para que eles possam promover o crescimento do aluno *pari passu* com as suas reais potencialidades de crescimento, vamos ter, efetivamente, um arremedo de solução do problema, uma que ele vai eclodir em séries ou em níveis posteriores. Torna-se evidente que o ensino de caráter universal como é o básico, principalmente quando não conta com o suporte para atendimento das necessidades colaterais que afetam a aprendizagem, tais como: alimentação, nutrição, saúde, Previdência Social, tende, na medida em que se amplia o seu contingente, por conseguinte, abrange camadas populacionais de condições de vida mais precárias, a uma das duas situações opostas e inevitáveis; ou o mesmo padrão de aprendizagem é exigido para todos os alunos e, neste caso, a taxa de reprovação se acentua e tem-se a regularização de resultados, mas uma correlata diversificação de fluxos; ou flexiona-se suficientemente o ensino para atender no mesmo período de curso, ao ritmo e possibilidade de aprendizagem dos alunos. E neste caso, os padrões alcançados ao final dos oito anos de escolarização oscilam de níveis elevados, para os níveis inferiores de aproveitamento escolar. Tem-se diversificação nos resultados e regularização de fluxo.

Cabe, aqui, ainda, a afirmação de que, no primeiro caso, favorecemos o fenômeno da evasão escolar e, é claro que o aluno está desestimulado por não promoção e, no segundo, temos a queda de qualidade de ensino.

No Brasil, predomina a primeira opção e, juntando-se às reprovações decorrentes, bem como às evasões escolares, a oferta tardia de oportunidades educacionais, que também tem ocorrido ao longo dos anos. Apresenta-se, no contingente de alunos que cursam o 1º grau, o grave problema de evasão e repetência. Esse problema se reflete naqueles de financiamento.

Acho que estou me alongando demais e gostaria de perguntar, porque se houver...

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — A culta conferencista não conhece a mecânica da Casa, nem pode sabê-lo. Mas vários parlamentares, por certo, ficariam *satisfeitíssimos*, ouvindo-a. Temos alguns em plenário, outros em Comissão de Finanças, em Comissão de Legislação Social e o nobre Presidente, Senador Nelson Carneiro, está adiando a Comissão que *deveria* estar reunida desde 10:30 horas, para ter o privilégio de ouvi-la. *Temos*, também, o *Chefe do Estado-Maior* que está depondo na Comissão de Relações Exteriores. De modo que nos sentimos muito privilegiados de ouvi-la. Pode prosseguir. É uma satisfação para todos nós.

A SRA. ANNA BERNARDES — Gostaria de não estar me alongando demasiado e poderíamos, inclusive, acelerar.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — A senhora nos dá uma profunda satisfação e uma magnífica aula.

A SRA. ANNA BERNARDES — Uma outra variável que consideramos extremamente difícil, em face da orientação de execução financeira do País de controlar, é a de aplicação de recursos financeiros ao ensino de 1º grau. Alguns estudos têm sido tentados. Há pouco, para efeito de cálculo, o CNRH da Secretaria de Planejamento, indicava o custo, *aluno/ano* no 1º grau desejado — como dissemos — é 126 dólares/ano. Todavia, nossos esforços para conhecer a real monta dos recursos em sentido global para o ensino de 1º grau têm redundado infrutíferos, por algumas razões:

Primeiro, a grande maioria das Secretarias de Educação não desagregam os recursos destinados à educação por níveis de ensino.

Então, torna-se muito difícil, até por efeito de economia, com prejuízos para todo o sistema de ensino. Compram o material de consumo e o material permanente para todo o sistema de ensino, pagam o pessoal da educação, mas não separam o pagamento dos professores que lecionam no 1º grau ao dos que lecionam no 2º grau. O mesmo problema ocorre com a aplicação de recursos nos Municípios, quando vamos descer a fundo no exame dessa aplicação. De modo que é extremamente difícil podermos dizer, com exatidão, o montante de recursos que o País aplica em Educação, além de que, foge inteiramente ao nosso controle a aplicação de recursos pela iniciativa privada, que inclusive, no passado, teve grande significação nos cursos ginasiais e que continuam tendo grande significação, tanto nos cursos ginasiais, que ainda permanecem, como nos cursos de 2º grau e no ensino superior. Então, estabelecer um confronto de custos e de investimentos em Educação, por níveis, é bastante difícil, até o momento, em nosso País. E, talvez, fosse um problema a ser focalizado, para efeito de um estudo mais acurado e real do problema existente.

Nossa visão, portanto, é escassa, podendo limitar-nos aos recursos de aplicação direta pelo Departamento, no Ministério. E, é claro que ainda não vamos esgotar os recursos que o próprio MEC aplica no 1º grau, uma vez que outros órgãos atuam nesse nível de ensino, a saber: PREMEX, CENESP, CEBRACE, TVE, DEED, DAE, INL, FENAME, CNAE, FNDE, INEP, todos esses órgãos aplicam recursos ao ensino de 1º grau. Daí que, como Diretora do Departamento, represento seriamente, quando sou convocada a responder pelo desenvolvimento do ensino de 1º grau no País, a dar algumas respostas com relação a isso, porque a parcela que compete, realmente, ao Departamento de exercer dentro das atribuições do Órgão Federal é a de coordenar a execução dos projetos prioritários do plano setorial de educação. E foge à linha de ação, ao controle e à coordenação do Departamento os investimentos de recursos que beneficiam o 1º Grau, mas que se exercitam em outras áreas do próprio Governo Federal e dos Estados e Municípios.

Em 1975, para se ter uma idéia, dos recursos do Ministério da Educação e Cultura, do Tesouro Federal e de outras fontes, no montante de sete bilhões quatrocentos e quarenta e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros o déficit movimentou trezentos e sessenta e quatro milhões quinhentos e cinco mil e seiscentos cruzeiros, ou seja,

4,9% do global de recursos do Ministério da Educação e Cultura. Claro, esse global é de todos os níveis.

Pode-se verificar, por conseguinte, o quão pouco, em termos do que realmente é de nossa responsabilidade aplicar, nós podemos responder como efetivamente desenvolvidos com referência ao ensino de 1º Grau.

De modo geral, para aplicação de recursos no 1º Grau, contamos com diferentes origens: as da Receita Tributária das Unidades Federadas e dos municípios, do Fundo de Participação de Estados e Municípios e do Salário-Educação.

Dentro dessa situação de realidade, temos tentado uma atuação que gostaríamos de comentar.

22. O dado estimado de 85,2% de escolarização em 1975 seria mais animador se à totalidade dos alunos nele representados estivesse garantida uma escolarização de 8 anos. Com isso, queremos significar que o esforço de oferta de ensino de 1º Grau não pode restringir-se à garantia de que toda criança na faixa etária de educação obrigatória tenha acesso à escola, mas que se beneficie de 8 séries do ensino de 1º Grau.

Seria muito fácil esperar que elas fizessem 14 anos e matriculá-los numa série escolar e o assunto estaria encerrado. Mas, parece-me que temos dois comprometimentos, não apenas a de absorver mas a de possibilitar que essas crianças tenham todas as séries que estão prescritas para elas.

Aqui, toda uma gama de dificuldades se apresenta e o problema se avoluma, porquanto nos deparamos com três necessidades básicas:

a) *satisfazer o crescimento vegetativo da população* provendo condições de escolaridade para o contingente de crianças que completam 7 anos, anualmente;

b) *corrigir o déficit histórico acumulado*, absorvendo uma demanda não atendida a tempo e, por conseguinte, já defasada na relação idade/série escolar;

c) *ampliar para o dobro de tempo de atendimento escolar obrigatório as oportunidades que se oferecem*, em face da implantação da reforma de ensino.

Devemos acrescentar a isso a realidade de que, na medida em que alcançamos mais altas taxas de escolarização, como está ocorrendo, os resíduos de população não atendida constituem-se, obviamente, naqueles de mais difícil absorção.

Um programa ágil de superação do problema, num País como o nosso, não poderá servir-se dos meios convencionais de ensino, tradicionalmente usados e expressos no trinômio *sala de aula, professor, quadro de giz*, em que os gastos com construções escolares e despesas de manutenção ascendem a cifras não suportáveis, daí advindo baixa remuneração salarial de professores, espaços físicos precários, assistência débil ou nenhuma ao aluno carente, etc. Ainda que se adote a política perniciosa de, por algum tempo, despreocupar-se com a qualidade em favor da quantidade, no ensino, nem se eliminam os problemas, nem os recursos necessários à educação podem crescer suficiente e indefinidamente em relação ao produto interno, para atender a cada vez mais crescentes aspirações sociais em relação à escola. Enquanto aguardamos a conquista de *know-how* e de tecnologias capazes de propiciar atendimento mais amplo e a mais baixo custo, sem perda de qualidade, algumas medidas podem, de imediato, ser adotadas visando à ampliação de oportunidades educacionais:

a) *A progressiva desformalização do ensino* — Trata-se de eliminarmos obstáculos que orientações normativas nos sistemas de ensino oferecem à matrícula dos alunos ou a sua frequência à escola: cobrança de taxas ilegalmente estabelecidas.

Por incrível que pareça, temos encontrado decretos governamentais estabelecendo taxas de matrículas para o ensino de 1º Grau. Temos encontrado normas estabelecidas e publicadas, pelas quais o aluno que deixa de pagar a taxa de anuidade no primeiro grau está proibido de fazer prova ou de retornar à escola, se é recidente no não pagamento da mensalidade.

Há, além disso, exigências que são prescritas para a frequência à escola tais como: uniformes, atestados de saúde, fotografias, atestados de vacinas, etc. Ora, ao estabelecer essas normas, o sistema estabelece para o funcionamento de todas as escolas. Mas é claro que dispomos de comunidades em que não existe fotógrafo nem postos de saúde, nem a menor condição de os alunos ascenderem a essa disposição normativa para poderem ter acesso à escola.

Duas coisas ocorrem: ou as famílias se desesperam por não dispor dos recursos e deixam as crianças em casa, sem frequência, ou então o sistema de ensino deverá prever as condições necessárias uma vez que a escolarização de 1º Grau é gratuita e obrigatória. Na medida em que se estabelecem exigências para a frequência, teria que se prover todas as condições de satisfação dessas exigências, se elas não podem ser satisfeitas pela iniciativa familiar.

É neste aspecto que estamos considerando o processo de desformalizar o ensino de 1º Grau, para possibilitar a matrícula desses resíduos que estariam, em grande parte, correspondendo a situações também dessa natureza.

b) Zoneamento escolar — A divisão espacial e territorial, para efeito de disciplinação da matrícula nas escolas oficiais e particulares, pode conduzir a um melhor atendimento;

c) Racionalização do aproveitamento do espaço físico — Levantamento e estudo de espaços ociosos nos prédios escolares favorece, em muito, a ampliação das vagas. A grosso modo, se pudéssemos considerar todos os espaços atuais como apropriados ao ensino, arriscaríamos afirmar que uma política de melhor aproveitamento dos espaços disponíveis e de disciplinação do acesso somente de alunos até 14 anos ao ensino de 1º Grau, dispensaria a necessidade de construção de mais salas de aula, para o atendimento do resíduo escolar não atendido. Efetivamente, não nos arriscamos a isso, porque contamos, ainda, com escolas nas mais precárias condições. Mas, o que queremos dizer, é que há, também, uma grande perda, pela ausência de possibilidades de se exercitar o planejamento educacional, ao nível dos sistemas de ensino, voltado para o mais amplo aproveitamento dos recursos disponíveis no próprio sistema de ensino. E esse problema de ausência de capacidade de planejamento, eficiente e eficaz para o sistema educacional, está associado, também, às grandes dificuldades com que se defrontam algumas unidades federadas para absorver, para aplicar, devidamente, a tempo, os recursos disponíveis, uma falta de infra-estrutura organizacional na Secretaria de Educação para suporte de aplicação imediata de um volume muito grande de recursos pela ausência de um planejamento eficiente e pela ausência dessa capacidade real de aplicação. Haja vista o descompasso que ocorre entre a liberação de recursos pelo Departamento de Ensino Fundamental para o ensino de 1º Grau no País e a aplicação efetiva desses recursos pelas unidades federadas. Para se ter uma idéia, assim extrema, digo, por exemplo, que, em 1972, unidades federadas ainda aplicavam recursos de 1967 do salário-educação. Isso significa um obstáculo bem acentuado ao desenvolvimento do ensino no País.

Ainda, lembraríamos, como medida, a

d) Melhoria da produtividade — Traduzida em termos de busca de regularização do fluxo escolar, recomendaria a adoção de novas metodologias que possibilitem a eliminação das elevadas taxas de repetência. A assistência às necessidades estudantis, visando à aceleração dos que se encontram defasados em relação à idade/série escolar é outra necessidade a ser atendida em função da melhoria qualitativa do ensino;

e) Calendário Escolar rotativo — O conceito de desformalização do ensino regular pressupõe a eliminação dos calendários únicos, e do funcionamento uniforme das escolas de 1º Grau nos diferentes sistemas de ensino. Alguns problemas de evasão escolar decorrem dessa uniformidade de calendários letivos.

Não há como pretender-se o mesmo padrão de escola de 1º Grau para a zona urbana e para a zona rural.

23. A formação especial no ensino básico com objetivo de sondagem de aptidões e de iniciação para o trabalho tem sido exer-

citada por um único padrão de escola, também, traduzido em quatro salas-ambiente: de técnicas industriais, agrícola, comerciais e educação para o lar, de alto custo de manutenção e inviabilidade de extensão a médio prazo, a todo o sistema de ensino. A diversificação desse padrão de formação especial, buscando-se a iniciação para o trabalho com base no mercado local e com aproveitamento dos recursos indispensáveis pode permitir a aceleração da oferta de 8 anos de ensino básico, pela redução de seu custo.

24. A escolarização na zona rural apresenta duas necessidades que precisam ser, de imediato atendidas: ampliação da oferta de séries escolares, até alcançar-se, no mínimo, as 4 primeiras, pois que em grande número nos deparamos com estabelecimentos de ensino de única sala e única série escolar; e planejamento curricular e funcionamento escolar compatíveis com a realidade da zona rural. Não é possível que se preconizem os mesmos padrões de aprendizagem desejados para a zona urbana e o mesmo padrão de funcionamento escolar para regiões de características culturais e sociais tão diferentes.

Porque não podemos, também, associar a existência de escolas de sala única como o problema da oferta de única série, são dois problemas que coexistem, e é claro que há uma correlação acentuada entre a escola de sala única e a escola que oferece uma única série. Mas, isto não significa que toda escola de sala única só ofereça uma série. Temos escolas de sala única que oferecem até a sexta série escolar, mas é grande o número de escolas que vêm oferecendo apenas a primeira série, e eles mostram, não a escola de primeiro grau, mas a escola de alfabetização do sistema de ensino, principalmente, da rede municipal. E esse problema é localizado mais amplamente na zona rural e merece uma atenção muito específica.

25. A concepção de que não existe um sistema municipal de ensino desligado do sistema estadual e que a este compete legislar complementariamente e transferir encargos educacionais que possam ser executados mais facilmente pelas administrações municipais, determina revisão nas relações Estado/Município no setor educação. Há necessidade de se organizarem os sistemas estaduais de modo a oferecer assistência técnica e cooperação financeira, aos Municípios, na organização e funcionamento do ensino. A captação de novos recursos, a redução de custos operacionais, a melhoria qualitativa do ensino sob administração municipal, a mobilização das comunidades no desenvolvimento do ensino de 1º Grau e a chamada escolar anual prevista na Lei, são pontos de destaque no planejamento educacional a ser implementado pelas administrações dos Municípios.

Aqui, o grande problema da educação que a rede municipal oferece, e que é claro, em todos os Municípios brasileiros. Até por força de pressão na aplicação do fundo de participação dos Municípios, eles têm que manter educação, e não há como essa educação ser melhorada, se condições de infra-estrutura e de apoio técnico não forem oferecidas a esses Municípios, para que eles possam estruturar-se, de modo a responder pela educação que vêm oferecendo, sem nenhum comprometimento de ordem social, administrativa e institucional dos sistemas de ensino. Esse, parece-me o mais grave problema, que, de momento, se poderia levantar.

26. Embora decorridos quatro anos de vigência da Reforma, pode-se afirmar que, exatamente a área de dependência maior de implantação da orientação inovadora — a de Recursos Humanos — pouca alteração sofreu em relação aos padrões tradicionais de sua formação e habilitação. Urge que se revejam os currículos de formação de professores nas Universidades, como no ensino de 2º grau, de modo a adequá-los aos objetivos do ensino de 1º grau e às exigências de aplicação tecnológica propiciadora de melhoria de produtividade do ensino. Igualmente a habilitação de diretores e supervisores escolares torna-se imprescindível.

Realmente, embora haja uma inovação muito grande na lei de ensino, embora haja uma inovação significativa para a implantação no ensino de 1º e de 2º graus, os cursos de formação de professores

continuam com os currículos do Império, eu diria assim. Os professores continuam sendo preparados como há cinquenta anos. E mesmo os currículos que podemos dizer que são de hoje, só são atuais, na medida em que eles foram decididos agora, mas não são atuais, na medida em que o exame do que se pretende com eles conduz ao mesmo tipo de desempenho que os currículos anteriores. Na medida em que o currículo não está preparado para servir ao tipo de desempenho que a expectativa do 1º grau se coloca, ele está com uma indicação de matérias que é proposta recentemente, mas com uma organização de estrutura de curso que conduz a um professor dos mesmos desempenhos anteriores. E isso me parece, também, a coisa mais grave que deveria ser considerada.

27. A adaptação contínua dos currículos e a flexibilidade de sua aplicação em função das necessidades dos alunos, bem como a correspondente implantação de modelos de supervisão de ensino, capazes de garantir eficiência no trabalho escolar e correspondência deste trabalho com as aspirações traduzidas em perfis dos alunos de 1º grau e em metas do sistema de ensino, constituem tarefa a ser desenvolvida, permanentemente, através de estudos e pesquisas indicados pelo acompanhamento e controle sistemático do funcionamento das escolas. Os principais e imediatos responsáveis por este funcionamento — diretores e supervisores — devem ser treinados de modo a estarem aptos ao exercício da grande função de realimentadores do planejamento educacional.

Não creio que tenhamos um bom planejamento educacional, enquanto supervisores, administradores escolares e professores não se constituírem efetivamente nos realimentadores em termos de informações do que ocorre. Não creio que um sistema educacional que não dispõe, sequer, de um cadastro do pessoal que trabalha nas escolas, possa efetivamente planejar sua orientação educacional por cinco anos, simplesmente porque não existem bases suficientes para o planejamento, e o planejamento educacional não pode, absolutamente, conduzir, somente em termos administrativos de decidir quantas salas de aula mais, quantos alunos mais nas salas de aula, quantas carteiras mais, quantos quadros e giz, quantos professores mais; ela tem que se basear em que tipo de professor, que tipo de carteira, que tipo de sala de aula, que tipo de aluno vai apanhar e o que pode fazer sobre essa condição, para poder conquistar o desejável no sistema de ensino. Na medida em que o planejamento se contenta em saber quantas salas de aula, quantos alunos existem e quantos mais são necessários em termos do que está programado, o que assistimos é a uma situação em que os arquitetos se comprazem em autorealizar-se em projetos escolares que nada têm a ver com o que se pretende fazer dentro da escola. É que os desenhistas de móveis escolares se comprazem em tentar diversos móveis que possam servir à sua criatividade, mas que estão inteiramente desvinculados do programa de permanência ou da não permanência do menino sentado naquele tipo de móvel. É que os que vão organizar e preconizar o funcionamento de uma escola, pensam que esse funcionamento é inteiramente desvinculado do que se espera como desempenho do aluno e do magistério, naquele estabelecimento de ensino.

E essa defasagem de planejamento, que traduziríamos por um planejamento de quantidade aliviado do enfoque de qualidade desejável é que possibilita aos sistemas de ensino o progressivo crescimento em termos de melhoria de qualidade. É que não permite ainda um sistema de ensino responder com clareza por que o nível de qualidade do seu sistema é este e máximo é aquele, em termos de possibilidades atuais de recursos humanos, materiais e financeiros para a programação posterior.

28. No contexto do ensino fundamental não se poderá omitir, ainda que o enfoque de prioridades legais determine a concentração dos recursos na escolarização obrigatória, a necessidade crescente de atendimento ao pré-escolar. Aqui, toda uma orientação política há de ser adotada para racionalizar a aplicação dos recursos disponíveis, carreando maiores benefícios possíveis, sem prejuízo,

efetivamente, da grande prioridade que é a da matrícula de 7 a 14 anos.

Funções da Educação Pré-Escolar

Decorrendo diretamente do primeiro princípio estabelecido, isto é, de que "a educação pré-escolar se destina a oferecer condições para o desenvolvimento da criança, de acordo com sua idade e personalidade", consideram-se como funções gerais da educação nesta etapa:

- estimular a sociabilização contínua das crianças pré-escolares, incentivando sua responsabilidade social, criatividade e autoconfiança.

- desenvolver no pré-escolar, através de orientação, a habilidade de pensar com clareza;

- implementar o bem-estar físico, social e emocional da criança.

Tais funções, bastante claras por si mesmas, não obrigam a adoção de determinado enfoque filosófico ou metodológico, admitindo, ao contrário, uma política de educação pré-escolar aberta e flexível. Esta situação permite que, a par de uma unidade na essência do programa, exista uma pluralidade de soluções altamente enriquecedora.

Por outro lado, a educação pré-escolar se situa no contexto de uma filosofia e de uma política educacional global do País. Daí porque, embora respeitando uma ampla gama de teorias psicológicas de aprendizagem e de metodologias delas derivadas, a orientação superior preverá a coerência com os princípios de filosofia educacional aceitos.

Prioridades para implantação do Programa:

Considerando a impossibilidade de atender, mesmo a médio prazo, a toda a demanda potencial de educação pré-escolar no Brasil (impossibilidade que se manifesta na escassez de recursos tanto financeiros quanto humanos), há necessidade de estabelecer prioridades.

Tendo já sido estabelecida a carência econômica como primeira prioridade, cabe definir critérios de carência, tanto para a implantação do Programa de Educação Pré-Escolar, quanto para a seleção da clientela.

- Áreas periféricas das cidades com mais de 20.000 habitantes.

Dada a demanda potencial, é necessária a adoção de um critério que otimize o uso dos recursos públicos e privados disponíveis para a concretização dos objetivos do programa. Na estratégia do desenvolvimento, as atividades econômicas urbano-industriais têm maior importância, a taxa de crescimento da população é elevadíssima (enquanto a da população rural tende à estabilidade), a carência social e a demanda efetiva por educação são mais prementes e a densidade demográfica barateia o custo dos serviços. Estas razões, entre outras, justificam a escolha dos centros urbanos de mais de 20.000 habitantes como prioritários para a implantação do Programa.

- Áreas que apresentam taxas de mortalidade infantil mais elevada.

A mortalidade infantil é um dos mais claros indicadores de carências econômicas e de suas consequências: subnutrição, doenças infecto-contagiosas e gastro-intestinais, carências culturais, etc.

Os dados do IBGE são suficientes para identificar os Estados mais carentes. Para identificar as cidades pode-se utilizar os dados das Secretarias de Saúde.

- Existência de espaços físicos disponíveis

Como o programa de educação pré-escolar concentrará seus recursos nos serviços (educacionais, sanitários e nutricionais) ficando muito limitados para gastos de capital, será essencial o uso de espaços físicos disponíveis na comunidade.

As construções, além de caras, são demoradas e, mesmo fazendo parte do programa, seus efeitos, em termos de aumento de matrícula, são a médio prazo.

— Zonas de populações mais estáveis (aglomerados com características permanentes, como populações operárias, por exemplo).

Há populações carentes extremamente instáveis — grande mobilidade espacial, indefinição ocupacional — onde é mais difícil fazer o trabalho de educação pré-escolar continuado, quando o tempo de atendimento é uma variável essencial. Em vista disso, a estabilidade da população e do grupo é um critério considerado importante na escolha dos locais para implantação.

Modalidades

Para cumprir o objetivo de dar educação pré-escolar ao maior número de crianças carentes, de modo integral, com os recursos financeiros disponíveis, consideram-se todas as possibilidades diferentes de atendimento.

Reunimos em 3 principais grupos as diversas formas de educação pré-escolar, de acordo com algumas características comuns. Todas as formas aceitas pelo Programa deverão oferecer os serviços essenciais de educação, saúde e nutrição a todas as crianças, de acordo com suas necessidades. No entanto, tais formas se distinguem pelos locais de reunião das crianças, pelos meios didáticos e circunstanciais disponíveis, pelo horário e período de frequência durante o ano e, em alguns casos, por caracterizações especiais dos recursos humanos.

A primeira modalidade inclui os jardins de infância e escolas maternas existentes, em que as crianças permanecem de 4 a 8 horas diárias e por um período letivo idêntico ao das escolas de 1ª e 2ª graus.

Até o momento, este tipo de atendimento, por dedicar-se em sua maioria a criança de classe média e média-alta, enfatizava o componente educacional. Trata-se a partir de agora, no Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, de ampliar suas atividades, integrando componentes de saúde e nutrição em função das crianças de classes sócio-econômicas carentes.

A segunda modalidade engloba aquelas formas que permitem o atendimento ao maior número de crianças possíveis, por menor número de horas, em locais não exclusivamente dedicados à educação pré-escolar.

Algumas formas podem ser periódicas: colônias de férias, ruas de recreio, domingos na praça, etc., embora possam não apresentar resultados tão positivos e duradouros como as contínuas.

Deve-se deixar claro que, apesar de informais ou não institucionalizadas, tais modalidades não dispensarão a seleção da clientela, o controle de frequência e a avaliação de seus resultados.

A terceira modalidade centra-se na Televisão Educativa.

A televisão pode ser utilizada como um enriquecimento das modalidades anteriores. O seu uso entretanto, deve obedecer a algumas regras básicas:

- o programa deve ser produzido por especialistas em TVE, com a colaboração e/ou a aprovação da Coordenação de Educação Pré-Escolar (CODEPRE-DEF-MEC);

- o tempo do programa não deve exceder a 30 minutos;

- deve ser prevista a recepção organizada, por grupos pequenos de crianças;

- é indispensável a presença de um adulto treinado, encarregado de dinamizar com o grupo o programa, permitindo a criança concretizar e assimilar o que viu;

- o programa da TVE representará apenas uma pequena parte do horário, não substituindo mas somando-se ao tempo dedicado às atividades artísticas criadoras, à recreação livre e mesmo à estória contada pelo professor.

Quanto a Espaços Físicos

Assim como são previstas diversas modalidades de educação pré-escolar, os tipos de espaços físicos a serem utilizados serão os mais variados.

Tendo em vista as funções da educação pré-escolar, considera-se como mínimo indispensável, em relação aos locais escolhidos para a execução dos programas:

- que não ofereçam riscos à criança;
- que possuam, em local próximo, banheiros e cozinha;
- que possuam água potável e para higiene;
- se for possível dispor de salas para as atividades infantis, que estas sejam amplas, claras e arejadas;
- que possuam, principalmente não havendo salas, locais cobertos que abriguem as crianças em caso de necessidade.

Quanto a Material Didático

Considera-se como material didático, desde os brinquedos e jogos manipulados pelas crianças, os materiais necessários às atividades artísticas criadoras, os aparelhos para recreação ao ar livre, os livros de estória e gravuras, até os utensílios utilizados na limpeza e arrumação das salas, no preparo de alimentos, na decoração, etc.

Em todos os casos o material deve ser o mais simples possível, sendo entretanto indispensável sua adequação às crianças e às atividades que desenvolvem.

Será sempre aproveitado o material existente na comunidade e aqueles considerados inservíveis pelo comércio e indústria locais, bem como pelas famílias. Assim, tanto os móveis como os brinquedos serão construídos de tábuas, caixotes de madeiras, etc. Para as atividades artísticas criadoras, além dos lápis e tintas indispensáveis, serão aproveitadas caixas de papelão de diversos tamanhos, fios, barbantes, contas, palha e muitos outros materiais, segundo as possibilidades e a criatividade da equipe responsável. Entretanto, alguns brinquedos que levam a criança a formar conceitos matemáticos (tamanho, cor, forma, quantidade, correspondência) devem ser adquiridos, visto que são indispensáveis ao desenvolvimento do raciocínio infantil.

A decoração das Unidades será sempre feita pelas crianças, com os trabalhos por elas realizados.

ESTRATÉGIA

Pontos Estratégicos

Um Programa de Educação Pré-Escolar num País das dimensões do Brasil e para uma demanda potencial de 21 milhões de crianças entre 0 a 6 anos de idade, dos quais cerca de 70% não recebem os cuidados de nutrição, saúde e educação para um desenvolvimento normal, tem que considerar os seguintes pontos estratégicos: a Formação de Recursos Humanos, a Produção e Obtenção de Material Didático, os Espaços Físicos, a Alimentação e Cuidados de Saúde, o Envolvimento da Comunidade, além das Fontes de Recursos Financeiros.

Como cobrir tais pontos

• Recursos Humanos

Pensou-se num esquema de formação, treinamento e atualização de pessoal em três níveis: Nacional, Estadual e Local. Um Centro Nacional de Formação de Recursos Humanos seria encarregado de preparar o pessoal necessário ao planejamento, administração, orientação e supervisão da educação pré-escolar para as Unidades da Federação. Seu funcionamento seria permanente e daria cursos intensivos e de curta duração (não sendo uma superposição às agências de formação de pessoal de longa duração, tais como as Universidades). Cada Estado teria um Centro de Formação de Professores, que poderia funcionar agregado ou em convênio com Escolas Normais ou Institutos de Educação. Esses Centros dariam cursos de formação, treinamento e atualização para diretores de Unidades, supervisores e professores. Finalmente, o treinamento do pessoal auxiliar (para-profissional) seria feito a nível local: numa unidade ou centro de educação pré-escolar.

Os recursos humanos da comunidades são essenciais, sob os aspectos educacional e financeiro.

Material Didático

É essencial sua existência e adaptação às condições financeiras e ao nível sócio-econômico e cultural da clientela. Pensou-se nas seguintes formas:

- a) produção em larga escala, através de fábricas especializadas e distribuição às Unidades Federadas;
- b) compra dos direitos de reprodução para consumo, das fábricas especializadas; a reprodução seria feita nas próprias comunidades;
- c) uso de materiais o mais simples possível, disponíveis nas comunidades;
- d) campanhas para conseguir doações.

O material didático para as atividades educativas na modalidade de educação pela TVE seria organizado pela própria equipe de produção de programa de televisão.

Espaços físicos

Como já foi dito acima, os espaços físicos terão que ser o mais simples possível e aproveitados na sua capacidade total:

- a) maximização da capacidade dos estabelecimentos existentes (de pré-escolar e escolas de 1º grau) através de rodízio (uso de salas de aulas, áreas cobertas e pátios, por turmas alternadas), de uso de horários ociosos (intervalo entre turnos), etc;
- b) adaptação e ampliação de prédios existentes;
- c) construção de galpões;
- d) obtenção de prédios ou locais da comunidade ou entidades privadas.

Alimentação

Além dos serviços da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) do MEC, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) do Ministério da Saúde e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) participarão no Programa de Educação Pré-Escolar, através de acordos ou convênios. Na escolha dos locais ou regiões, para implantação das Unidades de Educação Pré-Escolar influirá a existência de prioridades comuns de atendimento e a realização atual de projetos de alimentação e nutrição. Em cada local podem ser descobertas formas de obtenção de alimentos na própria comunidade.

Saúde

A Coordenação de Proteção Materno-Infantil (CPMI), do Ministério da Saúde participará do Programa, na parte de saúde. Além disso, haverá convênios em cada Unidade da Federação entre as Secretarias de Educação e Saúde.

Comunidade

O envolvimento da comunidade é considerado um ponto estratégico no Programa de Educação Pré-Escolar. Pode haver resistência contra indiferenças. Mas exemplos numericamente significativos demonstram como ela se dispõe a colaborar, quando existem lideranças. Ficou referido em todos os itens anteriores, que a comunidade será ou poderá ser solicitada a colaborar. As formas de envolvimento podem ser as seguintes:

- a) esclarecimentos através do Rádio e da Televisão;
- b) campanhas;

c) reuniões com dirigentes comunitários e desses com famílias;

d) acordo de compromisso mútuo: a oferta dos serviços de educação pré-escolar pelo Sistema Público e a de cooperação nos serviços pela Comunidade.

Esse trabalho será apoiado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), Diretoria Nacional e Estaduais, e pelas Secretarias de Bem-Estar ou Assistência Social.

Recursos Financeiros

Além dos recursos orçamentários do MEC, previstos a partir de 1976, há o recurso do Fundo de Assistência Social, administrado pelo Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) composto pelos Ministros de Estado da área social e o recurso ao financiamento externo (UNICEF).

Metodologia

O método escolhido para desenvolver o programa segue uma dupla estratégia:

- a) a de objetivos de atenção intensiva; e
- b) cobertura ao todo.

Objetivo de atenção intensiva: são locais ou regiões que, por apresentarem maior urgência ou congregarem uma série de condições favoráveis, terão os cuidados iniciais concentrados. Não se pode lançar o programa de forma intensiva e exaustiva em todo o território nacional. Apresentamos as seguintes alternativas:

— seriam escolhidas 5 Unidades Federadas por ano, permitindo que em 5 anos se cubram a todas. Entre as 5 primeiras, uma seria considerada unidade-piloto, com o caráter de pesquisa e avaliação mais cuidadosa, para os efeitos de realimentação das demais;

— seriam escolhidas as principais cidades de cada Unidade da Federação que tivessem mais de 20.000 habitantes, em cujas zonas periféricas seriam desenvolvidos programas intensivos de atendimento pré-escolar.

Alguns dos argumentos favoráveis à primeira forma seriam: a possibilidade de contar com aquelas Unidades da Federação que apresentassem uma estrutura administrativa mais preparada, ou que liberassem pessoal para os serviços essenciais de orientação e administração, ou onde já houvesse serviços organizados de distribuição de alimentos, que pudessem apenas receber suplementação. Dificilmente se encontrará em todas as Unidades da Federação a disponibilidade financeira para a manutenção do quadro de pessoal necessário a desenvolver o programa de educação pré-escolar intensivamente. Os argumentos favoráveis à segunda forma são: tratando-se de um programa nacional, há uma certa obrigação de dar tratamentos semelhantes a todas as Unidades da Federação. A escolha de 5 Unidades por ano implicaria que as que fossem escolhidas por último receberiam os auxílios para desenvolver intensivamente seus programas só 5 anos depois de iniciado o Programa Nacional.

Sob os aspectos técnicos, a primeira forma é mais favorável. Sob o aspecto político, a segunda parece ser a mais aconselhável.

Cobertura ao todo: como todas as Unidades da Federação têm problemas de educação pré-escolar e realizam algumas atividades nesse campo, receberão assistência técnica e, em alguns aspectos, tais como formação de recursos humanos, material didático, currículo, etc., receberão apoio financeiro.

D — O PROGRAMA DE 1º GRAU NO MEC E OS PROJETOS PRIORITÁRIOS**DO DEF**

29. O Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC 1975/79) identifica, na área do ensino de 1º grau, os seguintes projetos prioritários:

PROJETO	SUBPROJETO	EXECUÇÃO
7. Desenvolvimento de Novas Metodologias Educacionais	7.2 - Elaboração e experimentação de materiais didáticos para o Ensino de Ciências	PREMEN
	7.3 - Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem do 1º grau	DEF/UF
8. Reformulação de Currículos	8.1 - Reformulação de Currículos para o Ensino de 1º grau	DEF/UF
10. Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de 1º e 2º graus	10.1 - Operação-Escola	DEF/UF
	10.2 - Construção e Instalação de Estabelecimentos de Ensino de 1º grau	PREMEN
13. Capacitação de Recursos Humanos para Educação e Cultura	13.1 - Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 1º grau	DEF/UF
	13.4 - Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de Ciências	PREMEN
	13.7 - Capacitação de Recursos Humanos para Educação Física e Desportos	
19. Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação	19.1 - Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação na área do ensino de 1º grau	DEF/UF
	19.4 - Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação na área de Educação Física e Desportos	DED
24. Desenvolvimento do Programa Nacional do Livro		INL
25. Desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar		CNAE

E — Ação do DEF junto às Unidades da Federação

30. As ações do Departamento são, basicamente, as seguintes:

1) Assistência Técnica: assessoramento ao planejamento da educação e ao sistema de ensino dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, visando a oferecer soluções alternativas para os problemas educacionais na área de 1º grau.

2) Cooperação Financeira: ação supletiva com o objetivo de complementar e/ou ampliar os esforços dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal na consecução dos objetivos nacionais da educação.

31. Dentro da política nacional da educação, como se verificou anteriormente, foram definidos, como projetos prioritários do DEF para o período de 1975/79:

— Projeto: Desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis ao processo de ensino-aprendizagem para o 1º grau

Objetiva estimular inovações metodológicas e implementar novas tecnologias educacionais visando à melhoria da produtividade dos sistemas de ensino.

As metas propostas são:

• Elevação dos índices de promoção da 1ª para a 2ª série, através da experimentação e expansão de metodologias e tecnologias específicas para o processo de alfabetização.

• Redução dos índices de distorção idade/série através da experimentação e expansão de metodologias e tecnologias adequadas à aceleração da escolaridade.

• Redução dos índices de distorção idade/série através da experimentação e difusão de materiais de ensino individualizado de Comunicação em Língua Portuguesa e/ou Estudos Sociais.

• Elevação dos índices de promoção da 1ª para a 2ª série, e redução dos índices de distorção idade/série, através da experimentação e expansão de modelos de planejamento ao nível de unidade escolar que conduza a elaborar e executar seus projetos específicos.

— Projeto: Capacitação de recursos humanos para o ensino de 1º grau

Destina-se a promover o desenvolvimento de recursos humanos indispensáveis à expansão e melhoria do ensino de 1º grau. São suas metas:

• Habilitação de recursos humanos para o ensino de 1º grau.

• Aperfeiçoamento de recursos humanos para o ensino de 1º grau.

• Atualização de recursos humanos para o ensino de 1º grau.

A caracterização dessas metas:

• Habilitação de professores em exercício nas quatro séries iniciais e que possuam, no mínimo, curso primário completo.

• Habilitação de diretores em exercício nas escolas de 1º grau.

• Habilitação de supervisores de ensino envolvidos na implementação de Modelo de Supervisão.

• Aperfeiçoamento e/ou atualização de professores e especialistas envolvidos em projetos de:

— melhoria da taxa de promoção da 1ª para a 2ª série;

— correção da distorção idade/série;

— aperfeiçoamento das estratégias de organização e administração de unidades escolares;

— expansão da implantação do ensino de 1º grau.

— Projeto: Operação-escola

Este projeto tem como objetivo dar cumprimento ao preceito constitucional de obrigatoriedade escolar para a população de 7 a 14 anos de idade.

Suas metas são:

• Ampliação da oferta de vagas no ensino de 1º grau através da expansão da rede física.

• Adequação e melhoria das instalações físicas de estabelecimentos de ensino de 1º grau.

• Custeio de atividade de ensino de 1º grau através de pagamento de pessoal e de aquisição de material didático.

A caracterização das metas é:

• construção de unidades escolares;

• ampliação de unidades escolares;

• reforma e/ou recuperação de unidades escolares;

• equipamento de unidades escolares;

• locação de unidades escolares para o ensino de 1º grau;

• aquisição de vagas para o ensino de 1º grau;

• amparo financeiro ao ensino particular;

• custeio de atividades de ensino de 1º grau.

— Projeto: Reformulação de currículos para o ensino de 1º grau

É objetivo deste projeto: promover a melhoria do ensino de 1º grau através do replanejamento contínuo dos currículos a nível de sistema de ensino.

Suas metas são:

• Manutenção e assistência técnica à Equipe de Currículo.

• Manutenção e assistência técnica à Equipe de Supervisão.

Tais metas caracterizam-se por:

- montagem de um sistema de informação necessário ao planejamento curricular a nível de sistema de ensino e de unidade escolar;
- realização de estudos e elaboração de documentos sobre o currículo do ensino de 1º grau;

- aprofundamento de estudos e elaboração de modelos para a formação especial do ensino de 1º grau;

- elaboração e/ou aperfeiçoamento de especificações educacionais para construções e equipamentos escolares e para materiais de ensino;

- orientação técnico-pedagógica a projetos de experimentação do sistema de avanços progressivos;

- atualização e/ou aperfeiçoamento da proposta curricular para o sistema;

- implantação e/ou desenvolvimento de modelos de supervisão de ensino;

- acompanhamento, controle e avaliação da execução de projetos relativos à melhoria do fluxo escolar de 1ª para a 2ª série;

- desenvolvimento de projetos de estudos e realização de experiências pedagógicas.

— Projeto: Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação na área do Ensino de 1º Grau

Tem como finalidade aumentar a produtividade dos sistemas de ensino nas Unidades Federadas, na área do Ensino de 1º Grau.

São suas metas:

- Complementação salarial de pessoal técnico necessário ao desenvolvimento das atividades constantes do plano de trabalho de equipes de planejamento.

- Complementação salarial de pessoal técnico necessário ao desenvolvimento das atividades constantes do plano de trabalho de órgãos da administração central do Ensino de 1º Grau.

Caracterização:

- pagamento de técnicos e de outras despesas de manutenção das equipes de planejamento;

- pagamento de técnicos dos órgãos de administração central do Ensino de 1º Grau.

— Projetos não prioritários

Além dos cinco projetos enumerados, o Departamento de Ensino Fundamental está desenvolvendo estudos, elaborando documentos e promovendo esforços na área de dois outros projetos que, embora sejam considerados "não prioritários", revestem-se de maior importância:

- educação Pré-Escolar;

- transferências de Encargos Educacionais para os Municípios.

32. O global de recursos do Salário Educação, para execução dos projetos prioritários distribuem-se como segue:

RECURSOS FINANCEIROS — PLANO DE APLICAÇÃO — SE/QF-DEF-1975

UF	Operação-Escola	Novas Metodologias	Recursos Humanos	Currículo	Assistência Técnica	Total
RO	4.043.700,00	85.500,00	174.200,00	485.000,00	237.500,00	5.025.900,00
AC	8.883.000,00	72.300,00	1.527.700,00	324.400,00	237.800,00	11.045.200,00
AM	10.142.600,00	114.200,00	2.091.600,00	324.400,00	237.800,00	12.910.600,00
RR	1.690.500,00	158.800,00	159.400,00	370.700,00	237.500,00	2.616.900,00
PA	9.052.200,00	141.500,00	1.735.600,00	814.900,00	237.800,00	11.982.000,00
AP	5.565.800,00	105.700,00	166.400,00	439.300,00	237.500,00	7.894.900,00
MA	11.054.400,00	129.600,00	1.546.600,00	300.400,00	214.700,00	11.865.500,00
PI	10.941.600,00	106.000,00	1.461.600,00	300.400,00	214.700,00	13.024.300,00
CE	12.539.600,00	106.800,00	2.000.200,00	697.500,00	214.700,00	15.558.800,00
RN	8.253.200,00	146.500,00	1.660.000,00	580.700,00	214.700,00	10.855.100,00
PB	9.042.800,00	111.800,00	1.631.700,00	767.600,00	214.700,00	11.768.600,00
PE	8.930.000,00	151.600,00	995.400,00	324.400,00	237.800,00	10.639.200,00
AL	9.400.000,00	111.800,00	1.304.100,00	720.800,00	214.700,00	11.751.400,00
SE	7.811.400,00	97.000,00	1.395.500,00	580.700,00	214.700,00	10.099.300,00
BA	12.107.200,00	121.400,00	1.423.800,00	324.400,00	237.800,00	14.214.600,00
MG	7.924.200,00	130.400,00	1.414.400,00	392.500,00	303.200,00	10.164.700,00
ES	6.796.200,00	103.100,00	1.152.900,00	533.300,00	258.600,00	8.844.100,00
RJ	5.546.000,00	73.700,00	671.000,00	392.500,00	303.200,00	6.986.400,00
GB	3.609.600,00	103.100,00	365.400,00	392.500,00	303.200,00	4.773.800,00
SP	7.040.600,00	120.300,00	904.100,00	392.500,00	303.200,00	8.760.700,00
PR	8.300.200,00	110.000,00	1.326.200,00	370.500,00	281.800,00	10.388.700,00
SC	4.906.800,00	117.900,00	1.496.200,00	790.900,00	281.800,00	7.593.600,00
RS	5.094.800,00	90.400,00	1.124.600,00	370.500,00	281.800,00	6.962.100,00
MT	7.952.400,00	138.000,00	1.764.000,00	581.300,00	237.800,00	10.470.580,00
GO	7.943.000,00	126.700,00	2.044.300,00	324.400,00	237.800,00	10.876.200,00
DF	4.728.200,00	125.900,00	463.100,00	392.500,00	303.200,00	6.012.900,00
FN	700.000,00	—	—	24.000,00	—	724.000,00
Total	200.000.000,00	3.000.000,00	32.000.000,00	12.313.000,00	6.500.000,00	253.777.000,00

33. Além desses recursos, Cr\$ 17.048.100,00 foram aplicados em programas de desenvolvimento do ensino na Transamazônica, Cr\$ 13.851.000,00 em convênios diretos com Municípios, e Cr\$ 25.000.000,00 no projeto Pró-Município, para o desenvolvimento da relação Estado/Município.

Dentro desse programa de assistência técnica ao sistema educacional dos Estados é que o Departamento de Ensino Fundamental tem detectado esses pontos vulneráveis, diríamos assim, na execução dos programas de ensino.

Para finalizar, equacionaria para os senhores, se assim fosse possível, como problema fundamental que deve ser encarado de imediato, com grande seriedade, para respaldo do funcionamento do sistema de ensino, a necessidade de todos os sistemas de ensino estaduais partirem para um controle efetivo de funcionamento de suas escolas e de suas disponibilidades de recursos humanos, financeiros, materiais e para uma programação dentro do planejamento educacional, de modo a não apenas se institucionalizar o planejamento, porque ele já está institucionalizado. Mas este planejamento está associando o problema de quantidade ao problema de qualidade do ensino. Está se preocupando com o que acontece dentro da sala de aula, dentro da escola como trabalho efetivo dos professores. E como segundo ponto, para que pudéssemos conquistar efetivamente o acesso de toda a população escolar à escola de 1º Grau, a desformalização do ensino de primeiro grau nos termos em que nós o situamos: em termos de flexibilidade de currículo, em termos de medida que propicie não apenas o acesso, mas a frequência do aluno na escola, em termos de uma flexibilidade que permita diferentes padrões de funcionamento para atendimento a diferentes padrões humanos e potenciais, intelectuais, afetivos, etc..., que estão chegando às escolas, representados ou significados em cada menino que pode portar muito de sua própria comunidade, mas que é um ser isolado e único, enquanto objeto de promoção de aprendizagem.

É preciso, então, haver flexibilidade curricular, flexibilidade de padrões. E eu defenderia, com muita ênfase, que nos conscientizássemos de que uma escola não é um torno, que entram os meninos, como entrarem, e ao final do período eles devem sair, como se uma tesoura tivesse contornado os bonequinhos com a mesma feição. Mas, ao contrário, ela é uma agência de promoção do homem e como tal, na medida em que tende ao rico potencial de crescimento de um aluno, ela tende a estabelecer maiores distâncias entre aquele que aprende mais rápido e melhor e o outro que aprende menos rápido e pior. E ela é melhor, na medida em que é capaz de possibilitar essas diferenças e não na medida em que ela tenta e impõe que uma criança caminhe ao mesmo tempo e com os mesmos êxitos que a outra. A melhor escola não é aquela que violenta o intelecto, que violenta uma emoção e que ganha um homem para os conteúdos que ela ministra e perde o homem para o equilíbrio humano que representa toda a sua constituição.

Nesse sentido é que coloco o grave problema da educação brasileira e que gostaria de comunicar aos ilustres Senadores que no Departamento de Ensino Fundamental, com todas as carências e dificuldades com que nos defrontamos, encontramos realmente um grupo de educadores e técnicos com uma disponibilidade total para a grande conquista brasileira da educação universal e democrática que nós, como o Presidente Kennedy, absolutamente não traduzimos como uma educação em que grandes estímulos se dêem aos que sejam mais capazes de usufruí-los. Ahamos que deve haver, como ele dizia, uma totalidade, uma oferta de oportunidades. É preciso democratizar uma oferta de oportunidades, se queremos, efetivamente, elitizar determinados potenciais humanos em nosso País. É preciso haver uma democracia de oportunidades — diz ele — para haver uma aristocracia de possibilidades. E nesse sentido é que nós focalizamos o problema de ensino de 1º grau, que é universal em nosso País, que é defendido constitucionalmente como devendo ser estendido a todas as crianças e que não pode absolutamente ser traduzido apenas como uma oportunidade de um aluno passar pela

escola. Mas deve ser traduzido, como bem tem sido defendido, inclusive nesta Casa, como realmente, a lei que — afinal de contas — é a maior defesa com que a população conta e que, quando aplicada à educação, é a maior defesa para aqueles que estão sujeitos à educação. O que a Constituição preconiza é a educação obrigatória e gratuita dos sete aos quatorze anos. A Lei nº 5.692 diz que onde se lê "ensino primário", leia-se "ensino de 1º grau". A Constituição preconizou obrigação do ensino primário de quatro anos. Mas, estamos lendo agora, ensino de 1º grau, composto de oito anos com um mínimo de setecentas e vinte horas anuais de frequência à escola, ou seja, cento e oitenta dias letivos de frequência à escola, com um currículo que oportunize o pleno desenvolvimento do homem para si mesmo, para sua vida de trabalho, para a vida social e para sua vida cívica. Este é o teor do ensino de 1º grau, e não me parece que qualquer mistificação que se possa fazer no sentido de baratear o custo disso, possa ser socialmente ou legalmente aceito. Até repugnaria qualquer tipo de aceitação da parte de quem pretende ser educador, uma vez que com educação, milagre não ocorre e frutos não são de árvore de Natal. Podem ser muito luminosos, luzídios, coloridos, mas não têm substância nutritiva de espécie alguma. Em educação, não há como mistificar. Ou se trabalha insistentemente, continuamente, para preparar um homem, ou teremos um engodo que os Governos, por um problema até de opção política, podem adotar. Não sei até onde seria suportado ou não. Na realidade é um problema de política, mas do ponto de vista educacional não pode satisfazer. As nossas crianças brasileiras, para serem homens capazes de atuar produtivamente no desenvolvimento nacional e de usufruir do bem comum com outros brasileiros, precisam urgentemente de ter um atendimento que as possibilite a aquisição do nosso bem de cultura acumulado e a estratificação de suas condições de atuar dentro dessa cultura. E isso não se consegue com pouco tempo de atuação, na relação educador-educando.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Após justificar a ausência do Presidente da Comissão, Senador Tarso Dutra, no exercício da Presidência da ARENA do seu Estado, está participando de Conferências Políticas e Doutrinárias, cabe-nos declarar à ilustre conferencista e exemplar Professora Anna Bernardes que a nossa Casa Legislativa está intimamente vinculada à História da Educação Pátria. Três das suas melhores figuras no passado se entregaram e, no presente, uma delas se entrega, por completo ao mister tão complexo e nobre.

Referimo-nos — a nobre Professora sabe — aos eminentíssimos Senadores Gustavo Capanema, Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e, no presente, Ney Braga.

Na gestão Capanema vários problemas demarraram, e o seu amor à Pasta foi tão grande que ele deixou nela uma magnífica imagem de beleza. Na gestão Tarso Dutra, o Ministério progrediu, as vagas se multiplicaram, os debates se travaram e muitas dúvidas foram dirimidas. Na gestão Jarbas Passarinho, poderia dizer, sem exagero, que a Pasta de Educação e Cultura se agigantou, de uma forma magnífica, marcante, no mundo universitário, onde tivemos, sem exagero, 200% de aumento nas matrículas respectivas. E é por isso, Professora Anna Bernardes, que esses eminentíssimos companheiros nos merecem o maior respeito e admiração.

E no presente, integrando a Comissão entre tantos daqueles que se dedicam aos problemas mais importantes ligados à sua história, à sua vida, temos João Camon que propôs à Comissão o patrocínio desse simpósio em que assistimos conferências notáveis, como a proferida, agora, pela eminente Professora. Nossos agradecimentos são profundos e peço vênha para que lhe interroque, de início, pela respectiva inscrição, o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sinto-me hoje, ainda mais orgulhoso da minha condição de capixaba, porque a Professora Anna Bernardes que nos deslumbrou com essa primorosa e antológica

conferência teve, como eu, o privilégio de nascer naquele pequenino Estado. Ela é a glória mais pura, o expoente mais notável de educação no Espírito Santo e está desempenhando no Ministério de Educação, desde a gestão Jarbas Passarinho, um papel que lhe credencia a admiração e a gratidão de todos que lutam pela causa da educação em nosso País.

Pediria licença ao nosso eminente Presidente em exercício para uma pequena retificação: a iniciativa deste simpósio não partiu de mim e sim do Senador Nelson Carneiro, eminente representante do Movimento Democrático Brasileiro. Apenas, dentro das minhas limitadas possibilidades, tenho procurado colaborar para o êxito deste simpósio. Gratíssimo ao eminente Senador Henrique de La Rocque por suas palavras tão gentis.

Professora, teria cerca de vinte perguntas a formular. Entretanto, em virtude do adiantado da hora e da presença de outros eminentes colegas que desejam, também, fazer indagações eu me limitarei a focalizar dois pontos. Vou inverter a ordem natural e focalizar o ponto que provocou uma justa — e eu diria — *santa exaltação*, quando foi abordado. V. Sa. se referiu à *mistificação*, a engodo. Dentro da mesma linha que levou o Senador Luiz Viana a afirmar, num empolgante pronunciamento no plenário do Senado, que os cursos destinados a crianças entre 9 e 14 anos com rótulo de MOBRAL Infanto-Juvenil e de Recuperação de Excedentes, não passam de uma farsa. V. Sa. se referiu e com muita felicidade à *mistificação* e a *engodo*, mas essas palavras não são suficientes para caracterizar esse episódio.

Na CPI do MOBRAL, tive oportunidade, de ler um documento oficial, datado de 17 de julho de 1974 em que foi feita uma afirmação que eu, por uma questão de diplomacia ou de desejo de não agravar mais ainda este quadro tão sombrio, chamarei apenas de *inexata*. Mas é de se imaginar qual o adjetivo que se deveria utilizar, em vez da palavra *inexata*. Foi afirmado, neste documento oficial, distribuído a todos os Secretários de Educação do Brasil que o programa MOBRAL Infanto-Juvenil ou o programa de Recuperação de Excedentes contava com o apoio irrestrito do atual Ministro da Educação e da Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, Professora Anna Bernardes.

Através de todos os depoimentos prestados nesta CPI, Professora Anna Bernardes, ficou evidenciado, fora de qualquer dúvida, que nem V. Sa. nem o Ministro da Educação, deu apoio irrestrito a este programa qualificado muito adequadamente de *mistificação*, de *engodo* ou de *farsa*, pelo Senador Luiz Viana. V. Sa. declarou com muita propriedade que a Constituição deste País, graças a Castello Branco aumentou a faixa de obrigatoriedade de 7 aos 14 anos. Este artigo da Constituição era letra morta, até que nosso fulgurante companheiro o Senador Jarbas Passarinho, através da Lei nº 5.692, regulamentou esse inciso constitucional transformando numa realidade, pelo menos, na legislação do ensino essa obrigatoriedade de 7 aos 14. Foi afirmado aqui mesmo, no Senado, que não havia nenhuma importância nesta fixação de faixa etária de 7 a 14 anos, não haveria, segundo afirmação feita aqui, nenhum inconveniente em que esses oito anos fossem substituídos por cinco ou nove meses, porque a Constituição e a sua regulamentação através da Lei 5.692, que eu sempre prefiro chamar de "Reforma Jarbas Passarinho" em homenagem a quem mais a impulsionou. Esse episódio lembra apenas aquela frase famosa de Georges Benjamin Clemenceau, segundo o qual a "vitória tem muitos países, mas a derrota é órfão".

Mas, Professora, a pergunta cuja resposta já sei, porém gostaria de ouvir para ter uma confirmação que seria perfeitamente dispensável. A primeira pergunta, já que este assunto é de vital importância, porque está em marcha, ainda uma *mistificação*, um *engodo*, uma *farsa*: V. Sa., em algum tempo, deu apoio irrestrito a esse projeto do MOBRAL Infanto-Juvenil, classificado agora de *mistificação* e de *engodo*, ou apenas V. Sa. e o Ministro Ney Braga se limitaram, ao receberem este projeto, a encaminhá-lo a uma Comissão que foi nomeada para apreciá-lo e que o condenou como o antecessor do

Ministro Ney Braga, nosso eminente companheiro, Jarbas Passarinho já o havia fulminado, conforme depoimento prestado pela Professora Teresinha Saraiva que era, então, Secretária Executiva do MOBRAL? Esta é a primeira pergunta, mas acrescento logo a segunda, porque V. Sa. poderá dar maior ou menor inserção à sua resposta.

Professora Anna Bernardes, o nosso inesquecível Presidente Eurico Gaspar Dutra costumava muito se referir à Constituição como um *livrinho* que todos os brasileiros deveriam consultar com frequência. Às vezes, fica tentado a sugerir a utilização, em maior escala, aos meus patricios de outro livro, que é o dicionário. Tenho impressão que os brasileiros não estão usando de maneira adequada, as palavras. Para dar um exemplo bem grosseiro, mas creio que, muito convincente. No Brasil, um cidadão compra uma letra imobiliária ou põe seu dinheiro numa caderneta de poupança e lá vem um carimbo — garantia do BNH. Ora, de acordo com o dicionário, garantia do BNH significa que ele está garantindo todo o dinheiro colocado nas cadernetas de poupança e nas letras imobiliárias. Acontece, para não usar uma palavra violenta, que isso é uma *inexatidão*. As cadernetas de poupança ou letras imobiliárias só são garantidas até há pouco tempo, na base de 400 UPC, 44 mil cruzeiros. Todo dinheiro além desse limite colocado em cadernetas de poupança ou letras imobiliárias ficariam na dependência dos azares da apuração dos arquivos dessas organizações financeiras. Então, na realidade, se deveria por outro carimbo: "garantia parcial do BNH". Em relação ao Setor de Educação, está havendo, também, a mesma distorção de palavras. Felizmente V. Sa. não usou. Mas no II PND e no I PND, como em todas as estatísticas do serviço de estatísticas do Ministério da Educação lêem-se essas duas palavras: *escolarização real*. Então são divulgadas as taxas de *escolarização real*. V. Sa. se refere à taxa de *escolarização* e não de *escolarização real*. Mas, nos documentos oficiais, há referência à *escolarização real*.

Ora, Professora Anna Bernardes, como é que nós poderemos chamar de *escolarização real* isso que há no Brasil — e estou usando palavras extremamente cautelosas — dois terços das escolas com apenas uma sala de aula. Nessas *escolinhas* de uma sala de aula apenas, 20% das professoras são normalistas, mas há 20% de professoras da rede primária que não têm sequer o curso primário completo. Portanto, a qualidade do ensino ministrado, o nível das professoras, tudo isso é extremamente precário, e pouco satisfatório. Falta merenda escolar em quantidade suficiente, falta material escolar. Então, chamar isso de *escolarização real*, acho que é uma má utilização das palavras que os dicionários acolhem. Agora mesmo, baseando-se em dados que são estatísticas oficiais — V. Ex.^a não pode dispor de nenhuma outra fonte de informação senão as oficiais — foi afirmado ou transmitido aqui à nossa Comissão o seguinte dado: matrícula no 1º grau em 1975, 23 milhões, 156 mil e 880 alunos. Pelos dados oficiais, só nas primeiras quatro séries, o Brasil teve, em 1975, mais de 15 milhões de crianças matriculadas. Tenho um dado aqui, que é oficial também, que dá um total da 1ª à 8ª séries de 18 milhões. Mas os outros 3 milhões se referem ao antigo ginásio.

Ora, outro dia, caiu em minhas mãos o Anuário da Educação do Japão. O Japão tem uma população, a grosso modo, equivalente à do Brasil, na casa dos 100 milhões de habitantes. Nas escolas elementares daquele País, que tem uma duração de seis anos — já que o Brasil até 1967 era o único País do mundo subdesenvolvido que ainda mantinha escolas primárias com duração de quatro anos — havia apenas o total de 9 milhões 584 mil estudantes. Dados oficiais do Governo daquele País. Na escola elementar, depois dos seis anos havia um total de 5 milhões e 500 alunos.

Ora, como é que, na realidade, nós teríamos esse equivalente, 23 milhões de crianças das nossas escolas? Algumas explicações são óbvias. Temos todo ano, em cada faixa etária, cerca de 2 milhões de crianças. Com sete anos de idade há 2 milhões de brasileiros. Mas na primeira série, de acordo com esse dado oficial de 1973, encontramos 6 milhões 585 mil crianças, dos quais 2 milhões 595, nas es-

colinhas precárias com apenas uma sala de aula. A minha pergunta, para não abusar da paciência de V. S^a e dos meus eminentes colegas, e deixando todas as demais indagações, seria em relação a esse ponto: como encarar a estatística oficial que fala na escolarização real na base de 81% ou 82%, quando, na realidade, escolarização real como se entende no mundo desenvolvido, tenho a impressão de que no Brasil não chegue a 20% ou a 30%, porque o que há ainda — não por culpa do Governo, mas de todos nós — é que no Brasil está sendo relegado a plano secundário o alicerce da estrutura da educação. E o alicerce é a escola primária, a escola fundamental, hoje a chamada escola de 1º grau. Nesse quadro japonês, que estou citando de novo, um país desenvolvido, em todas as universidades havia apenas 1 milhão e 44 mil estudantes. O Brasil, país subdesenvolvido, que se enquadra dentro daquele quadro da UNESCO segundo o qual, o superdimensionamento do ensino superior é fenômeno típico dos países subdesenvolvidos, nós temos já 1 milhão de estudantes. Apresentamos 18 milhões, oficialmente na escola primária ou 15 milhões, quando o Japão, em seis anos, acolhe apenas 9 milhões. E qual o percentual de criaturas que, no Japão, estão nas escolas elementares, e na escola que vem depois do antigo ginásio, no colégio. Noventa e nove por cento estão na escola elementar e 98%, no nosso antigo colegial. Então, esse é o quadro que submeto à apreciação de V. S^a, sabendo algumas das respostas, esse congestionamento a que V. S^a se referiu, esse estrangulamento esse ingorgimento — foi exatamente a palavra usada por V. S^a — se realmente não se impõe, Professora Anna Bernardes, em primeiro lugar, um esforço na área dos poderes públicos a começar pela União. E nós poderíamos atingir, pelo menos na primeira etapa desse plano de salvação da educação do Brasil, restabelecendo a vinculação obrigatória que existia nas Constituições anteriores, 10% do orçamento geral da União devem destinar-se à educação. Portanto, ficando a educação livre das tentações de um Ministro da Fazenda ou de um Ministro do Planejamento que, para reduzir o déficit orçamentário, ou para combater a inflação, baixa o percentual destinado à educação de 10% para 5 ou até 4,5%. A outra providência que se impunha, seria a obrigatoriedade, para valer, dos 20% destinados à educação para os Estados e Municípios. E mais do que tudo isso, um compromisso nacional, da comunidade, do povo brasileiro e das empresas que evidentemente estão incluídas, para dedicar maior esforço à educação, porque nós ficamos a jogar pedras no Governo Federal, nos Governos Estaduais, nos Governos Municipais, enquanto a comunidade, as empresas, a família, em geral, não estão cumprindo o seu dever. Nos Estados Unidos, 30% do reforço educacional estão localizados na área privada, e apenas 70%, na área governamental. Aqui no Brasil 90% do imposto estão na área governamental e apenas 10%, no setor privado. São essas as duas colocações que ousou submeter à sua apreciação, reservando-me para outra oportunidade a apresentação dessas dezoito perguntas que o tempo não me permite formular hoje.

ASRA. ANNA BERNARDES — Bom, com relação à primeira indagação, devo dizer que o que ocorreu, de fato, foi que em fins de 1974 surgiu, para apreciação pelo Departamento de Ensino Fundamental, um documento muito sucinto em que se propunha o Infante-Juvenil. Nós fizemos, por escrito, a partir de um exame de um dos nossos técnicos em planejamento, uma análise do documento, levantando muitos problemas relacionados à situação, inclusive, aqueles mais comezinhos, de ordem pedagógica e de ordem, talvez, até legal, de crianças menores frequentarem cursos noturnos e uma série de outros problemas. No início de 1975, chegou-nos às mãos um outro documento para análise. Era um documento chamado de recuperação de excedentes. O primeiro documento havia sido remetido pela Secretaria-Geral, a quem nós enviávamos nossos comentários; o segundo foi remetido pelo Ministro da Educação e então nós fizemos, a ele, diretamente, a resposta. Analisamos tecnicamente o projeto e levantamos junto ao Sr. Ministro que, se fosse da política do Ministério mudar a orientação do MOBRL no sentido de ele poder constituir-se num mecanismo que

agilizasse a absorção de alunos no sistema de ensino, era um problema de opção política. Mas, que, em termos de planejamento do programa, seria indispensável pensarmos a correlato em oferta de recursos financeiros aos sistemas de ensino, no sentido de que, conforme se projetava, o aluno alfabetizado seria injetado no sistema educacional. Então, era preciso que esse sistema educacional tivesse tido o respaldo indispensável para criar, gerar as vagas e as condições de absorver esse aluno alfabetizado e dar continuidade ao seu processo educativo, durante os oito anos a que ele tinha direito.

Nós comentávamos que não podíamos admitir que os sistemas estaduais não estivessem absorvendo a demanda, porque não quisessem. Então, não havia de ser, porque, ainda que o programa efetivamente fosse alfabetizar, situadas todas as informações como verdades, seria indispensável que o sistema de ensino estivesse preparado para receber esses alunos e dar continuidade ao processo. E, agora isso, nós não víamos quais as vantagens de oferecermos uns poucos meses de escolarização às crianças, com alguns problemas de ordem mais séria, como víamos no caso. O primeiro, seria que um programa do Ministério atuando no Sistema Educacional, de certa maneira exerceria uma pressão sobre os Secretários de Educação. Como esses Secretários não têm o controle da frequência dos alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização poderíamos correr o risco de estarmos investindo recurso, ao mesmo tempo, para a mesma criança que cursava o curso regular e ainda frequentava a escola do MOBRL. Ou poderíamos correr o risco de rapidez de conclusão de curso e da outorga de um certificado de alfabetização.

Quando falei em engodo, em mistificação, eu não estava direcionando a coisa. Estou me referindo, também, a este tipo de educação de uma série com um professor leigo, numa escola que é um pardieiro, praticamente sem material escolar, sem livros, sem coisa nenhuma. Isso também é uma maneira de fazer de conta que o menino está na escola. Acredito, mesmo, que os próprios administradores pensam conscientemente que isso possa representar uma solução. Estou pensando num sentido bem mais amplo do que qualquer referência específica ao MOBRL. Mas admito que se o programa é restrito a esse tipo de orientação, realmente não cumpre o que a lei determina e se qualifica como qualquer outro tipo de sutileza para fugir-se ao cumprimento da obrigatoriedade escolar. É claro que todas essas observações, partidas do Departamento de Ensino Fundamental. E nós situamos ainda outras: o programa previa cerca de cinquenta técnicos que deveriam ser colocados à disposição do programa pelo Secretário de Educação. Nós lembramos a escassez de técnicos que a Secretaria dispõe no momento mas, com uma pressão dessa ordem que seria do próprio Ministério, era possível que o Secretário de Educação colocasse os técnicos, com prejuízo do ensino regular. E, depois, situamos o problema de que como o sistema de ensino coopera financeiramente, também, que os recursos atuais aplicados ao ensino regular pudessem ser desviados, inclusive, para respaldar o tipo de programa dessa ordem. Com base nesta orientação tivemos um encontro com o Sr. Ministro. E lá, embora essa determinação não estivesse escrita, eu ouvi do próprio Ministro a determinação de suspensão do programa. Isto não significa que, de início, ao examinar o programa que tinha sido elaborado por um corpo de técnicos do MOBRL, o Ministro não tivesse aceito, para efeito de exame, a colocação do problema, inclusive, vendo a possibilidade de encontrar uma forma de solucionar o déficit de escolarização. Mas, quando estudos mais aprofundados mostraram que não seria a solução e ainda se correria o risco de um prejuízo, o Sr. Ministro determinou a suspensão do programa.

O SR. JOÃO CALMON — Logo, esse comentário de apoio do Sr. Ministro...

A SRA. ANNA BERNARDES — Não é verdadeiro.

O SR. JOÃO CALMON — Não é verdadeiro e V. S^a confirmou, no início, ter ele aceito o processo para efeito de exame.

A SRA. ANNA BERNARDES — Para efeito de exame.

O SR. JOÃO CALMON — E com catastrófica consequência, como foi espalhado por todo o Brasil esse documento com afirmação inteiramente inexata, não verdadeira, desse apoio irrestrito, vários Secretários de Educação, pensando ter o apoio de V. Sr. como Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, e do titular da Pasta da Educação, imaginando que o processo beneficiaria os Estados mais pobres, menos desenvolvidos, *sofregamente assinaram o convênio*.

A SRA. ANNA BERNARDES — O Sr. Ministro admitiu, de início, que chegou a fazer um pronunciamento no qual ele situava, de certa maneira, o Infante-Juvenil como uma solução. Posteriormente, quando ele recebeu a comunicação do Departamento, determinou que fossem feitos estudos mais aprofundados. Houve, até, uma Comissão Mista — Departamento de Ensino Fundamental, Secretaria-Geral — em que, a princípio, houve uma decisão de se tentar uma experiência controlada com um número restrito de alunos que seriam encaminhados ao ensino regular, posteriormente. Mas dentro de uma programação desse tipo, com a garantia de continuidade por oito anos, etc.

Mas, em face das diferentes ponderações que surgiram, o Ministro achou que nem esta experiência deveria ser feita. Realmente ele determinou que se aguardasse mais um pouco. Tinha até a expectativa de que um simpósio de educação que se estabelecesse, posteriormente, no próprio Congresso, para um estudo mais aprofundado da situação, pudesse subsidiar o Ministério da Educação para efeito de algumas medidas em relação ao problema.

O SR. JOÃO CALMON — Para encerrar esse assunto referente à primeira pergunta, daria uma informação. Segundo o próprio MOBILAL informou à CPI, há cerca de 277 das crianças entre os alunos do MOBILAL, enquadrados na faixa entre 9 e 14 anos. Portanto, temos mais de um milhão de crianças agora, neste Ano da Graça de 1975, nos cursos do MOBILAL; por isso nós estamos comprovando que continuaram a ser assinados convênios para adolescentes e adultos, mas, na realidade, alguns desses convênios se destinavam exclusivamente à alfabetização de crianças na faixa dos 9 aos 14 anos.

Este seria o último esclarecimento que eu gostaria de prestar, porque esta é uma invasão ilegal — eu diria criminosa — na área supervisionada pelo Departamento de Ensino Fundamental, que é a área do ensino primário ou do 1º grau.

A SRA. ANNA BERNARDES — Com relação à segunda pergunta, realmente, em matéria de educação, há uma carência de comunicação, porque qualquer palavra que nós tomemos tem diversos significados para diferentes pessoas. A escolarização real que os dados oficiais estabelecem é a presença de meninos na escola. Não está entrando no mérito dos demais — e nisso o Sr. Senador tem bastante razão. Mas, com relação, também, à possibilidade de esses dados não serem fiéis, qualquer dado estatístico eu creio que possa ser inquirido, em termos de fidelidade, uma vez que ele depende de informações de n pessoas. E diria que eles são mais úteis para efeito de decisões de planejamentos, do que para efeito real de tradução fiel de uma realidade. Por isso mesmo, quando nós temos mais de 23 milhões de crianças matriculadas na escola, o número elevado não assusta, em face daquele número elevado de alunos com mais de 14 anos. Em relação ao Japão, também, acho que algumas coisas poderiam ser repensadas, porque o Japão é um país milenar, mas, nos últimos tempos, tem adotado algumas medidas muito severas em relação ao crescimento da população, enquanto que no Brasil nós não as adotamos. Isso faz com que realmente haja uma discrepância muito significativa entre a população jovem do Brasil e a do Japão. É claro que eles estão com um trabalho para diminuir esse contingente de crianças, ao passo que o que tem acontecido no Brasil é um crescimento assustador, explosivo da população, que lança numa relação entre os mais velhos e os mais jovens muito diferente da

relação entre um país, como o Japão, com as medidas restritivas que ele tem adotado na natalidade. Acho que este aspecto possa justificar este fato discrepante. Com isso, eu não quero afirmar que os dados sejam fiéis. Quero mostrar que esse fenômeno da distorção pode ocorrer, perfeitamente, em face de algumas medidas que nós não adotamos.

O SR. JOÃO CALMON — Professora Anna Bernardes, para terminar: como no Brasil nós temos 2 milhões de crianças de 7 anos de idade, todo ano temos 2 milhões. A única maneira de evitar esse ingorgitamento — a que V. Exª se referiu — de seis milhões e quinhentas mil crianças, na primeira série, não seria dar muito maior atenção à escola maternal e ao jardim de infância, para que uma boa percentagem de crianças chegassem à primeira série, sabendo ler e escrever? Voltando ao exemplo que escolhi, o Japão tem um milhão e quinhentas mil crianças no jardim de infância. De maneira que eu gostaria de saber a opinião de V. Sr., porque embora a prioridade seja de 7 aos 14 anos, a única maneira de se evitar que a primeira série tenha um quintuplo dos alunos que deveria ter, seria maior atenção a essa área que até hoje abrange apenas 3% das crianças de 5 e 6 anos que estão nas escolas.

A SRA. ANNA BERNARDES — Isso nós concordamos perfeitamente. O problema está todo em disponibilidade financeira e em prioridade de utilização desses recursos. Agora, o aspecto que V. Exª levantou de necessidade de retomarmos aquela obrigatoriedade, isto sim, me parece que seria uma medida, altamente, construtiva em favor do ensino, mesmo porque a partir do momento em que os Estados deixaram de estar obrigados àquela aplicação de recursos, o que nós observamos — estamos acompanhando isso muito seriamente no Departamento — é que em relação, por exemplo, aos recursos do salário educação, que foram gerados, diríamos assim, para suplementar os recursos das receitas próprias dos Estados, em matéria de educação do 1º grau, o que temos sentido é que na medida em que esses recursos têm aumentado e que a cota do salário educação do Estado tem aumentado, o Estado tem decrescido a aplicação dos seus recursos tributários. E, decrescendo, estamos sentindo uma tendência de que aquele recurso, que era o recurso suplementar, gradativamente está sendo substitutivo do recurso básico ele surgiu como suplementar, mas, está sendo ampliado, ao passo que nós aumentamos o salário educação, o Estado diminui a sua participação. Tanto, que nós utilizamos, para efeito de distribuição dos recursos da cota federal, a análise do esforço estadual em educação, com o levantamento do crescimento que o Estado promove, em relação aos seus recursos próprios, tributários, a aplicação dos recursos que ele faz na educação nos dois anos anteriores, que ele faz mais, que nós admitimos que ele faz um grande esforço, mas, nós temos estudos de alguns Estados em que perfeitamente a situação é essa. Na mesma medida em que o recurso do salário educação sobe, ele diminui no que vem aplicando.

Então, realmente, não há como utilizar-se esse recurso com o caráter ganho na lei, que é o de suplementação, para a melhoria e para o desenvolvimento do ensino de 1º grau.

O SR. JOÃO CALMON — Segundo a sua tese, nem São Paulo que é Estado recordista na educação, conserva o percentual de 20%. Em 1976, estará em 17,4, embora no ano anterior tivesse ultrapassado a faixa dos 20. Gastou 22,5 do orçamento estadual, com a educação. Já em termos percentuais, vai baixar em 1976 para 17,4. Creio que não há outro caminho, senão a obrigatoriedade constitucional.

A SRA. ANNA BERNARDES — Nós receberíamos com muito prazer.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado. Estou amplamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Participo à Professora que o simpósio não foi proposto pelo Senador João Calmon, mas, ratifico que S. Exª foi o incentivador da proposta e da sua objetivação.

O nobre Professor e Deputado Flexa Ribeiro, deixou, para que transmitisse a V. S^a, a seguinte mensagem:

"Estou profundamente penalizado por ter que me afastar. Devo, às 11 horas, presidir uma Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. Felicito-a vivamente pelo que até agora ouvi da palestra brilhante e de clareza extrema. Cordialmente, Flexa Ribeiro."

O nobre Senador Nelson Carneiro deixou sobre a mesa, indagações, com a seguinte ressalva:

"Embora as perguntas possam ser feitas, a Professora já respondeu (embora, nem sempre diretamente algumas delas)."

Entrego-as Professora, para que as lendo, responda sinteticamente, na parte em que a matéria indagada ainda não tenha sido explanada. Em seguida, o nobre Senador Jarbas Passarinho está inscrito para as devidas indagações.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Professora Anna Bernardes: eu me inscrevi, supondo que essa inscrição fosse em homenagem à ilustre conferencista. Eu não pretendo fazer indagações. Pretendo, apenas, caracterizar a alegria com que a revejo e o encantamento com que a ouço e, mais, ainda, o entusiasmo com que vejo V. S^a colocar determinadas posições, que eu chamaria de extremamente corajosas. Essa da desformalização do ensino de 1º grau, que infelizmente eu ouço já fora de uma oportunidade de poder ser um seu aliado vigoroso. E em segundo, esta questão da democracia da oferta, que é um imperativo ético, um imperativo de processo político democrático, mas caracterizado na seletividade das capacidades. Há pessoas que, no Brasil, têm pavor da expressão elite, porque supõe logo que essa elite deve ser considerada como uma discriminação de natureza anti-social. Isso tem um certo fundamento ideológico. Compreendemos perfeitamente — como diz uma velha linguagem vulgar — "dois dedos da mesma mão não são iguais". Sabemos que, também, os QI não são iguais. Há uma frase muito irreverente e que, às vezes, ao nosso tempo, eu citava, pela qual o autor blasfemava, dizendo que Deus, enquanto limitou a inteligência, foi incapaz de limitar a burrice. Por causa disso nós sabemos que as composições internas são muito diferenciadas, para que possamos ter exatamente aquela sua imagem: "pegar-se uma tesoura e cortar à aferição da escola cada produto." Ouvimos, ainda durante o nosso tempo, coisas até mais graves que não se desejava nem para o ensino superior *in put and out put* com referência à entrada e saída do aluno da universidade.

Peço a V. S^a que releve a gentileza dos meus colegas, a começar pelo Presidente, Senador Henrique de La Rocque, e a continuar pelo Senador João Calmon, nas expressões que usaram para comigo, que muito me comovem e de algum modo me compensam.

Mas, pretendendo homenageá-la, como disse, gostaria de fazer uma só pergunta. Não sei se V. S^a referiu-se ao número de crianças que, ainda de acordo com as estatísticas brasileiras, estão sem vagas nas escolas atualmente.

A SRA. ANNA BERNARDES — São três milhões e oitocentas e poucas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Seis milhões?

A SRA. ANNA BERNARDES — Três milhões.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Nós, em Artilharia, dizemos sempre meia dúzia, referindo-se ao seis, para se evitar esse equívoco. Estou provocando o Senador João Calmon. Não estou perguntando a V. S^a. Então, três milhões e oitocentas crianças. Normalmente, se ouve, no plenário do Senado, muita coisa grave sobre o ensino. É pena que V. S^a não pudesse vir como Senadora pelo Estado do Espírito Santo, para nos dar umas aulas contínuas, neste

Senado, a respeito do ensino do 1º grau. É pena que não possa vir agora, neste instante, pois só haverá eleições depois. (Risos.) Na verdade, o que se pinta é um quadro extremamente pessimista. Não me refiro nisto diretamente ao Senador João Calmon. Ele sabe que eu sempre lhe paguei o tributo de uma homenagem devida. Ele é uma espécie de espadachim em permanente combate pela educação e por aquilo que todos nós que tivemos responsabilidade na administração — e V. S^a tem agora — gostaríamos de ter — como V. S^a acabou de concluir — mais dinheiro, mais meios para aplicar melhor. Embora tenha havido um Ministro do Planejamento do Brasil que dissesse que na educação já existe muito dinheiro. Apenas é mal aplicado. Tese da qual discordo totalmente, pelo menos no seu conjunto. Acredito nas estatísticas do Ministério, primeiro por que elas derivam do próprio IBGE. É evidente que houve um período em que essas estatísticas eram muito demoradas. V. S^a viveu comigo este período em que tínhamos que fazer planejamentos com estatísticas referidas há cinco ou seis anos. Felizmente, chegamos às estatísticas diferenciadas de um ano, quando deixamos o Ministério. E agora V. S^a me dá a alegria de uma informação que as estatísticas estão praticamente em dia. Pergunto, então: acredita V. S^a que o plano setorial, que se repete no segundo, e — no meu entender — com maior correção, colocando problema fundamental não na educação de adultos para a alfabetização, mas no aumento da taxa de escolarização, está sendo vitorioso ou está sendo derrotado pelo tempo? É a pergunta. E complementar: ao chegar ao Ministério, recebi informações de escolarização de 68% das crianças entre sete e onze anos e não dos sete aos quatorze anos. Assim, essa taxa seria menor. Ao deixar o Ministério, havíamos tido a segurança de que tínhamos ultrapassado 73% e havia uma estimativa para 1974 de 81%. V. S^a nos trouxe uma informação de 85,2%. Acho que havendo uma homogeneidade no tratamento estatístico, os dados são absolutamente respeitáveis. Não traduzem, podem não traduzir o ideal a que pretende atingir o Senador João Calmon, mas valem como medida de referência, como V. S^a mesmo salientou, sobretudo, para fins de planejamento. A pergunta, portanto, repito, é esta: desde 1968 que era menos, 58% e chegando aos 85%, permitem a nós a impressão de que estamos certos na tentativa de obter a universalização do ensino do 1º grau, em prazo médio?

A SRA. ANNA BERNARDES — Senador Jarbas Passarinho, responder assim afirmativamente é inteiramente impossível, a não ser que haja uma alteração nos recursos, pois não podemos ignorar que eles foram programados, já ao seu tempo, com a meta de chegarmos até lá e estão sofrendo, no momento, uma depreciação em face do processo inflacionário. Eles não foram alterados, permanecem os mesmos. Então acreditamos que a meta deva ser revista para um plano um pouco mais baixo, se não houver complementação de recursos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Essa informação que V. S^a dá, entristece, de algum modo, sem dúvida. E o Senador João Calmon já fez até um discurso sobre isso, no Senado, há pouco tempo. Mas, a pergunta — por isso mesmo falei em prazo médio e não em prazo curto — é se a tendência seria realmente a de aumentar ou não a escolarização.

A SRA. ANNA BERNARDES — Que vai aumentar, não há dúvida. Apenas, estimamos, um pouco antes de sua saída, em 100% em 1979. Realmente admitimos que isso não seja alcançado, mas que vamos chegar perto, acredito.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A sua própria informação me levaria a ter uma posição realística, que eu não gostaria de confundir com otimista, mas sim realista. Evidente que ela me agrada. No momento, em que V. S^a leu os exemplos de 1964 com dez milhões de crianças; em 1965, com 23 milhões. Isso, os dados do SEEC que talvez alguns Senadores não saibam que é o Serviço de Estatística de Educação e Cultura do próprio Ministério, mostram

que houve um aumento na matrícula, de 8,71%. No entanto, a população cresceu a 2,9%. Então, é evidente que nós estamos reduzindo o déficit. Não é essa a conclusão? Porque, do contrário... V. S.^a já imaginou por que estou perguntando isso?

A SRA. ANNA BERNARDES — Claro! Dois procedimentos estão sendo reais, não há a menor dúvida. Estamos ~~abarcando~~ o déficit histórico e estamos com maior crescimento de atendimento da demanda, onde ele se apresenta mais significativo, que é a zona rural.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, Sr. Presidente, quero concluir a minha intervenção, fazendo a louvação do óbvio, que é a belíssima exposição da professora Anna Bernardes, uma das criaturas mais bem estruturadas intelectual e mais bem capacitadas pelo seu currículo, para falar sobre o assunto que, em boa hora, a Comissão a ela incumbiu de discorrer.

O SR. JOÃO CALMON — Permitam-me um esclarecimento a propósito da informação do nosso eminente mestre Senador Jarbas Passarinho? Nesses pronunciamentos que tenho feito no Senado, cito dois números: O primeiro, de um americano que não deve merecer 100% de confiança, professor Merrick que, examinando o censo de 1970, indica a existência, naquele ano, de seis milhões de crianças entre sete e quatorze anos, fora da escola. É um especialista em recursos humanos. Mas, além dessa estatística tão sombria de seis milhões, cito uma outra cifra, revelada por V. S.^a, recentemente, numa entrevista ao Jornal *O Globo* apontando, neste ano, a existência de cerca de quatro milhões e quinhentas mil crianças fora da escola. Então, Ministro Passarinho, seis milhões, é uma informação que não é minha, foi a análise de um especialista em recursos humanos, publicada no *Jornal do Brasil*.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Permite um aparte ligeiro?

O SR. JOÃO CALMON — Pois não.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tenho notado, com certa tristeza, na minha experiência parlamentar, que todos os dados merecem credibilidade, menos os oficiais.

O SR. JOÃO CALMON — Mas este é oficial, é da D. Anna Bernardes.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas o professor Merrick, de quem nunca ouvi falar, por exemplo, diz seis milhões e todos nós acreditamos. Quem é ele?

O SR. JOÃO CALMON — Não! Nos pronunciamentos feitos, citei a estimativa da professora Anna Bernardes, no fim deste ano, numa entrevista ao *O Globo*. Saiu em oito colunas e a cifra indica — se estiver errado, V. S.^a pode me retificar, mas tenho o recorte comigo — a existência de quatro milhões e quinhentas mil crianças entre sete e quatorze anos. Então, nos meus desprezíveis pronunciamentos, no Senado, fico nesta faixa — na qual não acredito, como bom brasileiro — de seis milhões, preferindo aproximar-me da cifra que me seduz mais, que é a indicada por V. S.^a — quatro milhões e quinhentas mil.

Mas, vou citar um mestre, o professor e ex-Ministro, a quem o Brasil rende as suas maiores homenagens, porque realmente teve uma atuação extraordinária à frente do MEC, o então Ministro Jarbas Passarinho, que na Escola Superior de Guerra mostrou, para esclarecimento de todos nós, a pirâmide educacional do Brasil. Naquele momento, eu estava lendo este livro que é o famoso *Apprendre à Être*, editado pela UNESCO e da autoria do Sr. Edgard Faure. Lá, consta uma estatística, realizada pela UNESCO, no mundo subdesenvolvido. É um quadro de catástrofe! Em cada grupo de mil crianças que começavam o ensino primário, no mundo subdesenvolvido, apenas quinhentas terminavam esse curso. A pirâmide educacional, certamente agora já melhorou. Quando o Senador Jarbas Passarinho a apresentou na Escola Superior de Guerra, no Brasil, em

cada grupo de mil crianças apenas duzentas e vinte terminavam o curso primário. Portanto, nós estamos abaixo da metade da média dos países subdesenvolvidos. Sendo que no Norte e Nordeste, em cada grupo de mil, apenas oitenta e nove terminavam o curso. Pergunto: é ou não, um quadro catastrófico? São oficiais os dados do Ministro Passarinho e sempre estão baseados no IBGE ou no Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura. Tanto a nossa escola primária está ainda numa situação extremamente precária que, embora, segundo a última informação de V. S.^a o número de crianças fora das escolas tenha baixado de 4 milhões e 500 mil, de acordo com a entrevista de *O Globo*, para 3 milhões e 800 mil, só o fato de terminarem a escola primária apenas 220, em cada grupo de mil, é realmente a melhor demonstração — com a qual jamais discordou o Ministro Passarinho — de que deve haver essa mobilização em favor do ensino de 1º grau, que nós devemos, em última análise, a ele, através da reforma que, injustamente, não ostenta o seu nome, porque só através do ensino de 1º grau, de oito anos, e com a alocação de recursos vultosos para o ensino primário é que nós vamos dar prioridades ao alicerce, em vez de darmos ao ensino universitário ou de pós-graduação. Este é apenas um esclarecimento, para mostrar que, cautelosamente, dou a cifra não oficial e a oficial, fornecida por V. S.^a

Quanto à pirâmide educacional fornecida pelo então Ministro da Educação. Estou certo de que, agora, melhorou essa.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Senador João Calmon, V. Ex.^a poderia conceder-me um aparte, para que eu não seja indelicado com a professora, senão terei que pedir a palavra, pela ordem, para responder a V. Ex.^a antes dela mesma responder, já que o autor citado agora sou eu?

Primeiro, o *Apprendre à Être* é um livro que, como nós sabemos, foi preparado por uma Comissão apenas supervisionada por Edgard Faure e que, na América Latina, teve a participação de vários educadores, entre eles, o Sr. Herrera, do Chile; nenhum brasileiro. E todos os países visitados, na América Latina, foram de Língua Espanhola. O Brasil não foi visitado por essa Comissão que recebeu dados das suas oficinas.

A ocasião da apresentação do *Apprendre à Être* foi em 1972, a conferência a que se refere o eminente e querido amigo, Senador João Calmon, na Escola Superior de Guerra, foi em 1970, quando V. Ex.^a a cursava, se não estou equivocado. Os dados de que eu dispunha, em 1970, eram recuados de cinco anos como acabei de me referir. Li as coisas mais desbaratadas, quando cheguei ao Ministério. Discussões sobre o número de analfabetos, por exemplo, iam desde os ministros que saíam, que normalmente nos seus discursos de passagem tinham os números mais simpáticos aos ministros que chegavam e que nos seus discursos de ascensão tinham os números mais perigosos e mais chocantes, até o Senador João Calmon que falava em 30 milhões de analfabetos brasileiros. Eu li também o Senador João Calmon e o professor Niskier que mudou através de uma tese, que foi laureada — se não me engano — que me serviu de base para o conhecimento inicial dos programas do Ministério, e que também, situava o problema entre 20 e 30 milhões de analfabetos. Só o recenseamento de 1970, nos deu uma garantia de 17 milhões e 900 mil analfabetos, mais tarde modificado para 18 milhões.

O SR. JOÃO CALMON — Incluindo analfabetos de cinco ou seis anos, a partir de 1970....

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, realmente, não pode, porque incluindo as crianças de cinco anos, teríamos que incluir as de zero, porque as crianças nascem sem ler o livro do professor Gesteira. E a partir daí, o número total seria, como alguns pretendiam fazer. Seria considerando só, para efeito estatístico da UNESCO, os de 15 anos que pegam o lado de analfabetos, se não tiverem se alfabetizado até então.

Esta pirâmide etária, a pirâmide educacional, posteriormente, foi atualizada à proporção que ganhava velocidade um projeto

prioritário que era o SEEC, que passou a ser um dos projetos prioritários do elenco de projetos do plano setorial. E fomos ganhando velocidade e reconquistando o tempo perdido. Então, ao sair do Ministério, nós já tínhamos um dado que só poderia ser analisado dinamicamente e nunca estancamente. Isto é, tinha que pegar uma turma que iniciava e acompanhá-la depois de catorze anos, para saber qual tinha sido a sua erosão, ao longo desse tempo. Então, esses dados eram muito melhores, mas ainda assim muito severos; muito severo; V. Ex^a citou bem. O Curso primário de quatro anos terminava com uma perda de 81,9%. Então, já estava menos de 22% do contingente original.

Bom, mas eu guardei muito a saída: eram onze para cada mil, que ingressavam no ensino superior. Ao deixar o Ministério, estes onze eram cinquenta e seis. E já chegavam referências, dos últimos dados do SEEC, para sessenta e três. Ora, como nós sabemos que o melhor rendimento é norte-americano que é de 20%, para cada mil. Duzentos concluíam a universidade, porque povo nenhum conseguiu fazer de todos os seus filhos doutores. Nós tínhamos um segundo bom resultado na França e na Alemanha Ocidental com cerca de 100. O Brasil já chegando a 56%, já me parece um resultado altamente favorável em poucos anos, quatro, cinco ou seis anos, ou digamos, durante o período da Revolução.

Por isso é que eu acho que os dados têm que ser analisados com cuidado. Primeiro, como chamei a atenção do Senador João Calmon, os próprios dados da UNESCO são extremamente variados. Cada país, às vezes, está relacionado com um ano de informação diferente. Então, não há um painel em que eu possa comparar todos os países ao mesmo ano.

O Senador João Calmon tem inteira razão e trouxe um documento de que eu não dispunha, que é o Anuário Estatístico da UNESCO de 1973, que mostrou o dado da quebra dos investimentos, agora sim, relacionado de maneira homogênea com o Produto Nacional Bruto. Relacionado com o que o Ministério gasta, é duvidoso, porque há países, como o México, por exemplo, que têm um tratamento orçamentário completamente diferente do Brasil. No Brasil, como a Professora Anna Bernardes sabe, a contribuição do Ministério da Educação é um quarto do total dos dispêndios públicos. Então, não posso comparar este quadro com todas as despesas do México. Mas, com o PND, aí sim, o último dado que o Senador João Calmon apresentou, doeram a ele, que é patriota: doeram a mim que me coloco numa posição de sentir o que o meu povo sofre; e doeram-me, ainda mais, porque eles chocam com os dados que o IPEA me forneceu durante todo o tempo em que eu fui Ministro. Eu nunca citei um dado do Ministério da Educação em relação ao orçamento; sempre citei o Ministério do Planejamento. E para tristeza minha, os dados de que dispus, oficialmente fornecidos são hoje novamente fornecidos ao próprio Senador João Calmon, com números diferentes. Era esta a informação. Desculpem pelo excesso de tempo.

A SR^a ANNA BERNARDES — Sr. Senador, a propósito, de início, fugi à minha intenção de declarar publicamente a honra e o prazer que eu tive de ter trabalhado sob o comando do Senador, então Ministro Jarbas Passarinho que, de fato, desenvolveu uma ação — que nós diríamos — impar, no Ministério da Educação e Cultura. Tinha sido minha intenção falar de início, mas achei que a melhor homenagem que poderia ter prestado a ele seria exatamente através das informações que presto e que...

(Segue-se um aparte do Senador Jarbas Passarinho, fora de Microfone.)

A Sr^a — ...efetivamente, mostrava que o processo educativo estava em plena evolução, mas que o grande impulso realmente centralizou-se a partir da implantação da reforma na administração do Senador.

Nós usamos um dado até o momento em que ele é substituído por um mais atual.

O Senador tem muita razão, quando cita a utilização de 4 milhões e 500 mil meninos fora da escola que eu situava na faixa de sete a catorze anos, porque esses realmente eram os últimos dados. Catorze anos, porque esse realmente era o último dado de que dispúnhamos, e não poderíamos substituí-lo por outro. Agora, estamos substituindo por este dado novo que o Serviço de Estatística do Ministério nos forneceu e que, inclusive, nos permitiu ver que o esforço para corrigir o problema está permanecendo. Mas, não gostaria que essa satisfação, pelo fato de estarmos colocando cada vez mais crianças na escola de 1º grau, nos fizesse olvidar o aspecto que me parece o Senador João Calmon tem muita razão. Isso não está significando a garantia de permanência dessas crianças por oito anos na escola, ou por sete, ou por seis, conforme sua idade. O que faz que esta pirâmide indicada tenha melhorado, mas esteja muito distanciada, ainda, do razoável.

O SR. JOÃO CALMON — Qual é o número exato dessa pirâmide, do primeiro ao quarto?

A SRA. ANNA BERNARDES — Não tenho o dado, de cabeça. Mas posso ver.

O SR. JOÃO CALMON — Podemos ver, através dessa pirâmide de que o atendimento que era de 20% aumentou para cerca de 28%.

A SRA. ANNA BERNARDES — Acho que está um pouco mais. Acho que está por volta de 31% ou 33%. Se eu não escrever, não me lembro, mas posso trazer o dado.

O SR. JOÃO CALMON — Tenho pedido a última estatística do Ministério e não consegui. Um Senador, evidentemente, não tem tanta facilidade de expressão como um membro do Poder Executivo. Pedi, reiteradamente, antes de fazer esse pronunciamento, mas não consegui.

A SRA. ANNA BERNARDES — Posso ver isso para V. Ex^a Mas estamos muito distanciados, ainda, de uma situação razoável, pelo menos. E o que é mais sério, isso está significando uma grande evasão, que se está traduzindo pela saída do aluno da escola ou pela ausência de ofertas de possibilidades dele continuar os estudos. E essa ausência de oferta de continuidade dos estudos está se processando em todos os níveis; na primeira, na segunda, na terceira, na quarta e até na sétima série.

O SR. JOÃO CALMON — Poderia fazer uma pergunta provocativa?

A SRA. ANNA BERNARDES — Pode, como não.

O SR. JOÃO CALMON — Mesmo com essa evasão, — realmente a soma de evasão e repetência, antigamente, davam mais de 50%, da primeira para a segunda série — Entre essa hipótese e a de manter uma criatura humana por apenas cinco meses na escola, pergunto qual das duas condições — são ambas ruins — é a pior?

A SRA. ANNA BERNARDES — Acho que na medida em que investimos dinheiro para manter a criança cinco meses na escola, nós prejudicamos uma programação mais inteligente de aplicação de recursos.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado.

A SRA. ANNA BERNARDES — Porque para nós há um desperdício de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE — Desejo fazer três perguntas rápidas.

(falha na gravação)

Acho que um dos grandes problemas que temos no Brasil, em matéria de educação, é precisamente a carência dessa qualidade que V. Ex^a demonstra com tanta facilidade.

Nós vemos constantemente homens que planejam a educação no Brasil e técnicos que são supostos a orientar professores e, na realidade, há vinte ou trinta anos estão ausentes de uma sala de aula, sem saber o que acontece nela. Mas, bem recentemente tivemos toda a opinião pública discutindo o problema, por exemplo, de educação em sala de aula, as opiniões em vestibulares, as opiniões mais desbaratadas aparecendo, quando as soluções são bastante bem sabidas e conhecidas por qualquer pessoa que tenha experiência elementar de sala. Afinal, as conclusões a que chegam, inclusive Conselhos de Educação, geralmente são muito úteis para relatórios e documentos e de muito poucas consequências ou de consequências negativas para o que acontece dentro de sala.

Tenho a impressão que o melhor exemplo que V. Sa. nos dá e a melhor homenagem que lhe posso prestar é ressaltando essa sua qualidade tão bonita e tão rara de conseguir pensar em termos macro, de conseguir pensar em grandes verbas, alocação de recursos e política nacional de educação, tendo sempre presente, como se percebeu durante toda a sua exposição — o professor, a sala de aula, o aluno e a realidade escolar. As três perguntas que farei são as seguintes: Em primeiro lugar, V. S^a se referiu, na sua exposição, aos problemas de qualidade de ensino. Tenho a impressão de que em vários momentos V. S^a situou, direta ou indiretamente, os problemas de má aplicação ou mal atendimento, do que se entenda por teoria curricular, como currículos genéricos, diretrizes genéricas que se vêm mal transformando em programas e, sobretudo, como isso se vêm, muitas vezes, desdobrando mal em termos de conteúdos programáticos em escolas brasileiras. V. S^a se referiu, com muita propriedade, a uma coisa que raramente ouvimos referência no Brasil, o problema de diferentes desempenhos de estudantes e alunos, dependendo de sua origem social. Esse é um dos temas mais complexos de hoje, mais estudados em educação. Os franceses, por exemplo, já chegaram quase ao paralelismo entre as curvas de origem social dos alunos e do *redoublement* das escolas francesas, mostrando que as linhas correm mais ou menos paralelas, e daí, justamente, começamos a modificar esta idéia. Democratização de ensino não é democratização da escola. É realmente conseguirmos dar a todos igualdade, não no acesso à escola, mas no acesso ao conhecimento. Na medida em que essa origem esteja dissociando a possibilidade de diferentes faixas de alunos obterem conhecimento e de se promoverem pessoalmente, não está havendo democratização, ainda que haja o acesso de todos às escolas.

Então caímos, fortemente, no problema curricular, no problema de qualidade de ensino, no problema de conteúdo daquilo que está sendo especificamente ensinado. Eu perguntaria, então, o seguinte: Este é um problema eminentemente do 1º grau. Como educação é essencialmente um processo cumulativo. Eu usaria até dizer que o problema se vai colocar sobretudo nas primeiras séries de 1º grau. Na medida em que nas primeiras séries do 1º grau não haja essa preocupação no conteúdo da matéria que é ensinada, dificilmente o *handicap* pode ser compensado nas últimas séries.

Então, é eminentemente matéria de 1º grau, primeiras séries; eminentemente matéria de professores do antigo primário, que se forma no 2º grau — eu me refiro a essas das quatro primeiras séries; perguntaria, então, a V. S^a: existe no Ministério um entendimento entre o seu Departamento e aquele que cuida do 2º grau, para que possam ser concebidos planos conjuntos, ou seja, essa sua experiência de 1º grau, essa realidade que o Departamento de Ensino Fundamental tem das escolas de 1º grau, e cujos problemas só podem ser sanados com determinadas medidas que se tomem no 2º grau, eu me refiro às primeiras séries — então o 2º grau que formam os professores de licenciatura. Existe esse entendimento entre os dois Departamentos? Essa integração para que medidas práticas possam ser tomadas? Essa a primeira pergunta que faria a V. S^a

A segunda, a respeito do MOBRAL: de tudo o que se tem falado a respeito do MOBRAL, parece-me óbvio que programas que pretendam ensinar a curto prazo aquilo que não pode ser ensinado a

curto prazo não têm consequência pedagógica nenhuma. Mas há um argumento usado pelo MOBRAL, que me parece importante, ou que pelo menos me impressionou. Aqueles que defendem os programas infantis dizem que o MOBRAL, em certos momentos, não consegue fazer os seus acordos com as prefeituras, em função dos prefeitos alegarem não terem condições, até políticas, para facilitar a alfabetização de adultos, quando eles, nos seus municípios, não conseguem ter escolas para as crianças que estão na faixa obrigatória, de sete aos quatorze anos. Então o MOBRAL ficaria condicionado. No momento em que ele não desse, também, educação às crianças, ele não poderia exercer a sua função específica, impedido pelos próprios prefeitos. Perguntaria: existe a possibilidade, ou melhor, V. S^a vê a possibilidade de se chegar a um repasse de verbas do MOBRAL, para o sistema regular de ensino, de tal maneira que nessas cidades — se realmente se constatar este fato — onde o MOBRAL não poderia existir, por não haver a escola regular, o MOBRAL pudesse repassar verbas para que o sistema regular de ensino exercesse a sua função, permitindo, então, o funcionamento do MOBRAL. Como V. S^a veria isso?

A terceira pergunta. V. S^a já se referiu, e eu já ouvi a sua referência outra vez sobre esse assunto, ao problema básico de uma quantidade de municípios brasileiros, talvez a maioria deles, segundo dizia o Senador João Calmon, terem escolas, apenas, de uma série. Então, muito do nosso problema escolar, visualizado através de estatísticas, não seria consequência de outra coisa, senão da impossibilidade, pura e simples, de alunos fazerem seu curso regular determinado pela Constituição, por inexistência de escolas. Isso me parece, afinal, o problema fundamental. Não adianta pensarmos em Universidades, pensarmos em últimas séries de 1º e 2º graus, quando o problema está colocado na primeira e na segunda série do 1º grau. Então, se esse problema não for resolvido na base, a pirâmide inteira estará ruindo.

No Brasil, sempre temos planos e projetos para tudo. Acho que já estamos chegando à fase dos projetos, ou seja, o dimensionamento efetivo de medidas práticas, que nos levem à execução de problemas e planos. Perguntaria a V. S^a se existe algum projeto, não plano nem programa, mas se existe algum projeto específico, realizado ou em estudo no Ministério, para tentar uma solução para esse problema, para dar recursos, dar meios, dar elementos, assistência técnica, recursos financeiros a esses municípios que têm, apenas, primeira e segunda séries. São essas as perguntas. Agradeço a V. S^a e cumprimento-a pelo brilho, sobretudo, da professora Anna Bernardes.

A SRA. ANNA BERNARDES — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado. Vamos ver se consigo responder às suas perguntas. A primeira indagação é se existe ou não um relacionamento do DF — DEN para efeito de desenvolvimento de programas de formação de professores no ensino de 2º grau. Devemos dizer o seguinte: conforme se sabe, o sistema educacional brasileiro — se é que existe algum — arroga autonomia aos sistemas estaduais de organizarem o seu ensino. O Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação realmente não executa um programa de formação de professores. A execução de programas de formação de professores para o 1º grau, ao nível de 2º grau, é atribuição dos sistemas estaduais, através de normas emanadas pelo Conselho Federal. Nesse sentido é muito mais necessário o entrosamento do Departamento de Ensino Fundamental com o Departamento de Ensino Médio, ao nível das Secretarias de Educação, do que, propriamente, ao nível do Ministério da Educação, embora seja isso recomendável. É um problema de grau de indispensabilidade — eu diria assim. Mas eis que a própria organização dos cursos de formação de professores deve estar na estreita dependência da orientação do ensino de 1º grau, que ganha características específicas compatíveis com a orientação de cada sistema estadual de ensino. Então, o desempenho esperado de um professor, ao nível do 2º grau, estará, de certa maneira, para as primeiras quatro séries, dependendo em muito da orientação que

se preconiza para as quatro primeiras séries do ensino. Em outras palavras, a formação do professor deve estar intimamente relacionada com o que se pretende para as quatro primeiras séries. E como isso é livre, em termos de opção estadual, de organização do sistema estadual, está muito mais compatível com a própria Secretaria de Educação do que com o Ministério da Educação. Todavia, nos programas que o Ministério da Educação mantém para formação de professores, diretamente, e naquelas iniciativas em que se estabelece orientação técnica para os sistemas educacionais dos Estados, então, se faz o relacionamento DF—DEM com informação de prioridades de problemas em teoria de educação.

O SR. ÁLVARO VALLE — Agradeço a sua resposta. A minha preocupação é, apenas, esta. Digamos que estabeleçêssemos uma equação em que o déficit estaria para o sistema de 1º grau estadual, assim como o DEM para o de 2º grau. Apenas me preocupou se o DEM teria esta massa de informações e visão dessa preocupação para transmiti-la aos sistemas de 2º grau dos Estados.

A SRA. ANNA BERNARDES — Isso não é só com o DEM. Por exemplo: o DESUR tem um projeto de habilitação de professores à distância. Então, participamos, examinamos o projeto, etc.

A segunda indagação, é com relação ao lugar onde o município não mantém escolas de 1º grau, o MOBREAL deveria repassar o recurso para haver a escola de 1º grau e, conseqüentemente, o MOBREAL pudesse ter uma escola onde alfabetizar seus adultos. Não vejo o problema de resolver a situação dos municípios que não têm essas escolas, apenas, do ponto de vista do fato de o MOBREAL não encontrar a escola para ele montar seu curso, porque a prioridade não parece ser a de solucionar o problema da escola de 1º grau, como via de conseqüência da inexistência de condições de se alfabetizarem adultos. Mas, parece-me que todo o cuidado deve ser tomado por todos os sistemas de ensino, no sentido de verificar quais são os municípios em que há falta de estabelecimentos de ensino de 1º grau, quais aquelas escolas que estão ministrando só a 1ª, 2ª ou 3ª série, para se ampliar esse quadro até a 8ª série. Tudo isso é um problema de planejamento dentro da Secretaria de Educação e dentro do município. A Secretaria assistindo tecnicamente ao município para que isso seja corrigido e se universalize o ensino. Da parte do Ministério da Educação, ele tem dois tipos de programas de assistência aos municípios, para tentar ajudá-los nisto. Um é um tipo de programa em convênio direto com o município e o outro tipo é o trabalho junto à Secretaria de Educação, na promoção da ajuda técnico-financeira, por via indireta, aos municípios. Isso está se fazendo progressivamente, e esperamos que o problema do déficit escolar, conforme dissemos, tenha sido satisfatoriamente minimizado até 1979 através dessas ações.

Com relação ao problema de escolas de uma série, e na qual os municípios estariam com dificuldades de promover o desenvolvimento delas por falta de recursos financeiros, a resposta está aí. Realmente, temos esses dois tipos de atendimento. Para o próximo ano o projeto que estamos chamando de pró-Município, que deslançou este ano com trinta milhões de cruzeiros, deverá estar duplicado para sessenta milhões. Com isso, em vez de trabalharmos com cinco Unidades Federais como neste ano, estaremos trabalhando no próximo ano com dez e no ano subseqüente, tentaremos cobrir todo o País dentro desse programa de atendimento por via indireta ao município.

O SR. ÁLVARO VALLE — Professora Anna Bernardes, existe algum cronograma que preveja uma data ideal, quando todos os municípios teriam escola de 1º grau? Este projeto teria algum cronograma determinando isto?

A SRA. ANNA BERNARDES — Não, porque os estudos com relação às condições e às possibilidades dos municípios estão sendo

feitos gradativamente à implantação desse projeto pró-Município. Temos estudos feitos nas cinco Unidades, que são Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná e Paraíba, neste ano. Mesmo porque, dentro daquele conceito de que o sistema de ensino é o estadual, precisamos conduzir, em termos de orientação técnica, a que as Unidades Federadas estejam prontas a se interessar por uma cobertura total e controle de funcionamento das escolas municipais, como uma rede integrante do sistema estadual. Para isso temos, ainda, que estar sustentando as Unidades Federadas nesse tipo de estudo. Claro, que isso vai ser progressivamente alcançado e fica na dependência das condições individuais dos municípios. Há municípios que têm condições muito boas de deslançar o programa e há outros que precisam de um suporte quase que total, que não dispõem nem de infra-estrutura para suportar uma passagem de encargos educacionais que o Estado possa pretender fazer. Então, há toda uma flexibilidade no tratamento dos municípios, que têm que estar muito bem compatibilizados com sua realidade e que é muito discrepante dentro de uma mesma Unidade Federada. Nós temos municípios que praticamente absorvem a totalidade do ensino de 1º grau e outros que não têm a menor possibilidade de manter escolas desse nível; temos Estados em que a participação dos municípios é maior do que a participação estadual e temos Estados, como no Norte, Senador João Calmon, em que a participação municipal anda por volta de 5%, em termos de escolarização de 1º grau.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, haveria a possibilidade de uma pergunta mais? (Assentimento da Presidência)

A minha fome de saber é cada vez maior, e esta semana fiz um discurso no plenário do Senado, citando um documento do INEP. Ele me impressionou tanto, que eu gostaria de procurar saber a opinião de V.Sª

O INEP, num estudo de 1968, comparou a carga horária das nossas escolas primárias com a das escolas primárias de países desenvolvidos, e chegou à conclusão de que para termos a carga horária na escola primária igual à dos países desenvolvidos, o curso primário brasileiro deveria durar pelo menos de nove a treze anos.

Consta aqui a fonte desse quadro: III Conferência Nacional de Educação. Coordenadora: Professora Lúcia Marques Pinheiro — MEC — INEP, 1968. A carga horária brasileira que aqui aparece é de 780 horas anuais. Comparando-se com a escola primária de outros países, chega-se a essa conclusão: para nós termos a carga horária dos países desenvolvidos, o curso primário, em vez de quatro anos, deveria ter uma duração de nove a doze anos. Até que ponto esse documento do INEP teria sido pessimista ou um pouco exagerado?

A SRA. ANNA BERNARDES — Ele não está exagerado, absolutamente. Só que o enfoque — me parece — talvez deva ser um pouco revisto. Eu diria que a educação caminha par e passo com certas necessidades culturais. Então, nos Estados Unidos, onde as crianças estão praticamente sozinhas e muito vulneráveis, há uma quase necessidade de as escolas mantê-las durante mais largo tempo, até como forma de proteção etc. Isto não significa que elas estejam desenvolvendo estudos na escola. Pode significar mais a condução de solução de alguns problemas de ordem cultural; elas ficam seis horas na escola, mas, em matéria de estudos, não chegam a estudar seis horas. No Brasil, elas ficam quatro horas na escola, mas têm, via de regra, vinte minutos apenas de recreio. Então, o dado estimado assim, de maneira bruta, pode nos conduzir a pensar que para alcançarmos isto precisaríamos de mais tantos anos. Para mim, não é o suficiente. É preciso que ao lado disso se analise também o tipo de atividade que está sendo necessária às crianças daquela comunidade, para que se determine a necessidade de essa criança ficar mais tempo na escola.

Eu diria a V. Exª, por exemplo, que enquanto uma criança brasileira, na terceira série, já está aprendendo multiplicação e divisão, a criança americana, na terceira série, ainda está fazendo soma sem reserva. Então, me parece que examinar só o tempo não é

suficiente para termos uma idéia de até que ponto é válido aumentar o programa. Nós aumentaríamos duas horas, com uma série de outros encargos, e até que ponto esse acréscimo representaria vantagem, em termos de promoção de conhecimentos e de educação da criança, que seria muito significativo, em termos de investimento de recursos, mas que talvez pudesse ser pouco significativo, em termos de uma criança. Por exemplo, aqui em Brasília, na superquadra, de certa maneira, ela está tão livre, tão à vontade, aqui no Povo Piloto, que está melhor deixada em contato com os vizinhos na superquadra do que mantida mais duas horas com atividade dirigida de recreação. Ela estará muito mais livre para aprender e ganhar experiência dentro de um ambiente muito mais amplo, como é a superquadra, onde ela não está contando com riscos, nem com problemas muito sérios. Então, só podemos determinar a quantidade de horas em função da necessidade do aluno e em função do programa que se desenvolve para atender a essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Acredito que V. S.^a já terá respondido às perguntas do Senador Nelson Carneiro.

A SRA. ANNA BERNARDES — Eu não as examinei, pois pensei que fosse para responder por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — V. S.^a então responderá por escrito, pois são doze indagações.

A SRA. ANNA BERNARDES — Certo. Eu as levarei e darei as respostas por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — O homem, em vida, esculpe na história a face do seu destino. Em síntese, é admirável o conceito, entre tantos e preciosos que acabamos de ouvir, Professora Anna Bernardes, em sua magnífica conferência, calcada em dados e ponderações precisas. Pelo que nos disse, revestido da grandeza da verdade, muito obrigado.

O agradecimento da Comissão se estende aos eminentes parlamentares e aos demais presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos.)

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Homar Franco
Evandro Carreira

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES.

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vascellos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA**Suplentes**

1. Alteviv Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

1. Adalberto Sena
2. Amador Peixoto

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Osires Teixeira
5. José Esteves

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Carreira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(113 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Caponema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvécio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Caponema
8. Heitor Dias
9. Orlando Zancaner

ARENA**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Henrique de La Rocque
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

ARENA

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázara Barbosa
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

Suplentes

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

ARENA

MDB

1. Franco Mantoro
2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

Suplentes

1. Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney

ARENA

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paula Brossard

1. Franco Mantoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

ARENA

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

Suplentes**ARENA**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

Suplentes**ARENA**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

Suplentes**ARENA**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

1º Vice-Presidente: Luiz Viana

2º Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

Suplentes**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

Suplentes**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de la Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvia Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 312.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Augusto Franco
2. Orlando Zancaner
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

1. Orlando Zancaner
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperff — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B.F. Cruz — Ra-

mal 598; Juliano Lauro da Escóssia Nogueira — Ramal 314.

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1975**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C. A. R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LÊDA	09:00	C. D. P.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE				
					C. E. C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C. C. J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C. S. P. G.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLÁUDIO LACERDA
10:00	C. E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL		C. F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
				10:30			
	C. E. E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C. M. E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
10:30	C. A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO		C. L. S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO LACERDA
11:00	C. R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM	11:00	C. S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:30	C. S. N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÊDA		C. T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CÂNDIDO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50